

Gabriel Corrêa Cillo

**Perspectiva Abrangente sobre o Conflito  
Israel-Palestina: uma construção historiográfica das  
disputas entre palestinos e judeus pela formação de  
seus próprios Estados independentes e suas  
consequências, com análise específica da guerra entre  
Israel e Hamas deflagrada em 7 de outubro de 2023**

Gabriel Corrêa Cillo

**Perspectiva Abrangente sobre o Conflito  
Israel-Palestina: uma construção historiográfica das  
disputas entre palestinos e judeus pela formação de  
seus próprios Estados independentes e suas  
consequências, com análise específica da guerra entre  
Israel e Hamas deflagrada em 7 de outubro de 2023**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a  
Escola de Comunicações e Artes – ECA, como  
parte das atividades para obtenção do título de  
Bacharel em Jornalismo.

Universidade de São Paulo – USP

Escola de Comunicações e Artes

Bacharelado em Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Santoro

São Paulo, SP

Julho de 2025

Gabriel Corrêa Cillo

**Perspectiva Abrangente sobre o Conflito  
Israel-Palestina: uma construção historiográfica das  
disputas entre palestinos e judeus pela formação de  
seus próprios Estados independentes e suas  
consequências, com análise específica da guerra entre  
Israel e Hamas deflagrada em 7 de outubro de 2023**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a  
Escola de Comunicações e Artes – ECA, como  
parte das atividades para obtenção do título de  
Bacharel em Jornalismo.

Trabalho aprovado em Julho de 2025:

---

**Prof. Dr. Luiz Fernando Santoro**  
Orientador

---

**Prof. Dr. Alexandre Barbosa**  
Convidado

---

**Prof. Dr. Boni de Moraes Soares**  
Convidado

São Paulo, SP  
Julho de 2025

*Às famílias que sofreram e ainda sofrem com os horrores da guerra em Gaza e Israel, vítimas do egoísmo que cega os poderosos. Que suas dores jamais sejam esquecidas ou distorcidas, e que suas histórias, vividas por pessoas reais, inspirem um jornalismo mais humano, ético e comprometido com a verdade.*



# Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de expressar minha gratidão pela oportunidade de me dedicar à realização deste trabalho, debruçando-me sobre um tema tão espinhoso, que exigiu esforço contínuo de pesquisa e leitura. Essa jornada me proporcionou uma verdadeira transformação pessoal no olhar diante dos dilemas complexos que impactam a vida de pessoas reais. Essa dedicação, no entanto, só foi possível graças ao apoio, amor e carinho da minha família.

Dessa forma, agradeço em especial, meu pai, Renato, à minha mãe, Nanda, e à minha irmã, Karina. São eles os responsáveis por minha formação — não apenas escolar formal, mas principalmente pessoal — e fonte constante de inspiração, fibra e persistência. Foram eles que presenciaram tão de perto meus momentos de tristeza e de frustrações, assim como compartilharam as alegrias ao longo desses anos de faculdade. A vocês, o meu muito obrigado pela paciência e cuidado.

Ao completar esta etapa da minha vida, acredito que tenho o dever de olhar para trás e reconhecer aqueles que, com generosidade e educação, contribuíram com meu percurso. Agradeço a todos os professores e mestres que tive ao longo da jornada — desde os tempos de escola, em Piracicaba, até os anos na Escola de Comunicações e Artes. Em especial, agradeço ao professor Luiz Fernando Santoro, com quem tive o privilégio de aprender durante a graduação, e que, mais tarde, foi meu orientador neste trabalho.

Aos meus amigos de toda a vida, desde a infância em Piracicaba, agradeço pelas brincadeiras e boas memórias. Em especial: Filipe, Bruno, Ricardo, Fernam, Luigi, Júlio, Leite e Calil. Foram vocês que muitas vezes trouxeram leveza e muitas risadas em dias que a canseira e a melancolia pareciam comandar. Obrigado pelos copos, discussões polêmicas, inúteis e futebolísticas. Todos nós sabemos que a Sociedade Esportiva Palmeiras tem mundial, sendo inclusive o primeiro campeão.

À minha companheira e namorada, Jade, todo o meu amor. Obrigado por ser escuta e força, sendo meu alicerce nos momentos mais nebulosos. Por ser a palavra que acolhe nas dificuldades e incertezas, que acredita mesmo quando ao meu olhar parece não ser possível. Obrigado por toda a paciência e cuidado neste momento de estresse, assim como por me ouvir dia após dia falar muito sobre este trabalho, compreendendo meu egocentrismo momentâneo. Obrigado pela sorte de estar ao seu lado de mãos dadas, com muito amor.

Agradeço também pelos anos vividos durante a minha formação de jornalista na Escola de Comunicações e Artes. Sou grato pela oportunidade de frequentar e ocupar uma universidade pública como é a Universidade de São Paulo, compreendendo tal privilégio. Sobre tudo, gostaria de estender meus agradecimentos às pessoas que fazem a ECA existir. As árvores, os prédios, os corredores, as salas de aula e os anfiteatros são testemunhas inanimadas dos momentos e

memórias que fizeram parte relevante da minha formação educacional, social e humana, mas são os funcionários, porteiros, faxineiros, seguranças, bibliotecários, docentes e alunos que dão vida a essa instituição. São os seres humanos as estruturas vitais que fazem a instituição ECA existir plenamente. Por isso, meus agradecimentos às pessoas.

Obrigado aos muitos amigos do jornalismo que fiz e tive o prazer de conhecer, em sala de aula ou em conversas nos corredores do CJE. Deixo meu agradecimento emocionado ao time de futsal, a Família Futsal, que me acolheu em uma São Paulo gigantesca. Foi a Família Futsal que me acolheu como a minha família em São Paulo, com vocês conversei da vida, tomei uns copos, viajei por muitos lugares, passei noites em claro, dei umas boas risadas e de vez em quando chutei uma bola. “É um raro prazer que nem todos podem ter”. À Família meu muito obrigado.

*Basel Adra - codiretor palestino de “No Other Land”, filme vencedor do Oscar de melhor documentário em 2025, durante o discurso de premiação: "Há cerca de dois meses, tornei-me pai e desejo à minha filha que ela não tenha que viver a mesma vida que eu vivo agora, sempre com medo da violência dos colonos, da demolição de casas e do deslocamento forçado que minha comunidade, Masafer Yatta, vive e enfrenta todos os dias sob ocupação."*

*Yuval Abraham - codiretor israelense de “No Other Land”, filme vencedor do Oscar de melhor documentário em 2025, durante o discurso de premiação: "Fizemos este filme, palestinos e israelenses, porque juntos nossas vozes são mais fortes. Nós nos vemos. A destruição atroz de Gaza e seu povo, que precisa acabar; os reféns israelenses, brutalmente capturados no crime de 7 de outubro, que precisam ser libertados. Há um caminho diferente, uma solução política sem supremacia étnica, com direitos nacionais para ambos os nossos povos. Não é tarde demais para a vida, para os vivos. Não há outro caminho."*

# Resumo

No dia 7 de outubro de 2023, o grupo extremista palestino Hamas realizou um ataque de grande escala contra Israel, por meio de incursões terrestres, lançamento de foguetes e uso de drones. Em uma ação cuidadosamente coordenada, membros da milícia paramilitar palestina atravessaram as barreiras de segurança que separam a Faixa de Gaza do território israelense e invadiram a região sul do país. Ao longo do dia, a violência se espalhou por estradas e comunidades, com agressores invadindo vilas, saqueando residências, assassinando moradores e sequestrando civis, que foram levados como reféns para Gaza. Em resposta, Israel lançou uma série de bombardeios e operações militares que intensificaram o conflito e agravaram a situação humanitária na Faixa de Gaza. O episódio reacendeu debates sobre o histórico de tensões entre judeus e palestinos, evidenciando a complexidade e persistência do conflito. Nesse contexto, o jornalismo desempenha um papel essencial na formação da opinião pública, ao assumir a responsabilidade de informar, explicar e contextualizar os múltiplos aspectos que envolvem essa disputa. No entanto, diante da profundidade e sensibilidade do tema, os profissionais da imprensa enfrentam diversos desafios próprios da cobertura de guerra. Tendo em vista essa circunstância, este trabalho propõe uma análise ampla do conflito entre Israel e Palestina, a partir de uma abordagem historiográfica que reconstrói os principais marcos das disputas entre judeus e palestinos, com o objetivo de suprir lacunas deixadas pelos veículos tradicionais da mídia hegemônica, oferecendo ao público uma compreensão mais profunda do tema. Para isso, a pesquisa se fundamentou em documentos oficiais e relatórios de instituições internacionais, investigando detalhadamente o contexto histórico desde o período anterior às primeiras tensões entre judeus e palestinos, atravessando o progressivo recrudescimento das relações, até o desabrochar dos múltiplos conflitos armados.

**Palavras-chaves:** Israel; Palestina; sionismo; Oriente Médio; Faixa de Gaza; Hamas; terrorismo; genocídio.

# Abstract

On October 7 2023, the Palestinian extremist group Hamas launched a large-scale attack against Israel, involving ground incursions, rocket fire, and the use of drones. In a carefully coordinated operation, members of the Palestinian paramilitary militia crossed the security barriers separating the Gaza Strip from Israeli territory and invaded the southern region of the country. Throughout the day, violence spread across roads and communities, with perpetrators attacking villages, looting homes, killing residents, and kidnapping civilians, who were taken as hostages to Gaza. In response, Israel launched a series of bombings and military operations, further escalating the conflict and worsening the humanitarian crisis in the Gaza Strip. This episode has reignited debates about the longstanding tensions between Jews and Palestinians, highlighting the complexity and persistence of the conflict. In this context, journalism plays a vital role in shaping public opinion, taking on the responsibility of informing, explaining, and contextualizing the many facets of this dispute. However, given the depth and sensitivity of the issue, journalists face numerous challenges inherent to war reporting. In light of this reality, this study offers a broad analysis of the Israeli-Palestinian conflict through a historiographical approach that reconstructs key moments in the disputes between Jews and Palestinians. The goal is to address the gaps left by traditional vehicles of the hegemonic media and provide the public with a more in-depth understanding of the topic. To this end, the research draws on official documents and reports from international institutions, thoroughly examining the historical context, from the period preceding the initial tensions between Jews and Palestinians, through the gradual deterioration of relations, to the emergence of multiple armed conflicts.

**Key-words:** Israel; Palestine; zionism; Middle East; Gaza Strip; Hamas; terrorism; genocide.

# Lista de ilustrações

Figura 1 – Mapa com destaque do Oriente Médio. (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2025)	21
Figura 2 – A região atual em disputa entre Israel e Palestina pertencia ao Império Otomano até 1917. (PODER360, 2023)	28
Figura 3 – Divisão de partes do Oriente Médio entre Reino Unido e França, após a desintegração do Império Otomano e o fim da Primeira Guerra, decorrente do Acordo Sykes-Picot planejado anteriormente, em 1916. (BBC, 2023)	32
Figura 4 – Território da Palestina que ficou sob o Mandato Britânico (1922-1948). (BBC, 2023)	37
Figura 5 – Plano de Partilha da ONU para a Palestina conforme Resolução 181(II). (BBC, 2023)	58
Figura 6 – Domínio das regiões da Palestina após a Primeira Guerra Árabe-Israelense. (BBC, 2023)	84
Figura 7 – Destaque para a posição geográfica dos vizinhos Egito e Israel, com destaque para o Canal de Suez e o Estreito de Tiran. (Guterman, Marcelo, 2024)	89
Figura 8 – Conquistas de Israel e nova configuração da região após a Guerra dos Seis Dias. (BBC, 2023)	90
Figura 9 – Fronteira entre Israel e Egito após a devolução da Península do Sinai. (BBC, 2023)	95
Figura 10 – Mapa com destaque para as regiões mais afetadas nos ataques de 7 de outubro de 2023. (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2024)	108
Figura 11 – Grupos paramilitares membros do Eixo de Resistência e suas áreas de atuação. (GLOBO, 2024)	142
Figura 12 – A distância entre os inimigos Israel e Irã e sua disposição geográfica no Oriente Médio. (G1, 2024)	145
Figura 13 – Zona tampão ou de segurança na fronteira entre Israel e Líbano. (Um mapa simples sobre o Conflito entre Israel e o Líbano., 2006)	150
Figura 14 – Blue Line da ONU que busca demarcar a fronteira entre Israel e Líbano após anos de conflito na região, desde 1982. (THE NATIONAL, 2019)	152
Figura 15 – Ataques aéreo de Israel ao Hezbollah no Líbano de 20 de setembro até começo de outubro de 2024. (BBC NEWS, 2024a)	155

Figura 16 – As alianças de poder do Eixo de Resistência que os Houthis do Iêmen participam contra Israel. (G1, 2024a)	160
Figura 17 – Destaque do Estreito de Babelmândebe próximo ao Iêmen e do Canal de Suez. (G1, 2023)	163
Figura 18 – Caminho da rota marítima comercial entre Ásia e Europa pelo Mar Vermelho e pelo Cabo da Boa Esperança. (BBC NEWS, 2024b)	164
Figura 19 – Disputa pelo poder de regiões no norte da Síria e sul da Turquia. (BBC News Brasil, 2024)	169
Figura 20 – Destaque para a zona de segurança que a Turquia deseja estabelecer entre a fronteira da Síria com a Turquia. (BBC News Brasil, 2019)	170
Figura 21 – Área onde as populações curdas estão historicamente localizadas e onde sonham em constituir um Estado independente, o Curdistão. (BBC News Brasil, 2019)	171
Figura 22 – Avanço dos rebeldes sírios do norte do território até a capital Damasco. (BBC News Brasil, 2024b)	173
Figura 23 – Bombardeios de Israel a regiões estratégicas na Síria. (BBC News Brasil, 2024a)	176
Figura 24 – Região das Colinas de Golã controladas por Israel desde que tomou da Síria durante a Guerra dos Seis Dias (1967). (BBC News Brasil, 2024b)	177
Figura 25 – Mostra o caminho até a Passagem de Rafah, principal ponto de travessia entre a Faixa de Gaza e o Egito, localizada na cidade de Rafah, assim como a Passagem Kerem Shalom, um dos principais pontos da tríplice fronteira entre Israel, Gaza e Egito. (BBC News Brasil, 2023)	183
Figura 26 – Corredor da Filadélfia, faixa estreita de terra localizada na fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito, ao longo da cidade de Rafah, sendo uma área estratégica no cerco a Gaza. (BBC News Mundo, 2024)	185

# Sumário

<b>1</b>	<b>Nota Sobre o Uso de Fontes em Língua Estrangeira e Traduções</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>Introdução</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>A história da Palestina e Israel</b>	<b>21</b>
3.1	Posicionamento Geográfico	21
3.2	As Raízes do Conflito	23
3.2.1	A Terra Prometida	23
3.2.2	O Sionismo de Theodor Herzl	23
3.2.3	Território e Identidade: A Palestina Durante o Domínio Otomano	28
3.2.4	O Nacionalismo Árabe	29
3.2.5	A Colonização Europeia do Oriente Médio	31
3.2.6	Acordo Sykes-Picot (1916)	31
3.2.7	Declaração Balfour (1917)	33
3.2.8	Administração Militar Britânica Provisória (1917-1920)	34
3.2.9	Administração Civil Britânica Provisória (1920-1922)	35
3.3	O Mandato Britânico na Palestina (1922-1948)	36
3.3.1	Oficialização do Mandato	36
3.3.2	Migração de Judeus para a Palestina	39
3.3.3	Revoltas Árabes (1936 -1939)	41
3.3.4	O Livro Branco de 1939	44
3.3.5	Resposta Judaica ao fim da Política Migratória	45
3.3.6	O Fim do Mandato Britânico	46
3.3.7	A Culpa Britânica	47
3.4	O Plano de Partilha da Palestina	47
3.4.1	A Ligação do Holocausto com a Questão Palestina	48
3.4.2	Posição de Árabes e Judeus ao Plano de Partilha	54
3.4.3	Votação do Plano de Partilha	55
3.4.4	Determinações do Plano de Partilha	57
3.5	A Criação do Estado de Israel	62
3.5.1	Guerra Civil na Palestina (1947-1948)	62
3.5.2	A Expansão do Sionismo	63
3.5.3	O Massacre de Deir Yassin	64
3.5.4	O Terror Psicológico da Guerra	67
3.5.5	O Êxodo Palestino	70
3.5.6	A Saída dos Britânicos da Palestina	72



3.5.7	Inviabilidade do Plano de Partilha . . . . .	73
3.5.8	O Nascimento de Israel (1948) . . . . .	75
3.6	A Primeira Guerra Árabe-Israelense . . . . .	78
3.6.1	A Prepotência da Liga dos Estados Árabes . . . . .	81
3.6.2	A Verdade sobre o Poder das Forças de Defesa de Israel . . . . .	82
3.6.3	O Armistício de 1949 . . . . .	83
3.6.4	Israel: A Concretização do Sionismo . . . . .	85
<b>4</b>	<b>A Formação da Resistência Palestina . . . . .</b>	<b>87</b>
4.1	Principais Conflitos Após a Consolidação do Estado Judeu . . . . .	87
4.1.1	Guerra de Suez (1956) . . . . .	87
4.1.2	Guerra dos Seis Dias (1967) . . . . .	88
4.1.3	Guerra do Yom Kippur (1973) . . . . .	92
4.1.4	Acordos de Camp David (1978) . . . . .	94
4.1.5	Primeira Intifada (1987-1993) . . . . .	96
4.1.6	Segunda Intifada (2000-2005) . . . . .	98
4.2	Estruturas de Organização Palestina . . . . .	100
4.2.1	Criação da OLP . . . . .	100
4.2.2	Criação da ANP . . . . .	101
4.2.3	Criação do Fatah . . . . .	103
4.2.4	Criação do Hamas . . . . .	105
<b>5</b>	<b>O Conflito entre Israel e Hamas . . . . .</b>	<b>108</b>
5.1	7 de Outubro de 2023 . . . . .	108
5.1.1	O Ataque do Hamas . . . . .	109
5.1.2	Ataque ao kibbutz Be'eri . . . . .	110
5.1.3	Ataque ao kibbutz Nir Oz . . . . .	112
5.1.4	Massacre no Festival Nova e Controle da Rodovia 232 . . . . .	113
5.1.5	Ataque ao Posto Militar de Nahal Oz . . . . .	115
5.1.6	Reivindicação de Autoria do Ataque . . . . .	116
5.1.7	O Envolvimento de Civis Palestinos . . . . .	117
5.1.8	A Prepotência de Israel . . . . .	117
5.1.9	Lentidão das Forças de Defesa de Israel (IDF) . . . . .	118
5.1.10	Diretiva Hannibal . . . . .	120
5.1.11	Os Horrores da Violência e da Tortura . . . . .	121
5.1.12	Violência Baseada em Gênero . . . . .	122
5.1.13	O Efeito Devastador da Violência em Crianças . . . . .	125
5.1.14	O Impacto do Ataque em Idosos . . . . .	127
5.1.15	Civis Estrangeiros . . . . .	128
5.1.16	A Narrativa do Hamas . . . . .	128

5.1.17	Identificação das Vítimas . . . . .	132
5.1.18	Desrespeito ao Direito Internacional . . . . .	133
5.1.19	Crimes de Guerra . . . . .	134
5.1.20	Responsabilização pelos Atos de Violência . . . . .	138
<b>6</b>	<b>O Impacto do Conflito entre Israel e Hamas na Região . . . . .</b>	<b>140</b>
6.1	Israel e Irã . . . . .	140
6.1.1	Relação amistosa entre os Xás do Irã e Israel . . . . .	140
6.1.2	A Revolução Iraniana de 1979 e a Ruptura com Israel . . . . .	141
6.1.3	O Eixo de Resistência . . . . .	141
6.1.4	O Envolvimento do Irã no Conflito entre Hamas e Israel . . . . .	143
6.2	Israel e o Hezbollah do Líbano . . . . .	148
6.2.1	Criação do Hezbollah . . . . .	149
6.2.2	Escalada de tensões entre Hezbollah e Israel . . . . .	153
6.2.3	Assassinatos de Líderes do Hezbollah . . . . .	153
6.2.4	Invasão ao Líbano . . . . .	157
6.2.5	Cessar-Fogo entre Israel e Hezbollah . . . . .	157
6.3	Israel e os Houthis do Iêmen . . . . .	159
6.3.1	Criação dos Houthis . . . . .	161
6.3.2	Apoio ao Hamas . . . . .	162
6.3.3	Ataques no Mar Vermelho . . . . .	163
6.4	Israel e Síria . . . . .	165
6.4.1	A Relação entre Síria e Palestinos . . . . .	166
6.4.2	O Envolvimento da Síria no conflito entre Hamas e Israel . . . . .	166
6.4.3	Queda de Bashar al-Assad . . . . .	167
6.4.4	Guerra Civil Síria (2011-2024) . . . . .	168
6.4.5	Disputa no Norte da Síria . . . . .	169
6.4.6	A Queda Inesperada de Assad . . . . .	172
6.4.7	Síria pós Guerra Civil e Queda de Assad . . . . .	173
6.4.8	Preocupação Internacional com o Futuro da Síria . . . . .	175
6.4.9	Ações de Israel na Síria após a Queda de Assad . . . . .	176
6.4.10	A volta dos sírios para casa . . . . .	179
<b>7</b>	<b>A escalada de violência na Faixa de Gaza após o 7 de Outubro de 2023 . . . . .</b>	<b>180</b>
7.1	Resposta de Israel ao 7 de Outubro de 2023 . . . . .	180
7.2	Por que o Hamas atacou? . . . . .	181
7.3	O Uso de Força Desproporcional por parte do Estado de Israel . . . . .	183
7.3.1	Horizonte para Paz . . . . .	187
<b>8</b>	<b>Conclusão . . . . .</b>	<b>188</b>

**Referências** . . . . . 194

# 1 Nota Sobre o Uso de Fontes em Língua Estrangeira e Traduções

Devido à natureza do tema abordado — que envolve o contexto de conflitos no Oriente Médio, em especial entre judeus e palestinos —, foi necessário recorrer a diversas fontes em língua inglesa. Afinal, embora existam estudos anteriores em português, produzidos por outros autores, este trabalho concentrou-se em escritos base, ou seja, primordiais para a compreensão aprofundada da disputa histórica entre palestinos e judeus. Tendo isso em vista, tais obras essenciais foram em sua maioria originalmente escritas em língua estrangeira e traduzidas posteriormente para o português. Além disso, inúmeros relatórios e documentos oficiais de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas, que também serviram de referência para a elaboração deste trabalho, estavam disponíveis, em sua grande maioria, apenas em idioma estrangeiro. Em virtude disso, ressalta-se que todas as traduções desses materiais foram realizadas de forma livre pelo autor deste trabalho, preservando o sentido autêntico dos textos para garantir a fidelidade das informações apresentadas. As fontes consultadas encontram-se devidamente referenciadas na bibliografia, seguindo as normas acadêmicas vigentes, de modo a assegurar a transparência e a correta identificação das mesmas.

## 2 Introdução

O embate entre judeus e palestinos tem origem no início do século XX, sendo caracterizado por uma sucessão de eventos significativos ao longo do tempo, em meio a uma disputa feroz pelo direito de cada um dos povos de constituir seu Estado próprio e soberano. Perante tal perspectiva, o dia 7 de outubro de 2023 marcou um novo e brutal capítulo no já longo e complexo conflito entre Israel e Palestina. Na manhã daquele dia, o grupo islâmico extremista do Hamas, com o apoio de outras facções armadas palestinas, comandou um ataque surpresa primoroso contra o território israelense, promovendo uma série de incursões terrestres, lançamentos de foguetes e uso de drones que culminaram em sequestros e na morte de centenas de civis.

A operação liderada pela ala militar do Hamas, as Brigadas Izz ad-Din al-Qassam, foi minuciosamente planejada e executada com excelência. A parte tática da ofensiva obteve grande êxito ao adentrar o território através da fronteira com Gaza, após derrubar partes da barreira que guardava Israel, com o uso de explosivos e escavadeiras que abriram rombos nas grades de proteção. Essa incursão terrestre foi facilitada pelo exercício de drones que derrubaram torres e demais redes de comunicações israelenses dispostas ao longo da fronteira, assim como por conta da destruição de postos de vigilância por morteiros, embaralhando e afetando a capacidade de reação das forças de defesa.

Durante todo o dia, os membros das milícias palestinas invadiram comunidades coletivas israelenses, conhecidas como kibbutz, e tomaram o controle de estradas. Espalharam o terror em meio às cidades e vilas, saqueando casas, ateando fogo, ferindo, torturando, sequestrando e assassinando civis. Os agressores também estiveram em um evento musical, que acontecia no local no momento do ataque, chamado Festival Nova, onde massacraram os frequentadores a sangue frio. Ao final, a violência foi tamanha que cerca de 1,2 mil pessoas perderam suas vidas de maneira brutal, enquanto 252 foram levadas como reféns para a Faixa de Gaza.

A resposta de Israel foi imediata e intensa, declarando guerra no mesmo dia, com bombardeios massivos em Gaza, mobilização de tropas e o início de uma ofensiva militar que já se estende por quase dois anos. As ações militares de Israel na Faixa de Gaza, com o objetivo de eliminar o Hamas, acabaram reverberando em todo o Oriente Médio, originando outros focos de conflito, como os enfrentamentos contra o Irã e seus aliados, o Hezbollah no Líbano, o governo Sírio e as milícias do país, os Houthis no Iêmen, grupos xiitas no Iraque, e diferentes milícias na Cisjordânia.

O embate entre Israel e o Hamas despertou um sentimento de tensão ainda maior para uma região tão instável como o Oriente Médio, que presenciou ao longo da história humana uma série de conflitos perante aspectos políticos, econômicos, étnicos, religiosos, culturais e nacio-

nalistas. Esse contexto carregado de nuances, próprio da região, atraiu inúmeros players — ou atores estratégicos — que atuam de forma intervencionista, se aliando com milícias regionais, líderes políticos e Estados estabelecidos.

O ataque de 7 de outubro, seguido da guerra em Gaza, despertou grande interesse de agentes externos, com o envolvimento de superpotências militares e geopolíticas. Em vista disso, a discussão entre nações, líderes políticos e instituições internacionais reverberou por todo o mundo, tomando conta da mídia e das redes sociais. A violência reacendeu não apenas o conflito armado, mas também o debate global em torno da disputa entre israelenses e palestinos. O mundo assistiu, quase em tempo real, à escalada da guerra atual e às suas consequências humanitárias. As redes sociais se transformaram em arenas de polarização, com uma avalanche de postagens, fotos, vídeos, estatísticas e também desinformação. Atores políticos, chefes de Estado, organizações internacionais, artistas e intelectuais se posicionaram publicamente, refletindo o alcance e a complexidade da questão. O embate, mais uma vez, extrapolou os limites geográficos e militares, tornando-se também um embate narrativo, cultural e ideológico.

O frisson que o conflito causou, refletido em protestos e manifestações em diversas cidades pelo mundo, declarações de estadistas e ampla discussão nas redes sociais, exigia uma cobertura jornalística sólida e responsável. Perante essa perspectiva, mesmo com a multiplicidade de vozes e dados na internet, é na imprensa tradicional que o público ainda encontra maior apuração e segurança na transmissão de informações.

Nesse cenário, o papel da imprensa ganha relevância central em meio ao debate público. Embora as redes sociais tenham ampliado o acesso à informação e permitido a circulação de múltiplas vozes, os meios de comunicação tradicionais ainda são fundamentais para a apuração dos fatos e a formação da opinião pública. São eles que, idealmente, oferecem maior rigor jornalístico, responsabilidade editorial e contextualização histórica — atributos que, muitas vezes, estão ausentes na comunicação digital imediatista.

Objetivamente, a mídia ainda representa uma base fundamental na formação da opinião pública, de forma que a compreensão do conflito tem ligação direta com o trabalho jornalístico dos veículos de imprensa. Dessa forma, a mídia hegemônica, com os meios de comunicação tradicionais — como jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão — ainda são as formas mais seguras para obter informações de conflitos, em contraponto a quantidade de fake news que circulam nas redes sociais, por contas não oficiais ou de jornalistas não profissionais.

Evidente que as redes sociais se consolidaram como uma força de alcance mundial, com uma agilidade incomparável e que tem o seu valor quanto a democratização da informação. De modo que, até mesmo os veículos tradicionais se viram obrigados a criarem contas nas principais redes sociais, dedicando a devida atenção para mantê-las atualizadas. Apesar disso, a rapidez com que os conteúdos circulam está intrinsecamente atrelada ao quanto essa informação pode ter sua acuracidade prejudicada. Perante esse contexto, surge a necessidade de seguir e consultar fontes confiáveis — como veículos tradicionais ou jornalistas profissionais indepen-

dentes e que gozam de credibilidade — em detrimento de contas apelativas e não jornalísticas, que priorizam o sensacionalismo e carecem de rigor jornalístico, exigido em um assunto tão delicado como uma guerra.

Mesmo com o destaque para a importância do jornalismo na função de informar a sociedade sobre o conflito entre Israel e o Hamas, é necessário o entendimento pleno de que até mesmo os grandes veículos de imprensa enfrentam limitações relevantes ao cobrir situações dessa natureza. Afinal, é fundamental esclarecer que para que as pessoas ao redor do mundo tenham acesso aos fatos e acontecimentos existem correspondentes de guerra atuando na função de testemunha ocular diretamente ou próximos às áreas afetadas.

Esse trabalho de apuração do conflito encontra certas barreiras, incluindo uma não proeminência de correspondentes em campo, devido aos altos custos operacionais para manter uma equipe atuando in loco, assim como aos riscos à vida e à integridade física dos profissionais. Por isso, a maioria das redações dependem quase exclusivamente das informações fornecidas por agências internacionais como a Reuters, a Agence France-Presse (AFP) e a Associated Press (AP), ou até mesmo de declarações e relatórios oficiais de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Anistia Internacional. Essa dependência acarreta uma padronização do conteúdo divulgado, reduzindo a diversidade de perspectivas e enfraquecendo o caráter autoral das coberturas jornalísticas.

Esses desafios e fragilidades no processo de apuração e difusão das notícias comprometem a profundidade e a pluralidade do debate público sobre o conflito. De modo que, tal contexto abre lacunas no trabalho jornalístico, assim não atendendo as exigências necessárias que a cobertura excepcionalmente multifacetada da guerra entre Israel e Hamas requer. Afinal, as perspectivas dos jornalistas variam conforme suas origens e bagagem de referências, que traz aspectos coletivos e individuais próprios quanto às dimensões políticas, sociais, históricas e culturais, impactando a forma como os fatos são narrados. Por isso, é fundamental ampliar o número de profissionais atuando na cobertura, possibilitando diferentes visões e perspectivas. Uma maior diversidade de repórteres, como brasileiros, americanos, europeus, asiáticos e locais — principalmente judeus e palestinos — oferece uma compreensão complementar mais ampla do conflito, assim aumentando as possibilidades de histórias a serem contadas.

No caso especificamente do jornalismo brasileiro, poucos são os correspondentes enviados especialmente para a cobertura do conflito, de forma que a base do que é publicado pelos veículos está na replicabilidade, distanciando-se de uma abordagem mais autoral. Esse fator carrega problemas graves, não executando um exercício de jornalismo que seja adequado à profundidade que a discussão necessita, com evidentes falhas na construção do complexo contexto de disputas entre palestinos e judeus.

Diante disso, este trabalho busca oferecer uma análise mais detalhada e contextualizada do longo conflito entre palestinos e judeus, que apresenta mais de 100 anos de história, com nuances que remetem ao final do século XIX e início do século XX. Primeiramente, a partir

do entendimento mais amplo do embate, em seguida estes escritos visam compreender a guerra atual entre Israel e Palestina, atentando-se para os desafios enfrentados pelos jornalistas e para as consequências dessa cobertura na percepção do público.

Para tanto, foi necessário recorrer a fontes internacionais, documentos oficiais da ONU e de outras instituições globais, além de estudos e relatos de jornalistas e cientistas políticos, assim como líderes árabes e judeus. Esse material utilizado como referência bibliográfica, para consulta durante a elaboração do trabalho, foi essencial na construção de uma análise a partir de elementos referentes à gênese do conflito entre árabes palestinos e judeus israelenses. Dessa forma, a pesquisa procurou realizar uma investigação minuciosa, utilizando documentos e estudos carregados de detalhes.

Este ensaio apresenta uma análise abrangente do conflito entre Israel e Palestina através de uma construção historiográfica, abordando as disputas entre árabes e judeus pela formação de seus próprios Estados independentes. A proposta busca suprir certas lacunas existentes na literatura e na produção jornalística de obras que ofereçam uma abordagem aprofundada e contextualizada sobre a complexa relação entre palestinos e judeus, principalmente de forma educativa descomplicada. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma linguagem acessível, com o intuito de ampliar a compreensão do tema entre leitores não especializados, promovendo, assim, a democratização do conhecimento sobre o tema.

A estrutura do artigo foi organizada em duas partes principais, divididas pelo marco temporal do ataque ocorrido em 7 de outubro de 2023. A primeira parte contempla os dois capítulos iniciais. O primeiro capítulo examina em detalhe as raízes históricas do conflito entre árabes e judeus na região atual em disputa, culminando na formação do Estado de Israel. O segundo capítulo aborda o período subsequente à independência do Estado judeu, em 1948, até os eventos que antecederam o ataque do Hamas, com ênfase na consolidação da resistência palestina por meio de suas lideranças políticas, instituições e braços armados.

A segunda grande parte do artigo compreende os capítulos três e quatro. O terceiro capítulo é dedicado ao estopim da guerra atual, retratando detalhadamente os acontecimentos do ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023, assim como o subsequente desenrolar da guerra em Gaza e suas consequências imediatas. O quarto e último capítulo retrata uma análise abrangente de como o conflito atual refletiu em todo o Oriente Médio, com especial atenção para o papel do Irã e sua relação com o Hamas e Israel, aos confrontos de Israel com o Hezbollah no Líbano, à atuação dos Houthis no Iêmen e às dinâmicas envolvendo governos e grupos armados na Síria.

Ao longo da complexa e histórica disputa entre palestinos e judeus, marcada por sucessivos ciclos de ataques e retaliações, destaca-se a presença de pronunciamentos oficiais de chefes de Estado, líderes de grupos paramilitares e autoridades de órgãos internacionais. Tais manifestações compõem um embate simbólico paralelo às disputas militares escancaradas, traduzindo uma verdadeira guerra de narrativas, em que todas as partes envolvidas se acusam mutuamente buscando definir uma verdade absoluta de acordo com seus próprios interesses.



Diante desse cenário, este trabalho não se propõe a menor pretensão de apontar culpados ou injustiçados, tampouco heróis ou vilões. Não há qualquer intenção de assumir uma postura julgadora ou de adotar um olhar maniqueísta sobre um conflito de tamanha complexidade. Seria, inclusive, presunçoso fazê-lo, especialmente considerando que nem mesmo a ONU foi capaz de impor uma resolução definitiva, amplamente aceita e funcional.

Reduzir o embate entre palestinos e judeus — ou, de forma mais ampla, a intrincada dinâmica geopolítica do Oriente Médio — a explicações simplistas significaria caminhar pela ignorância e incorrer em grave erro de análise. Ainda assim, as diversas ações de todos os envolvidos foram examinadas e expostas com o devido rigor analítico que cada caso exige, garantindo uma abordagem isenta, mas sem qualquer omissão de responsabilidade, respeitando a complexidade de cada contexto apresentado.

## 3 A história da Palestina e Israel

### 3.1 Posicionamento Geográfico



Figura 1 – Mapa com destaque do Oriente Médio. (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2025)

O sol nasceu em Israel no dia 7 de outubro de 2023, quando por volta de 6h29 da manhã mísseis despertaram toda uma região. Em uma ação orquestrada, o Hamas havia iniciado um ataque contra Israel. O grupo de origem palestina invadiu o sul do Estado Judeu por céu, terra e mar. Foram lançados foguetes, mísseis e drones, partes da cerca que dividia Gaza e Israel foram colocadas abaixo, além de um pequeno contingente que adentrou utilizando barcos de pequeno porte e paraquedistas. A operação toda acabou com 1,2 mil mortos — sendo a maioria civis — além de 252 que foram sequestrados e levados para a Faixa de Gaza, resultando no início de uma das guerras mais sangrentas e desastrosas no Oriente Médio dos últimos anos.<sup>1</sup>

Essa disputa entre Hamas e Israel está inserida em um contexto complexo e multifacetado, característico da região, que já foi palco para uma enormidade de conflitos ao longo da

<sup>1</sup> Relato de acordo com o Relatório dos “Resultados detalhados sobre os ataques realizados em 7 de outubro de 2023 em Israel” (A/HRC/56/CRP.3), do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, elaborado pela Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental e Israel. (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2024)

história. Nessa linha, é fundamental ter o entendimento pleno do que é o Oriente Médio e quais países fazem parte dessa designação. Entretanto, a própria definição de Oriente Médio<sup>2</sup> é complexa, sendo uma denominação geográfica e política que não tem um consenso pleno, mudando conforme o autor e contexto. Afinal, até mesmo o surgimento e construção do termo não são exatos, com possível origem que remete a um olhar eurocentrista, de nações imperialistas entre o final do século XIX e começo do século XX — principalmente Reino Unido e França — que buscavam definir e especificar uma região que era essencial para o processo de industrialização dessas potências.

Posteriormente, essa construção geopolítica desenvolvida pelos europeus, cunhando o termo Oriente Médio, foi adotada pelos Estados Unidos, pela ONU e por toda a mídia internacional. De maneira orgânica, o termo se popularizou, pressupondo como a região é considerada de extrema importância estratégica. Antes, por conta de rotas comerciais que passavam pelos países árabes, depois, por ter grande quantidade de jazidas de petróleo, recurso energético fundamental que já foi até mesmo tratado como o “ouro negro”. Atualmente, os aspectos de sua relevância se entrelaçam, com a questão energética do petróleo sempre em voga, mas também há uma importância a respeito da disputa por imposição política e bélica de players — ou atores estratégicos — envolvidos na região.

Mesmo com inúmeras diferenças no contexto econômico, político e cultural, os países do Oriente Médio compõem uma certa unidade. Apresentam algumas características em comum, como a população predominantemente árabe, origem advinda de impérios muçulmanos e o árabe como idioma oficial — aspectos que não garantem a inocorrência de conflitos armados. Desse modo, o mapa mais comum do Oriente Médio abrange Bahrein, Chipre, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Palestina, Kuwait, Líbano, Omã, Catar, Arábia Saudita, Síria, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen. Outras interpretações incluem também Líbia, Sudão, Cazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão, Azerbaijão, Armênia, Geórgia, Afeganistão e Paquistão.

É relevante destacar que Israel, Irã, Chipre e Turquia são países não árabes que fazem parte do Oriente Médio. Israel tem maioria de judeus, além do hebraico como idioma oficial. O Irã tem origem persa. O Chipre tem grande maioria étnica grega e parte turca. E a Turquia com descendência otomana. Além de outros que também não são nações árabes, como Cazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão, Azerbaijão, Armênia, Geórgia, Afeganistão e Paquistão.

---

<sup>2</sup> O desenho de Oriente Médio levado em consideração neste estudo tem como base principalmente o “Grande Oriente Médio”, definido pelo autor Mehdi Parvizi Amineh, na obra “The Greater Middle East in Global Politics” (2007), abrangendo o Norte da África, o Oriente Médio Central, a Ásia Central, o Sul do Cáucaso, e o Afeganistão e o Paquistão.

## 3.2 As Raízes do Conflito

A atual guerra entre o Estado de Israel e o Hamas é mais um capítulo da longa história de disputas entre judeus e palestinos pela soberania da região. O conflito envolve diversos aspectos de extrema complexidade perante questões históricas, religiosas, étnicas, territoriais e políticas. Por isso, para compreender melhor os acontecimentos atuais, é fundamental ter o entendimento da evolução de outros enteveros anteriores, de forma a dar o devido contexto para certas disputas e motivações, assimilando a origem das agressões e inimizades entre palestinos e judeus.

As raízes do conflito entre judeus e palestinos remontam ao final do século XIX e início do século XX, período este em que os ideais do sionismo foram formados e consolidados, como um movimento político, no qual os judeus determinavam diretrizes para a organização de um “lar nacional judeu”, enquanto, em paralelo, o sentimento nacionalista árabe aflorava, com movimentos de luta por independência.

Neste contexto, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) intensificou a instabilidade no Oriente Médio, provocando grande destruição e profundas transformações geopolíticas, especialmente o avanço do controle de Potências europeias colonialistas sobre a região. Esses elementos complexos desencadearam uma discussão sobre o direito à autodeterminação nacional dos povos em suas próprias terras, assim como a legitimidade da criação de Estados independentes para essas populações.

Isto posto, perante um cenário de incertezas, a responsabilidade de mediar o conflito e buscar soluções recaiu inicialmente sobre a Liga das Nações e, posteriormente, sobre a Organização das Nações Unidas (ONU), que ficaram incumbidas de atuarem com base nos princípios do direito internacional.

### 3.2.1 A Terra Prometida

O Oriente Médio é o berço das três maiores religiões monoteístas do mundo, sendo uma terra sagrada para o islamismo, judaísmo e cristianismo. Dessa forma, segundo textos bíblicos, a região hoje em disputa entre Israel e Palestina, antigamente conhecida como Canaã, foi uma terra prometida por Deus a Abraão. Isto posto, a partir dessa narrativa religiosa, dentre os tantos filhos de Abraão, estão Isaac e Ismael, que deram origem, respectivamente, aos descendentes de judeus e árabes. Por isso, perante essa interpretação dos livros sagrados, tanto israelenses como palestinos consideram a região como a “terra prometida” para cada um de seus povos.

### 3.2.2 O Sionismo de Theodor Herzl

Durante séculos o povo judeu foi perseguido pelas mais diversas forças de poder, com episódios de violência e assassinatos, sofrendo discriminação e exclusão em diferentes contex-

tos e partes do mundo. Na Idade Média, foram alvos de preconceito religioso por parte dos cristãos, que os acusavam de serem profanos, culpando-os frequentemente por eventos catastróficos como a Peste Negra. Nesse quadro, no qual eram usados como bode-expiatórios, os judeus sofriam com a marginalização de tal forma que foram obrigados a viverem isolados em guetos, separados das cidades e outros habitantes.

Posteriormente, esse ódio histórico aos judeus, marcado por agressões, foi definido com o termo antissemitismo. Dentro desse contexto, os judeus continuaram a serem marginalizados com base em pseudociências do final do século XIX, como a falsa teoria eugenista, que propagava o ideal preconceituoso de inferioridade racial dos judeus. Essas concepções antisemitas foram utilizadas como base para a perseguição sistemática do povo judaico, durante o Holocausto na Alemanha Nazista, que massacrrou 6 milhões de judeus.<sup>3</sup>

Nesse cenário, de perseguição étnica e religiosa e marginalização do povo judaico, nasceu o movimento sionista. Idealizado pelo jornalista judeu austro-húngaro Theodor Herzl (1860-1904), o sionismo foi uma importante ideologia política na construção da identidade judaica, sendo base para o nacionalismo judeu moderno, representando uma resistência ao antissemitismo do final século XIX e começo do século XX.

A partir de escritos de Herzl — principalmente com a obra *Der Judenstaat* (O Estado Judeu) de 1896, na qual propunha a criação de uma pátria para os judeus — o sionismo procurou organizar politicamente as aspirações das populações judaicas dispersas pelo mundo em torno de um objetivo comum. Isso significava desenhar uma narrativa de retorno à “terra prometida”, à Sião<sup>4</sup>, que na época era conhecida como Palestina<sup>5</sup>.

David Hirst — que atuou como correspondente do *The Guardian* para assuntos do Oriente Médio entre os anos 1960 e 1990 —, conta em seu livro, *The Gun and the Olive Branch: The Roots of Violence in the Middle East* (HIRST, 1977, p. 15), o contexto histórico enfrentado por Herzl na época: “Foi sua resposta à antiga maldição do antissemitismo, com a qual ele ficou cara a cara em toda a sua feiúra em sua Hungria natal, onde pogroms<sup>6</sup> e julgamentos de assassinatos ainda persistiam”.

Com essa relação tão íntima, de viver mergulhado na violência movida pelo antissemitismo em sua terra natal, Herzl teve sua indignação despertada. Entretanto, o pai do sionismo

<sup>3</sup> Segundo avaliações do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos cerca de 6 milhões judeus foram assassinados. (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, 2023)

<sup>4</sup> Sião tem uma importância profunda para o judaísmo. Segundo textos bíblicos, refere-se a uma região conquistada pelo Rei Davi orbitando as redondezas de Jerusalém, local onde esteve o Templo de Salomão que foi quase todo destruído, restando apenas um único muro, conhecido como o Muro das Lamentações. Com o decorrer do tempo Sião ganhou significado mais amplo, de redenção e esperança, representando o retorno dos judeus à terra de seus ancestrais.

<sup>5</sup> Na época da efervescência dos ideais sionistas a Palestina era uma região predominantemente árabe, mas não um Estado independente constituído e estava sobre domínio do Império Otomano.

<sup>6</sup> Segundo o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, pogroms é uma palavra russa que significa “causar estragos, destruir violentamente”, e refere-se a violentos ataques físicos contra os judeus. Acredita-se que o primeiro incidente rotulado como pogroms remonta de um tumulto antissemita ocorrido na cidade de Odessa em 1821. (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM)

também foi testemunha ocular de um dos episódios mais conhecidos de injustiça a um judeu, contribuindo para que Herzl começasse a formular seus pensamentos que dariam origem ao sionismo. Hirst descreveu o caso, na mesma obra já citada acima:

“Mas em 1891, após vários anos de luta, foi nomeado correspondente em Paris do famoso jornal de Viena *Neue Freie Presse*. Na capital francesa, ele cobriu o notório caso Dreyfus<sup>7</sup>, a armação, o julgamento fraudulento e a condenação do oficial judeu acusado de passar segredos aos alemães, e viu quão profundo era o preconceito ainda encontrado mesmo na terra da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.”(HIRST, 1977, p.16)

Em 1897, o primeiro Congresso Sionista foi organizado na cidade da Basileia, Suíça, firmando as bases para o sionismo moderno, que articularia mecanismos cruciais para que o sonho do lar nacional judeu fosse alcançado. Segundo Hirst (1977), já nesse momento os sionistas compreenderam que seria necessário esforço de uma política imigratória colonialista profunda:

"Assim, em 1897, em seu primeiro congresso em Basileia, eles adotaram um programa formal cujo objetivo era o 'estabelecimento para o povo judeu de um lar na Palestina garantido pelo direito público'. O primeiro e mais importante item do programa seria a 'promoção, em linhas adequadas, da colonização da Palestina por trabalhadores agrícolas e industriais judeus'."(HIRST, 1977, p.16)

Para Herzl, foi nesse congresso que o Estado Judeu nasceu, como confessa em seus diários pessoais:

"Se eu fosse resumir o Congresso de Basileia em uma palavra — que evitarei pronunciar publicamente — seria esta: Em Basileia fundei o Estado judeu. Se eu dissesse isso em voz alta hoje, seria respondido por risos universais. Talvez em cinco anos, e certamente em cinquenta, todos saibam disso."(HERZL, 1960, p.581)

No início do século XX, as lideranças sionistas logo compreenderam que a diplomacia seria elemento essencial na execução do projeto, de forma que estabeleceram contatos estratégicos com as potências europeias, em especial o Reino Unido. Esses esforços seriam recompensados no futuro, visto que ao manter um bom relacionamento com os britânicos, os sionistas conquistaram o apoio político formal tão desejado. Desse relacionamento nasceu a Declaração Balfour<sup>8</sup>, emitida em 1917, que representou uma vitória significativa ao fornecer legitimidade internacional à causa, de modo que foi por muitos anos o principal argumento utilizado pelas lideranças sionistas para defenderem a validade de um Estado Judeu na Palestina.

O projeto sionista tomou a devida cautela em evitar o termo Estado em suas declarações, pátria e lar eram mais adequados para o momento inicial, com a intenção de precaver-se de

<sup>7</sup> Segundo o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, em 15 de outubro de 1894 Alfred Dreyfus foi preso e acusado de traição por entregar um documento secreto a embaixada alemã em Paris. Em 5 de janeiro de 1895 foi condenado em meio a falsos testemunhos e provas forjadas. Assim, Dreyfus foi exilado na Ilha do Diabo, Guiana Francesa, América do Sul. Apenas em 12 de julho de 1906 foi inocentada. (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, 2017)

<sup>8</sup> O contexto da Declaração Balfour (BALFOUR, ARTHUR JAMES, 1917) e todos seus detalhes serão abordado na sequência.

alarde entre governos, autoridades e líder políticos palestinos. Mas o comando era claro, o objetivo do sionismo sempre foi o estabelecimento de um Estado Judeu na Palestina, não se importando com os árabes que habitavam a região — que eram maioria —, assim como suas vontades e direitos.

Segundo o estudo *As Origens e a Evolução do Problema da Palestina*, publicado pela ONU (1990, p. 10), o movimento político sionista construiu um slogan impactante para disseminar seus ideais, ignorando o fato de que os próprios árabes já viviam na Palestina e que lá era o seu lar: "Uma terra sem povo para um povo sem terra". Perante o mesmo fato, Hans Kohn, judeu e autoridade no estudo de nacionalismo, em seu ensaio *Ahad Ha'Am: Nationalist with a Difference* (1951)<sup>9</sup>, analisa como os sionistas entendiam a presença dos árabes na Palestina:

"Em seu ardor desejoso, os sionistas ignoraram a existência dos árabes na Palestina. Aos seus olhos, a terra de seus antepassados distantes parecia vazia, esperando o retorno dos descendentes dispersos, como se a história tivesse parado por dois mil anos."(KOHN, 1974, p. 31)

A realidade era bem diferente, os palestinos estavam vivendo, na terra tão cobiçada pelos sionistas, perante suas próprias estruturas de sociedade — embora estivessem sob dominação do Império Otomano. Nesse sentido, Kohn analisou os escritos de Ahad Ha'Am, importante pensador sionista da época, sobre as condições agrícolas dos palestinos:

"Em sua 'Verdade da Palestina', Ahad Ha'Am apontou em 1891 que era difícil, exceto em dunas de areia ou colinas pedregosas, encontrar solo não cultivado na Palestina. 'Achamos que os árabes são todos selvagens que vivem como animais e não entendem o que está acontecendo ao seu redor. Este é, no entanto, um grande erro.'"(KOHN, 1974, p.31)

Além disso, quanto ao grande número de judeus estrangeiros com interesse na compra de terras na Palestina, Kohn (1974, p.31) complementa: "Os árabes, Ahad Ha'Am estava convencido, entendiam muito bem, e se não protestavam era apenas porque ainda não viam nas atividades sionistas um perigo para seu futuro."

De acordo com Kohn, no mesmo ensaio sobre o trabalho de Ahad Ha'Am, este último alertava para certos excessos contra os nativos da região, em como os judeus que tanto sofreram com perseguições das mais diversas estavam seguindo pelo caminho do autoritarismo. Como destacado na coletânea de ensaios de proeminentes escritores judeus, denominada *Zionism: the Dream and the Reality, A Jewish Critique*<sup>10</sup>:

"Em 1891, Ahad Ha'Am alertou que os colonos [judeus] não devem, em nenhuma circunstância, despertar a ira dos nativos por ações feias e devem encontrá-los com um espírito amigável de respeito. 'No entanto, o que nossos irmãos fazem na Palestina? Exatamente o oposto. Servos eram nas terras da Diáspora

<sup>9</sup> "Ahad Ha'Am: Nationalist with a Difference" é um ensaio publicado originalmente em 1951, mas que está incluso no livro *"Zionism: the Dream and the Reality, A Jewish Critique"* que foi publicado em 1974 e editado por Gary V. Smith, referência em antigo testamento e hebraico.

<sup>10</sup> O livro de coletâneas *"Zionism: the Dream and the Reality, A Jewish Critique"*, parafraseando o prefácio, reúne ensaios de importantes escritores judeus com uma nova abordagem ao problema palestino e uma reavaliação, não distorcida pela propaganda e pelas pressões da política de poder, dos problemas básicos subjacentes ao conflito árabe-israelense.



e de repente se encontram em liberdade irrestrita e essa mudança despertou neles uma inclinação ao despotismo [arbitrariedade]. Eles tratam os árabes com hostilidade e crueldade, privam-nos de seus direitos, ofendem-nos sem causa e até se gabam desses atos; e ninguém entre nós se opõe a essa inclinação desprezível e perigosa'."(KOHN, 1974, p.31)

Mesmo como líder dos ideais sionistas, Ahad Ha' Am, demonstrava profundo incômodo com a forma que o projeto elaborado por Herzl estava sendo posto em prática, durante trocas de correspondências com o amigo Moshe Smilansky, outro nome de destaque do sionismo, que defendia a coexistência pacífica entre árabes e judeus na Palestina. Como Kohn destacou em seu ensaio de 1951:

"Em uma carta de Londres, datada de 18 de novembro de 1913, Ahad Ha' Am escreveu a Moshe Smelansky em Rehovot, protestando contra o boicote judeu ao trabalho árabe: 'Além do perigo político, não posso tolerar a ideia de que nossos irmãos sejam moralmente capazes de se comportar dessa maneira com humanos de outro povo, e involuntariamente o pensamento vem à minha mente: se é assim agora, qual será nossa relação com os outros se, na verdade, alcançarmos no fim dos tempos o poder em Eretz Israel? E se este for o "Messias": não desejo ver sua vinda'."(KOHN, 1974, p.32)

"Em outra carta ao amigo Smilansky, em fevereiro de 1914, Ahad Ha' Am tenta confortá-lo pelo ataque que havia sofrido ao chamar atenção para o problema árabe, apontando que os sionistas ainda não haviam despertado para a realidade: 'Portanto, eles ficam bravos com aqueles que os lembram de que ainda há outro povo em Eretz Israel [Terra de Israel] que tem vivido lá e não pretende de forma alguma deixar seu lugar. Em um futuro em que essa ilusão terá sido arrancada de seus corações e eles olharão com os olhos abertos para a realidade como ela é, eles certamente entenderão o quão importante é essa questão e o quão grande é nosso dever de trabalhar por sua solução'."(KOHN, 1974, p.32)

O fato é que o projeto sionista foi comandado de forma autoritária e violenta, com seus líderes ignorando completamente as aspirações nacionais dos árabes palestinos por independência, tratando como se a Palestina fosse terra de ninguém. Essa postura entrou em conflito com o movimento nacionalista árabe da região, marcando profundamente as relações entre judeus e árabes, gerando um cenário de tensão e disputas que ainda persiste.

Contudo, para Kohn, a questão de convivência entre árabes e judeus na Palestina era uma situação na qual teria que haver certa harmonia, simplesmente porque inevitavelmente existiam comunidades de ambos se relacionando naquela terra.

"O estado judeu que Herzl imaginou em Altneuland era cheio de cidades e vilas árabes prósperas com uma população altamente contente que havia lucrado e aumentado como resultado da chegada dos novos colonos [judeus], com quem viviam em respeito mútuo e harmonia. Diferentes em origem e perspectiva, Ahad Ha' Am e Herzl, o moralista e o líder político, não conseguiam imaginar a desapropriação do povo árabe e sua falta de moradia. Tal evento parecia a eles não apenas eticamente duvidoso, mas praticamente imprudente porque impediria o crescimento de uma atmosfera de paz entre Israel e seus vizinhos, que pode ser construída apenas sobre ações e não sobre palavras, sobre compromisso e não sobre conquista."(KOHN, 1974, p.33)



### 3.2.3 Território e Identidade: A Palestina Durante o Domínio Otomano

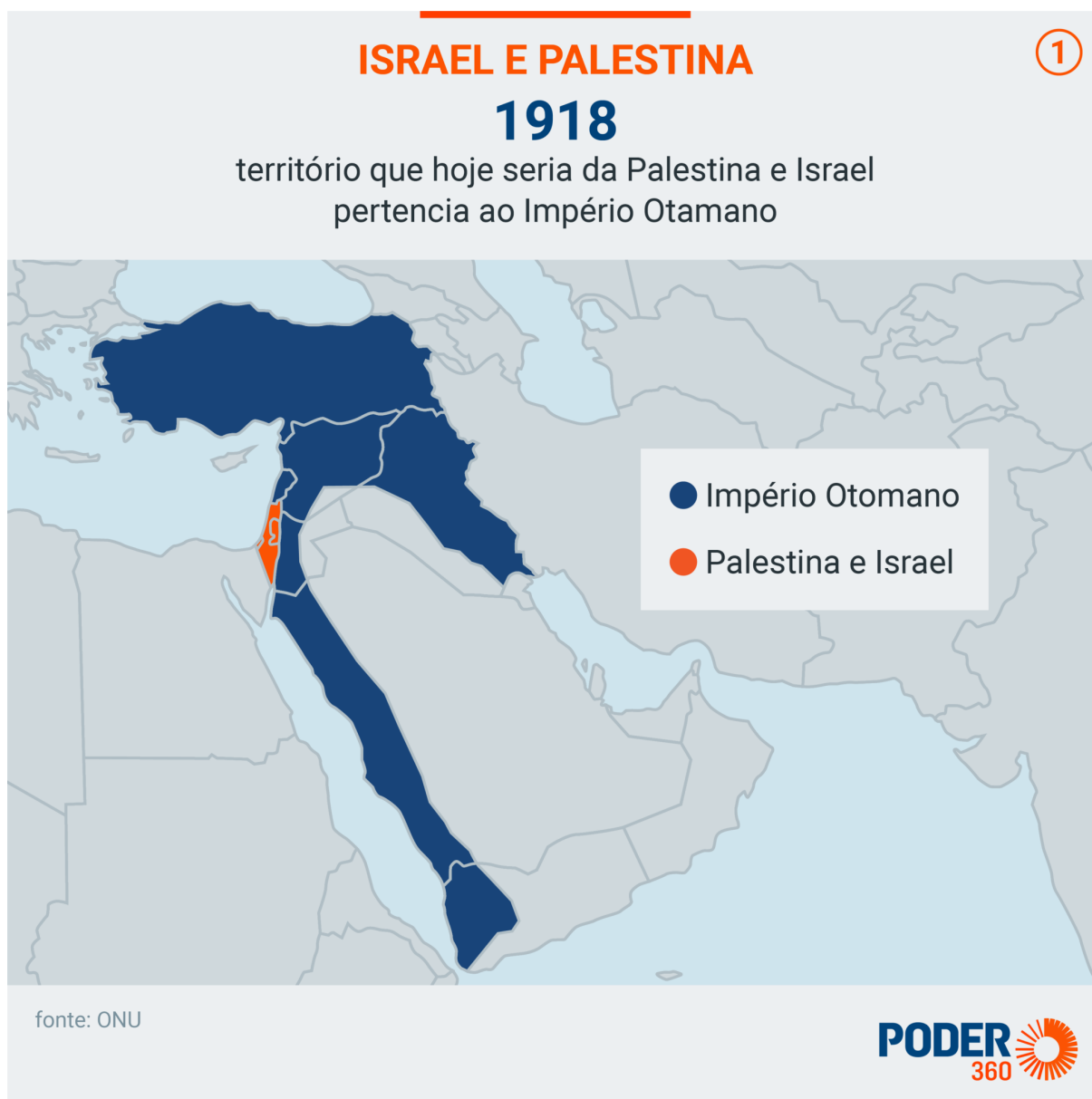


Figura 2 – A região atual em disputa entre Israel e Palestina pertencia ao Império Otomano até 1917. (PODER360, 2023)

Entre a Idade Média e a Idade Moderna, o Oriente Médio passou por profundas transformações, sendo dominado pelos grandiosos Impérios Islâmicos<sup>11</sup>. No começo do século XX, diante da destruição provocada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Império Otomano (1299-1922) entrou em declínio e acabou se desintegrando. Consequentemente, a região que historicamente era conhecida como Palestina — mesmo não sendo um país independente

<sup>11</sup> “Até meados do século XIX, os países do Grande Oriente Médio de hoje faziam parte dos três grandes impérios islâmicos da Índia Mogol (1526-1707), da Pérsia Safávida (1500-1722) e dos Otomanos (1299-1922). Entre 1400 e o início dos anos 1700, esses impérios islâmicos tiveram uma forte posição político-militar e econômica no sistema internacional.” Tradução livre de “The Greater Middle East in Global Politics” (AMINEH, 2007, p.13)

—, então parte deste Império, também foi diretamente impactada por este processo de fragmentação. Na época, a Palestina — atual Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza — abrigava uma população majoritariamente árabe e muçulmana, com minorias cristãs e judaicas.

A ancestralidade dos palestinos está profundamente enraizada nesta região, historicamente denominada como Palestina, ainda que nunca tenha sido um país livre com tal nome. Durante séculos, foi habitada por comunidades árabes que desenvolveram uma identidade cultural, linguística e religiosa própria, marcada majoritariamente pelo islamismo.

Os judeus, assim como os palestinos, possuem ancestralidade na mesma região. No entanto, ao final do período de dominação otomana, sua presença não estava concentrada exclusivamente e nem majoritariamente na Palestina. Durante séculos, os judeus estiveram dispersos pelo mundo, em consequência da histórica diáspora judaica, provocada por inúmeras perseguições sofridas ao longo do tempo, praticadas por diferentes países e povos contra o povo judeu.

O Holocausto, tragicamente, representa o capítulo mais sombrio e emblemático dessa longa trajetória de perseguição. Contudo, a dispersão judaica também remonta à época do domínio romano, quando os judeus foram expulsos — entre os séculos I e II d.C. — da região onde hoje vivem. Foi neste período que os romanos consolidaram o nome Palestina para o território, mesmo não sendo considerado um país independente.

### 3.2.4 O Nacionalismo Árabe

Próximo ao final da Primeira Guerra, o Império Otomano enfrentava um severo desgaste devido aos intensos conflitos armados. Esse cenário agravou a crise já presentes em suas estruturas administrativas e políticas, comprometendo seriamente a capacidade de governar e controlar plenamente seus vastos territórios. Paralelamente, o fortalecimento do sentimento nacionalista árabe emergiu como um dos principais desafios internos, ameaçando ainda mais a estabilidade e domínio otomano na região.

Esse contexto de instabilidade despertou movimentos independentistas — como a Revolta Árabe de 1916<sup>12</sup> —, que contribuíram decisivamente para a desintegração do Império Otomano. Aproveitando-se desse cenário, as Potências europeias — que na realidade estavam interessadas em expandir suas zonas de influência no Oriente Médio — colocaram-se ao lado do nacionalismo árabes, afirmando garantir apoio à autonomia e soberania dos povos árabes nativos em troca de colaboração militar durante a Primeira Guerra.

Essa aliança entre Potências europeias e os movimentos nacionalistas árabes foi firmada representativamente através de correspondências entre Sir Henry McMahon, Alto Comissário

<sup>12</sup> A Revolta Árabe de 1916 foi um levante militar e político que buscava independência de terras árabes que estavam sob o domínio do Império Otomano. O movimento contou com o apoio britânico, que entendiam como uma oportunidade de enfraquecer os otomanos para posteriormente implementar o próprio domínio. A revolta contou com a participação do conhecido oficial britânico T. E. Lawrence, o "Lawrence da Arábia".

Britânico no Egito, e Sherif Hussein, Emir de Meca<sup>13</sup>.

“No decorrer da prolongada correspondência, o Sherif exigiu inequivocamente a ‘independência dos países árabes’, especificando em detalhes os limites dos territórios em questão, que claramente incluíam a Palestina. McMahon confirmou que ‘a Grã-Bretanha está preparada para reconhecer e apoiar a independência dos árabes em todas as regiões dentro dos limites exigidos pelo xerife de Meca’.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.4)

Essas promessas das Potências europeias ao movimento de resistência árabe contrastavam com os reais interesses colonialistas de obter zonas de influência. Ao mesmo tempo que diziam acreditar na soberania nacional do Oriente Médio e na autodeterminação de seus povos, pactos secretos eram costurados — como o Acordo Sykes-Picot (1916), no qual o Reino Unido e a França tratavam de uma divisão de território do Oriente Médio em áreas de influência própria — evidenciando a duplicidade dos interesses europeus em suas negociações diplomáticas. Nesse sentido, especificamente a respeito da Palestina, os britânicos já haviam se comprometido com a criação de um “lar nacional judeu” em território palestino, através da Declaração Balfour, contrariando as aspirações árabes e impossibilitando qualquer sonho de independência.

Após críticas quanto aos interesses escusos revelados<sup>14</sup>, relacionados tanto ao Acordo Sykes-Picot quanto a Declaração Balfour, o proeminente posicionamento europeu anterior, demonstrando todo o suporte para a independência das nações árabes — inclusive da Palestina —, foi reafirmado. De forma que, em 4 de janeiro de 1918, o governo britânico, declarou que: “[...] as Potências da Entente<sup>15</sup> estão determinadas que a raça árabe tenha plena oportunidade de mais uma vez formar uma nação no mundo. No que diz respeito à Palestina, estamos determinados a que nenhum povo esteja sujeito a outro”.(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.4-5)

As palavras em defesa da liberdade para a Palestina não se concretizaram após o fim da Primeira Guerra. Em vez disso, a região foi submetida a uma política colonialista através do prolongado Mandato Britânico, que perdurou de 1922 a 1948 e será detalhada mais à frente. Conforme destacado pela Organização das Nações Unidas (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.5): “embora essas garantias britânicas de independência aos árabes fossem em termos inequívocos, a posição britânica, desde o fim da guerra, foi que a Palestina havia sido excluída [do processo de liberdade], uma afirmação contestada por líderes palestinos e árabes”.

<sup>13</sup> Sherif Hussein bin Ali, Emir de Meca, foi uma figura simbólica e estratégica para o movimento de independência árabe contra os otomanos, embora não exercesse soberania política formal sobre todo o povo árabe. Atuou como líder político e religioso, além de Guardião de Meca, uma das cidades mais sagradas para o islamismo, atualmente localizada na Arábia Saudita.

<sup>14</sup> No contexto da Revolução Russa (1917), no qual os soviéticos estavam voltados para questões internas, haviam revelado os verdadeiros interesses das Potências europeias ao expor as determinações secretas do Acordo Sykes-Picot

<sup>15</sup> A Entente ou Tríplice Entente foi uma aliança militar formada por França, Reino Unido e Rússia para fazer frente a Tríplice Aliança, formada por Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro durante a Primeira Guerra.

### 3.2.5 A Colonização Europeia do Oriente Médio

O processo de queda de poderosos impérios do Oriente Médio, incluindo o Otomano, está relacionado com crises internas de governabilidade e identidade, mas também foi acelerado pela expansão colonialista europeia, que transformou profundamente a geopolítica do Oriente Médio. Afinal, a supremacia tecnológica, militar e econômica da Europa Ocidental, impulsionada pela Revolução Industrial, permitiu às potências europeias subjugarem territórios e populações da região, impondo novas estruturas políticas, econômicas e culturais.

A disparidade econômica entre a Europa Ocidental e o restante do mundo no início do século XX era colossal, elevando os Estados europeus ao status de super potências mundiais. Para compreender a dimensão da desigualdade de desenvolvimento econômico, “em 1913, os níveis de renda na Europa Ocidental e suas ramificações ocidentais eram mais de seis vezes maiores do que no resto do mundo”. (MADISON, 2001, p.49) apud (AMINEH, 2007, p.18)

Essa supremacia econômica era refletida em superioridade tecnológica e industrial, permitindo à Europa dominar militarmente ex-impérios islâmicos e assim colonizar essas regiões.

“Com o tempo, esses países [europeus] melhoraram muito a capacidade letal relativa e absoluta dos sistemas de armas produzidos industrialmente. A tecnologia militar europeia, transformada pela Revolução Industrial de meados do século XIX, tornou a expansão muito mais fácil e barata do que antes. Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície terrestre do globo foi distribuída ou redistribuída entre meia dúzia de Estados colonialistas.” (HOBBSBAWN, 1987) apud (AMINEH, 2007, p.18)

A queda dos Impérios Islâmicos e a subsequente colonização europeia marcaram um período de transformações radicais no Oriente Médio, de forma que a criação de muitos estados-nação só seria alcançada posteriormente. Nesse sentido, não houveram garantias de respeito às aspirações nacionais árabes, de forma que as fronteiras traçadas artificialmente ignoravam as identidades étnicas, religiosas e culturais locais. Essa imposição imperialista gerou instabilidade, sendo a base para muitos conflitos que ainda reverberam na política regional até hoje, como o caso entre Israel e Palestina. Este, reconhecidamente como um dos mais complexos.

### 3.2.6 Acordo Sykes-Picot (1916)

O Acordo Sykes-Picot foi um tratado secreto firmado em 1916 entre o Reino Unido e a França<sup>16</sup>, antes mesmo do fim da Primeira Guerra Mundial. Idealizado com a perspectiva de vitória no conflito, seu objetivo principal era definir como as potências europeias vencedoras repartiriam as terras do Império Otomano — que estava prestes a ser derrotado.

“Entre 1916 e 1922, o Ministério das Relações Exteriores britânico negociou com o Ministério das Relações Exteriores da França uma partição do Império Otomano no pós-guerra. A questão geral era se o Oriente Médio deveria ser governado por uma Potência britânica ou separado em dois mandatos divididos

<sup>16</sup> O Acordo Sykes-Picot inicialmente teve certa participação soviética, que acabou se ausentando em razão de seus acontecimento internos, decorrente da Revolução Russa (1917).

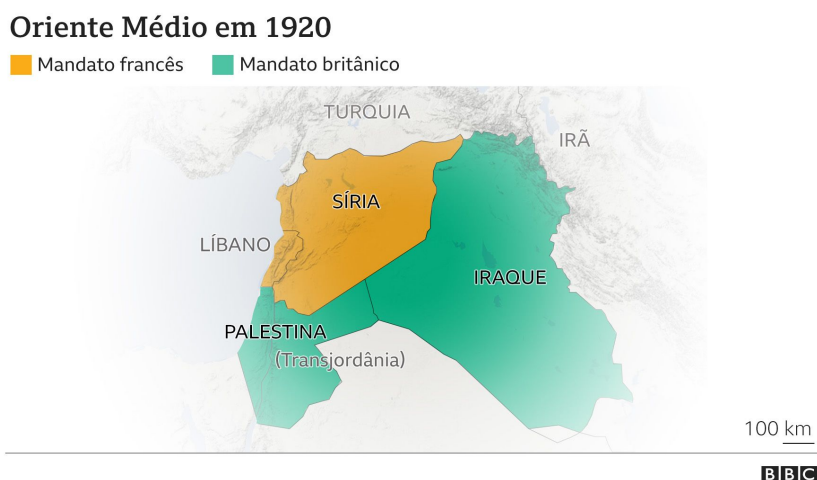


Figura 3 – Divisão de partes do Oriente Médio entre Reino Unido e França, após a desintegração do Império Otomano e o fim da Primeira Guerra, decorrente do Acordo Sykes-Picot planejado anteriormente, em 1916. (BBC, 2023)

entre a Grã-Bretanha e a França. O resultado dessas negociações foi o Acordo Anglo-Francês, ou Acordo Sykes-Picot, que foi aprovado em 4 de fevereiro de 1916."(AMINEH, 2007, p.29)

Negociado pelos diplomatas britânico, Mark Sykes, e francês, François Georges-Picot, o acordo previa a criação de zonas de influência e áreas de controle direto. Assim, o Oriente Médio foi dividido entre as duas principais potências da época. “A França recebeu um Mandato sobre o Líbano e a Síria, concedendo suas outras reivindicações na região, reconhecendo assim o domínio da Grã-Bretanha sobre o Iraque, a Jordânia e a Palestina.” (AMINEH, 2007, p.29)

Esse tratado nasceu em meio a falsas promessas das Potências europeias de apoio ao nacionalismo árabe<sup>17</sup>, que lutava contra a dominação do Império Otomano. Afinal, o acordo foi traçado secretamente, enquanto, de forma paralela, os britânicos incentivavam os árabes a se rebelarem contra os otomanos — inimigos do Reino Unido na Primeira Guerra —, assegurando a criação de Estados árabes independentes ao final da guerra.

A promessa não foi cumprida, o combinado entre francês e britânicos prosperou, inaugurando um longo período de colonização europeia no Oriente Médio. Essa falta de liberdade causou indignação entre os povos árabes, alimentando ressentimentos que resultaram em uma série de conflitos armados, como o caso entre árabes e judeus na Palestina.

<sup>17</sup> O Acordo Sykes-Picot contrariava o apoio a independência árabe, desenhado entre Sir Henry McMahon, Alto Comissário Britânico no Egito, e Sherif Hussein, Emir de Meca.

O Acordo Sykes-Picot impôs fronteiras artificiais ao não considerar aspectos étnicos, religiosos e culturais locais da região, sendo um dos principais fatores que transformaram a dinâmica e as estruturas de poder do Oriente Médio, contribuindo para a instabilidade política e social tão presente até hoje.

### 3.2.7 Declaração Balfour (1917)

As animosidades crescentes entre árabes e judeus tiveram origem, em suma, durante uma série de ações políticas contraditórias do Reino Unido, em favor da criação de Estados de um e de outro — sobretudo aos judeus — na Palestina, antes mesmo do fim da Primeira Guerra. Isto significa que, os britânicos ainda sequer tinham o domínio sobre a Palestina — que na época pertencia ao Império Otomano —, mas já faziam juras de independência aos árabes, por um lado, enquanto simultaneamente garantiam apoio à criação de um “lar nacional judeu” na região, por outro.

Nesse contexto, “em 2 de novembro de 1917, o governo britânico apoiou formalmente o estabelecimento de uma pátria judaica na Palestina, conforme reivindicado pela Organização Sionista Mundial”.(HUREWITZ, 1979) apud (AMINEH, 2007, p.33). Esse documento, conhecido como Declaração Balfour, endossava o estabelecimento de um lar judeu na Palestina, ao mesmo tempo em que ponderava, exigindo que os direitos civis e religiosos de comunidades não judaicas também fossem respeitados.

A Declaração foi apresentada em forma de uma carta enviada por Arthur Balfour, então secretário britânico de Relações Exteriores, para Lord Lionel Rothschild, um influente líder da comunidade judaica britânica, com a intenção de ser compartilhada com a Federação Sionista da Grã-Bretanha. A carta pode ser lida na sua íntegra abaixo:

“Ministério das Relações Exteriores. 2 de novembro de 1917.

Caro Lorde Rothschild,

Tenho o prazer de transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia pelas aspirações sionistas judaicas, que foi submetida e aprovada pelo Gabinete.

O Governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e empenhara todos os esforços para facilitar a realização deste objetivo, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos da comunidade não judaica existente na Palestina, ou os direitos e o status político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país.

Eu ficaria grato se você levasse esta declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Atenciosamente, Arthur James Balfour”<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Foram consultadas várias fontes para atestar o conteúdo completo da Carta que deu origem a Declaração Balfour. Nesse sentido foram encontrados três registros confiáveis que coincidiam com o mesmo material: Times of Israel, Avalon Project da Universidade de Yale e a Biblioteca Virtual Judaica.

Essa decisão evidenciou a aproximação entre o governo britânico e o movimento sionista, parceria esta que perduraria por longos anos durante o Mandato Britânico na Palestina (1922 a 1948). O documento foi propositalmente impreciso nas palavras e informações, buscando não despertar alarde entre árabes, enquanto que de alguma forma concedia o que era tão aguardado pelo movimento sionista: um marco de legitimidade para seu lar na Palestina. Assim os britânicos poderiam modular as palavras escritas por Balfour ao seu bel-prazer.

Ao final, a Declaração de Balfour apresentou uma peculiaridade notável: foi emitida por uma Potência europeia oferecendo um território no qual não possuía soberania ou legitimidade para cedê-lo — ignorando completamente a presença, os direitos e a vontade da maioria nativa da região. Os britânicos desconsideraram as aspirações nacionais dos árabes palestinos — que formavam a maioria da população local — ao incentivar uma imigração em massa de judeus estrangeiros para estabelecer um “lar nacional judeu”, em detrimento da identidade predominantemente árabe da Palestina.

Assim, a declaração foi um marco decisivo que transformaria as proporções étnicas populacionais entre judeus e árabes na Palestina, funcionando como um instrumento fundamental para o projeto sionista promover a profusa imigração judaica para a região. Além disso, serviu como um atestado de legitimidade para os judeus utilizado para a futura criação do Estado de Israel em 1948.

Essa política de incentivo à imigração judaica, atrelada ao plano de estabelecer um “lar nacional judeu” na Palestina, despertou profunda indignação entre os árabes palestinos, sendo o estopim para disputas políticas acirradas e uma escalada de violência intensa entre árabes e judeus.

### 3.2.8 Administração Militar Britânica Provisória (1917-1920)

Durante a Primeira Guerra Mundial, a Palestina sofreu com um cenário devastador de destruição, fome e miséria, agravado pela repressão imposta pelo Império Otomano contra os movimentos nacionalistas árabes. A região tornou-se palco de intensos confrontos entre as tropas otomanas e as forças britânicas. Em dezembro de 1917, os britânicos derrotaram o Império Otomano e ocuparam Jerusalém, consolidando posteriormente seu domínio sobre a Palestina.

Com a derrota otomana, a Palestina passou por um período de administração militar britânica provisória, marcado por uma transição política e administrativa instável. Afinal, os árabes palestinos, após se libertarem do domínio otomano, esperavam alcançar a tão prometida independência e a formação de um Estado autônomo, conforme sugerido durante as negociações com o Reino Unido na Primeira Guerra. Contudo, a realidade foi diferente. O Acordo Sykes-Picot (1916) já havia definido a Palestina como uma zona de influência britânica perante uma política colonialista, enquanto a Declaração de Balfour ameaçava a autodeterminação do povo árabe ao apoiar a criação de um “lar nacional judeu” na região.



Segundo o estudo *As Origens e a Evolução do Problema da Palestina*, realizado pela ONU e publicado em 1990, em abril de 1918, foi enviada para a Palestina uma Comissão Sionista, liderada por Chaim Weizmann<sup>19</sup> e por outros representantes sionistas internacionais, acompanhada por funcionários britânicos. O objetivo da Comissão era promover as medidas necessárias em favor do estabelecimento na Palestina de um lar nacional judeu. No mais, dava-se destaque para a importância de manter boas relações com árabes e outras comunidades não-judaicas, de forma a “acalmar as suspeitas árabes sobre os verdadeiros objetivos do sionismo”.

O mesmo documento de 1990 da ONU também apresentou como a Conferência de Paris (1919) — momento no qual a geopolítica mundial foi redesenhada no pós-Primeira Guerra — foi crucial para a definição de poderes na Palestina. Na conferência, a posição britânica foi clara em apoiar o sionismo, garantindo iria cumprir suas promessas quanto ao “lar nacional”, enquanto os palestinos tiveram uma representação enfraquecida, através da figura do Emir Feisal<sup>20</sup>, da atual Arábia Saudita, que apresentou sua defesa pela independência dos muitos povos árabes do antigo domínio otomano. Assim, foi assinado o Pacto das Nações Unidas (1919), corroborando a Declaração Balfour que beneficiava os judeus, impedindo a independência árabe e instaurando as normas do Mandato Britânico na Palestina — que seria oficializado em 1922.

Os acontecimentos, decorrentes do final da guerra e início de negociações diplomáticas na Conferência de Paris, criaram um clima de incerteza em como seriam organizadas as instituições e as estruturas políticas e sociais na Palestina. As disputas por terras e direitos entre árabes e judeus intensificou-se, resultando em embates cada vez mais frequentes e violentos. Em resposta, o Reino Unido afirmava garantir o desenvolvimento de uma estrutura de governo em cooperação com árabes e judeus, proferindo promessas de um Estado livre para ambos no futuro. Entretanto, as verdadeiras motivações britânicas estavam profundamente alinhadas muito mais com seus próprios interesses estratégicos imperialistas, relacionados à exploração de recursos naturais e em manter uma fundamental zona de influência na região. “[...] Como afirmou o primeiro-ministro britânico, Arthur Balfour, em 1918, ‘eu não me importo sob qual sistema mantemos o petróleo’”.(VAN DER PIJL, 2006, p.43) apud (AMINEH, 2007, p.29).

### 3.2.9 Administração Civil Britânica Provisória (1920-1922)

Em 1920, a administração militar foi substituída por uma administração civil provisória que ficaria até 1922, antecipando a consolidação do domínio britânico através da formalização de um Mandato na Palestina.

O governo foi chefiado por Herbert Samuel, o primeiro Alto Comissário Britânico para

<sup>19</sup> Chaim Weizmann foi uma importante liderança política judaica, com o cargo de presidente da Organização Sionista Mundial por duas vezes (1920-1931 e 1935-1946), assim como da Agência Judaica a partir de 1929. Além de ter sido o primeiro presidente do Estado de Israel, após sua criação em 1948.

<sup>20</sup> Emir Feisal era filho do Sherif Hussein bin Ali, Emir de Meca, que durante a Primeira Guerra foi responsável por negociar com o Reino Unido o apoio — que se comprovou falso — a independência árabe de não todos os povos árabes da região, mas a grande maioria.



a Palestina, que era um homem judeu e favorável ao sionismo, fato que gerou enorme tensão e críticas por parte dos árabes. Desta forma, durante a administração de Samuel a imigração judaica foi profundamente incentivada, assim como a facilitação de compras de terras para os judeus, seguindo o caminho desenhado pela Declaração Balfour.

A medida que o projeto sionista ganhava corpo, com a chegada de milhares de imigrante judeus, o quadro social se agravava em razão ao extremo descontentamento da população árabe com as políticas britânicas, resultando em protestos e confrontos.

### 3.3 O Mandato Britânico na Palestina (1922-1948)

O domínio otomano na região da Palestina chegou ao fim durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento no qual o Império Britânico consolidou sua hegemonia como potência militar e econômica. Essa supremacia foi impulsionada por seu avançado e acelerado processo de industrialização, que despertou os interesses colonialistas britânico pelas áreas do Oriente Médio, por serem ricas em petróleo e outros recursos naturais, essenciais para sustentar sua crescente economia e poderio bélico.

Diante dessas aspirações colonialistas do Reino Unido, foi instaurado o Mandato Britânico sobre a Palestina, que se estendeu formalmente de 1922 a 1948. Entretanto, a consolidação desse domínio foi resultado de um processo complexo, marcado por conflitos e tensões, cujas raízes remontam aos eventos anteriores descritos e retomados brevemente a seguir.

Em 1916, o controle britânico sobre a região foi delineado pelo Acordo Sykes-Picot. Em dezembro de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, forças britânicas tomaram Jerusalém dos otomanos e iniciaram um domínio não oficial. Em 1918, após o fim da Primeira Guerra, e a consequente desintegração do Império Otomano, o Acordo Sykes-Picot foi verdadeiramente posto em prática. Assim, entre 1917 a 1920, os britânicos mantiveram a Palestina sob uma administração militar momentânea. E entre 1920 e 1922, sob outro período transitório, agora perante uma administração civil provisória. Somente após esses desdobramentos todos que o Mandato foi oficializado, através de concessão da Liga das Nações, consolidando o domínio britânico na região.

#### 3.3.1 Oficialização do Mandato

Após a Primeira Guerra, a região da Palestina ficou sob o controle da Grã-Bretanha, em conformidade com as normas do Pacto da Liga das Nações (1919)<sup>21</sup>. Segundo o próprio documento, o Pacto foi elaborado “a fim de promover a cooperação internacional e alcançar a paz e

<sup>21</sup> Durante a Conferência de Paris (1919), o Pacto da Liga das Nações (1919) foi assinado como parte do Tratado de Versalhes (1919), entrando em vigor em 1920, assim como a criação da Liga das Nações (1919). O contexto era de pós-Primeira Guerra Mundial, no qual discussões eram feitas em prol da paz mundial, baseando-se na autodeterminação dos povos para evitar novos conflitos.([LEAGUE OF NATIONS, 1919](#))

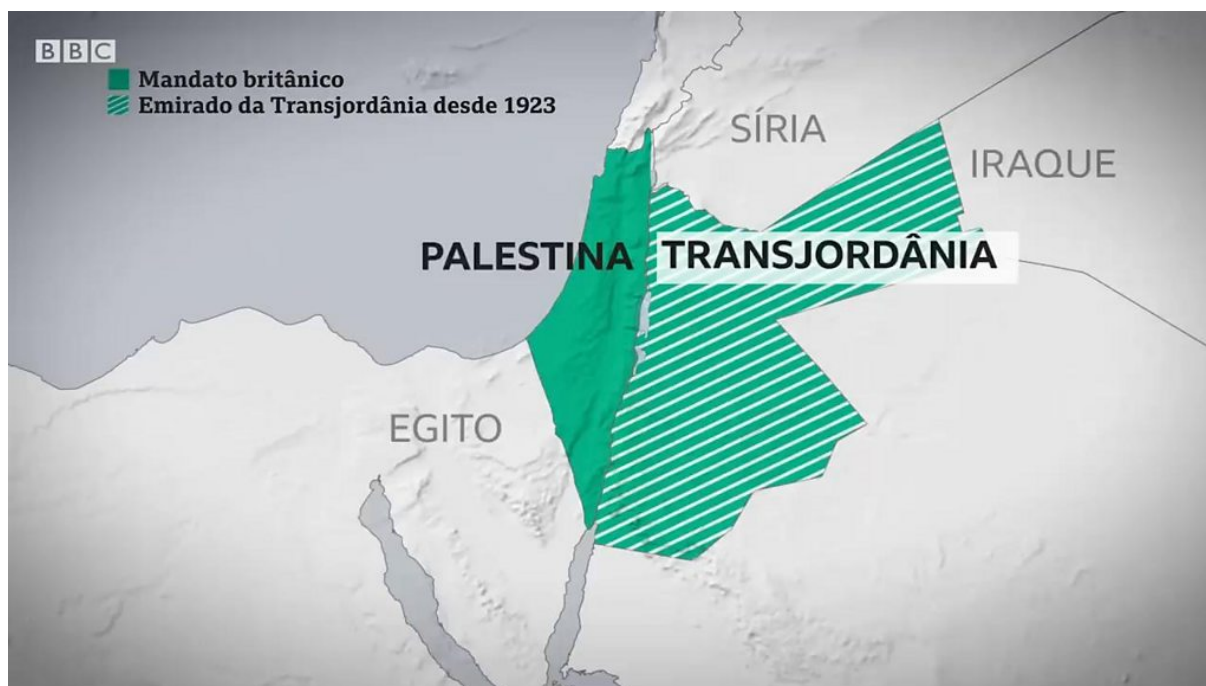


Figura 4 – Território da Palestina que ficou sob o Mandato Britânico (1922-1948). (BBC, 2023)

a segurança internacional”. Entretanto, o texto refletia uma visão evidentemente eurocentristas e eugenistas, ao pressupor que as Potências europeias fossem as únicas capazes de governar e guiar os povos do mundo, como se fosse quase uma responsabilidade divina inexorável.

Nesse sentido, dois trechos do Artigo 22, do Pacto da Liga das Nações (1919), usados como pretexto para um colonialismo disfarçado em razão de uma falsa justificativa de iniciativa progressista, foram destacados abaixo:

“Às colônias e territórios que, como consequência da última guerra, deixaram de estar sob a soberania dos Estados que os governavam anteriormente e que são habitados por povos que ainda não são capazes de se manterem sozinhos sob as condições árduas do mundo moderno, deve ser aplicado o princípio de que o bem-estar e o desenvolvimento de tais povos constituem uma responsabilidade sagrada da civilização e que as garantias para o desempenho dessa responsabilidade devem ser incorporadas neste Pacto.” (LEAGUE OF NATIONS, 1919)

“O melhor método para dar efeito prático a esse princípio é que a tutela desses povos seja confiada a nações avançadas que, em razão de seus recursos, experiência ou posição geográfica, possam melhor assumir essa responsabilidade e que estejam dispostas a aceitá-la, e que essa tutela seja exercida por elas como mandatárias em nome da Liga.” (LEAGUE OF NATIONS, 1919)

Através dessa concessão feita pela Liga das Nações — instituição que antecedeu a ONU — o Império Britânico ficou oficialmente responsável pelo Mandato para a Palestina (1922) . Publicando um documento um tanto quanto contraditório, que escancarou os próprios interesses para a região, assim como o apoio ao projeto sionista, escanteando sua missão de desenvolvimento dos povos da região com base no conceito da autodeterminação. Abaixo, há trechos

relevantes que destacam como o teor do texto do Mandato para a Palestina (1922)<sup>22</sup>, elaborado pela Liga das Nações, institucionalizou partes de um conflito de interesses entre judeus e palestinos:

“[...] confiar a um Mandatário selecionado pelas referidas Potências a administração do território da Palestina, que anteriormente pertencia ao Império Turco [...]”.

“Considerando que as Principais Potências Aliadas também concordaram que o Mandatário deveria ser responsável por colocar em prática a declaração originalmente feita em 2 de novembro de 1917 [Declaração Balfour], pelo Governo de Sua Majestade Britânica, e adotada pelas referidas Potências, em favor do estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, sendo claramente entendido que nada deveria ser feito que pudesse prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e o status político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país;”

“Artigo 2: O Mandatário será responsável por colocar o país sob condições políticas, administrativas e econômicas que garantam o estabelecimento do lar nacional judaico, conforme estabelecido no preâmbulo, e o desenvolvimento de instituições autônomas, e também por salvaguardar os direitos civis e religiosos de todos os habitantes da Palestina, independentemente de raça e religião.”

“Artigo 6: A Administração da Palestina, ao mesmo tempo em que assegura que os direitos e a posição de outros setores da população não sejam prejudicados, facilitará a imigração judaica em condições adequadas e incentivará, em cooperação com a Agência Judaica mencionada no Artigo 4, o assentamento próximo de judeus na terra, incluindo terras do Estado e terras abandonadas não necessárias para fins públicos.”

“Artigo 7: A Administração da Palestina será responsável por promulgar uma lei de nacionalidade. Serão incluídas nesta lei disposições elaboradas de modo a facilitar a aquisição da cidadania palestina por judeus que fixam residência permanente na Palestina.”

“Artigo 17: O Mandatário terá o direito de usar, a qualquer momento, as estradas, ferrovias e portos da Palestina para o movimento de forças armadas e o transporte de combustível e suprimentos.”

“Artigo 22: Inglês, árabe e hebraico serão as línguas oficiais da Palestina. Qualquer declaração ou inscrição em árabe em selos ou dinheiro na Palestina deverá ser repetida em hebraico e qualquer declaração ou inscrição em hebraico deverá ser repetida em árabe.”

O documento do Mandato para a Palestina oficializou a retirada do domínio do Império Otomano em favor do controle britânico. Além disso, validou os escritos da Declaração Balfour, comprometendo-se com a causa sionista ao garantir que daria condições para o nascimento

<sup>22</sup> Tradução livre de trechos do “Mandato para Palestina” (C. 529. M. 314. 1922. VI.), formulado pela Liga das Nações, em 1922. ([LEAGUE OF NATIONS, 1922](#))

desse “lar nacional judeu” na Palestina. Seria de responsabilidade do Reino Unido incentivar e contribuir com a imigração judaica, facilitando os assentamentos de judeus na região, assim como assegurar cidadania a todos. Os interesses do Reino Unido foram salvaguardados, conferindo-lhes o controle sobre a infraestrutura da região, permitindo exploração dos recursos a seu gosto. Por outro lado, o texto afirmava que seria de responsabilidade do Mandatário, no caso o Reino Unido, garantir os direitos civis e religiosos de todos os habitantes, incluindo dos árabes.

As próprias diretrizes do Mandato, elaborado pela Liga das Nações, nunca estariam plenamente de acordo, afinal eram naturalmente divergentes em sua essência. Tendo em vista que ao assegurar direitos plenos aos árabes, como à autodeterminação, para a criação de um Estado livre no futuro, estavam ferindo partes do mesmo texto que defendiam o “lar nacional judeu” na Palestina. Havia uma incongruência de sentidos inata.

### 3.3.2 Migração de Judeus para a Palestina

O Mandato Britânico foi marcado como o período no qual as tensões entre palestinos e judeus realmente se intensificaram e escalaram para fortes agressões. Afinal, foi o momento no qual os palestinos temiam cada vez mais perder suas terras e identidade à medida que o contingente de judeus que adentravam o território — com a conivência e até incentivo britânico — crescia. Enquanto os judeus, que buscavam finalmente se fixar em um único local após séculos vagando sem ter uma nação, sofriam preconceito e perseguições dos árabes da região.

Esse deslocamento proeminente da imigração judaica para a Palestina, está inserido perante uma série de fatores correlacionados. O contexto era de um forte crescimento do antissemitismo (preconceito e ódio contra judeus) e da disseminação dos ideais preconceituosos, vexaminosos e brutais do nazismo pela Europa de Hitler. Nessa linha, como uma resposta aos ataques e perseguições, o projeto sionista para a região ganhou força. Marcando a posição do Movimento Sionista<sup>23</sup>, que representa uma ação política e ideológica, com base na defesa e na autodeterminação do povo judeu para a criação de um Estado na “Terra de Israel”. Para assim, formar um lar onde pudessem praticar sua fé, expressando e preservando seu idioma, cultura e costumes livremente.

A política de incentivo britânico a migração de judeus aliado ao projeto sionista definiu um processo de transformação demográfica da região. A população da Palestina em 1922 era de 757 mil pessoas, com 590 mil muçulmanos (78%), 83 mil judeus (11%) e 73 mil cristãos (9%)<sup>24</sup>. Em 1931, a Palestina abrigava cerca de 1 milhão de habitantes, com 760 mil muçulmanos

<sup>23</sup> Criado pelo jornalista austro-húngaro Theodor Herzl no final do século XIX, o Movimento Sionista de caráter político, social e cultural, foi fundado com o objetivo de estabelecer um lar nacional e um Estado independente para os judeus.

<sup>24</sup> De acordo com o Relatório e Resumos Gerais do Censo de 1922 da Palestina. Dados fornecidos na tabela de “População da Palestina por Religião” da página 5. (GREAT BRITAIN GENERAL REGISTER OFFICE, 1922)

(73%), 175 mil judeus (17%) e 91 mil cristãos (9%)<sup>25</sup>. A partir disso, a proporção de judeus foi crescendo consideravelmente, em comparação às taxas demográficas dos muçulmanos na região. Segundo estudos da ONU sobre o fluxo migratório de judeus para a Palestina:

“Em comparação com os 100 mil na década de 1920, a Palestina recebeu cerca de 232 mil imigrantes legais na década de 1930. A população judaica em 1939 era de mais de 445 mil de um total de cerca de 1,5 milhões — quase 30% em comparação com menos de 10% 20 anos antes.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.42)

Esse fluxo migratório atingiu seu auge nos anos de: 1933, com 30 mil judeus chegando à Palestina; 1934, com 42 mil; e 1935, com 62 mil<sup>26</sup>. De forma que, é inevitável não associar a imigração judaica para a Palestina os horrores do Holocausto, considerando que muitos desses migrantes não estavam se mudando por vontade própria, como parte do projeto sionista, mas fugindo da perseguição antissemita que se alastrou pela Europa, em busca de refúgio urgente.

“Em 1933, os nazistas tomaram o poder na Alemanha, e sua iminente perseguição infame à população judaica trouxe um êxodo de judeus da Alemanha e de outros países europeus. Um grande número veio para a Palestina, elevando o ressentimento já latente novamente em violência.”[p.45]onu:1990

“A população da Palestina aumentou tremendamente — de 750 mil do censo de 1922 para quase 1,85 milhão no final de 1946 — um aumento de quase 250%. Durante esse período, a população judaica disparou de 56 mil, após a Primeira Guerra Mundial, para 84 mil em 1922, chegando a 608 mil em 1946, um aumento de cerca de 725%.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.71)

Com a grande entrada de imigrantes judeus, muitos fugidos do nazismo, as tensões sociais eram cada vez maiores. Entre os árabes palestinos, crescia a percepção de que o sonho de um Estado próprio estava cada vez mais distante. Esse sentimento de insatisfação converteu-se em Revoltas Árabes por Independência, que desencadearam novos e trágicos episódios de violência.

Nesse cenário de ódio e hostilidade, é fundamental compreender que a resistência palestina — que cometia excessos — não deve ser interpretada como um ato de antissemitismo, mas sim como uma disputa por autodeterminação e pelo controle de terras. Nesse sentido, cada movimento — seja judeu ou seja árabe — baseando-se em suas próprias narrativas, justificativas e motivações.

<sup>25</sup> De acordo com os volumes 1 e 2 do Relatório do Censo da Palestina de 1931.(GOVERNMENT OF PALESTINE - VOLUME 1, 1933; GOVERNMENT OF PALESTINE - VOLUME 2, 1933)

<sup>26</sup> De acordo com a tabela "Imigração para a Palestina 1930-1939" do “The Origins and Evolution of the Palestine Problem” (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.41)

É coerente, antes de exprimir uma opinião tão inquisitorial, analisar os fatos históricos e contextos para compreender os casos de violência na Palestina da década de 1930. O fato é que, anteriormente, judeus e palestinos conviviam na Palestina em certa harmonia. De acordo com a ONU, análises de diversos materiais mostram que as relações começaram a se deteriorar após as políticas resultantes da Declaração Balfour. Como destacado: “Que os judeus mereciam simpatia era inquestionável. Mesmo antes do terror nazista, essa simpatia pelo povo judeu existia entre os árabes palestinos. A ausência de rancor racial antes da Declaração de Balfour recebeu ênfase em praticamente todos os relatórios oficiais”.(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.72)

Em 1937, durante rebeliões palestinas pelo autogoverno, um relato significativo, registrado pela Comissão Real da Palestina, a mando da administração britânica, evidencia certa empatia de alguns palestinos árabes diante da perseguição enfrentada pelos judeus na Europa, momentaneamente deixando de lado as rivalidades existentes:

“Um hábil expoente árabe das revoltas nos disse que os árabes ao longo de sua história não apenas estiveram livres do sentimento antijudaico, mas também demonstraram que o espírito de compromisso está profundamente enraizado em sua vida. Não há pessoa decente, disse ele, que não queira fazer tudo o que for humanamente possível para aliviar a angústia dessas pessoas, desde que não seja à custa de infligir uma angústia correspondente a outro povo.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.72)

Apesar de certa compaixão demonstrada por alguns árabes, diante dos assassinatos em massa de judeus na Europa nazista, o contexto Palestino era de enfrentamento ao sionismo. As milícias árabes continuavam a atacar impetuosamente assentamentos e comunidades judaicas, com foco em alcançar a independência. A prioridade era a própria luta por um Estado autônomo, porque se assim não fizesse estariam dando brecha para que os sionistas avançassem com o projeto de um “lar nacional judeu” na Palestina.

### 3.3.3 Revoltas Árabes (1936 -1939)

A chegada de judeus foi tamanha durante o Mandato Britânico que provocou modificações profundas no censo demográfico, com alteração na proporção por etnia na Palestina (árabes x judeus). Perante esse clima de tensão, impulsionado pelo aumento da população judaica na região, entre 1936 e 1939, ocorreram inúmeras Revoltas Árabes por Independência. Esses levantes foram dirigidos contra a colonização judaica, endossada pelos britânicos, e contra as tomadas de decisões arbitrárias da administração central, sendo liderados pelo Alto Comitê Árabe Palestino<sup>27</sup>. Documentos da ONU analisaram o cenário da época:

<sup>27</sup> O Alto Comitê Árabe Palestino foi fundado em 1936, durante o Mandato Britânico, como uma organização política e executiva na representação dos árabes palestinos. Sua atuação estava relacionada ao nacionalismo árabe da região que buscava ser resistência ao domínio britânico e à imigração judaica para a Palestina, além da luta pela independência. Mesmo não sendo uma organização militar declarada coordenava protestos e greves gerais, além de apoiar e incentivar movimentos de resistência armada.



“À medida que a greve se prolongava, a violência aumentava. Houve ataques a tropas britânicas e postos policiais, bem como a assentamentos judeus, sabotagem de estradas, ferrovias, oleodutos e assim por diante. A administração britânica impôs toques de recolher, convocou reforços de tropas da Grã-Bretanha, Egito e Malta e recorreu a prisões em massa, multas coletivas e internamentos em campos de concentração e outras medidas de emergência.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.46)

“Uma reocupação militar virtual do país provou ser necessária para lidar com a explosão de bombas e minas terrestres, o assassinato e os atiradores que eram ocorrências quase diárias.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.47)

Em decorrência do recrudescimento da violência durante as insurgências árabes na região, envolvendo agressões bárbaras aos judeus e a administração britânica, materiais foram produzidos buscando analisar a situação dos conflitos, assim como as explicações e motivações. Dessa forma, o Governo Britânico elaborou o Relatório da Comissão Real da Palestina, em 1937, reconhecendo em partes a indignação dos palestinos, que bradavam como a “auto-determinação nacional havia sido retida quando os árabes eram maioria na Palestina e só seria concedida quando os judeus fossem maioria”.(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.48)

As explicações para a morosidade na criação de um Estado árabe independente na Palestina, semelhante ao que outras comunidades árabes da região já desfrutavam, relaciona-se diretamente com a Declaração de Balfour e sua incorporação no projeto de Mandato. Desse modo, segundo o Relatório da Comissão Real da Palestina, para os árabes, “[...] se e quando o autogoverno for concedido, pode não ser nacional no sentido árabe, mas ser um governo por uma maioria judaica. É por isso que é difícil ser um patriota árabe e não odiar os judeus”.(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.51)

Assim, visando desenvolver soluções para a questão da Palestina, por conta da grande violência das revoltas árabes, o Mandato Britânico procurou traçar um plano que abarcasse os interesses de ambos, vislumbrando uma divisão do território. Em vista disso, divulgou um Relatório da Comissão de Partilha para a Palestina, elaborado pelo Governo Britânico, em 1938.

"Ao apoiar uma solução do problema da Palestina por meio da partilha, o Governo de Sua Majestade está muito impressionado com as vantagens que ela oferece tanto aos árabes quanto aos judeus. Os árabes obteriam sua independência nacional e, assim, poderiam cooperar em pé de igualdade com os árabes dos países vizinhos na causa da unidade e do progresso árabe. Eles seriam finalmente libertados de todo o medo da dominação judaica [...]. Por outro lado, a partilha garantiria o estabelecimento do lar nacional judaico e o livraria de qualquer possibilidade de estar sujeito ao domínio árabe em um futuro próximo. Isso converteria o lar nacional judeu em um Estado judeu [...]”. (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.52)

A partilha era inaceitável aos olhos palestinos, baseando-se na justificativa de sua autodeterminação. “O Alto Comitê Árabe reafirmou formalmente o direito dos palestinos à independência total em toda a Palestina e a substituição do Mandato por um tratado entre a Grã-Bretanha e uma Palestina independente”.(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.52)

O relatório da Comissão Real foi causa de intensos debates no vigésimo Congresso Sionista em Zurique, em agosto de 1937, afinal foi o primeiro momento no qual o mundo cogitou o Estado Judeu, não apenas um “lar nacional”. Por este fato, algumas lideranças ficaram seduzidas e estiveram inclinadas a aceitar, mediante certas condições, enquanto outras acreditavam que era uma partilha insuficiente ao sionismo.

“No entanto, o Congresso aparentemente não considerou que havia chegado a hora de aceitar um Estado judeu em apenas parte da Palestina. Era muito cedo — o objetivo final era estabelecer o Estado judeu em toda a Palestina e, neste momento, o número de imigrantes era muito pequeno e, aos olhos sionistas, a missão do Mandato não foi cumprida.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.52)

A missão que não foi cumprida pelo Mandato Britânico, citada pelo estudo da ONU, *As Origens e a Evolução do Problema da Palestina*, acima, diz respeito ao compromisso firmado em 1917, através da Declaração de Balfour, e validado em 1922, pela Liga das Nações, sobre o estabelecimento do “lar nacional judeu”. Assim sendo, o Congresso Sionista declarou que:

"[...] rejeita a afirmação da Comissão Real da Palestina de que o Mandato se mostrou impraticável e exige seu cumprimento. O Congresso orienta o Executivo a resistir a qualquer violação dos direitos do povo judeu garantidos internacionalmente pela Declaração de Balfour e pelo Mandato.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.52)

"O Congresso autoriza o Executivo a entrar em negociações com o objetivo de determinar os termos precisos do Governo de Sua Majestade para o estabelecimento proposto de um Estado judeu.”(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.52)

Mesmo com as negativas de ambas as lideranças, a Coroa Britânica manteve o otimismo, tentando contornar o fracasso da solução proposta por meio da partilha. Com isso, o governo britânico convocou outro grupo técnico especializado, conhecido como Comissão Woodhead, para avaliar a viabilidade da partilha já formulada. “Esta Comissão, que realizou suas investigações na Palestina de abril a agosto de 1938, concluiu que o plano da Comissão Real era impraticável, uma vez que quase metade da população do Estado judeu proposto seria árabe palestino e aumentaria o perigo de transferências populacionais em massa”.(COMMITTEE ON



[THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.52\)](#)

Ocorreram outras tentativas em partir a Palestina, a própria Comissão Woodhead elaborou algumas, com modificações quanto a quais territórios seriam governados por árabes e quais seriam de um Estado judeu, entretanto os britânicos estavam lidando com uma problemática excepcional. Como o relatório anterior, elaborado pela Comissão Real da Palestina, já havia identificado:

“Não há um terreno comum entre eles. A comunidade árabe é predominantemente de caráter asiático, a comunidade judaica predominantemente europeia. Eles diferem na religião e na linguagem. Sua vida cultural e social, seus modos de pensar e de se comportar, são tão incompatíveis quanto suas aspirações nacionais. Estes últimos são o maior obstáculo à paz.” ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.50](#))

### 3.3.4 O Livro Branco de 1939

Os Livros Brancos foram documentos publicados pelo governo britânicos durante o Mandato na Palestina, com a função de definir e ajustar sua política na região. Essas diretrizes buscavam equilibrar os interesses de judeus e árabes, especialmente diante da escalada da violência ao longo dos anos, todavia, essas medidas frequentemente produziram o efeito contrário, desagradando ambos e gerando novas situações complexas que não se apresentavam anteriormente.

Nesse sentido, em decorrência da inabilidade de alcançar uma solução eficiente, o Mandato elaborou mais um mecanismo com o intuito de reduzir as tensões. Em 1939, como indica ([AMINEH, 2007, p.33](#)), “[...] diante da resistência palestina, os britânicos emitiram um ‘Livro Branco’ (White Book) delineando um programa de redução da imigração judaica e a promessa de independência palestina dentro de uma década”.

“O fim dessa tentativa de alcançar um acordo deixou o governo britânico diante da situação que suas políticas de duas décadas haviam criado na Palestina, e agora apresentava sua política unilateral. Um novo ‘Livro Branco’ foi emitido em maio de 1939, negando qualquer intenção de criar um Estado judeu, rejeitando as demandas árabes de que a Palestina se tornasse independente como um Estado árabe e prevendo o término do mandato em 1949 com a independência da Palestina para ambos, na qual palestinos e judeus compartilhariam o governo. A imigração terminaria, após a admissão de 75 mil novos imigrantes nos primeiros cinco anos. O governo regulamentaria estritamente a transferência de terras.”([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.53](#))

O Livro Branco de 1939 destacou-se como o mais notável entre os de mesmo nome, marcando o momento em que o Reino Unido cedeu às pressões dos levantes árabes. Com isso, o governo britânico assumiu oficialmente o compromisso de limitar a imigração judaica para

a Palestina, permitindo a entrada de apenas 75 mil judeus entre 1939 e 1944, além de impor restrições à compra de terras e à expansão de assentamentos judaicos.

### 3.3.5 Resposta Judaica ao fim da Política Migratória

Apesar das novas restrições britânicas impostas pelo “Livro Branco” de 1939, que representaram um recuo no compromisso assumido anteriormente com o movimento sionista por meio da Declaração de Balfour, milhares de judeus continuaram imigrando ilegalmente para a Palestina após esse período. O fluxo migratório intensificou-se diante da brutal perseguição nazista durante o Holocausto, que resultou no genocídio de aproximadamente 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).<sup>28</sup>

Assim, as rebeliões palestinas em conjunto com a nova política do Mandato, de frear o fluxo migratório de judeus e regulamentar a transferência e o acesso à terras, despertaram um sentimento de ressentimento no povo sionista. De forma que, os anos seguintes foram marcados por violentas ações de organizações paramilitares judaicas. Os episódios foram registrados em documentos oficiais britânicos:

“Em 1942, um pequeno grupo de extremistas sionistas, liderados por Abraham Stern<sup>29</sup>, ganhou destaque com uma série de assassinatos e roubos politicamente motivados na área de Tel Aviv.”([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.64](#))

“No ano seguinte [1943], veio à tona uma conspiração generalizada, ligada à Haganah<sup>30</sup> (uma formação militar ilegal controlada pela Agência Judaica), para roubar armas e munições das forças britânicas no Oriente Médio.”([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.64](#))

“Em agosto de 1944, o Alto Comissário escapou por pouco da morte em uma emboscada fora de Jerusalém. Três meses depois, em 6 de novembro, o ministro de Estado britânico no Oriente Médio (Lord Mayne) foi assassinado em Cairo por dois membros do grupo Stern.”([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.64](#))

"Em 22 de julho de 1946, a campanha conduzida por organizações terroristas atingiu um novo clímax com uma explosão que destruiu uma ala do King David Hotel em Jerusalém, contendo os escritórios da Secretaria do Governo, bem

<sup>28</sup> Segundo avaliações do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos cerca de 6 milhões judeus foram assassinados. ([UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, 2023](#))

<sup>29</sup> Abraham Stern (1907–1942) foi um militante sionista que, em 1940, fundou o grupo paramilitar Lehi, também conhecido como Grupo Stern. A milícia judaica que leva seu nome surgiu como uma dissidência do Irgun (Etzel), outra organização militar de resistência sionista. Assim como o Lehi se desmembrou do Irgun, o próprio Irgun havia sido fundado em 1931 como uma cisão da Haganah.

<sup>30</sup> A Haganah nasceu em 1920 na Palestina, durante o Mandato Britânico, como uma força armada destinada a defender as comunidades e assentamentos agrícolas judeus de agressões de grupos árabes locais. Durante os anos 1930 passou a receber financiamento da Agência Judaica, atuando no combate às Revoltas Árabes e no apoio à imigração judaica.

como parte do quartel-general militar, e matou 86 funcionários públicos, árabes, judeus e britânicos, assim como cinco membros do público."(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.64)

“Atividades terroristas posteriores incluíram o sequestro de um juiz e oficiais britânicos, sabotagem do sistema ferroviário e das instalações petrolíferas em Haifa e a explosão de um Clube de Oficiais Britânicos em Jerusalém com considerável perda de vidas.” (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.64-65)

Essa campanha de agressões, endereçada tanto aos árabes quanto aos britânicos, fez com que Winston Churchill, Primeiro-Ministro à época e defensor histórico dos interesses sionistas, criticasse as ações de violência em plena Câmara dos Comuns, em Londres.

"Se nossos sonhos para o sionismo devem terminar na fumaça de pistolas de assassinos e nossos trabalhos para o futuro são produzir um novo conjunto de gângsteres dignos da Alemanha Nazista, muitos como eu terão que reconsiderar a posição que mantivemos tão consistentemente e por tanto tempo no passado. Se houver alguma esperança de um futuro pacífico e bem-sucedido para o sionismo, essas atividades perversas devem cessar e os responsáveis por elas devem ser destruídos, raiz e ramo."(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.65)

### 3.3.6 O Fim do Mandato Britânico

Ao fim da Segunda Guerra, em 1945, um Comitê de Inquérito Anglo-Americano foi nomeado para analisar a situação na Palestina e fazer recomendações para a administração do território. Sem conseguir elaborar soluções satisfatórias para a problemática, a aliança anglo-americana convocou a Liga dos Estados Árabe<sup>31</sup> para auxiliar na discussão, em reunião no que ficou conhecida como Conferência de Londres, no final de 1946 e começo de 1947.

Diante de tal impasse, o Reino Unido renunciou ao Mandato da Palestina, após três décadas de domínio, em favor de uma administração ordenada pela — recém-criada — Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>32</sup>. Em 18 de fevereiro de 1947, o Ministro das Relações Exteriores, Ernest Bevin, declarou na Câmara dos Comuns:

"O Governo de Sua Majestade foi confrontado com um conflito irreconciliável de princípios. Há na Palestina cerca de 1,2 milhões de árabes e 600 mil judeus. Para os judeus, o ponto essencial de princípio é a criação de um Estado judeu soberano. Para os árabes, o ponto essencial de princípio é resistir até o fim ao

<sup>31</sup> A Liga Árabe é uma organização regional intergovernamental que foi fundada em 1945, no contexto de pós-Segunda Guerra, com o objetivo de promover a cooperação política, econômica, cultural e social entre os países árabes, sendo uma oposição ao colonialismo. Seus membros fundadores são: Egito, Iraque, Jordânia (Transjordânia), Líbano, Arábia Saudita, Síria e organizações palestinas.

<sup>32</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu em 1945, no contexto de pós Segunda Guerra, como uma tentativa de evitar novos conflitos globais, sendo uma alternativa para a aposentada Liga das Nações. Esta, havia sido criada em 1920, após a Primeira Guerra, com o mesmo intuito de promover a paz.

estabelecimento da soberania judaica em qualquer parte da Palestina. As discussões do mês passado mostraram claramente que não há perspectiva de resolver este conflito através de qualquer acordo negociado entre as partes. Mas se o conflito tiver que ser resolvido por uma decisão arbitrária, essa não é uma decisão que o Governo de Sua Majestade tenha o poder, como "Mandatório", de tomar. O Governo de Sua Majestade não tem por si mesmo poder, sob os termos do Mandato, para conceder o país aos árabes ou aos judeus, ou mesmo para dividi-lo entre eles."([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.71](#))

"É nessas circunstâncias que decidimos que não podemos aceitar o esquema apresentado pelos árabes ou pelos judeus, ou impor a nós mesmos uma solução própria. Chegámos, portanto, à conclusão de que o único caminho que agora nos resta é submeter o problema ao julgamento das Nações Unidas. Pretendemos apresentar a eles um relato histórico da maneira como o Governo de Sua Majestade cumpriu sua confiança na Palestina nos últimos 25 anos. Explicaremos que o Mandato provou ser inexecutível na prática e que as obrigações assumidas pelas duas comunidades na Palestina se mostraram irreconciliáveis. Descreveremos as várias propostas que foram apresentadas para lidar com a situação, nomeadamente, o Plano Árabe, as aspirações dos sionistas, na medida em que pudemos verificá-las, as propostas do Comitê Anglo-Americano e as várias propostas que nós mesmos apresentamos. Em seguida, pediremos às Nações Unidas que considerem nosso relatório e recomendem uma solução para o problema. Não pretendemos recomendar nenhuma solução específica."([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.71](#))

### 3.3.7 A Culpa Britânica

O período no qual o Império Britânico ficou responsável pelo Mandato na Palestina — com o consentimento de Potências Ocidentais e aval da Liga das Nações — deve ser plenamente entendido como o momento no qual as relações entre árabes e judeus se transformaram profundamente, em decorrência de uma série de decisões colonialistas, partidárias e extremamente violentas. Antes disto, judeus e árabes viviam na Palestina em considerável paz e civilidade. Como o Relatório da Comissão Real da Palestina, de 1937, corroborou:

"[...] nem o conflito em sua essência é um conflito inter-racial, decorrente de qualquer antiga antipatia instintiva dos árabes em relação aos judeus. Havia pouco ou nenhum atrito, como vimos, entre árabes e judeus no resto do mundo árabe até que o conflito na Palestina o criou."([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.50](#))

## 3.4 O Plano de Partilha da Palestina

Com o aumento da violência e a não resolução do panorama, a Grã-Bretanha — que estava desgastada por conta da Segunda Guerra — optou por abandonar o controle da região. Assim, em 2 de abril de 1947, solicitou formalmente que a Assembleia Geral da ONU criasse o

Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP)<sup>33</sup>, para que pudesse entregar seu Mandato à ONU.

A essa altura, após o fim da Segunda Guerra, todos os países do Oriente Médio já haviam passado pelo processo de transição definido no “Pacto da Liga das Nações”, deixando o Mandato exercido por uma Potência europeia e estavam usufruindo de sua independência como estado-nação. A única exceção era a Palestina.

Assim, em 28 de abril de 1947, a ONU convocou a Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>34</sup>, para cuidar do caso. Manifestações diversas foram deflagradas, com suporte de outras nações árabes em defesa da Independência Palestina, enquanto países como a Polônia — origem de grande parte dos refugiados judeus na Palestina — e outros estiveram à frente dos interesses judaicos.

### 3.4.1 A Ligação do Holocausto com a Questão Palestina

A circunstância dos refugiados judeus perseguidos durante a Segunda Guerra foi um ponto-chave na discussão enfrentada pelo Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), formado inicialmente para investigar os problemas exclusivamente no território palestino. A celeuma estava em compreender de que maneira — e, sobretudo se era adequado — posicionar os horrores do Holocausto em discussões que eram distintas a Palestina.

Todas as autoridades presentes na Primeira Sessão Especial, que representavam as nações nas discussões, concordavam que ambos os casos eram igualmente importantes e que demandavam respeito e seriedade de análise. Contudo, parte acredita que eram objetos que não deveriam estar relacionados, como expôs o delegado da Noruega, Sr. Moe, durante a Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas:

“Deve ser manifesto a todos que o único efeito de unir esses dois problemas é tornar mais difícil a solução de cada um. É evidente que a terrível tragédia dos judeus sem-teto na Europa torna muito mais urgente encontrar uma solução para a questão da Palestina, enquanto a Palestina for considerada o único lugar onde os refugiados judeus podem encontrar um lar.”(UNITED NATIONS, 1947a)

“Isto não é apenas desejável, é necessário, porque é um fato que mesmo sob as condições políticas mais favoráveis, a Palestina não é capaz de absorver, por um longo período, todos os refugiados judeus e todos os judeus sem-teto na Europa.”(UNITED NATIONS, 1947a)

<sup>33</sup> O Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP) foi criado em maio de 1947 com o objetivo de avaliar a situação na Palestina sob o Mandato Britânico e propor soluções para o conflito entre árabes e judeus. Por consequência, recomendou o Plano de Partilha da Palestina, sugerindo a criação de dois Estados (um judeu e um árabe) e a internacionalização de Jerusalém. Membros: Austrália, Canadá, Checoslováquia, Guatemala, Índia, Irã, Países Baixos, Peru, Suécia, Iugoslávia e Uruguai.

<sup>34</sup> Os registros da Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 28 de abril de 1947, estão disponíveis integralmente em (UNITED NATIONS, 1947a), acessado em novembro de 2024

Entretanto, após rodadas de negociações, o próprio delegado norueguês recuou de seu primeiro posicionamento, exemplificando a complexidade das discussões. Isto é, Moe afirmava que a questão da Palestina e a crise de refugiados judeus da Europa na verdade deveriam ser tratadas de forma interligada, além de comentar que seria de responsabilidade da ONU cuidar daqueles judeus que não tivessem condições de chegar até a Palestina. Como exposto abaixo:

“Na opinião da delegação norueguesa, o problema dos judeus sem-teto na Europa é parte integrante do problema da Palestina. Entendo, portanto, que o sentido desta resolução é que o comitê de inquérito seja instruído a investigar o problema dos refugiados judeus, e que o comitê teria o direito de apresentar propostas que considerasse úteis para a solução do problema dos refugiados judeus.”(UNITED NATIONS, 1947a)

“Sem entrar na substância do assunto, pode ser permissível dizer que é duvidoso que qualquer solução que fosse proposta à Assembleia Geral, pelo comitê de investigação, seria suficiente para cuidar de todos os refugiados judeus imediatamente. Isso deixa para as Nações Unidas a responsabilidade pelo problema do que fazer com aqueles que não podem ir para a Palestina.”(UNITED NATIONS, 1947a)

A representação dos palestinos, feita pelo delegado sírio, Sr. El-Khoury, endossa o discurso quanto a solidariedade com aqueles que sofreram nos conflitos da guerra na Europa, mas ao mesmo tempo, lembra que já havia outros braços da ONU dedicados exclusivamente a cuidar dos refugiados, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) — também conhecido como Organização Internacional de Refugiados. De forma que, sustenta como a Palestina não pode ser prejudicada por ações de terceiros, de tal maneira que sua autonomia seja desrespeitada. Além disso, El-Khoury foi categórico em sua resposta ao político norueguês, salientando a mudança de posicionamento e sugerindo que a Palestina não era o único território que poderia receber os refugiados judeus. As palavras do diplomata da Síria estão destacadas abaixo:

“O representante da Noruega deseja conectar a questão dos deslocados e refugiados na Europa com a questão da Palestina. Aachamos que não há como conectar os dois. A esse respeito, penso que a atitude do representante da Noruega, conforme expressa em nossa última reunião, não está em conformidade com sua atitude hoje.

Os refugiados da Europa são cobertos pela constituição de um corpo especial, criado pelas Nações Unidas, a Organização Internacional de Refugiados [ACNUR], e há certas resoluções em relação aos refugiados que foram adotadas por unanimidade pela Assembleia Geral. O representante da Noruega estava entre aqueles que adotaram essas resoluções.

Uma das resoluções relativas aos refugiados e deslocados na Europa, que foi impressa na página 110 das Resoluções adotadas pela Assembleia Geral, na segunda parte da primeira sessão, afirma claramente que o reassentamento de deslocados não deve ser realizado em nenhum território não-autônomo sem o consentimento da população daquele território, e que o reassentamento não deve ser contemplado em nenhum lugar onde as relações amistosas entre Estados possam ser perturbadas.



A organização criada para cuidar de refugiados já está estabelecida e continua com seu trabalho. O reassentamento ou repatriação de refugiados e pessoas deslocadas na Europa deve ser considerado por essa organização [ACNUR], e não pelo comitê especial [UNSCOP] que será estabelecido aqui.

A Palestina não é responsável de forma alguma pela perseguição dos judeus na Europa. Essa perseguição é condenada por todo o mundo civilizado, e os árabes estão entre aqueles que simpatizam com os judeus perseguidos. No entanto, a solução desse problema não pode ser considerada uma responsabilidade da Palestina, que é um país minúsculo e que já acolheu muitos desses refugiados e outras pessoas desde 1920.

O representante da Noruega disse ontem que seu país demonstrou seu liberalismo e hospitalidade ao receber 600 desses refugiados. Não acho que receber 600 mostre qualquer liberalismo ou hospitalidade. Se ele simpatiza com os refugiados que permanecem e deseja que sejam restabelecidos ou reassentados, ele pode propor levá-los para seu próprio país. Qualquer outra delegação que deseje expressar sua simpatia tem mais espaço em seu país do que a Palestina e tem melhores meios de receber esses refugiados e ajudá-los.

Existem agora alguns milhões de pessoas deslocadas na Europa e, pelo que entendi, os judeus não constituem mais do que um sétimo do total. A Organização Internacional de Refugiados [ACNUR] deve cuidar de todos eles em pé de igualdade. Acho que os judeus deslocados na Europa têm melhores oportunidades de serem ajudados do que qualquer outro povo deslocado e perseguido lá. Todo mundo sabe sobre as centenas de milhões de dólares que foram coletados para ajudar os judeus. Consequentemente, há maneiras e meios de garantir sua tranquilidade ou seu reassentamento em algum outro lugar.

Por esse motivo, gostaria de chamar a atenção do Primeiro Comitê para a resolução adotada pela Assembleia Geral em conexão com a Organização Internacional para Refugiados, que declara que o reassentamento não será realizado sem o consentimento da população em territórios que não sejam autônomos”. (UNITED NATIONS, 1947a)

A Agência Judaica teve sua participação permitida<sup>35</sup>, mesmo não sendo um Estado constituído, por conta de sua representatividade política. Oficialmente, já era reconhecida pelo Mandato Britânico como um órgão público autorizado a falar e agir em nome do povo judeu, dentro e fora da Palestina, em questões que afetam o estabelecimento do lar nacional judaico. Representatividade mencionada inclusive no Artigo 4 do “Mandato para a Palestina”.

Com isso, em oposição às declarações proferidas pelas nações árabes — como a do representante sírio destacada acima —, a Agência Judaica insistiu para que as duas questões estivessem totalmente vinculadas. Sendo assim, o Rabino Silver, representante da Agência Judaica para a Palestina, na Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral, destacou em seu discurso três principais lógicas argumentativas.

A primeira defendia que era direito impreterível de todo e qualquer judeu se estabelecer na Palestina, aspirando a criação de um Estado próprio, por conta de um aspecto histórico de ancestralidade do povo judeu que apenas estaria retornando para a própria terra, de forma que é responsabilidade de forças internacionais garantirem esse direito.

<sup>35</sup> Os palestinos foram convidados a enviarem uma representação oficial, contudo o Alto Comitê Árabe Palestino recusou com a justificativa de não concordarem com a forma que o problema estava sendo tratado.

“O mandato, em seu preâmbulo, reconhece ‘a conexão histórica do povo judeu com a Palestina’ e ‘os fundamentos para reconstituir’ — chamo sua atenção para a palavra ‘reconstituir’ — ‘seu lar nacional naquele país’.

Esses compromissos internacionais de um quarto de século atrás [referentes ao estabelecimento do Mandato em 1922], que fluíram do reconhecimento de direitos históricos e necessidades presentes, e sobre os quais tanto já foi construído na Palestina pelo povo judeu, não podem agora ser apagados. Você não pode voltar os ponteiros do relógio da história.

Uma geração atrás, a comunidade internacional do mundo [Liga das Nações], da qual as Nações Unidas hoje são a herdeira política e espiritual, decretou que o povo judeu deveria receber o direito, há muito negado, e a oportunidade de reconstituir seu lar nacional na Palestina. Esse lar nacional ainda está em construção; ainda não foi totalmente estabelecido. Nenhuma comunidade internacional cancelou ou mesmo questionou esse direito. O Poder mandatário, que foi incumbido da obrigação de salvaguardar a oportunidade para o crescimento e desenvolvimento contínuos do lar nacional judaico, infelizmente, nos últimos anos, interferiu gravemente [através do Livro Branco de 1939] e o circunscreveu. A oportunidade deve agora ser totalmente restaurada”. ([UNITED NATIONS, 1947a](#))

O segundo argumento convidava a Comissão para visitar a Palestina e presenciar como a comunidade judaica havia se estabelecido e se desenvolvido, não de maneira violenta, mas respeitosamente estavam constituindo seus lares com base na paz. E ao final relacionava — quem sabe sugerindo uma perseguição em caráter antissionista — como os refugiados judeus de guerra estavam sendo barrados de entrarem na própria nação, com o consentimento dos britânicos, que deveriam assegurar tal direito.

“Acredito que a comissão de inquérito deve certamente visitar a Palestina. Documentos escritos são importantes, mas infinitamente mais instrutivos são os documentos vivos, o testemunho visível de esforço criativo e realização. Na Palestina, eles verão o que o povo judeu, inspirado pela esperança de reconstituir este lar nacional após os longos e cansativos séculos de falta de moradia, e confiando na honra e na palavra prometida da comunidade mundial, alcançou em poucos anos contra grandes adversidades e desvantagens aparentemente intransponíveis.

A comissão de inquérito deveria, enquanto estiver na Palestina, também investigar as causas reais e fundamentais da trágica agitação e violência que hoje estragam a vida da Terra Santa para a qual nossos pioneiros judeus vieram, não com armas, mas com ferramentas. Ela vai indagar, tenho certeza, por que os membros de uma comunidade amante da paz, cujo único interesse era construir um lar e um futuro pacíficos para si e seus filhos, estão sendo levados a um nível de ressentimento e tensão; por que alguns de seus membros estão sendo levados a ações que todos nós deploramos.

Os membros do comitê se perguntarão, tenho certeza, por que navios cheios de refugiados judeus indefesos — homens, mulheres e crianças que passaram por todos os infernos da Europa nazista — estão sendo expulsos das costas do lar nacional judeu por um governo mandatário que assumiu, como sua principal obrigação, a tarefa de facilitar a imigração judaica para aquele país”. ([UNITED NATIONS, 1947a](#))

Por fim, em seu terceiro argumento, o Rabino Silver, representante da Agência Judaica para a Palestina, convocou todos agora para que fossem até a Europa e vissem o sofrimento



dos judeus, que estavam à deriva aguardando resolutivas políticas das mais diversas esferas de poder, sem qualquer medida imediata que permitisse a imigração para Palestina em caráter de urgência.

“Esperamos sinceramente que os membros da comissão de inquérito também visitem os campos de deslocados na Europa e vejam com seus próprios olhos a terrível tragédia humana que a humanidade está permitindo que continue inabalável, dois anos depois do Dia da Vitória na Europa — após o fim da guerra na qual o povo judeu foi o maior sofredor.

Enquanto comitês de investigação e estudo relatam sua triste situação, e enquanto discussões e negociações intergovernamentais estão acontecendo, esses homens e mulheres devastados pela guerra estão definhando em sua miséria, ainda esperando pela salvação. Eles pedem o pão da fuga e da esperança; recebem a pedra das investigações e inquéritos. Seu moral está caindo terrivelmente. Uma deterioração espiritual, temo, está se instalando entre eles. É apenas a esperança de que amanhã, talvez amanhã, a redenção possa vir que impede que seu espírito se quebre completamente. A maioria deles está desesperadamente ansiosa para ir para o lar nacional judaico.

Espero que a consciência da humanidade, falando através de vocês e através de seu comitê de inquérito, torne possível que esses homens e mulheres cansados encontrem finalmente a paz e a cura na terra de suas mais queridas esperanças. Espero que sua libertação não seja adiada até que o relatório do comitê seja finalmente feito e a ação da Assembleia seja finalmente tomada, mas que, pendentes as decisões e implementações finais, essas pessoas infelizes sejam autorizadas imediatamente a migrar em números substanciais para a Palestina.

Há uma urgência desesperada sobre esse trágico problema humano, meus amigos, que não tolera atrasos. Um relaxamento imediato das medidas restritivas sobre imigração para a Palestina e um retorno ao status que prevalecia antes da política do Livro Branco de 1939 ser imposta não só será uma bênção para esses humanos sofredores, mas aliviará muito as atuais tensões ameaçadoras na Palestina, lavarás muito da amargura e permitirá que as deliberações de seu comitê de inquérito e da próxima Assembleia sejam conduzidas em um espírito mais calmo, em uma atmosfera de moderação e boa vontade. Estamos todos ansiosos pela paz. Todos devemos fazer uma contribuição para alcançá-la. Mas a contribuição decisiva só pode ser feita pelo Governo mandatário”. ([UNITED NATIONS, 1947a](#))

Por fim, o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), liderado por um projeto americano, ficou incumbido de elaborar um relatório para ser apresentado à Assembleia Geral, com soluções para a Palestina. Nesse cenário, a causa árabe acabou saindo enfraquecida duplamente, com relação a busca por independência e na circunstância de separação das investigações. Segundo “As Origens e a Evolução do Problema da Palestina”, documento produzido pela ONU ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), p.103): “Embora evitando referências específicas à situação dos refugiados na Europa, o Comitê Especial foi autorizado a conduzir investigações em qualquer lugar que considerasse necessário, garantindo assim uma ligação indireta da questão dos refugiados judeus com o futuro da Palestina”.

Assim sendo, o UNSCOP prosseguiu com investigações na Europa, nomeando um sub-comitê que ficou responsável por comandar visitas a campos de refugiados na Alemanha e na

Áustria. O objetivo era verificar qual a relação de importância de ações de reassentamento, repatriação ou imigração desses judeus refugiados com a questão Palestina.

Entre 8 a 14 de agosto, uma das delegações visitou o Campo Hahne, perto de Bergen-Belsen, que abrigava cerca de 9 mil refugiados e deslocados judeus, sendo composto por cerca de 85% de origem polonesa. Os analistas explicaram o que descobriram no Relatório do Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina, conforme publicado em 20 de agosto de 1947<sup>36</sup>:

"A reação predominante entre as pessoas questionadas, muitas das quais haviam retornado ao seu antigo local de residência para localizar parentes e propriedades, foi a recusa em repatriar. As razões apresentadas foram baseadas no medo do crescente antissemitismo, apesar dos esforços admitidos pelos governos envolvidos para verificar tal desenvolvimento, e uma incapacidade de recomeçar a vida em lugares assombrados por memórias de horrores sofridos. Durante as conversas que tivemos com altos representantes das autoridades de ocupação, tivemos a impressão de que qualquer absorção em larga escala dos judeus deslocados nas comunidades alemã ou austríaca era impossível. O sentimento de antissemitismo é forte entre a população nativa, especialmente em relação aos judeus que agora vivem em centros de reunião temporário". (UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947), Anexo 18 - Item D

"Surge a questão de saber se a determinação de ir para a Palestina mudaria substancialmente se perspectivas reais de reassentamento em outros países fossem oferecidas. A esmagadora maioria das pessoas questionadas afirmou que não consideraria o reassentamento em nenhum país, exceto na Palestina, declarando que prefeririam esperar indefinidamente até que surgisse a oportunidade de ir para a Palestina ou tentar uma passagem ilegal". (UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947), Anexo 18 - Item D

O relatório também trouxe outros preâmbulos importantes sobre como os refugiados judeus não conseguiam enxergar outro caminho que não fosse a Palestina. O subcomitê em Munique teve contato com uma declaração informal, na qual o Rabino Bernstein, conselheiro oficial para assuntos judaico do governo militar americano na Alemanha, estabelecido em uma zona de influência no pós-Segunda Guerra, explicava a vontade do povo judeu. A declaração de Bernstein, segundo o relatório é a seguinte:

"Se a Palestina fosse aberta à imigração agora, 100% dos judeus deslocados gostariam de ir para lá. Se os Estados Unidos e a Palestina fossem abertos simultaneamente, 75% poderiam querer ir para a Palestina, enquanto 25% escolheriam os Estados Unidos. Se a Palestina fosse fechada à imigração e os Estados Unidos fossem abertos, 50% iriam para os Estados Unidos, e 50% esperariam ou se exporiam a qualquer risco ou dificuldade para chegar à Palestina". (UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947), Anexo 18 - Item D

<sup>36</sup> O Relatório do Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP) está digitalizado nos arquivos da ONU, na área da Questão da Palestina. (UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947), Anexo 18 - Item D

Como exposto anteriormente, durante a Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) — antes mesmo das investigações feitas nos campos de refugiados na Europa, e por consequência dos relatórios —, o delegado sírio, Sr. El-Khour, sugeriu para que outros países recebessem os milhares de refugiados judeus, afirmando que: “Qualquer outra delegação que deseje expressar sua simpatia tem mais espaço em seu país do que a Palestina e tem melhores meios de receber esses refugiados e ajudá-los”. Contudo, não basta os países aceitarem e promoverem condições para a chegada desses refugiados judeus, eles têm que aceitar. E todos têm o direito de não o fazer.

Nesse sentido, há um aspecto extremamente complexo sobre identidade e o processo de construção do nacionalismo judeu. Evidentemente existe uma contribuição histórico-religiosa intrínseca, considerando que, segundo interpretações bíblicas, a Palestina está localizada na terra prometida por Deus, a antiga Canaã. Porém, o contexto também envolve o papel central do movimento sionista, que organizou os anseios judaicos, sendo fundamental na consolidação do objetivo de estabelecer um “lar nacional” e, posteriormente, um Estado Judeu independente em sua terra histórica, a Palestina. Para isso, o movimento contou com a proeminente atuação da Agência Judaica e da Organização Sionista Mundial, que se utilizaram de elementos de propaganda e doutrinação deliberada, disseminando esse ideal de nação por todo o mundo.

### 3.4.2 Posição de Árabes e Judeus ao Plano de Partilha

Os representantes palestinos, através do Alto Comitê Árabe Palestino, recusaram-se em participar do processo por não concordarem com a forma que o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP) estava tratando a situação. Os palestinos acusavam o Comitê de omitir referências mínimas de um Estado palestino independente nas discussões, referindo-se ao caso apenas como “questão Palestina” e não mencionando qualquer “futuro governo da Palestina”. Conforme exposto em *As Origens e a Evolução do Problema da Palestina*, estudo publicado pela ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), p.105): “As organizações judaicas, por outro lado, estenderam a cooperação total, submetendo mais de cem documentos, alguns longos e detalhados, ao Comitê Especial, em comparação com dois breves documentos apresentados pelos Estados Árabes”.

A Palestina estava vivenciando um momento histórico que selaria o seu futuro político e territorial, mas mais uma vez o destino estava sendo traçado por decisões de forças externas, como aconteceu anteriormente com o Mandato Britânico, nomeado pela Liga das Nações, antecessora da ONU. Perante esse contexto, os árabes mantinham a posição de não aceitarem a legitimidade do Comitê Especial. Marcando suas duras críticas através de declaração do Alto Comitê Árabe:

"Com relação à maneira e forma de independência da Palestina, a opinião do Alto Comitê Árabe era de que se tratava de uma questão para os legítimos pro-

prietários da Palestina decidirem. Uma vez que a Palestina foi considerada com direito à independência, as Nações Unidas não eram legalmente competentes para decidir ou impor a organização constitucional da Palestina, uma vez que tal ação equivaleria a interferência em um assunto interno de uma nação independente”. ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), p.118)

Em tom de cautela, a Organização Sionista foi mais receptiva com a proposta de partilha, embora tivesse críticas quanto a parcela do território, em termos qualitativos e de extensão, que estaria sob seu governo. Porém, o entendimento era de procurar enxergar os pontos positivos, como comentou Chaim Weizmann<sup>37</sup>, importante liderança política dos judeus:

"[...] se eu, pessoalmente, cheguei à conclusão de que a partição é a melhor, o fiz por um processo de eliminação. Sei que se fala de um Estado binacional; uma espécie de solução federal; [...] Não acho que eles tenham vantagens de partição final, definida e cristalizada. Qualquer coisa que deixe uma incerteza deixará espaço para as duas forças. Os judeus vão querer algo melhor. Os árabes vão querer nos expulsar do que temos. Portanto, acredito que, embora a partição signifique uma espécie de julgamento de Salomão<sup>38</sup>, é sob as circunstâncias talvez o melhor [...]”. ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), p.106)

### 3.4.3 Votação do Plano de Partilha

No decorrer de uma série de alianças, disputas, negociações políticas, acusações de violência e discursos embasados, com os mais variados argumentos quanto à legitimidade de um e o direito de outro, a situação na Palestina já estava posta. Isto significa que existia um choque colossal entre dois projetos muito diferentes de país habitando o mesmo pedaço de terra. Como concluiu o Relatório do Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), submetido durante a Segunda Sessão da Assembleia Geral<sup>39</sup>:

“O conflito básico na Palestina é um choque de dois nacionalismos intensos. Independentemente das origens históricas do conflito, dos acertos e erros das promessas e contra promessas, e da intervenção internacional incidente ao Mandato, há agora na Palestina cerca de 650 mil judeus e cerca de 1,2 milhões de árabes que são diferentes em seus modos de vida e, por enquanto, separados por interesses políticos que dificultam a cooperação política plena e efetiva entre eles, seja voluntária ou induzida por arranjos constitucionais”. ([UNITED](#)

<sup>37</sup> Chaim Weizmann foi uma importante liderança política judaica, com o cargo de presidente da Organização Sionista Mundial por duas vezes (1920-1931 e 1935-1946), assim como da Agência Judaica a partir de 1929. Foi o primeiro presidente do Estado de Israel, após sua criação em 1948.

<sup>38</sup> O termo tem origem em uma passagem bíblica do Antigo Testamento, que relata uma decisão do Rei Salomão, filho do Rei Davi, na qual o monarca teve que decidir entre duas mulheres que afirmavam ser mães da mesma criança. Segundo a história, ambas deram à luz a duas crianças em uma mesma casa, e um dos filhos acabou falecendo no meio da noite, de forma que as duas passaram a reivindicar a maternidade. Com isso, o Rei Salomão ordenou que o bebê vivo fosse cortado ao meio e metade fosse entregue a cada mulher. Diante disso, uma delas imediatamente implorou que a criança fosse entregue a outra, assim se mostrando a verdadeira mãe.

<sup>39</sup> O Registro Oficial da Segunda Sessão da Assembleia Geral está digitalizado nos arquivos da ONU, na área da Questão da Palestina. ([UNITED NATIONS, 1947b](#)), Disponível em: <<https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-179435/>>. Acesso em: novembro de 2024.

[NATIONS, 1947a](#)), Registro Oficial da Segunda Sessão da Assembleia Geral - Suplemento nº11 - Capítulo VI - Recomendações II - Item 3

Esse clima inflamado de tensão já estabelecido ao longo dos anos era o principal mote de voto utilizado por muitos Estados que defendiam a partilha, enquanto o grupo de oposição, alinhado ao Alto Comitê Árabe Palestino, novamente valia-se da legitimidade, questionando tal poder da ONU. Essa dicotomia foi retratada no trabalho *As Origens e a Evolução do Problema da Palestina* (1990), montado pela própria ONU:

“Na discussão geral, os Estados que apoiaram o plano de partilha argumentaram que era a melhor fórmula disponível para lidar com as realidades políticas na Palestina e para lidar com o problema dos refugiados judeus na Europa, enfatizando que não viam alternativa”. ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), p.124)

“Os Estados que se opõem à partilha da Palestina questionaram a competência legal das Nações Unidas para tomar essa medida drástica, afirmando que ela violava o princípio da autodeterminação ao negá-lo ao povo palestino, e também infringia o Artigo 6 do Mandato, que estipulava que ‘os direitos e a posição de outros setores (que não judeus) da população não fossem prejudicados’”. ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), p.124)

Em congruência com a partilha, os Estados Unidos — que se transformariam em fundamentais aliados políticos e bélicos dos israelenses — marcaram seu voto em favor da resolução. Dizendo, durante a centésima vigésima quarta reunião da Segunda Sessão da Assembleia Geral, em 26 de novembro de 1947<sup>40</sup>, que: “Nem os judeus nem os árabes jamais ficarão completamente satisfeitos com qualquer coisa que façamos, e é bom ter isso em mente”. ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), p.125).

O plano de partilha da Palestina com união econômica, elaborado na Resolução 181 (II)<sup>41</sup>, pelo Futuro Governo da Palestina, foi votado em 29 de novembro de 1947, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Com 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções.

- A favor: Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, República Socialista Soviética da Bielorrússia, Canadá, Costa Rica, Tchecoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, Equador, França, Guatemala, Haiti, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Suécia, República Socialista

<sup>40</sup> O Registro Oficial da centésima vigésima quarta reunião da Segunda Sessão da Assembleia Geral está digitalizado nos arquivos da ONU, na área da Questão da Palestina. ([UNITED NATIONS, 1947c](#)) Disponível em: <<https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-187751/>>. Acesso em: novembro de 2024.

<sup>41</sup> Resolução 181 (II) pelo Futuro Governo da Palestina. ([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)) na íntegra em <<https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-185393/>>. Acesso em: dezembro de 2024.

Soviética da Ucrânia, União da África do Sul, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Estados Unidos da América, Uruguai e Venezuela.

- Contra: Afeganistão, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Arábia Saudita, Síria, Turquia e Iêmen.
- Abstenções: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, México, Reino Unido e Iugoslávia.

A aprovação do plano das Nações Unidas não foi imune à críticas, haviam suas peculiaridades quanto ao tamanho das terras que cada Estado abrangeria e também aspectos qualitativos, além de narrativas das mais diversas a respeito da legitimidade e autodeterminação. Nesse sentido, para David Hirst — que atuou como correspondente do *The Guardian* para assuntos do Oriente Médio entre os anos 1960 e 1990 — os árabes saíram prejudicados e insatisfeitos, enquanto que os judeus tinham muito o que comemorar:

“A Palestina compreende cerca de 10 mil milhas quadradas. Destes, os árabes deveriam reter 4,3 mil milhas quadradas, enquanto os judeus, que representavam um terço da população e possuíam cerca de 6% da terra, receberam 5,7 mil milhas quadradas. Os judeus também conseguiram a melhor terra; eles deveriam ter o cinturão costeiro fértil, enquanto os árabes deveriam se contentar, em sua maior parte, com as colinas. No entanto, não era o tamanho da área atribuída aos judeus que os agradava — na verdade, eles o consideravam o ‘mínimo irredutível’ que podiam aceitar — era antes o próprio fato de ser um Estado. Por outro lado, não era apenas o tamanho da área que os árabes perderiam que os irritava, era a perda de terras, soberania e uma herança antiga”. (HIRST, 1977, p.132)

“O passado foi, por assim dizer, apagado. Da noite para o dia, a cortesia das nações lançou solenemente as bases de uma nova ordem moral pela qual os judeus, a grande maioria dos quais estavam na Palestina há menos de trinta anos, eram considerados como tendo reivindicações iguais, na verdade superiores, às dos árabes que viviam lá desde tempos imemoriais”. (HIRST, 1977, p.132)

#### 3.4.4 Determinações do Plano de Partilha

Após o Império Britânico manifestar o desejo pelo fim de seu Mandato sobre a Palestina a ONU constituiu o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), que ficou responsável por investigar as questões e assuntos relevantes ao problema, elaborando um detalhado relatório sobre a situação. Posteriormente, diante disso, uma série de propostas de solução para a Palestina foram apresentadas durante a Assembleia Geral, que em 29 de novembro de 1947 aprovou em maioria o Plano de Partilha com União Econômica.

O plano desenhava os moldes para um governo futuro na Palestina, com um Estado Judeu e outro Árabe, ambos independentes, além de uma administração internacional para a cidade de Jerusalém.



## Plano da ONU para a divisão de Palestina em 1947



Figura 5 – Plano de Partilha da ONU para a Palestina conforme Resolução 181(II). (BBC, 2023)

Para o sucesso dessa partilha, foi determinado um período de transição no qual as forças britânicas do Mandato atuariam em parceria com a Comissão das Nações Unidas sobre a Palestina (UNCP)<sup>42</sup>, formada a partir dos escritos desta Resolução e exclusivamente para o cumprimento da Partilha. Como explica o texto da própria Resolução 181 (II):

“As forças armadas da Potência mandatária serão progressivamente retiradas da Palestina, devendo ser concluída o mais rapidamente possível, mas em qualquer caso o mais tardar em 1º de agosto de 1948”. ((UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947), Parte I, Seção A, Parágrafo 2)

“Os Estados Árabe e Judeu Independentes e o Regime Internacional Especial para a Cidade de Jerusalém [...] passarão a existir na Palestina dois meses após a evacuação das forças armadas da Potência mandatária ter sido concluída, mas em nenhum caso depois de 1º de outubro de 1948”. ((UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947), Parte I, Seção A, Parágrafo 3)

Essa Comissão especial sobre a Palestina ficaria à cargo de gerenciar a transferência de poder assim como garantir o correto estabelecimento de fronteiras, tanto dos Estados Judeu e Árabe como da cidade de Jerusalém.

<sup>42</sup> A Comissão das Nações Unidas sobre a Palestina (UNCP) nasceu em 1948 a partir da letra da Resolução 181 (II), sendo diferente do Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina. A função da UNCP era implementar o Plano de Partilha da Palestina e administrar a transição do Mandato Britânico para a Independência dos novos Estados Judeu e Árabe. Membros: Bolívia, Checoslováquia, Dinamarca, Filipinas e Panamá.

Nesse processo, as lideranças políticas árabes e palestinas, representadas em seus respectivos Conselhos Provisórios de Governo, segundo o texto discutido: “[...] receberão progressivamente da Comissão [da ONU] total responsabilidade pela administração daquele Estado, no período entre o término do Mandato e o estabelecimento da independência do Estado.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção B, Parágrafo 6)

Tendo em vista a formulação de uma estrutura robusta no processo de formação de governo, “o Conselho Provisório de Governo de cada Estado realizará, no prazo máximo de dois meses após a retirada das forças armadas da Potência mandatária, eleições para a Assembleia Constituinte, que serão conduzidas de forma democrática.” Além disso, é relevante destacar que “as mulheres podem votar e ser eleitas para as Assembleias Constituintes.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção B, Parágrafo 9)

Por fim, a composição dos governos autônomos desenvolveria mecanismos jurídicos legais para a formação de um Estado democrático pleno, com base na lei e na civilidade. De forma que “a Assembleia Constituinte de cada Estado deverá redigir uma constituição democrática para seu Estado e escolher um governo provisório para suceder o Conselho Provisório de Governo nomeado pela Comissão [da ONU].” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção B, Parágrafo 10)

Foi registrado, em alusão a ambos os Estados, certos elementos fundamentais a serem incluídos na essência da elaboração de suas Constituições Democráticas.

“Resolver todas as disputas internacionais em que o Estado possa estar envolvido por meios pacíficos, de modo que a paz e a segurança internacionais, e a justiça, não sejam postas em perigo;” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção B, Parágrafo 10, Item b)

“Preservar a liberdade de trânsito e visita para todos os residentes e cidadãos do outro Estado na Palestina e na Cidade de Jerusalém, sujeito a considerações de segurança nacional, desde que cada Estado controle a residência dentro de suas fronteiras.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção B, Parágrafo 10, Item e)

O plano de partilha também abordou nuances específicas quanto aos direitos religiosos e manifestação da fé, com a intenção de tentar defender as minorias de possíveis perseguições e agressões mediante a qualquer contexto ou Estado em questão.

“No que se refere aos Lugares Santos, a liberdade de acesso, visita e trânsito será garantida, em conformidade com os direitos existentes, a todos os residentes e cidadãos do outro Estado e da Cidade de Jerusalém, bem como aos estrangeiros, sem distinção de nacionalidade, sujeitos às exigências de segurança nacional, ordem pública e decoro.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção C, Capítulo 1, Parágrafo 2)



“A liberdade de consciência e o livre exercício de todas as formas de culto, desde que seja mantida a ordem e a moral públicas, estará assegurada a todos.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção C, Capítulo 2, Parágrafo 1)

“Não haverá discriminação de qualquer tipo entre os habitantes com base em raça, religião, língua ou sexo.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção C, Capítulo 2, Parágrafo 2)

“Nenhuma restrição será imposta ao livre uso por qualquer cidadão do Estado de qualquer língua em relações privadas, no comércio, na religião, na imprensa ou em publicações de qualquer espécie, ou em reuniões públicas.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção C, Capítulo 2, Parágrafo 7)

A preocupação quanto à garantia sobre a própria terra dos indivíduos já estabelecidos foi destacada, assegurando que o Estado não poderia tomá-la a bel-prazer simplesmente pela diferença étnica.

“Nenhuma expropriação de terra possuída por um árabe no Estado Judeu, assim como por um judeu no Estado Árabe, será permitida, exceto para propósitos públicos. Em todos os casos de expropriação, a compensação integral conforme fixada pela Suprema Corte será paga antes da desapropriação.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção C, Capítulo 2, Parágrafo 8)

Em relação a manifestação da cidadania como tal, a validação da independência iria fornecer total direitos, permitindo que em certos casos judeus e árabes solicitassem a mudança de uma pela outra.

“Os cidadãos palestinos que residam na Palestina fora da cidade de Jerusalém, bem como os árabes e judeus que, não possuindo a cidadania palestina, residam na Palestina fora da cidade de Jerusalém, deverão, após o reconhecimento da independência, tornar-se cidadãos do Estado em que residem e gozar de plenos direitos civis e políticos.

Pessoas maiores de dezoito anos podem optar, no prazo de um ano a partir da data do reconhecimento da independência do Estado em que residem, pela cidadania do outro Estado, desde que nenhum árabe residente na área do Estado Árabe proposto opte pela cidadania no Estado Judeu proposto, assim como nenhum judeu residente no Estado Judeu proposto terá o direito de optar pela cidadania no Estado Árabe proposto. O exercício deste direito de opção abrangerá as esposas e filhos menores de dezoito anos de idade das pessoas que assim optarem.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção C, Capítulo 3, Parágrafo 1)

A parte de “União Econômica” descrita no Plano de Partilha foi apresentada com a intenção de manter a cooperação de ambos os Estados no desenvolvimento da região, assim como tornar realmente possível a divisão, haja vista que muitos aspectos ainda estavam extremamente relacionados, como características quanto à infraestrutura e transações econômicas.

“Em relação ao sistema monetário conjunto, as moedas que circulam nos dois Estados e na Cidade de Jerusalém passariam a ser emitidas sob a autoridade do Conselho Econômico Conjunto, como a única autoridade emissora e que determinará as reservas a serem mantidas”.(([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção D, Parágrafo 8).

O Plano de Partilha afirmou que “a Cidade de Jerusalém será estabelecida como um *corpus separatum* sob um regime internacional especial e será administrada pelas Nações Unidas. Com o Conselho de Tutela designado para desempenhar as responsabilidades da Autoridade Administrativa em nome das Nações Unidas. (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte III, Seção A).

O governo internacional teria objetivos quanto ao estatuto da cidade, sendo o responsável por “proteger e preservar os interesses espirituais e religiosos únicos localizados na cidade das três grandes religiões monoteístas do mundo, cristã, judaica e muçulmana; para este fim, garantir que a ordem e a paz, e especialmente a paz religiosa, reinem em Jerusalém; (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte III, Seção C, Parágrafo 1, Item a).

Prevedendo possíveis perseguições de um governo central que venha a estar sob administração de qualquer um dos lados, ficou descrito que “um Governador da Cidade de Jerusalém será nomeado pelo Conselho de Tutela e será responsável perante ele. Ele será selecionado com base em qualificações especiais e sem consideração à nacionalidade. Ele não será, no entanto, cidadão de nenhum dos Estados da Palestina.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte III, Seção C, Parágrafo 2).

Ainda tomando medidas de segurança, o acordo estabeleceu como “a Cidade de Jerusalém será desmilitarizada; sua neutralidade será declarada e preservada, e nenhuma formação, exercício ou atividade paramilitar será permitida dentro de suas fronteiras. (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte III, Seção C, Parágrafo 4, Item a).

Por fim, dois pontos cruciais do Plano de Partilha com União Econômica da ONU seriam considerados em um futuro próximo: o primeiro logo após a conclusão do processo de criação de ambos os Estados, e o segundo após dez anos.

“Quando a independência do Estado Árabe ou do Estado Judeu, conforme previsto neste plano, se tornar efetiva e a declaração e o compromisso, conforme previstos neste plano, forem assinados por qualquer um deles, deve-se considerar com simpatia seu pedido de admissão como membro das Nações Unidas, de acordo com o Artigo 4 da Carta das Nações Unidas.” (([UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947](#)), Parte I, Seção F)

“O Estatuto elaborado pelo Conselho de Tutela sobre os princípios acima mencionados entrará em vigor o mais tardar em 1º de outubro de 1948. Ele permanecerá em vigor em primeira instância por um período de dez anos, a menos que o Conselho de Tutela considere necessário realizar uma reavaliação dessas disposições em uma data anterior. Após o término desse período, todo o plano estará sujeito a revisão pelo Conselho de Tutela à luz da experiência adquirida

com seu funcionamento. Os moradores da Cidade [de Jerusalém] estarão então livres para expressar por meio de um referendo seus desejos quanto a possíveis modificações do regime.” ((UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE, 1947), Parte III, Seção D)

## 3.5 A Criação do Estado de Israel

A solução da ONU para a Palestina já nasceu morta. Desde que o Plano de Partilha foi votado e aprovado em 29 de novembro de 1947 — com o aceite judeu e a recusa árabe — ocorreu um processo agudo de escalada de violência, com intensos confrontos entre milícias judaicas e árabes, caracterizado como uma Guerra Civil na Palestina (1947-1948), que culminaria na independência apenas do Estado Judeu (1948) e, como reação subsequente, o início da Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948).

### 3.5.1 Guerra Civil na Palestina (1947-1948)

Após a aprovação da Resolução 181 (II), em protesto contra a divisão do território, perante a alegação de violações do direito do povo árabe palestino à autodeterminação, o Alto Comitê Árabe Palestino convocou uma greve geral, colaborando para o recrudescimento dos confrontos. Em paralelo, as forças paramilitares judaicas elevaram sua capacidade de atuação, considerando que estavam operando com maior liberdade em razão da retirada gradual das forças britânicas.

O conflito envolvia o contexto de insatisfação árabe em oposição a tentativa de implementação do projeto sionista pelos judeus, em meio ao enfraquecimento de uma estrutura administrativa, política e militar central forte para moderar esses embates. Afinal, o domínio britânico, que havia por muitos anos estabelecido e desenvolvido uma infraestrutura robusta, estava retirando gradualmente esse aparato todo de controle sob o Mandato na Palestina, enquanto a ONU cambaleava para substituir e assumir essa posição com a mesma performance. Perante tal cenário de instabilidade, uma Guerra Civil se instalou na Palestina. As milícias árabes se organizaram e passaram a atuar recebendo suporte de nações árabes vizinhas através da Liga dos Estados Árabes. Em paralelo, as milícias judaicas eram apoiadas principalmente pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

As milícias sionistas — como a Haganah<sup>43</sup> e outros grupos paramilitares como o Irgun (Etzel) e o Stern (Lehi)<sup>44</sup> — tiveram uma ampliação de sua capacidade de enfrentamento a

<sup>43</sup> A Haganah foi uma importante organização paramilitar judaica, ligada a Agência Judaica, que atuou principalmente durante o Mandato Britânico e no enfrentamento contra árabes na Palestina. Em 1948, formou a base do exército israelense moderno, ao ser incorporada às Forças de Defesa de Israel (IDF), após a independência do Estado Judeu.

<sup>44</sup> Irgun (Etzel) e Stern (Lehi) foram grupos paramilitares judaicos, que nasceram como dissidentes da Haganah, com atuação importante no contexto de conflitos contra o Mandato Britânico e contra a população árabe local. Em 1948 foram incorporados às Forças de Defesa de Israel (IDF) em decorrência da criação do Estado Judeu. Mantinham atuações mais radicais do que sua sigla de origem.

partir do envio de recursos financeiros da comunidade e de instituições judaicas pelo mundo, principalmente dos Estados Unidos e da Europa. Já as milícias árabes palestinas receberam um apoio desorganizado, que foi marcado por divisões políticas, rivalidades internas e falta de coordenação adequada, resultando no envio de armas obsoletas e aporte financeiro limitado, além de certo nível de treinamento militar básico incipiente, que se mostraram insuficientes para fazer frente aos judeus.

Mesmo que todos os países solidários à causa palestina fossem nações árabes, havia discordâncias. Antes de tudo, cada Estado prioriza a própria soberania e seus interesses domésticos, fatores que explicam embates e desentendimentos — e até mesmo conflitos armados — entre as próprias nações árabes.

A disparidade entre as duas milícias também se deve à capacidade de cada uma em adquirir material bélico, considerando que o Mandato Britânico havia restringido o fornecimento de armas e a formação de organizações militares, prejudicando tanto os árabes quanto os judeus. Contudo, os sionistas conseguiam burlar com mais eficiência esse bloqueio, adquirindo através de contrabando vindo da Europa Oriental, fornecido por países soviéticos.

### 3.5.2 A Expansão do Sionismo

As tensões cresciam no desenrolar da tentativa de implementação do Plano de Partilha, com as forças judaicas explorando o momento de vulnerabilidade política para estabelecer domínio além dos territórios pré-estabelecidos pela ONU, infringindo os limites estipulados. A recusa árabe do plano foi um ponto-chave dentro dessa política, que aos olhos do mundo legitimou todo o processo de violência e expansão do projeto sionista.

Esse movimento foi duramente criticado pelos árabes, com acusações quanto às intenções deliberadas por parte dos judeus para ampliar seu controle de cada vez mais regiões. Opinião que foi construída considerando que, “a partir dos escritos dos líderes sionistas, é evidente que a política sionista era ocupar, durante o período de retirada, o máximo de território possível (incluindo a "Cisjordânia") além das fronteiras atribuídas ao Estado judeu pela resolução de partilha.” ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.132](#))

Nesse sentido, o Alto Comando da Haganah desenvolveu um plano militar, nomeado Plano Dalet — também conhecido como Plano D —, que tinha como objetivo principal estabelecer o controle territorial sobre a Palestina e garantir a segurança do futuro Estado Judeu, com foco em impedir ataques de milícias árabes. Para isso, foram organizadas operações tanto de defesa como de expansão do território judeu, buscando controlar áreas-chave. A Haganah tinha intenção de neutralizar a presença de forças paramilitares árabes que poderiam representar qualquer ameaça ao projeto sionista, ao ponto de tomar, destruir e massacrar vilarejos e cidades palestinas inteiras.

A ação de expansão sionista, através do Plano Dalet, praticado com tamanha violência pelas forças paramilitares judaicas naquele momento, principalmente em ações da Haganah, resultou em uma fuga maciça de árabes, que deixaram suas terras temendo pela própria vida. Esse processo de violência foi a base fundamental da longa problemática do tema dos refugiados palestinos nos anos seguintes e que perdura até hoje. Entretanto, a narrativa sionista é categórica em afirmar que o plano foi desenvolvido em meio a uma Guerra de Independência brutal, assim sendo uma ferramenta fundamental para a sobrevivência dos judeus e para a formação do Estado Judeu livre.

Para os palestinos o recrudescimento do conflito fez parte de uma política deliberada e cuidadosamente planejada para forçá-los a abandonar suas casas, assim viabilizando a ocupação judaica. Perante este quadro, Theodor Herzl, considerado como o pai do sionismo, expunha, desde os primórdios do projeto no final do século XIX, as ações necessárias para alcançar sucesso na criação do Estado Judeu: "tanto o processo de expropriação quanto a remoção dos pobres devem ser realizados de forma discreta e cautelosa". (HERZL, 1960, p.88)

Segundo David Hirst (HIRST, 1977, p.129) — que atuou como correspondente do The Guardian para assuntos do Oriente Médio entre os anos 1960 e 1990: “de fato, nos primeiros anos de colonização, eles [sionistas] costumavam insistir que não havia problema árabe; não havia, portanto, incompatibilidade entre as ambições sionistas não realizadas e os direitos árabes pré-existentes”. Contudo, as ordens para o plano sionista eram evidentes, com diversos militantes influentes na luta por um Estado independente definindo estratégias e objetivos. Entre eles estava Joseph Weitz, figura fundamental na colonização agrícola judaica na Palestina, que atuava como Diretor de Terras do Fundo Nacional Judaico, e que registrou seus pensamentos em um diário, de 1940.

“Entre nós, deve ficar claro que não há lugar para os dois povos juntos neste país [...]. Não alcançaremos nosso objetivo de ser um povo independente com os árabes neste pequeno país. A única solução é uma Palestina, pelo menos a Palestina Ocidental (a oeste do rio Jordão) sem árabes [...]. E não há outra maneira senão transferir os árabes daqui para os países vizinhos, transferir todos eles; nenhuma aldeia, nenhuma tribo, deve ser deixada [...]. Somente após essa transferência o país será capaz de absorver os milhões de nossos próprios irmãos. Não há outra saída.” Tradução livre de “The Gun and the Olive Branch: the roots of violence in the Middle East”. (HIRST, 1977, p.130)

### 3.5.3 O Massacre de Deir Yassin

Ao longo desse processo violento, em 9 de abril de 1948, ocorreu um dos episódios mais trágicos dos confrontos entre árabes e judeus, que deixou marcas psicológicas profundas no imaginário palestino. Uma pequena comunidade árabe localizada nos arredores de Jerusalém, que abrigava 400 habitantes — em sua maioria pedreiros que trabalhavam na única pedreira da região e viviam em típicas casas de pedra cor de mel —, sofreu uma metamorfose provocada

pelo “gun zionism” (sionismo armado ou de guerra) em sua forma mais cruel. Essa aldeia árabe era Deir Yassin, que desapareceu completamente depois disso. (HIRST, 1977, p.123)

Deir Yassin gozava de ser uma vila com reputação pacífica, vivendo em harmonia com os assentamentos judaicos vizinhos, não solicitando ajuda ou reclamando às autoridades árabes que estava em perigo, além de ocasionalmente colaborar com a Agência Judaica por acreditar ser um dos alvos árabes menos prováveis. Entretanto, “às 4h30 da manhã, uma força combinada de Irgun (Etzel) e Stern (Lehi), com 132 homens, desceu sobre a aldeia adormecida. Ao meio-dia, eles haviam massacrado dois terços dos habitantes”. (HIRST, 1977, p.124)

Embora a pequena comunidade árabe estivesse localizada na periferia da maior cidade da Palestina, poucas pessoas — além de seus perpetradores e vítimas sobreviventes — realmente testemunharam o que de fato ocorreu.

De acordo com Menachem Begin<sup>45</sup>, comandante do Irgun à época e principal responsável pelas decisões estratégicas do grupo: “seus homens travaram uma luta limpa contra uma resistência feroz; eles procuraram ‘evitar uma única vítima desnecessária’; e, usando um alto-falante para alertar todas as mulheres, crianças e velhos a se refugiarem nas colinas, eles se privaram, em espírito de humanidade, dos elementos de completa surpresa”. (HIRST, 1977, p.125)

As vítimas sobreviventes não concordam com a versão de Begin, ainda que estivessem extremamente assustadas e relutantes em contar a própria para a polícia britânica — que mesmo frágil ainda mantinha seu Mandato na Palestina. Os relatos evidenciam a sanguinolência e crueldade com que os agressores saquearam, estupraram e mataram os moradores.

“Fahimi Zidan, de doze anos, sobreviveu ao primeiro assassinato em massa de cerca de trinta e cinco moradores. Ele lembrou: ‘Os judeus ordenaram que toda a nossa família se alinhasse contra a parede e começaram a atirar em nós. Fui atingido na lateral, mas a maioria de nós, crianças, fomos salvos porque nos escondemos atrás de nossos pais. As balas atingiram minha irmã Kadri (quatro) na cabeça, minha irmã Sameh (oito) na bochecha, meu irmão Mohammad (sete) no peito. Mas todos os outros que estavam conosco contra a parede foram mortos: meu pai, minha mãe, meu avô e minha avó, meus tios e tias e alguns de seus filhos’”. (HIRST, 1977, p.126)

“Halim Eid viu ‘um homem atirar no pescoço de minha irmã Salhiyeh, que estava grávida de nove meses’. Então ele cortou seu estômago com uma faca de açougueiro. Ela disse que outra mulher, Aisha Radwan, foi morta tentando extrair o feto do útero da mãe morta”. (HIRST, 1977, p.126)

“Em outra casa, Naaneh Khalil, dezesseis anos, viu um homem pegar ‘uma espécie de espada e cortar meu vizinho Jamil Hish da cabeça aos pés, em seguida, fazer a mesma coisa nos degraus da minha casa para meu primo Fathi’”. (HIRST, 1977, p.126)

<sup>45</sup> Manachem Begin foi um importante líder político e militar israelense. Atuou como figura presente do movimento sionista e liderou o grupo paramilitar Irgun (Etzel) de 1943 a 1948, durante o período de conflitos com britânicos e árabes da região, defendendo uma linha mais radical na luta pela criação do Estado de Israel. Posteriormente, em 1977, foi eleito Primeiro-Ministro de Israel.



Em uma investigação britânica, Richard Catling, oficial responsável pelo interrogatório, anexou um comentário detalhando como várias mulheres sofreram durante a operação realizada pelos combatentes das forças paramilitares do Irgun e do Stern.

“No dia 14 de abril, às 10h. Visitei a aldeia de Silwan acompanhada por um médico e uma enfermeira, do Hospital do Governo em Jerusalém, e um membro da União das Mulheres Árabes. Visitamos muitas casas nesta aldeia, nas quais aproximadamente duzentas a trezentas pessoas de Deir Yassin estão alojadas. Entrevistei muitas das mulheres para obter algumas informações sobre quaisquer atrocidades cometidas em Deir Yassin, mas a maioria dessas mulheres é muito tímida e relutante em relatar suas experiências, especialmente em questões relacionadas à agressão sexual, precisando de muita persuasão antes de divulgarem qualquer informação. A gravação de depoimentos é dificultada também pelo estado histérico [abalado] das mulheres, que desmoronam muitas vezes enquanto o depoimento está sendo gravado. Não há, no entanto, dúvida de que muitas atrocidades sexuais foram cometidas pelo ataque judeu. Muitas meninas na idade escolar foram estupradas e depois massacradas. Idosas também foram molestadas. Há uma história sobre um caso em que uma jovem foi literalmente dividida em duas. Muitas crianças também foram massacradas e mortas. Também vi uma senhora, que disse ter cento e quatro anos, que havia sido severamente espancada na cabeça com coronhadas de rifle. Mulheres tiveram pulseiras arrancadas de seus braços e anéis de seus dedos, e partes de algumas das orelhas foram cortadas para remover os brincos”. (HIRST, 1977, p.126)

Uma investigação internacional também foi realizada, comandada por Jacques de Reynier, chefe da delegação da Cruz Vermelha Internacional na Palestina, que arriscou a própria vida ao visitar o território, agora controlado pelas forças do Irgun, mediante a não cooperação da Agência Judaica. Reynier esteve em contato com o comandante Irgun do local, que afirmou que “os combatentes judeus alertaram por alto-falante os habitantes para que se rendessem, estipulando o tempo de um quarto de hora para a evacuação”. Segundo o comandante, alguns foram presos e outros que não obedeceram às ordens “tiveram o destino merecido”. Por fim, o integrante do Irgun ainda alertou para “não exagerar, havia apenas alguns mortos que seriam enterrados após que a ‘limpeza’ da aldeia terminasse”. Ao final, o membro da Cruz Vermelha foi abordado por homens do grupo paramilitar judaico, que coercivamente obrigaram-no a assinar uma declaração agradecendo pela ajuda, atestando que o Irgun tratou a situação com extrema cortesia, além de facilitar a investigação em todos os sentidos. (HIRST, 1977, p.127)

A própria Haganah condenou o derramamento de sangue em Deir Yassin caracterizando-o com um excesso, contudo foi conivente com os responsáveis, de forma condizente com o projeto sionista a qual tanto Haganah como Irgun e também Stern compartilhavam. Afinal, a ordem da Haganah era “limpar” os locais dos habitantes árabe, colocando em prática um plano militar — “Plano D” ou “Dalet” — que tinha como objetivo aproveitar o vácuo de poder deixado pela evacuação britânica, para assim ocupar o maior número de territórios possíveis.

Posteriormente, em 1960, Dov Joseph, que à época era Governador Militar de Jerusalém, acabou manifestando uma espécie de mea culpa em um livro de relatos pessoais, “The

Faithful City: the siege of Jerusalem” (1960), dos acontecimentos que antecederam a proclamação do Estado Judeu.

"Sofremos um revés de natureza diferente em 9 de abril, quando unidades combinadas de Etzel e Stern montaram um ataque deliberado e não provocado à vila árabe de Deir Yassin, no extremo oeste de Jerusalém. Não havia razão para o ataque. Era uma aldeia tranquila, que havia negado a entrada de unidades árabes voluntárias do outro lado da fronteira e que não estava envolvida em quaisquer ataques a áreas judaicas. Os grupos dissidentes escolheram-no por razões estritamente políticas. Foi um ato deliberado de terrorismo". (JOSEPH, 1960, p.71)

"Mulheres e crianças não tiveram tempo suficiente para evacuar a aldeia, embora avisadas para fazê-lo por alto-falante, e havia muitas delas entre as 254 pessoas relatadas pelo Alto Comitê Árabe como mortas". (JOSEPH, 1960, p.71)

"O evento foi um desastre em todos os sentidos. Os dissidentes mantiveram a aldeia por dois dias e depois a abandonaram. Eles ganharam o desprezo da maioria dos judeus em Jerusalém e um repúdio público inequívoco da Agência Judaica. Mas eles deram aos árabes uma forte acusação contra nós, e as palavras 'Deir Yassin' foram usadas repetidamente para justificar suas próprias atrocidades e persuadir os aldeões árabes a se juntarem à fuga em massa que agora estava ocorrendo em toda a Palestina". (JOSEPH, 1960, p.71-72)

Mesmo não admitindo qualquer excesso cometido pelas milícias sionistas, defendendo a ideia de uma espécie de construção de narrativa persecutória aos judeus — como tantas outras que realmente foram comprovadas ao longo da história, não sendo o caso de Deir Yassin —, Menachem Begin, comandante do Irgun à época do ataque a vila árabe, avaliou que ocorreram ganhos anímicos que foram convertidos em conquistas de guerra.

"A propaganda inimiga foi projetada para manchar nosso nome. No resultado, isso nos ajudou. O pânico tomou conta dos árabes de Eretz Yisrael<sup>46</sup>, que começaram a fugir aterrorizados, mesmo antes de entrarem em confronto com as forças judaicas. Não o que aconteceu em Deir Yassin, mas o que foi inventado sobre Deir Yassin, ajudou a abrir caminho para nossas vitórias decisivas no campo de batalha. A lenda de Deir Yassin nos ajudou em particular na conquista de Haifa. Todas as forças judaicas avançaram por Haifa como uma faca na manteiga. Os árabes começaram a fugir em pânico, gritando: 'Deir Yassin!'" (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.135)

### 3.5.4 O Terror Psicológico da Guerra

A Guerra Civil na Palestina foi profundamente sangrenta com agressões e atos de terrorismo de ambos os lados. De forma que, há também episódios lamentáveis e traumáticos de

<sup>46</sup> Eretz Yisrael é um termo em hebraico que significa "Terra de Israel". Sua origem bíblica é descrita na Torá como a antiga Terra de Canaã que foi prometida por Deus aos descendentes de Abraão. Atualmente corresponde ao Estado de Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza.



autoria de milícias árabes, como o ataque ao comboio do Monte Scopus, em 14 de abril — apenas cinco dias após o massacre de Deir Yassin, sendo considerado uma retaliação direta —, no qual judeus foram impiedosamente queimados vivos.

O ataque foi direcionado a um comboio judaico composto por civis, que transportava médicos, enfermeiros, professores e guardas de segurança para o Hospital Hadassah e para a Universidade Hebraica de Jerusalém, localizados no Monte Scopus. Desde o início da Guerra Civil, a região onde essas duas instituições estavam — e estão até hoje — localizadas passou a ser de difícil acesso, por ser parte de um enclave judaico isolado, cercado por áreas controladas por forças árabes. De forma que, essa situação tornava o trajeto a partir de Jerusalém vulnerável a ataques e emboscadas.

Os fatais acontecimentos desse atentado foram descritos por Dov Joseph, Governador Militar de Jerusalém naquela época, que relatou em seu livro de memórias, publicado posteriormente: os horrores dos ataques dos árabes e o entusiasmo os mesmos perante o sucesso da operação, a ineficácia e inação das forças britânica responsáveis pela proteção, além de lamentar o assassinato de expoentes intelectuais judeus.

“[...] massacre de Hadassah, quando setenta e sete médicos, enfermeiros e professores judeus foram mortos ou queimados vivos na estrada para o Monte Scopus. Estávamos enviando unidades de socorro para a Universidade Hebraica e o Hospital Hadassah em comboios regulares com base em garantias dadas pessoalmente pelo Alto Comissário e Secretário de Estado Britânico para Colônias, Arthur Creech-Jones, de que o tráfego médico e civil para o Monte Scopus seria protegido por seu Exército e forças policiais.” (JOSEPH, 1960, p.74)

“O comboio saiu às 9h30, composto por duas ambulâncias, três ônibus blindados, três caminhões com alimentos e suprimentos hospitalares e dois pequenos carros de escolta. O policial britânico responsável havia dado a garantia usual de que a estrada estava livre. No caminho de Sheikh Jarrah para o Monte Scopus, o comboio atingiu uma mina. Uma ambulância e dois ônibus foram danificados e não puderam ser operados. O carro traseiro deu meia-volta e conseguiu escapar. Uma saraivada de fogo, incluindo granadas e coquetéis molotov, atingiu os carros de ambos os lados da estrada. Os disparos continuaram durante toda a manhã.” (JOSEPH, 1960, p.74)

“O ataque ocorreu a menos de duzentos metros do posto militar britânico responsável pela segurança da estrada. Os soldados assistiram ao ataque, mas não fizeram nada.” (JOSEPH, 1960, p.75)

“O ataque durou sete horas. Eram 4:30 da tarde quando os árabes foram finalmente expulsos e os mortos e feridos foram levados para fora. Apenas vinte e oito pessoas foram salvas, oito delas ilesas. Os setenta e sete mortos incluíam os Drs. Chaim Yassky, Leonid Dol-jansky e Moshe Ben-David, que foram os fundadores da nova faculdade de medicina da universidade, o Dr. Guenther Wolfsohn, o físico, e o Professor Enzo Bonaventura, chefe do departamento de psicologia da universidade.” (JOSEPH, 1960, p.75)

“O ataque foi comandado por um oficial iraquiano, foi reivindicado pelo Comitê Árabe Superior, que elogiou o massacre como uma façanha heroica. Ele

censurou os britânicos por sua intervenção de última hora: "Se não fosse pela interferência do Exército, nenhum passageiro judeu teria permanecido vivo." (JOSEPH, 1960, p.75)

Embora haja o entendimento da ocorrência de agressões mútuas em uma guerra civil, para o correspondente do The Guardian, (HIRST, 1977, p.138), "houve violência dos palestinos, mas nem em escala e nem eficácia se igualou à dos próprios sionistas". O experiente comunicador acredita que o conjunto de táticas de guerra e as ações políticas desenvolvidas pelas entidades judaicas estavam melhor organizadas e equipadas: "foi uma combinação sofisticada de violência física e psicológica montada por forças oficiais e 'dissidentes', que finalmente expulsou os palestinos." (HIRST, 1977, p.140)

Nesse contexto de tensão profunda provocada pelos conflitos, com o fim do Mandato Britânico batendo à porta, o senso de urgência dos judeus estava focado em manter sua estrutura político-militar a postos. O clima de angústia, perante a indefinição de como as forças políticas iriam se estruturar após a saída britânica, fez com que as milícias sionistas se organizassem estrategicamente, preparando-se em caso de uma invasão árabe por múltiplas frentes.

Durante esse processo de cautela, as milícias judaicas reforçaram táticas psicológicas que despertassem o terror em seus inimigos. Essas estratégias foram descritas por Yigal Allon<sup>47</sup>, líder político e militar israelense, em "Book of the Palmach" (1950)<sup>48</sup>:

"Reuni todos os mukhtars judeus<sup>49</sup>, que têm contato com árabes em diferentes aldeias, e pedi-lhes que sussurrassem nos ouvidos de alguns árabes que um grande reforço judeu chegou à Galiléia<sup>50</sup> e que vai queimar todas as aldeias do Huleh. Eles devem sugerir a esses árabes, como seus amigos, que fujam enquanto ainda há tempo. E o boato se espalhou em todas as áreas do Huleh de que é hora de fugir. O voo contava com miríades<sup>51</sup>. A tática atingiu seu objetivo completamente. O prédio da delegacia de polícia em Halsá caiu em nossas mãos sem um tiro. As amplas áreas foram limpas, o perigo foi retirado das rotas de transporte e pudemos nos organizar para os invasores ao longo das fronteiras, sem nos preocuparmos com a retaguarda". Tradução livre de "The Gun and the Olive Branch: the roots of violence in the Middle East". (HIRST, 1977, p.142)

Na mesma linha, há outros relatos da propagação do terror às comunidades palestinas, como Harry Levin<sup>52</sup>, escritor britânico, e jornalista correspondente da BBC durante o fim do Mandato na Palestina e o período de Guerra Civil, exemplificou:

<sup>47</sup> Yigal Allon exerceu a função de comandante da Palmach, a força de elite da organização militar Haganah, durante a Guerra Civil Israelense (1947-1948) e a Guerra Árabe-Israelense (1948).

<sup>48</sup> Obra que documenta a criação, as operações e o legado da Palmach, a força de elite da organização militar judaica Haganah, que deu origem as Forças de Defesa de Israel (IDF).

<sup>49</sup> Mukhtars são líderes comunitários.

<sup>50</sup> a Galileia é uma região localizada entre a divisa de Israel e Líbano que atualmente abriga comunidades judaicas, árabes, cristãs e drusas.

<sup>51</sup> Do original "The flight numbered myriads", o termo pode ser compreendido como "A fuga envolveu multidões incontáveis". A expressão é geralmente utilizada para descrever grandes movimentações populacionais, como migrações forçadas, êxodos ou deslocamentos durante conflitos.

<sup>52</sup> Harry Levin foi um jornalista britânico correspondente da BBC na Palestina, sendo uma testemunha ocular

“Perto [de Jerusalém] um alto-falante gritava em árabe. [Com a] Haganah transmitindo para civis árabes, incitando-os a deixar o distrito antes das 5h15. ‘Tenha pena de suas esposas e filhos e saia desse banho de sangue. Saia pela estrada de Jericó, isso ainda está aberto para você. Se você ficar, você convida o desastre’”. (HIRST, 1977, p.140)

“O oficial da reserva israelense revela o quão deliberado isso foi. Em meio a bombas de barril, ele escreveu: ‘[...] enquanto o pânico descontrolado se espalhava por todos os bairros árabes, os israelenses trouxeram jipes com alto-falantes que transmitiam "sons de terror" gravados. Estes incluíam gritos, lamentos e gemidos angustiados de mulheres árabes, o barulho de sirenes e o som estridente de alarme de incêndio, interrompidos por uma voz sepulcral gritando em árabe: ‘Salvem suas almas, todos os fiéis: Os judeus estão usando gás venenoso e armas atômicas. Corram por suas vidas em nome de Allah’”. (HIRST, 1977, p.140)

Mesmo que líderes sionistas ainda relativizem a veracidade de certos episódios de violência ocorridos durante a Guerra Civil, assim como o aspecto de terror psicológico que esse derramamento de sangue carrega para toda uma sociedade, é consenso geral que o medo gerou uma espécie de propaganda com efeitos profundos. Em vista disso, Menachem Begin, comandante do Irgun durante o massacre à Deir Yassin, minimiza — em tom de deboche — o ataque à pequena comunidade árabe, embora admita a existência de uma propaganda, que estava sendo utilizada em seu favor.

“O quartel-general árabe em Ramallah transmitiu uma história grosseira de atrocidade, alegando massacre indiscriminado por tropas do Irgun de cerca de 240 homens, mulheres e crianças em Deir Yassin. Os órgãos oficiais sionistas, apreensivos com a crescente força e apoio popular do Irgun, rapidamente se apoderaram dessa acusação árabe e, sem sequer tentar verificar sua veracidade, aceitaram-na pelo seu valor nominal e se apressaram em denunciar e difamar o Irgun. Essa Greuelpropaganda<sup>53</sup> árabe-sionista combinada produziu, no entanto, consequências inesperadas e importantes. Os árabes de todo o país, induzidos a acreditar em contos selvagens de ‘carnificina do Irgun’, foram tomados de pânico ilimitado e começaram a fugir para salvar suas vidas. Essa fuga em massa logo se transformou em uma debandada enlouquecida e incontrolável. Dos cerca de 800 mil árabes que viviam no atual território do Estado de Israel, apenas cerca de 165 mil ainda estão lá. O significado político e econômico desse desenvolvimento dificilmente pode ser estimado”. (HIRST, 1977, p.129)

### 3.5.5 O Êxodo Palestino

Quaisquer que sejam as versões dos casos de violência, o efeito psicológico de tais incidentes é evidente: um êxodo em massa da população civil palestina. Todo esse terror que

durante os acontecimentos que levaram ao fim do Mandato Britânico e início da Guerra Civil. Também é autor do livro "Jerusalem Embattled: A Diary of the City Under Siege"(1950), que apresenta uma análise pessoal de quem esteve dentro da cidade sitiada na época.

<sup>53</sup> Greuelpropaganda é uma palavra alemã que pode ser traduzida como "propaganda de terror" ou "propaganda de atrocidades". Sendo que "Greuel" significa atrocidade ou terror, e "Propaganda" se refere à disseminação de informações, geralmente com objetivo de influenciar a opinião pública.

se espalhou entre a sociedade árabe na Palestina foi um fator crucial com consequências graves, afetando o desenvolvimento e estabelecimento de qualquer Estado Árabe independente — situação que perdura até o momento.

Nesse processo, milhares fugiram em direção a países árabes vizinhos — como Egito, Líbano, Síria, Jordânia, Turquia e outros —, além de buscarem refúgio em Gaza e na Cisjordânia. Segundo a Comissão de Conciliação das Nações Unidas para a Palestina (UNCCP)<sup>54</sup>: “O número de refugiados palestinos resultantes dessas hostilidades foi estimado em 726 mil — no final de 1949 — metade da população originária da Palestina”.(COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.135)

A grave crise humanitária vivida pelos refugiados palestinos até hoje nasceu a partir dos efeitos deste momento da Guerra Civil e da Guerra Árabe-Israelense. Todavia, (HIRST, 1977, p.136), correspondente do The Guardian, expõe que “os sionistas professam que suas consciências estão igualmente limpas, pois não foram eles [judeus] que os expulsaram, mas seus próprios líderes [árabes] que ordenaram que fugissem”.

As alegações de dirigentes sionistas que responsabilizavam os líderes árabes pelo êxodo palestino foram refutadas por um relatório da ONU em 1949. O documento apontava que, como resultado do conflito na Palestina, quase toda a população árabe fugiu ou foi expulsa das áreas sob controle judaico. Consequentemente, um grande número de pessoas foi deslocado de suas casas, tornando os árabes a esmagadora maioria dos refugiados na Palestina e nos países vizinhos. A ONU também expressou preocupação com o futuro desses refugiados, destacando que essa é uma das questões mais complexas e controversas em disputa, cuja solução apresenta enormes desafios. Por fim, o relatório afirmou que esse êxodo em massa foi motivado pelo pânico causado pelos combates em suas comunidades, agravado por rumores de atos de terrorismo — reais ou supostos — e por expulsões forçadas.

O momento de conflito entre árabes e judeus após a votação da Resolução de Partilha da Palestina é a base fundamental para o entendimento de outros eventos subsequentes da região. Posto isto, os judeus consideram esse período como vital para a formação do Estado de Israel, assim definindo como sua Guerra de Independência. De forma oposta, trata-se de uma época terrível para os palestinos, na qual foram perseguidos, mutilados e assassinados, deixando cicatrizes abertas que resistem ao tempo, sendo difíceis de serem curadas.

“A ascensão do Estado de Israel — em fronteiras maiores do que as atribuídas a ele sob o Plano de Partilha — e a fuga da população nativa foi um cataclismo tão profundamente angustiante para os árabes que até hoje eles o chamam, simplesmente, de al-Nakha, a ‘Catástrofe’”. (HIRST, 1977, p.136)

<sup>54</sup> A Comissão de Conciliação das Nações Unidas para a Palestina(UNCCP) foi criada em dezembro de 1948, pela Resolução 194 da Assembleia Geral da ONU, com o intuito de mediar a paz após a Primeira Guerra Árabe-Israelense e garantir o retorno dos refugiados palestinos. Membros: Estados Unidos, França e Turquia.

### 3.5.6 A Saída dos Britânicos da Palestina

No decorrer das muitas discussões sobre qual seria a melhor solução para a Palestina, ainda em 1947, durante a Assembleia Geral da ONU que determinou a Resolução de Partilha, o Império Britânico reafirmou sua preocupação em como as diretrizes de transição de poder estavam sendo elaboradas. Em tom quase profético — provavelmente por ser a autoridade com maior responsabilidade pelo imbróglio e por isso também a com maior propriedade — alertava para as desastrosas consequências que um vácuo de poder ocasionaria.

“Minha delegação teria falhado em seu dever se não tivesse enfatizado desde o início da sessão a conseqüente necessidade de a Assembleia Geral considerar a situação que provavelmente surgirá após a remoção das forças que atualmente garantem a lei e a ordem na Palestina. Sua partida deixará uma lacuna, e tem sido a parte mais difícil da tarefa da Assembleia Geral, encontrar meios de preencher essa lacuna”. (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.124)

O plano de partilha votado na Assembleia Geral da ONU não alcançou a paz tão prometida. Perante esse cenário, “com os acontecimentos se movendo em direção a um grande confronto armado, a Grã-Bretanha anunciou que encerraria o Mandato em 15 de maio de 1948 (UNITED NATIONS, 1948a), vários meses antes do tempo previsto no plano das Nações Unidas”.<sup>55</sup> (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.132)

A saída política e militar do Império Britânico, com a retirada de suas tropas, apresentou uma situação extraordinária de vácuo de poder, transformando toda a dinâmica de um território que já se encontrava altamente instável política e socialmente. Contudo, mesmo com a retirada às pressas por parte dos britânicos, era a ONU quem deveria momentaneamente ser o poder encarregado de legislar durante a transição de governo, visando alcançar a autoadministração segura dos futuros Estados Judeu e Árabe independentes. Responsabilidade esta que a Comissão das Nações Unidas sobre a Palestina (UNCP) — que ficaria conhecida como “os cinco peregrinos solitários” (Bolívia, Checoslováquia, Dinamarca, Filipinas e Panamá) — não foi capaz de cumprir.

“A Comissão das Nações Unidas sobre a Palestina, estabelecida pela Resolução 181 (II), não poderia se deslocar para Jerusalém e só poderia realizar consultas em Nova York. A formação da armada militar, destinada a auxiliar a Comissão em suas funções na Palestina, tornou-se impraticável em face da retirada britânica acelerada em uma situação de deterioração em que o número de vítimas nos primeiros três meses, após a aprovação da resolução de partilha, foi de 869 mortos e 1.909 feridos”. (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.132)

<sup>55</sup> Segundo a Resolução 181 (II) de Partilha da Palestina os britânicos tinham até 1º de agosto de 1948 para deixar completamente o território.

### 3.5.7 Inviabilidade do Plano de Partilha

Em suma, no momento subsequente a assinatura da Resolução, já em dezembro de 1947, a violência entre as milícias judaicas e árabes impedia qualquer viabilidade do plano. Diante do desenfreado agravamento do conflito que impossibilitou a implementação da Resolução 181 (II), houveram tentativas internacionais — especialmente dentro da ONU — de suspender o Plano de Partilha antes que a saída britânica fosse concretizada, buscando alternativas para a administração da Palestina.

Perante esse cenário os esforços estavam em costurar uma trégua — mesmo que momentânea — entre as milícias inimigas, visando pacificar em algum grau a região, para assim diminuir o prejuízo humanitário. Isso posto, a partir desta regulação da crescente tensão, acreditava-se que seria possível estabelecer um cenário mais propício para negociações, recalculando alternativas políticas para quem sabe novos planos e resoluções que garantiriam dois Estados independentes. Todas as investidas nesse sentido, buscando a paz e um ambiente vital para acordos foram frustradas.

Mediante o fracasso do Plano de Partilha e de outros mecanismos amortecedores da violência — como as frustradas tentativas de tréguas ou cessar-fogo —, a ideia ventilada focava em estabelecer um governo provisório sob supervisão da ONU, visando acalmar os ânimos do espinhoso conflito. O influente político sionista Chaim Weizmann — focado em diplomacia internacional, principalmente em Londres e Nova York — em sua autobiografia, *Trial and Error* (WEIZMANN, 1949, p.472), trata como: “em Washington, já estava sendo dado como certo que, em deferência aos ‘fatos’, uma revisão fundamental teria que ocorrer, e a decisão de novembro [do Plano de Partilha], se não realmente revertida, adiada talvez *sine die*<sup>56</sup>”.

Por conseguinte, em face da crise que se instalara na Palestina, os Estados Unidos — inicialmente apoiadores e até angariadores de votos para aprovação da Partilha — reconsideraram sua posição. Em março de 1948, os EUA propuseram a suspensão da implementação do Plano e sugeriram a adoção de um regime de tutela internacional temporária sobre a Palestina. A proposta americana previa que a ONU assumisse a administração da Palestina — em caráter excepcional — para controlar a violência, enquanto outras opções seriam traçadas, até que uma solução definitiva fosse alcançada.

Segundo (WEIZMANN, 1949), em sua autobiografia, as esferas de poder da política americana estavam em desacordo com o Presidente Harry S. Truman, que demonstrava apoio a causa sionista de manter a Partilha, enquanto o Senador Warren Robinson Austin defendia o adiamento.

“Quando cheguei a Washington, em 18 de março, a maré adversa aparentemente se tornou irresistível. O Presidente [Truman] foi pessoalmente simpático e ainda indicou uma firme resolução de prosseguir com a Partilha. Duvido, no

<sup>56</sup> *Sine Die* é uma expressão em latim que significa "sem data marcada" ou "sem data definida", utilizada para adiar ou suspender uma situação sem qualquer indício de retomada.



entanto, que ele próprio estivesse ciente de até que ponto a sua própria política e propósito tinham sido recusados por subordinados do Departamento de Estado”. (WEIZMANN, 1949, p.472)

“No dia seguinte, 19 de março, o senador Austin, o representante dos Estados Unidos no Conselho de Segurança, anunciou a reversão da política americana. Ele propôs que a implementação da Partilha fosse suspensa, que uma trégua fosse arranjada na Palestina e que uma sessão especial da Assembleia Geral fosse convocada para aprovar uma tutela para a Palestina, para entrar em vigor quando o Mandato terminasse, ou seja, em 15 de maio”. (WEIZMANN, 1949, p.472)

Em uma carta particular ao Presidente Truman, escrita em 9 de abril, Weizmann afirma que os habitantes que vivem na Palestina estavam prontos, que não havia qualquer possibilidade de abandono de uma independência tão sonhada, e ainda em tom de súplica — ou bajulação — demonstra toda sua estima pela sabedoria do líder americano.

“Judeus e árabes estão maduros para a independência e já são obedientes em grande parte às suas próprias instituições, enquanto a administração central britânica está em colapso virtual. Em grandes áreas, judeus e árabes estão praticamente no controle de suas próprias vidas e interesses. O relógio não pode ser retrocedido para a situação que existia antes de 29 de novembro. Eu também chamaria a atenção para os efeitos psicológicos de prometer a independência judaica em novembro e tentar cancelá-la em março. A escolha do nosso povo, Sr. Presidente, é entre a condição de estado e o extermínio. A história e a prudência colocaram essa questão em suas mãos, e estou confiante de que você ainda decidirá isso no espírito da lei moral”. (WEIZMANN, 1949, p.474)

Dessa forma, em abril de 1948, a Assembleia Geral da ONU realizou uma sessão extraordinária para discutir a celeuma. A proposta da tutela internacional sobre a Palestina foi considerada, mas sem consenso, logo rejeitada. Com isso, autoridades internacionais procuraram lideranças sionistas para tentar reverter a situação, como conta Weizmann.

“Logo após a reversão da política nas Nações Unidas, a delegação dos Estados Unidos, composta pelo senador Austin, professor Jessup<sup>57</sup> e o Sr. Ross, nos visitou no meu hotel e tentou obter meu apoio para a proposta de tutela. Devo tê-los surpreendido e também desapontado, pois declarei sem rodeios que não dava crédito à lenda do poderio militar árabe e que considerava a intenção dos judeus palestinos de proclamar sua independência no dia em que o Mandato terminasse completamente justificada e eminentemente realista”. (WEIZMANN, 1949, p.474)

“M. Parodi, o representante da França, veio jantar e renovou os argumentos da delegação americana. Eu tinha a mesma resposta para ele. Acrescentei que, dada a chance, os judeus da Palestina prestariam um serviço ao mundo ao eliminar o mito que havia sido construído em torno dos agressores árabes. M. Parodi foi educado, mas obviamente incrédulo”. (WEIZMANN, 1949, p.474)

<sup>57</sup> Philip C. Jessup foi um importante jurista e diplomata dos Estados Unidos, que atuou como parte da delegação americana na ONU durante o período de 1948, especialmente em relação à proposta de um regime de tutela internacional para a Palestina. Jessup era conhecido por seu trabalho na área do direito internacional e teve uma carreira proeminente no campo jurídico e diplomático.

“Meus protestos mais fortes foram reservados para o Sr. Creech-Jones, o Secretário Colonial Britânico, que me visitou enquanto eu estava em meu leito de doente. A Grã-Bretanha estava em uma posição anômala: amplamente responsável pelo fracasso até aquele ponto da decisão de Partilha, mas não demonstrando entusiasmo pela proposta alternativa de tutela. A visão britânica parecia ser que árabes e judeus deveriam ser deixados a si mesmos por um período inevitável de derramamento de sangue”. (WEIZMANN, 1949, p.474)

Na realidade, a proposta de uma tutela sobre a Palestina, com administração da ONU, nada mais era do que uma nova versão maquiada — ou simplesmente escancarada sem qualquer sentimento de vergonha — de um novo Mandato estrangeiro na Palestina. “Além disso, tudo o que havia tornado o Mandato impraticável estaria presente na tutela, mas agravado pela lembrança de que apenas alguns meses antes tínhamos sido julgados dignos de um estado”, relata Weizmann (WEIZMANN, 1949, p.472). Segundo o líder sionista, em sua autobiografia *Trial and Error* (WEIZMANN, 1949, p.476), “até mesmo o New York Times, que na melhor das hipóteses sempre foi frio com o programa sionista, criticou fortemente a reversão dos Estados Unidos e pediu que fosse dada uma chance à partição”.

Com a recusa da tutela internacional outras ações foram discutidas na Assembleia Geral da ONU, recorrendo novamente a mais uma tentativa de trégua entre as forças árabes e judaicas. A proposta, segundo Weizmann, dizia que:

“Ambas as partes deveriam cessar fogo, nenhuma decisão política deveria ser tomada, uma imigração judaica limitada deveria ser permitida por alguns meses e, em troca dessa segurança transitória e duvidosa, os judeus deveriam se abster de proclamar seu Estado de acordo com a decisão de novembro”. (WEIZMANN, 1949, p.476)

Para Weizmann (WEIZMANN, 1949, p.475) “estava claro que, enquanto as Nações Unidas debatiam a tutela, o Estado judeu estava surgindo”. O influente político, que em questão de dias ocuparia o cargo como o primeiro Presidente do Estado de Israel, era absoluto em sua narrativa, alinhada ao “gun zionism” (sionismo armado ou de guerra), mesmo perante a brutalidade dos conflitos:

“Sobre a questão desta trégua, assim como sobre a da tutela, nunca tive dúvidas. Estava claro para mim que recuar seria fatal. Nossa única chance agora, como no passado, era criar fatos, confrontar o mundo com esses fatos e construir sobre seus alicerces. A independência nunca é dada a um povo; ela tem que ser conquistada; e tendo sido conquistada, ela tem que ser defendida”. (WEIZMANN, 1949, p.476)

### 3.5.8 O Nascimento de Israel (1948)

Em 13 de maio, Weizmann enviou uma carta endereçada ao Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, cumprimentando-o pelo apoio dirigido ao sionismo durante os obstáculos que estavam sendo enfrentados desde do anúncio da Partilha da Palestina, mas sobretudo apelou para que os Estados Unidos reconhecessem o novo Estado Judeu.



“Dr. Chaim Weizmann ao Presidente Truman

Nova York, 13 de maio de 1948.

Caro Sr. Presidente: Os eventos infelizes dos últimos meses não irão, espero, obscurecer as grandes contribuições que o senhor, Sr. Presidente, fez para uma solução definitiva e justa da longa e problemática questão da Palestina. A liderança que o governo americano assumiu sob sua inspiração tornou possível o estabelecimento de um Estado Judeu, que estou convencido que contribuirá significativamente para uma solução dos problemas judaicos mundiais, e que, estou igualmente convencido, é um preliminar necessário para o desenvolvimento de uma paz duradoura entre os povos do Oriente Próximo.

Até onde as condições práticas na Palestina permitiram, o povo judeu lá procedeu de acordo com as linhas estabelecidas na Resolução das Nações Unidas de 29 de novembro de 1947. Amanhã à meia-noite, 15 de maio, o Mandato Britânico será encerrado, e o Governo Provisório do Estado Judeu, incorporando os melhores esforços do povo judeu e decorrente da Resolução das Nações Unidas, assumirá total responsabilidade pela preservação da lei e da ordem dentro dos limites do Estado Judeu; pela defesa daquela área contra agressões externas; e pelo cumprimento das obrigações do Estado Judeu para com as outras nações do mundo, de acordo com o direito internacional.

Considerando todas as dificuldades, as chances de um ajuste equitativo do relacionamento árabe e judeu não são desfavoráveis. O que é necessário agora é o fim da busca por novas soluções que invariavelmente retardaram, em vez de encorajar, um acordo final.

É por essas razões que espero profundamente que os Estados Unidos, que sob sua liderança fizeram tanto para encontrar uma solução justa, reconheçam prontamente o Governo Provisório do novo Estado Judeu. O mundo, eu acho, consideraria especialmente apropriado que a maior democracia viva fosse a primeira a acolher o mais novo na família das nações.

Atenciosamente,

Chaim Weizmann”<sup>58</sup>.

Em 14 de maio os ânimos eram de apreensão, considerando que nenhuma tutela internacional foi aprovada, assim como qualquer acordo de trégua entre árabes e judeus. O cenário era incerto sobre o destino da Palestina, se iria ou não ser confirmada a independência de algum Estado, se alguma ação militar eclodiria, ou qualquer situação inesperada de interferência externa. Assim, perante este panorama de tensão nasceu Israel, segundo conta Weizmann, em sua autobiografia:

“A Assembleia das Nações Unidas não havia revogado nem reafirmado sua resolução de 29 de novembro. Na Palestina, o Mandato Britânico tinha apenas mais algumas horas para ser executado. No mesmo dia, uma assembleia histórica dos representantes do Yishuv<sup>59</sup> foi convocada em Tel Aviv, e proclamou

<sup>58</sup> A carta passou por uma tradução livre do autor, mas seu original está nos arquivos do Escritório do Historiador do Departamento de Estado dos Estados Unidos. (WEIZMANN, CHAIM, 1948) Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v05p2/d259>>. Acesso em: dezembro de 2024.

<sup>59</sup> Yishuv é um termo hebraico que se refere aos assentamentos judaicos na Palestina, assim como a população judaica antes da criação do Estado de Israel. Isto posto, os representantes do Yishuv eram líderes e porta-vozes políticos, ligados a Agência Judaica (governo judaico não oficial), que desempenhavam papel fundamental em negociações diplomáticas, coordenação da imigração judaica, defesa das comunidades e planejamento da futura independência do Estado de Israel. Entre seus expoentes estão, respectivamente, os primeiros Chefes de Estado e de Governo de Israel: Chaim Weizmann (Presidente) e David Ben-Gurion (Primeiro Ministro).

ao mundo a legítima independência do Estado Judeu, para entrar em vigor a partir da hora do término do Mandato Britânico”. (WEIZMANN, 1949, p.478)

Logo após, no mesmo 14 de maio de 1948, a Casa Branca emitiu a declaração assinada pelo Presidente Truman: “Este Governo foi informado de que um estado judeu foi proclamado na Palestina, e o reconhecimento foi solicitado pelo Governo provisório. Os Estados Unidos reconhecem o governo provisório como a autoridade de fato do novo Estado de Israel”<sup>60</sup>.

Weizmann (WEIZMANN, 1949, p.480), que naquele momento estava em Nova York, conta que soube de uma comemoração calorosa no “Madison Square Garden, onde os judeus de Nova York estavam celebrando o estabelecimento do Estado judeu em um comício em massa ao qual não pude comparecer devido a problemas de saúde”.

O Conselho Provisório do Estado de Israel elegeu Chaim Weizmann como Presidente e David Ben-Gurion como Primeiro Ministro. Ainda em solo americano, Weizmann, em seu primeiro ato oficial como estadista israelense, deixou Nova York em direção a Washington para tratar de assuntos junto ao Presidente Truman.

“Passamos de questões cerimoniais para práticas e discutimos a ajuda econômica e política que o estado de Israel precisaria nos meses críticos que viriam. O Presidente demonstrou interesse especial na questão de um empréstimo para projetos de desenvolvimento e em usar a influência dos Estados Unidos para garantir a defesa de Israel, se possível, impedindo a agressão árabe por meio da ação dos Estados Unidos ou, se a guerra continuasse a ser forçada sobre nós, garantindo que tivéssemos as armas necessárias”. (WEIZMANN, 1949, p.481)

Todos esses episódios diplomáticos e de alianças entre líderes políticos judeus e esferas de poder norte-americano — principalmente os descritos com o envolvimento do Chaim Weizmann — demonstram uma parte de como a aliança entre Estados Unidos e Israel foi construída. União esta que seria cada vez mais estreitada com o passar dos anos, de modo que Israel passaria a ser uma espécie de zona de influência estratégica estadunidense no Oriente Médio, em troca de suporte bélico e político.

A proclamação de independência do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, foi uma conquista que atravessou um longo processo. Esse caminho teve início em 1897, quando Theodor Herzl convocou o primeiro Congresso Sionista, no qual apresentou os ideais sobre o direito do povo judeu ao renascimento nacional em sua própria terra, perante a criação de um Estado Judeu Independente. Direito este que foi reconhecido pelo governo britânico através da Declaração de Balfour, em 1917, que expressava apoio a criação deste lar nacional judeu. Em 1922, esse compromisso foi ratificado pela Liga das Nações por meio do Mandato na Palestina. Por

<sup>60</sup> A declaração americana reconhecendo a independência de Israel está nos Arquivos Nacionais dos EUA. (TRUMAN, HARRY S., 1948) Disponível em <<https://www.archives.gov/milestone-documents/press-release-announcing-us-recognition-of-israel?ga=2.4490995.1166958869.1736878400-1596182913.1734623086transcript>> .Acesso em : dezembrode2024.

fim, em 1947, a Organização das Nações Unidas, ao lançar o Plano de Partilha da Palestina, assegurou a criação do Estado Judeu livre em 1948. Assim, apenas o Estado de Israel foi criado, enquanto o Estado Palestino nunca nasceu.

Em 15 de maio, o Alto Comissariado Britânico retirou-se da Palestina simbolizando cerimonialmente o fim do Mandato. No mesmo dia, sendo o primeiro da independência de Israel e exatamente um ano após a criação do Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), os exércitos árabes de nações vizinhas invadiram o recém-criado Estado Judeu.

### 3.6 A Primeira Guerra Árabe-Israelense

Em 15 de maio de 1948, o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes enviou um telegrama<sup>61</sup> ao Secretário-Geral das Nações Unidas justificando suas ações de retaliação a Israel — recém proclamado independente ao criar o Estado Judeu na Palestina no dia anterior. Esse movimento das nações árabes vizinhas marcou o início da Primeira Guerra Árabe-Israelense. O telegrama da Liga Árabe solicitava que fosse de conhecimento da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança o motivo da intervenção na região, dizendo que tinha como intuito “restaurar a lei e a ordem”, visando “impedir que os distúrbios prevalentes na Palestina se espalhem para seus territórios”, de modo a “conter mais derramamento de sangue”.

A partir disso, os países árabes recorreram aos acontecimentos históricos e políticos que transformaram a Palestina e as esferas de poder interno, buscando dar legitimidade às suas ações militares em Israel. No parágrafo 1, o documento destacou o período de dominação do Império Otomano sobre a Palestina, no qual os árabes já representavam a grande maioria da população, enquanto os judeus, mesmo na condição de minoria, nunca estiveram “sujeitos a qualquer discriminação por conta de seu credo”, afirmando que “os espaços sagrados eram protegidos e acessíveis a todos sem distinção”.

O parágrafo 2 destaca a incessante busca dos árabes pela independência na Palestina, evidenciando que, durante a Segunda Guerra, eles lutaram ao “lado dos Aliados e colocaram todos os seus meios à disposição” em troca da promessa de que seriam restauradas “a liberdade às nações”. No entanto, embora a Grã-Bretanha tenha declarado “o reconhecimento da independência dos países árabes na Ásia, incluindo a Palestina”, a promessa nunca foi cumprida de fato, mesmo que, conforme o texto da Liga, o esforço dos árabes tenha sido “sentido e devidamente apreciado na obtenção da vitória [na Segunda Guerra]”.

O telegrama destaca, no parágrafo 3, a indignação dos árabes palestinos à Declaração de Balfour, que “não deixaram de expressar seu ressentimento e oposição a tal expressão política”. Contudo, segundo o documento árabe enviado ao Secretário-Geral da ONU, a Grã-Bretanha foi

<sup>61</sup> O telegrama, enviado em 15 de maio de 1948, do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes ao Secretário-Geral das Nações Unidas é um marco para o início da Primeira Guerra Árabe-Israelense. ([UNITED NATIONS, 1948a](#))

categórica em tranquilizar os palestinos, garantindo que “tal declaração não afetava em nenhum grau seus direitos nem sua liberdade e independência, e não prejudicava a posição política dos árabes da Palestina”, afirmando que seria apenas “uma morada espiritual para os judeus na Palestina”, não havendo motivo para alarde quanto a “criação de um Estado judeu”.

Os parágrafos 4 e 5 detalham como as políticas do Mandato Britânico prejudicaram os árabes, cobrando que deveria ter ocorrido a “independência a que tinham direito em virtude do Pacto da Liga das Nações, que admitia que os habitantes da Palestina eram aptos para isso”. No entanto, de forma oposta, os britânicos incentivaram os “judeus a inundarem o país” para além da “saturação da terra, com população que excedeu a capacidade de absorção do país economicamente”. Esse quadro impossibilitou a libertação dos árabes, “minando seu futuro e sua própria existência”, que sofreram com o “total desrespeito e tratamento severo, como prisão e exílio”.

Em seguida, no parágrafo 6, a Liga ressaltou a posição da Palestina como uma país árabe situado no coração do mundo árabe, destacando seus laços espirituais, históricos, econômicos e estratégicos com essa região. Por isso, afirmava-se que cabia aos Estados árabes a responsabilidade de defender os interesses palestinos tanto perante as instituições internacionais quanto em relação ao Reino Unido, “insistindo em uma solução para o problema com base no compromisso dado a eles e em princípios democráticos”. O trecho também comenta sobre a política do “Livro Branco” (1939), que propôs restringir a imigração judaica para a Palestina ao afirmar que as obrigações britânicas “em relação ao estabelecimento do Lar Nacional Judaico foram completamente cumpridas”. Entretanto, o documento de 1939 acabou se tornando apenas mais uma dentre as tantas promessas de independência futura que não se concretizaram.

Os países árabes fizeram questão de expor o contexto no qual a Liga havia sido criada em 1945, com o propósito de cooperar no “estabelecimento de uma paz mundial duradoura”. Fundamentada nisso, segundo o parágrafo 7, a Carta da Liga Árabe afirmava que reconhecia a Palestina como um “país independente desde sua separação do Império Otomano”, mas que os seus direitos teriam sido “subjugados temporariamente por razões além da vontade de seu povo”. Paralelamente, as Nações Unidas nasceram no mesmo ano de 1945, de forma que, segundo o telegrama, os Estados Árabes logo se filiaram sem hesitação “por profunda crença naquela instituição, em seus ideais e seus elevados objetivos”.

A Liga declarou, no parágrafo 8, que teria incessantemente procurado solução “baseada em princípios democráticos e consistente com as disposições do Pacto da Liga das Nações, bem como da Carta das Nações Unidas”, tanto com o Mandatário quanto com a própria ONU. O objetivo era encontrar uma alternativa “que seria duradoura e garantiria paz e segurança na terra, levando à prosperidade”. Contudo, os árabes acreditavam que tal caminho “invariavelmente entrou em conflito com a oposição dos sionistas”, que arbitrariamente teriam “preparativos completos com armas e fortificações para impor sua própria solução pela força”.

Em relação ao Plano de Partilha de 29 de novembro de 1947, o parágrafo 9 declarou

que os Estados árabes “expressaram o aviso de que tal solução era prejudicial aos direitos dos habitantes árabes da Palestina à independência”. Para a Liga, a solução proposta pela ONU: “não era suscetível de execução por meios pacíficos e que sua imposição pela força constituía uma ameaça à paz e à segurança”. No mesmo excerto, a coalizão árabe reafirma como suas apreensões “provaram ser bem fundadas”, de forma tão violenta à “derramar o sangue um do outro”, sendo apenas nesse momento que “as Nações Unidas perceberam o erro sobre o qual a recomendação de Partilha foi feita e se voltaram para procurar uma saída”.

Por fim, no parágrafo 10, a Liga Árabe entendeu que a situação na Palestina era grave, de forma que não havia “nenhuma autoridade legalmente constituída para administrar a lei e a ordem no país e proporcionar a proteção necessária e adequada à vida e à propriedade”.

Perante esse cenário, ainda no parágrafo 10 do telegrama, os Estados árabes declararam:

“(a) O direito de estabelecer um governo na Palestina pertence aos seus habitantes, de acordo com os princípios de autodeterminação reconhecidos pelo Pacto da Liga das Nações, bem como pela Carta das Nações Unidas;

(b) [...] Os eventos predominantes na Palestina expuseram as intenções agressivas ocultas dos sionistas e seus motivos imperialistas, como claramente demonstrado em seus atos cometidos contra aqueles árabes pacíficos e moradores de Deir Yassin, [...].

(c) [...] Há ainda a ameaça de que essa ilegalidade possa se espalhar para os Estados Árabes vizinhos, onde o sentimento já é muito tenso por conta das condições prevaletentes na Palestina. Os respectivos membros da Liga Árabe, e ao mesmo tempo como membros das Nações Unidas, sentem-se gravemente perturbados e profundamente preocupados com esta situação.

(d) Era desejo sincero dos Estados Árabes que as Nações Unidas conseguissem chegar a uma solução justa e equitativa para o problema da Palestina, estabelecendo assim uma paz duradoura para o país sob os preceitos dos princípios democráticos e em conformidade com o Pacto da Liga das Nações e a Carta das Nações Unidas.

(e) [...] [para] evitar a disseminação da desordem e da ilegalidade nas terras árabes vizinhas, e para preencher o vácuo criado pelo término do Mandato e a falha em substituí-lo por qualquer autoridade legalmente constituída, os Governos Árabes se veem compelidos a intervir com o único propósito de restaurar a paz e a segurança e estabelecer a lei e a ordem na Palestina.

[...] a intervenção dos Estados Árabes, que se limita à restauração da paz e ao estabelecimento da lei e da ordem será [assim que possível] encerrada [...] e o Estado soberano da Palestina será competente [...] para tomar todas as medidas para a promoção do bem-estar e da segurança de seus povos e territórios.

Os Governos dos Estados Árabes confirmam, por meio deste, nesta fase, a visão que foi repetidamente declarada por eles em ocasiões anteriores, como a Conferência de Londres e perante as Nações Unidas principalmente, a única solução justa e equitativa para o problema da Palestina é a criação do Estado Unido da Palestina com base nos princípios democráticos que permitirão que todos os seus habitantes desfrutem de igualdade perante a lei, e que garantiriam a todas as minorias as salvaguardas previstas em todos os Estados constitucionais democráticos, proporcionando ao mesmo tempo proteção total e livre acesso aos espaços sagrados. Os Estados Árabes declaram enfaticamente e repetidamente que sua intervenção na Palestina foi motivada unicamente pelas considerações e pelos objetivos estabelecidos acima e que não são inspirados

por nenhum outro motivo. Eles estão, portanto, confiantes de que sua ação receberá o apoio das Nações Unidas, tendendo a promover os objetivos e ideais das Nações Unidas, conforme estabelecido em sua Carta.” (([UNITED NATIONS, 1948a](#)), parágrafo 10, itens a, b, c, d, e)

### 3.6.1 A Prepotência da Liga dos Estados Árabes

Durante os truculentos embates entre judeus e árabes, deflagrados após a resolução de Partilha da Palestina de 1947, o poderio armamentista árabe se provou profundamente precário. Ao longo do Mandato o Reino Unido impôs uma série de sanções que restringiram a capacidade de desenvolvimento militar de organizações palestinas, com o intuito de reprimir a resistência árabe, principalmente nos eventos que envolveram as Revoltas Árabes dos anos 1930.

A ausência de uma estrutura política e militar consolidada por um período tão prolongado cobrou seu preço, especialmente considerando que o Alto Comitê Árabe Palestino, que foi criado em 1936, esteve atuando na ilegalidade durante quase dez anos, de 1937 até 1946.

Sob essa perspectiva, é evidente que as forças árabes de outras nações já haviam enviado reforços aos palestinos durante as batalhas ocorridas na Guerra Civil. Contudo, esse foi um apoio descompromissado e desorganizado que se mostrou insuficiente em comparação às milícias sionistas, de forma que permitiu aos judeus marcarem sua posição fortemente e irem além das regiões pré-fixadas pela ONU, como já relatado nestes escritos.

Mesmo em face desse cenário, no qual o sionismo venceu e Israel nasceu, os Estados Árabes vizinhos carregavam uma postura de extrema prepotência a respeito do potencial bélico que os judeus e seus grupos paramilitares dispunham, acreditando piamente que poderiam aniquilar as forças sionistas ao bel-prazer.

Isso pode ser observado em relatos que Musa Alami<sup>62</sup>, um distinto palestino, recolheu em conversas com autoridades no decorrer de uma expedição que fez por capitais árabes importantes para compreender qual seria o amparo que receberia para enfrentar o sionismo expansionista. Para sua surpresa, os líderes dessas nações irmãs não possuíam a menor chance contra os judeus, além do completo despautério de suas avaliações, que flertavam com a tolice. Estes registros foram relatados por David Hirst — correspondente do *The Guardian* para assuntos do Oriente Médio durante os anos 1960 e 1990 —, em seu livro *The Gun and the Olive Branch: The Roots of Violence in the Middle East* (1977):

“‘Estou feliz em lhe dizer’, assegurou-lhe o presidente sírio, ‘que nosso exército e seu equipamento são da mais alta ordem e bem capazes de lidar com alguns judeus, e posso lhe dizer com confiança que temos até uma bomba atômica’; e vendo a expressão de incredulidade de Musa, ele continuou: ‘Sim, foi feito localmente; felizmente encontramos um sujeito muito inteligente, um latoeiro [que trabalha com peças de latão] [...]’.” ([HIRST, 1977](#), p.135)

<sup>62</sup> Musa Alami foi um proeminente nacionalista e político palestino, como uma liderança representou os interesses árabes palestinos em diversas cerimônias oficiais, como em conversas e negociações com líderes judaicos, como Ben-Gurion (primeiro Presidente do Estado de Israel).

“Em outros lugares, ele encontrou igual complacência e ignorância um pouco menos grosseira. No Iraque, o primeiro-ministro disse a ele que todo o necessário eram ‘algumas vassouras’ para levar os judeus ao mar;” (HIRST, 1977, p.135)

“por confidentes de Ibn Saud [Rei da Arábia Saudita] no Cairo, [soube] que ‘uma vez que obtenhamos a luz verde dos britânicos, podemos facilmente expulsar os judeus [...]’”(HIRST, 1977, p.135)

(HIRST, 1977, p.135) ainda comenta como os povos árabes acreditavam em uma vitória fácil, destacando uma aspas contundente do secretário-geral da Liga Árabe, Azzam Pasha: "Se os árabes não vencerem a guerra contra os judeus em uma ofensiva direta, você pode enforcar todos os seus líderes e estadistas".

Os árabes subestimaram o potencial do sionismo armado, ignorando todos os sinais alarmantes dos últimos meses de conflito, enquanto as recém-criadas Forças de Defesa de Israel (IDF) se preparavam para os desafios que estavam por vir. Na prática, as forças israelenses já nasceram muito bem treinadas e altamente equipadas, herdando a capacidade bélica de poderosos grupos paramilitares sionistas — Haganah, Palmach (força de elite da Haganah), Stern (Etzel) e Irgun (Lehi) —, que atuaram durante o período de Guerra Civil e agora tinham se unificado como uma única força militar do Estado de Israel.

Para se ter a dimensão do equívoco cometido pelos estadistas árabes, há um relato marcante do Sir Michael Latham, diplomata britânico que atuou na Palestina, em sua obra *A Personal Account of Anglo-American Diplomacy in Palestine and the Middle East* (1947). Durante uma conversa com o Oficial Comandante da Palestina, General J. C. D'Arcy, ainda em 1946, Latham registra em seu livro:

“[...] Ele estimou que o orçamento dessa organização [Haganah] chegaria a quatro milhões de dólares por ano. Ele precisaria de três divisões do exército e de quatro a seis meses para quebrar a espinha da oposição. Mesmo assim, alguma medida de resistência subterrânea persistiria.” (LATHAM, 1947, p.220)

“Discutimos com ele o que aconteceria se as tropas britânicas fossem retiradas da Palestina. ‘Se você retirasse as tropas britânicas, a Haganah tomaria conta de toda a Palestina amanhã’, respondeu o general D'Arcy categoricamente. ‘Mas a Haganah poderia manter a Palestina sob tais circunstâncias?’, perguntei. ‘Certamente’, ele disse. ‘Eles poderiam segurar todo o mundo árabe.’”(LATHAM, 1947, p.220)

### 3.6.2 A Verdade sobre o Poder das Forças de Defesa de Israel

Devido às restrições impostas pelo governo britânico durante o Mandato na Palestina, os árabes estavam gravemente expostos quando os confrontos sangrentos começaram. Hirst (1977) aponta que, em 1947, a força total nos arredores de Jerusalém somava somente 25 rifles, e no início de 1948, os palestinos conseguiram reunir cerca de apenas 2,5 mil fuzileiros. Contudo,

além da evidente fragilidade bélica, seus homens eram mal treinados e careciam de coordenação logística adequada. Efetivamente, operam de maneira desintegrada, sem comando centralizado, eram apenas como ilhas isoladas à deriva e sujeitas aos caprichos de comandantes egoístas.

A organização palestina para a guerra foi tardia e, desde o início, já estava fadada ao fracasso. Conforme destaca Hirst (1977), se houvesse qualquer ameaça significativa partiria de fora da Palestina. Após a votação do Plano de Partilha, o Exército de Libertação Árabe foi formado às pressas, reunindo 3830 voluntários — entre eles, pelo menos 1 mil palestinos — que começaram a entrar gradualmente no território em janeiro de 1948. Por fim, em 15 de maio, logo após a proclamação do Estado de Israel, cinco Estados árabes enviaram cerca de 15 mil homens para a Palestina, contando com um poderio militar limitado de apenas 22 tanques e uma frota aérea composta por dez aviões Spitfires.

Por outro lado, no mesmo 15 de maio, segundo Hirst (1977), as forças sionistas contavam com cerca de 30 mil soldados regulares totalmente mobilizados, bem como outros 32 mil de segunda linha, que geralmente atuavam na defesa regional, mas poderiam ser integrados às forças regulares conforme necessário, também havia 15 mil policiais dos assentamentos judeus e uma guarda doméstica de 32 mil membros. Além disso, contavam com as forças “dissidentes” do Irgun, composta por 3 mil a 5 mil homens em 1946, e do Stern, com mais 200 a 300 combatentes, ambas bem armadas e altamente agressivas. Esse aparato israelense, muito mais bem treinado e equipado, superava amplamente todos os exércitos árabes combinados.

### 3.6.3 O Armistício de 1949

Perante este cenário de vantagem das forças israelenses, a ofensiva dos Estados árabes não foi capaz de provocar grandes prejuízos, sendo rapidamente neutralizada à medida que Israel consolidava sua ocupação do território Palestino. Em questão de praticamente um ano os judeus ocuparam a maior parte da Palestina — com exceção da Cisjordânia, que ficou sob domínio da Jordânia, e da Faixa de Gaza, mantida pelas forças egípcias.

A Primeira Guerra Árabe-Israelense chegou ao fim através de uma série de negociações, mediadas pela ONU, entre Israel e as nações árabes do Egito, Jordânia, Líbano e Síria, que culminaram na assinatura de acordos de armistício entre fevereiro e julho de 1949. Esses documentos suspenderam temporariamente a grande maioria das agressões do conflito e foram fundamentais para o estabelecimento de uma certa paz na região, mesmo que momentânea.

Os acordos declararam explicitamente que de forma alguma alterariam o que havia sido estipulado pelo Plano de Partilha da Palestina, na Resolução 181 (II), de 29 de novembro de 1947. Dessa forma, Israel seria mantido como Estado independente reconhecido, enquanto os árabes não estariam obrigados oficialmente a aceitar a perda de suas terras. Assim, os territórios palestinos ocupados por Israel — para além das divisões estipuladas pela ONU —, durante as hostilidades da Guerra Civil e a Guerra Árabe-Israelense, não seriam legalmente reconhecidos



## Linhas do Armistício de 1949

■ Ocupado pela Jordânia ■ Ocupado pelo Egito □ Linhas do armistício



Figura 6 – Domínio das regiões da Palestina após a Primeira Guerra Árabe-Israelense. (BBC, 2023)

como pertencentes ao Estado judeu. Em 11 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 194 (III)<sup>63</sup>, ao considerar as recomendações do Conde Folke Bernadotte<sup>64</sup>, elaboradas durante o tempo em que esteve atuando nas negociações de paz na Palestina. Essa decisão foi fundamental para a discussão dos refugiados palestinos, como destacado no parágrafo 11 da Resolução, exposto a seguir:

“Resolve que os refugiados que desejam retornar para suas casas e viver em paz com seus vizinhos devem ser autorizados a fazê-lo na data mais próxima possível, e que a compensação deve ser paga pela propriedade daqueles que escolherem não retornar e pela perda ou dano à propriedade que, sob os princípios do direito internacional ou em equidade, deve ser reparada pelos governos ou autoridades responsáveis;

Instrui a Comissão de Conciliação a facilitar a repatriação, reassentamento e reabilitação econômica e social dos refugiados e o pagamento da compensação, e a manter relações estreitas com o Diretor do United Nations Relief for Palestine Refugees e, por meio dele, com os órgãos e agências apropriados das Nações Unidas;” ((UNITED NATIONS, 1948b), parágrafo 11)

No entanto, Israel não acatou aos termos da Resolução, recusando-se a aceitar os princí-

<sup>63</sup> A Resolução 194 (III) foi um marco por representar o direito do povo palestinos de retorno ao seu lar, legitimando a luta dos árabes por um Estado constituído na Palestina.(UNITED NATIONS, 1948b). Acesso em: dezembro de 2024.

<sup>64</sup> O Conde Folke Bernadotte foi um diplomata sueco que atuou como mediador entre o Estado de Israel e os países árabes durante a Guerra Árabe-Israelense. Em 17 de setembro de 1948 Bernadotte foi assassinado e segundo investigações da ONU integrantes da milícia judaica Stern seriam os responsáveis, além das suspeitas de conivência por parte das autoridades israelenses.

pios de repatriação assim como não realizou nenhuma reparação ou compensação aos palestinos que perderam seus bens e terras por conta do conflito. Mesmo assim, através do armistício o clima se acalmou, porém uma tensão continuou permanentemente pairando no ar, considerando a não criação do Estado Palestino enquanto Israel fixava sua posição como nação ao desenvolver suas estruturas administrativas e reforçar sua capacidade militares.

### 3.6.4 Israel: A Concretização do Sionismo

O processo de formação do Estado Judeu na Palestina, que recebeu o nome de Israel — em referência a Eretz Israel, “Terra de Israel” em hebraico —, foi extenso e minucioso, conforme abordado neste ensaio. Sendo a vitória na Primeira Guerra Árabe-Israelense a última nota dessa sinfonia que consagrou o tão sonhado projeto sionista, idealizado no final do século XIX por Theodor Herzl.

Essa concretização acarretou mudanças significativas no domínio sobre as regiões, conforme descreve (HIRST, 1977, p.142): “Quando a guerra terminou, no início de 1949, os sionistas, alocados [inicialmente] em 57% da Palestina em acordo com o Plano de Partilha, tinham ocupado 77% do país. Dos 1,3 milhões de habitantes árabes, quase 900 mil foram deslocados”.

Os árabes foram expulsos de maneira abrupta e violenta, saindo às pressas de seus lares. Fugiram em pânico, temendo por suas vidas e de seus familiares e amigos, gerando uma massa de refugiados que ficaram totalmente desassistidos. Durante o êxodo, deixaram muitas de suas riquezas para trás, que mudaram de dono rapidamente. Aos palestinos restou a miséria, a fome, sua “nakba”. Enquanto os judeus:

"Eles tomaram posse de cidades inteiras, ou bairros inteiros delas, e centenas de aldeias. Tudo o que havia neles — fazendas e fábricas, animais e máquinas, belas casas e móveis, tapetes, roupas e obras de arte, todos os móveis e bens, todas as preciosas heranças de família de um povo antigo — era deles para serem tomados. Dez mil estabelecimentos, comércios e lojas, e a maioria das ricas propriedades árabes de frutas cítricas — metade do total do país — caíram em suas mãos." (HIRST, 1977, p.143)

A tragédia já era anunciada, desde o princípio da idealização do Plano de Partilha, o qual suas diretrizes apresentavam inúmeras incongruências e anomalias que iriam apenas se agravar. Até mesmo a divisão dos territórios especificamente foi um desastre:

“Demograficamente, eles eram ainda mais estranhos, ou pelo menos o Estado judeu proposto era; pois, no início, de qualquer forma, deveria conter mais árabes — 509.780 — do que judeus — 499.020. [...] Além disso, foi uma afronta ao dogma fundamental; poderia tal híbrido ser chamado de um Estado verdadeiramente judeu [...]”. (HIRST, 1977, p.132-133)

As origens das disputas entre judeus e árabes são inúmeras, mas é cristalino o entendimento como a interferência externa da ONU ao longo dos anos trouxe complicações das mais

diversas. Para Hirst, a ONU é a responsável direta por Israel ter sido criada, além de ter nascido do jeito que nasceu. Como descreve a seguir:

“A ONU tinha sido ilógica; a criatura que gerou era vigorosa, mas as condições impostas a ela quase lhe negaram os meios de sobrevivência. A criatura estava fadada a crescer, a se livrar de suas deficiências paralisantes, a atingir sua plena estatura sionista. Israel, mais do que qualquer outra nação, é filho da ONU; é, portanto, irônico, embora de forma alguma surpreendente, que tenha se revelado uma criança tão delinquente, com um histórico único de censura pela organização que a deu à luz”. (HIRST, 1977, p.133)

Internamente, o projeto sionista também tinha seus pontos ágeis, para (HIRST, 1977, p.143) o Estado judeu devia sua existência a Chaim Weizmann mais do que a qualquer outro. “No entanto, se não poderia existir Israel sem Weizmann, certamente também não existiria sem Ben-Gurion e Begin, assim como Plano Dalet e Deir Yassin<sup>65</sup>”.

Por fim, de acordo com *As Origens e Evolução do Problema da Palestina* (1990), estudo publicado pela ONU, em 1968, Arnold J. Toynbee — notório pesquisador que estudou a ascensão e queda de civilizações humanas, mas que também atuou diretamente no Ministério das Relações Exteriores Britânico durante o Mandato na Palestina — analisou o papel decisivo que a administração britânica exerceu na condução de Israel à independência. Esse relato foi destacado pela ONU (1990), como exposto abaixo:

"Ao longo desses 30 anos [1918-1948], a Grã-Bretanha (admitiu) na Palestina, ano após ano, uma cota de imigrantes judeus que variava de acordo com a força das respectivas pressões dos árabes e judeus na época. Esses imigrantes não poderiam ter entrado se não tivessem sido protegidos por um *chevaux-de-frise*<sup>66</sup> britânico. Se a Palestina tivesse permanecido sob o domínio turco-otomano, ou se tivesse se tornado um estado árabe independente em 1918, os imigrantes judeus nunca teriam sido admitidos na Palestina em número suficiente para permitir que eles dominassem os árabes palestinos no próprio país desse povo árabe. A razão pela qual o Estado de Israel existe hoje [1968] e porque atualmente 1,5 milhões de árabes palestinos são refugiados é que, por 30 anos [1918-1948], a imigração judaica foi imposta aos árabes palestinos pelo poder militar britânico até que os imigrantes fossem suficientemente numerosos e bem armados para serem capazes de se defender sozinhos com tanques e aviões próprios. A tragédia na Palestina não é apenas local; É uma tragédia para o mundo, porque é uma injustiça que é uma ameaça à paz mundial." (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.72)

<sup>65</sup> Chaim Weizman foi um importante militante político na luta pela criação do Estado de Israel, tornando-se o primeiro o primeiro presidente assim que Israel proclamou sua independência. David Ben-Gurion, assim como Weizman, foi uma figura fundamental na formação do Estado judeu, sendo o primeiro no cargo de primeiro-ministro de Israel. Manachem Begin atuou como figura presente do movimento sionista e liderou o grupo paramilitar Irgun (Etzel) de 1943 a 1948. Já o Plano Dalet traçou as linhas gerais das estratégias para as ações da Haganah no objetivo de controlar a Palestina. Por fim, Deir Yassin faz referência a toda uma estratégia de terror psicológico utilizada após o massacre dessa pequena vila de mesmo nome.

<sup>66</sup> *Chevaux-de-frise* é uma expressão francesa que em tradução livre significa "cavalos de frisa", referindo-se a uma estrutura de origem medieval composta por lanças de ferro ou de madeira que foi utilizada na defesa contra cavalaria. No sentido empregado metaforicamente por Toynbee, a Grã-Bretanha foi fundamental na defesa dos interesses judeus de forma a resguardar a imigração para a Palestina.

## 4 A Formação da Resistência Palestina

### 4.1 Principais Conflitos Após a Consolidação do Estado Judeu

Mesmo após a conquista histórica de seu Estado independente em 1948, os judeus acreditavam que poderiam expandir seu domínio territorial. Para muitos líderes, o projeto sionista era considerado incompleto, pois várias partes da chamada “terra prometida” ainda não haviam sido incorporadas. Além disso, o constante temor da ameaça árabe lançava uma sombra sobre o território conquistado, reforçando a ideia de que a expansão era essencial para garantir a segurança e a continuidade do Estado.

As aspirações expansionistas de Israel se mostraram cada vez mais evidentes, utilizando sua força militar com o objetivo de construir uma nação israelense moderna e duradoura. O propósito era consolidar a cultura e os valores judaicos em toda a região da antiga Palestina, buscando estabelecer uma sociedade homogênea onde se falasse apenas o hebraico. Dessa forma, havia uma preocupação constante em garantir que Israel mantivesse sua superioridade frente à resistência árabe, que, embora naquele momento não representasse um risco significativo, poderia se fortalecer ao longo do tempo caso as autoridades judaicas não permanecessem vigilantes.

#### 4.1.1 Guerra de Suez (1956)

Ainda antes da Partilha da Palestina, o governo do Egito já tratava com ressalvas as ações de assentamento por parte dos judeus. Em 1947, no Líbano, durante uma reunião com o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina (UNSCOP), a delegação do Egito expôs sua opinião sobre a presença de judeus próximo ao seu território, como expresso em *As Origens e a Evolução do Problema da Palestina* (1990):

“[...] o governo egípcio certamente vê com grande preocupação o estabelecimento de colônias judaicas perto da fronteira egípcia. Isso é apenas uma indicação do primeiro passo para a execução das ambições judaicas em relação ao Sinai, que já é mencionado nas diferentes proclamações, e certamente o governo egípcio tomou medidas contra esse perigo que está se aproximando cada vez mais dos territórios egípcios [...]”. ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p.107](#))

Em 1956, as apreensões egípcias quanto às ambições expansionistas judaicas se mostraram verdadeiras com a concretização da Guerra de Suez. O conflito, também conhecido como Crise de Suez, envolveu uma aliança tripla entre Israel, França e Reino Unido em um combate

armado contra o Egito. Essa guerra teve como motivação principal o domínio do Canal de Suez, por ser uma via estratégica que conecta o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo, desempenhando papel crucial em uma das rotas comerciais marítimas mais importantes do mundo, ligando os transportes entre Ásia e Europa.

Embora o Egito tenha conquistado sua independência formal em 1922, o controle do Canal de Suez permaneceu nas mãos de empresas estrangeiras, com administração anglo-francesa da passagem, sendo um claro resquício do colonialismo europeu na região. Dessa forma, com uma coerente postura anti-imperialista e em defesa da descolonização da região, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizou o Canal de Suez, o que provocou uma reação extrema do Reino Unido e da França, culminando na eclosão da guerra.

O envolvimento de Israel na crise está diretamente relacionado ao bloqueio egípcio do Estreito de Tiran, que é uma passagem estratégica entre a Península do Sinai e a costa da Arábia Saudita, fundamental para a economia israelense, pois permitia à Israel acessar o Mar Vermelho e, por consequência, as rotas marítimas da região. Entretanto, as animosidades entre Israel e Egito já vinham de antes, a partir dos confrontos ocorridos no contexto da Primeira Guerra Árabe-Israelense, quando os árabes foram derrotados. Desde então, israelenses e egípcios vivem sob um clima de constante tensão, que obviamente se transformariam em conflitos armados e disputas geopolíticas e territoriais. Nesse sentido, a representatividade da figura de Nasser, como líder do mundo árabe e defensor da causa palestina, significava uma ameaça constante para Israel.

A aliança militar tripla entre Israel, França e Reino Unido, que lançou uma ofensiva contra o Egito, teve que ceder a pressões internacionais e encerrar suas operações. Com isso, Nasser emergiu como vencedor, reafirmando a soberania egípcia ao consolidar o controle do Canal de Suez, enquanto as bases do colonialismo europeu no Oriente Médio, já fragilizadas desde o fim da Segunda Guerra, perderam uma de suas zonas de influência mais vitais para suas economias industriais capitalistas.

O encerramento das operações militares israelenses, francesas e britânicas simbolizou uma vitória grandiosa para o movimento pan-arabista, que buscava promover a independência, a soberania nacional e a consolidação dos países árabes frente às potências ocidentais. Ao todo a Guerra de Suez vitimou 172 israelenses e outros 817 feridos, enquanto as baixas egípcias foram estimadas entre 2 a 3 mil, além de 82 mortos e 129 feridos entre britânicos e franceses([L.A. Times Archives, 1991](#)).

#### 4.1.2 Guerra dos Seis Dias (1967)

Em 1967, Israel lançou um ataque contra os países árabes Egito, Jordânia e Síria, que resultou na Guerra dos Seis Dias, entre 5 e 10 de junho. Em uma ação rápida e precisa, os militares egípcios, jordanianos e sírios foram aniquilados, mais uma vez demonstrando a capacidade





## Fronteiras depois da Guerra dos Seis Dias

■ Terra ocupada por Israel em 1967



Figura 8 – Conquistas de Israel e nova configuração da região após a Guerra dos Seis Dias. (BBC, 2023)

ser respeitados mesmo nesses momentos de conflito, além de reforçar o compromisso com os princípios humanitários no tratamento de prisioneiros de guerra.

Posteriormente, em 22 de novembro, foi emitida a Resolução 242 ([UNITED NATIONS, 1967b](#)), exigindo a retirada das forças israelenses dos territórios ocupados, contudo o documento fez referência apenas ao conflito recente contra Egito, Jordânia e Síria. Afinal, a resolução não mencionava as regiões que estavam sob controle de Israel antes de 1967, como as partes que seriam de direito dos palestinos, segundo o Plano de Partilha da Palestina, e que foram tomadas pelos judeus durante os anos de 1947 e 1948.

Essa solicitação foi prontamente rejeitada. De maneira oposta, além de não deixar os territórios, Israel intensificou sua presença na região ocupada ao implementar numerosos assentamentos judeus, visando aumentar a presença étnica judaica na área, exercendo influência política e consolidando o controle sobre cidades que eram de maioria árabe.

Nesse contexto, o governo israelense cometeu uma grave arbitrariedade ao retirar os direitos civis e políticos dos palestinos:

“A grande maioria dos palestinos na Cisjordânia e em Gaza foram transformados em refugiados — muitos pela segunda vez, tendo buscado refúgio nessas áreas durante o primeiro êxodo de 1948. Aqueles que permaneceram no território ocupado por Israel depois de 1967 passaram a formar uma nova categoria distinta daqueles dentro das fronteiras de Israel pré-1967, que tinham direito à cidadania israelense. Essa nova classe era a de um povo sob ocupação militar estrangeira, sujeito ao regime militar, suas repercussões e suas consequên-

cias para a supressão das liberdades e direitos civis”. ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), pp. 145-146)

A citação do ensaio da ONU, *As Origens e a Evolução do Problema da Palestina* (1990), destaca como os palestinos da Cisjordânia, de Gaza e de Jerusalém Oriental passaram a viver sob uma nova forma de opressão, imposta por uma ocupação militar que os privou de cidadania e direitos plenos. Essa realidade levou à fragmentação da identidade palestina, dividindo-os em três categorias:

1. Palestinos dentro das fronteiras de Israel antes de 1967: tornaram-se cidadãos israelenses com direitos garantidos, embora sofressem profunda discriminação;
2. Palestinos sob a ocupação na Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental após 1967: não tinham cidadania israelense e viviam sob controle militar, sem direitos civis e políticos;
3. Palestinos fora de Israel e dos territórios ocupados: viviam em campos de refugiados de países árabes vizinhos como Jordânia, Líbano e Síria.

Esse quadro de divisão tornou a luta pela autodeterminação palestina mais complexa, evidenciando a dura realidade de um povo sem Estado. A Guerra dos Seis Dias provocou efeitos catastróficos para a população palestina, que novamente se viu forçada a buscar o exílio, marcando o segundo êxodo palestino — tendo em visto que o primeiro ocorreu entre 1947 e 1948 no contexto da Guerra Civil na Palestina e da Primeira Guerra Árabe-Israelense. A situação da distribuição populacional dos palestinos pela região após a Guerra dos Seis Dias (1967) está detalhada no trecho a seguir:

“Mas tanto os palestinos dentro das fronteiras de Israel pré-1967 quanto os dos territórios ocupados representavam uma minoria do povo palestino. A maioria estava agora em exílio total. Em junho de 1967, de cerca de 2,7 milhões de pessoas de origem palestina, aproximadamente 1,7 milhões viviam em Israel ou nos territórios ocupados — cerca de 1 milhão na Cisjordânia, 400 mil na Faixa de Gaza e 300 mil nas áreas controladas por Israel. Como resultado da guerra de 1967, quase meio milhão fugiu de suas casas, deixando cerca de 900 mil palestinos nas áreas recém-ocupadas por Israel, um total de 1,2 milhão sob controle israelense. Um milhão e quinhentos mil eram refugiados no exílio — em outros países que não o seu, sua terra natal sob o controle do Estado judeu”. ([COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990](#), p. 146)

Durante os conflitos da Guerra dos Seis Dias (1967), o Egito teve cerca de 11,5 mil mortos e 10 mil prisioneiros. As baixas sírias foram de 1 mil vítimas e a Jordânia perdeu 6.094 mil. Os israelenses tiveram 777 mortos e outros 2.811 feridos ([L.A. Times Archives, 1991](#)).



### 4.1.3 Guerra do Yom Kippur (1973)

Em 6 de outubro de 1973, durante o feriado do Yom Kippur<sup>1</sup>, o dia mais sagrado do calendário judaico, Egito e Síria realizaram um ataque surpresa contra Israel. Aproveitando o momento de vulnerabilidade dos judeus, em que grande parte da população estava em jejum e envolvida em práticas religiosas, o Egito avançou pelo sul, atravessando o Canal de Suez, enquanto a Síria atacou pelo norte, nas Colinas de Golã.

Esse ataque simultâneo marcou o início da Guerra do Yom Kippur, um conflito armado que se estendeu de 6 a 25 de outubro de 1973, travado entre Israel e uma coalizão de nações árabes lideradas por Egito e Síria. A ofensiva em duas frentes tinha como objetivo primordial recuperar os territórios perdidos pelos árabes durante a Guerra dos Seis Dias (1967), quando Israel ocupou a Península do Sinai e as Colinas de Golã. Entretanto, as lideranças árabes também enxergavam a guerra como uma oportunidade de restaurar o prestígio político e militar de suas nações, que foi sendo dilapidado ao longo de conflitos anteriores, como a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), a Guerra de Suez (1956) e a Guerra dos Seis Dias (1967).

Inicialmente, as forças egípcias obtiveram um avanço significativo na Península do Sinai, rompendo a linha de defesa israelense, até então considerada impenetrável. Simultaneamente, ao norte, o exército sírio alcançou conquistas importantes nas Colinas de Golã. Esse desempenho inicial das forças militares árabes se deve ao efeito surpresa do ataque coordenado, que impôs grandes perdas a Israel nos primeiros dias de conflito. Contudo, a rápida mobilização das Forças de Defesa de Israel (IDF), aliada ao apoio militar americano, permitiu uma reação ágil e eficiente. Essa reviravolta mudou os rumos da guerra e fez com que os israelenses retomassem suas posições anteriores, conquistadas durante a Guerra dos Seis Dias, assim estabelecendo novamente o domínio de áreas estratégicas do Sinai e do Golã.

Além das disputas no contexto regional entre árabes e judeus, a Guerra do Yom Kippur foi mais um palco de proxy war (guerra por procuração) no contexto de efervescência das disputas da Guerra Fria. Nesse sentido, os Estados Unidos mantiveram sua tradicional aliança com Israel, fornecendo um massivo envio de armas e suprimentos, enquanto a União Soviética desempenhou papel semelhante ao apoiar a coalizão árabe com assistência militar significativa. O envolvimento indireto das duas superpotências — capitalista e socialista — ampliou as tensões globais, fazendo desse conflito mais um entre tantos episódios da Guerra Fria que alimentaram o temor de um possível confronto nuclear.

O conflito gerou consequências econômicas globais de grande impacto, especialmente devido ao embargo imposto pelos países árabes membros da Organização dos Países Exporta-

<sup>1</sup> O Yom Kippur, segundo a Torá, é o Dia da Expição, conhecido como também como Dia do Perdão. Celebrado no décimo dia do sétimo mês religioso do calendário religioso judaico, geralmente entre setembro e outubro no calendário gregoriano, esse dia é reservado ao arrependimento do indivíduo e da sociedade. Durante o Yom Kippur não se trabalha e os fiéis praticam um jejum completo de comida e bebida, além de se absterem de fumar, manter relações conjugais e realizar outras atividades prazerosas, dedicando-se exclusivamente às orações e à introspecção espiritual.

dores de Petróleo (Opep) aos países ocidentais que apoiaram Israel. Esse embargo desencadeou a famosa crise do petróleo de 1973, que causou aumento drástico no preço do barril de petróleo, fato que provocou uma profunda crise energética e uma instabilidade econômica significativa nos países industriais capitalistas.

Em 23 de outubro, a ONU lançou a Resolução 338 (1973)([UNITED NATIONS, 1973](#)), que pedia para que as partes envolvidas cessassem todos os disparos, no mais tardar 12 horas após aquela decisão. A resolução de 1973 também relembra os escritos da Resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança, que exigia a retirada das forças israelenses dos territórios ocupados. Além disso, insistia para que negociações no sentido de uma paz mais duradoura no Oriente Médio fosse iniciada entre os atores do conflito. Desse modo, em 25 de outubro de 1973, a guerra chegou ao fim, após intensas conversas mediadas fundamentalmente pelos Estados Unidos e pela ONU, que estabeleceram esse cessar-fogo.

As três semanas de confrontos relacionados à Guerra do Yom Kippur (1973) vitimou 2.569 israelenses e deixou 7,5 mil feridos. A Síria perdeu cerca de 3,5 mil mortos e 21 mil feridos. O Egito teve um número absurdo de 15 mil mortos e mais 30 mil feridos. As baixas iraquianas foram de 125 mortos e 260 feridos([L.A. Times Archives, 1991](#)).

O término do conflito apresentou interpretações dúbias, pois escancarou as fragilidades israelenses, que subestimaram o poderio militar árabe, entretanto, de certa forma esse episódio reafirmou a posição de Israel como a principal potência militar da região. Afinal, a rápida reorganização das Forças de Defesa de Israel (IDF), especialmente com apoio dos Estados Unidos, mostraram sua capacidade em momentos extremos de conflito.

Esse embate foi um marco não apenas para os Estados diretamente envolvidos de Israel, Egito e Síria, mas também teve um impacto expressivo para os palestinos. Embora não fossem protagonistas diretos no conflito, as implicações foram profundamente sentidas, moldando a dinâmica da luta palestina por direitos, liberdades e autodeterminação.

Durante o conflito e como consequência posterior, as condições de vida dos palestinos se deterioraram drasticamente nos territórios ocupados. A guerra trouxe maior ódio e repressão, com aumento do controle militar no confisco de terras e em restrições severas quanto ao direito de ir e vir. Esses fatores alimentaram o sentimento de urgência entre os palestinos para se organizarem, fortalecendo a resistência na luta por seus direitos.

A Guerra do Yom Kippur escancarou como Egito e Síria estavam focados nas próprias questões nacionais, buscando restaurar seus territórios perdidos para Israel, assim deixando a questão palestina em segundo plano. Essa postura evidenciava uma constante na política árabe pós-independência de Israel. A causa palestina era frequentemente utilizada como bandeira simbólica, promovida sob a justificativa de ser uma questão nobre e inegociável, mas, na realidade, as aspirações por um Estado Palestino independente de fato raramente eram tratadas como prioridade pelas coalizões árabes nas negociações.

Após a guerra, ficou claro para a liderança palestina que não deveriam depender exclusivamente da aliança com as outras nações árabes como estratégia primordial para a sua causa. Assim como o Egito e a Síria outros poderiam priorizar os próprios interesses nacionais em detrimento aos refugiados palestinos. Esse cenário fez com que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) — criada em 1964 — adotasse uma postura mais independente, buscando se afirmar como principal representante dos palestinos e ganhando reconhecimento internacional em sua luta pela autodeterminação.

#### 4.1.4 Acordos de Camp David (1978)

Durante décadas, Israel e os países árabes vizinhos viveram sob extrema tensão, culminando em inúmeros conflitos armados violentos, ocorridos após a independência do Estado Judeu em 1948. Entre os de maior impacto estão a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973).

Nesse contexto, o Egito se destacou como um dos principais adversários de Israel, sofrendo gravemente tanto com a numerosa morte de soldados quanto com a perda do controle da Península do Sinai. Embora a ONU tenha tentado mitigar os atritos por meio de Resoluções como a 237 (1967), 242 (1967) e 338 (1973), com negociações que propunham meios para uma paz mais duradoura na região, as fronteiras permaneceram altamente militarizadas, perpetuando o impasse. Perante esse cenário de incertezas, Anwar Sadat, presidente do Egito, e Menachem Begin, primeiro-ministro de Israel, abriram negociação, visando uma solução por meio de vias diplomáticas para as hostilidades entre as nações. Sob a mediação do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, as negociações ocorreram na residência rural oficial americana de descanso presidencial, em Camp David, no estado de Maryland.

Em 17 de setembro de 1978 os Acordos de Camp David ([U.S. Department of State Archive, 1978](#)) foram assinados, após doze dias de intensos debates, na qual os líderes discutiram os termos de um acordo de paz entre Egito e Israel, contando com um esforço mútuo determinados atenuar a violência provocada pelo recrudescimento dos conflitos desde 1948. Com base nas Resoluções 242 (1967) e 338 (1973), os acordos estabeleceram dois objetivos não codependentes, que seriam postos em prática de maneira paralela.

O primeiro objetivo vislumbrava um movimento para uma paz abrangente no Oriente Médio, com foco na resolução do conflito árabe-israelense. A proposta era criar um regime que desse autonomia para os palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, visando abrir caminho para discussões mais amplas sobre o futuro da região. Porém, obviamente essa parte do acordo enfrentou grande resistência e nunca foi plenamente implementada, evidenciando a contínua marginalização da causa palestina em meio a negociações de paz.

O segundo objetivo estabeleceu as bases para a confirmação de um tratado de paz robusto entre Egito e Israel, que foi formalizado em 1979. Com isso, Israel se comprometeu a

devolver a Península do Sinai ao Egito gradualmente, e em troca o Egito reconheceria formalmente Israel como um Estado independente soberano. De forma que, por fim, ambos os países concordaram em encerrar as hostilidades e respeitar devidamente as fronteiras mutuamente reconhecidas.

Os Acordos de Camp David resultaram na devolução completa do Sinai ao Egito em 1982, pondo fim a décadas de disputas territoriais entre judeus e egípcios e inaugurando uma era de paz duradoura entre as nações, circunstância que permanece até hoje, apesar de episódios pontuais de crises ou desentendimentos diplomáticos. Esse movimento histórico teve um impacto tamanho na política internacional que Begin e Sadat, líderes de Israel e Egito respectivamente, foram agraciados com o Prêmio Nobel da Paz em 1978, em reconhecimento aos seus esforços.

### Fronteiras depois do tratado de paz entre Israel e Egito em 1982



Figura 9 – Fronteira entre Israel e Egito após a devolução da Península do Sinai. (BBC, 2023)

Apesar do avanço expressivo nas relações diplomáticas entre Egito e Israel, os acordos geraram forte descontentamento no mundo árabe. Afinal, o Egito se tornou o primeiro país árabe a reconhecer Israel como um Estado legítimo, o que foi visto como uma traição à causa palestina. Em represália, o Egito foi suspenso da Liga dos Estados Árabes, na qual era um dos líderes. Anwar Sadat, por sua vez, enfrentou forte oposição interna em Cairo, sendo assassinado em 1981 por extremistas que consideraram o tratado como uma traição à causa árabe e palestina.

Os acordos foram um marco no avanço das relações diplomáticas no Oriente Médio,

sendo um exemplo bem-sucedido de negociações pela paz em meio a conflitos históricos. Contudo, os escritos eram limitados, outra vez a situação dos palestinos, tanto os refugiados quanto os que sofriam com as condições desumanas nos territórios ocupados, ficou a parte. Embora houvesse menção aos palestinos, propondo um regime de autonomia na Cisjordânia e em Gaza, não ofereciam garantias concretas de soberania e autodeterminação. A linguagem usada no acordo era vaga e carecia de um cronograma claro para implementação, reforçando sinais de que os interesses palestinos haviam sido negligenciados. Dessa forma, a OLP rejeitou completamente o texto, alegando ser insuficiente, posto que o direito de retorno dos refugiados e a criação de um Estado palestino independente não foram contemplados.

O reconhecimento do Estado judeu pelos egípcios carregava um simbolismo particular. A decisão de Anwar Sadat de negociar separadamente enfraqueceu a coalizão árabe como forte oposição a Israel em defesa da causa palestina, ainda mais considerando o papel de liderança que o Egito gozava dentro da Liga Árabe. A fragmentação da pressão coletiva sobre Israel abriu um pretexto para que os judeus buscassem novos acordos bilaterais com outras nações árabes, isolando a questão palestina, que perdia força nesse contexto.

O sentimento de abandono despertou uma profunda sensação de traição e ressentimento entre os palestinos. De forma que, a ausência de avanços concretos em direção a criação de um Estado independente alimentou a resistência palestina a criar movimentos cada vez mais radicais, movidos pela violência, acreditando ser o único meio viável para alcançar seus objetivos.

#### 4.1.5 Primeira Intifada (1987-1993)

Os palestinos moradores da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental enfrentavam uma política altamente repressiva, imposta pela ocupação de Israel após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Nesse contexto, instaurou-se um controle militar israelense rigoroso sobre esses territórios, implementando políticas discriminatórias absolutas que restringiam a livre movimentação dentro dos espaços públicos das cidades, promoviam confisco de terras e incentivavam sistematicamente a expansão de assentamentos judeus.

Esse longo período de opressão gerou um profundo ressentimento entre a população palestina. Segundo o ensaio da ONU, *As Origens e a Evolução do Problema da Palestina* (1990, p. 252), as condições enfrentadas pelos palestinos foram descritas em um relatório sobre a situação nos territórios ocupados, apresentado em 21 de janeiro de 1988 ao Conselho de Segurança, após examinar in loco, descrevendo como: [...] os palestinos foram tratados com desprezo e arrogância que parecia ter a intenção deliberada de humilhá-los e minar sua dignidade como seres humanos.”

A situação socioeconômica dos palestinos se deteriorou sob a ocupação, marcada por desigualdade econômica, desemprego e miséria, com baixos salários e falta de moradia. A pobreza e a marginalização foram agravadas por um sistema de governo que favorecia os interes-

ses israelenses. Perante esse cenário, movimentos de resistência como a OLP emergiram como defensores dos interesses palestinos, buscando melhorias nas condições de vida e maior visibilidade internacional. No entanto, as negociações falharam em alcançar avanços significativos, resultando em frustração crescente, agravada pelo enfraquecimento da causa palestina tanto dentro da própria Liga Árabe quanto na ONU.

De acordo com a ONU (1990), em 8 de dezembro de 1987, um caminhão militar israelense colidiu com vans em um campo de refugiados em Gaza, matando quatro palestinos e deixando outros nove feridos. O incidente foi considerado intencional por muitos. Uma onda de indignação rapidamente se transformou em fúria em Gaza, desencadeando protestos em massa que se espalharam pela Cisjordânia e por Jerusalém. Em meio a esse clima de tensão estourou a Primeira Intifada.

Esse movimento de caráter popular foi uma resposta ao regime opressor de Israel, marcado por abusos de autoridade nos territórios ocupados. A situação de tensão inflamou fortes protestos, greves gerais e confrontos violentos contra o Estado Judeu. A Intifada, que em árabe significa “levante”, simbolizou a resistência de um povo exausto de viver em condições deploráveis e à margem da sociedade. Armados com pedras, paus e, ocasionalmente, coquetéis molotov, os palestinos enfrentaram a Força de Defesa de Israel (IDF). A precariedade da resistência palestina sentiu a resposta israelense, que com o aparelhamento do Estado comandou prisões em massa e demolições de residências, utilizando armamento pesado e gás lacrimogêneo, intensificando ainda mais a violência.

A conduta violência exorbitante contra um levante composto em sua maioria de civis foi detalhada pelos estudos da ONU (1990):

“As autoridades de ocupação israelenses, apesar da condenação mundial de suas práticas no território ocupado, persistiram na política de “punho de ferro” contra os palestinos. [...] A dependência dos militares israelenses de certos tipos de gás lacrimogêneo em altas concentrações foi, desde o início da Intifada, a causa de inúmeras mortes e abortos espontâneos entre mulheres palestinas grávidas e entre crianças. [...] Toques de recolher, punições coletivas, demolição de casas, detenções e deportações de palestinos tornaram-se uma prática padrão das autoridades israelenses.” (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p. 257)

O uso de força desproporcional, através da política do “iron-fist” ou “punho de ferro”, pelos militares israelenses, contra uma população que majoritariamente carregava pedras e pedaços de pau nas mãos, gerou forte comoção internacional. Os relatos de uma população civil — incluindo crianças, mulheres e idosos — brutalmente violentados por soldados fortemente armados correram o mundo e sensibilizaram a opinião pública, trazendo visibilidade para a causa palestina, com reconhecimento da crise que o povo palestino vivia há décadas.

Na época, o Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos Especiais do Conselho de Segurança da ONU, Marrack Goulding, visitou Israel e os territórios ocupados para examinar a

situação e elaborar meios de garantir a segurança e a proteção da população palestina. Em 21 de janeiro de 1988, suas conclusões e observações foram apresentadas em um relatório. Trecho foram destacados abaixo:

*é certamente necessário que se faça mais para garantir a segurança e a protecção da população civil. Mas tais medidas só podem ser paliativas. Eles não podem curar o problema subjacente, que é a contínua ocupação por Israel dos territórios capturados na guerra de 1967.” (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p. 253)*

“ [...] continuo a acreditar que isso deve ser alcançado através de uma solução abrangente, justa e duradoura, baseada nas resoluções 242 (1967) e 338 (1973) do Conselho de Segurança e tendo plenamente em conta os direitos legítimos do povo palestino, incluindo a autodeterminação. Tal acordo deve ser negociado por meio de uma conferência internacional sob os auspícios das Nações Unidas, com a participação de todas as partes interessadas”. (COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE, 1990, p. 254)

Ao longo de todo o levante da Primeira Intifada (1987-1993) as vítimas nos territórios ocupados (incluindo Jerusalém Oriental) foram: 1.070 mortes palestinas pelas forças de segurança israelenses e 54 por civis israelenses, enquanto ocorreram 47 perdas de civis israelenses e 43 vítimas que eram das forças de segurança de Israel. Em outras regiões de Israel foram registradas 17 mortes de palestinos pelas forças de segurança israelenses e 21 por civis, enquanto houveram 53 vítimas civis israelenses e 19 baixas de militares israelenses. Ao todo, foram 1.162 palestinos que perderam a vida e 162 israelenses (TERRITORIES, s.d.).

A revolta trouxe consequências inúmeras, com destaque para o surgimento de novos movimentos palestinos, como o Hamas, criado em 1987, que se transformaria em uma força extremista significativa na luta armada. Além disso, o levante abriu caminho para que os palestinos fossem ouvidos novamente, com negociações de paz entre Israel e a OLP, que culminaram nos Acordos de Oslo, assinados em 1993. Esses acordos firmaram o fim da Primeira Intifada ao prometerem maior autonomia na Cisjordânia e em Gaza, embora questões centrais, como o status de Jerusalém e a situação dos refugiados não tivessem sido devidamente abordadas. Em paralelo, os escritos de Oslo estabeleceram o nascimento da Autoridade Nacional Palestina (ANP).

#### 4.1.6 Segunda Intifada (2000-2005)

Os Acordos de Oslo, assinados em 1993, estabeleceram uma harmonia escrita nos territórios ocupados, de forma que deveriam pavimentar um caminho para uma paz mais duradoura, com autonomia palestina e a futura criação de um Estado Palestino. Contudo, a realidade pré-  
Oslo, caracterizada por uma forte repressão social e política aliada a uma situação socioeconômica precária, mantinha-se praticamente inalterada.



As promessas relativas a uma autonomia gradual para os palestinos na Cisjordânia e em Gaza não se concretizaram. Além disso, havia um descontentamento crescente pela falta de qualquer perspectiva quanto a outros aspectos centrais, como: a soberania sobre Jerusalém, o retorno de refugiados palestinos e o fim da expansão desenfreada de assentamentos israelenses.

Em 28 de setembro de 2000, Ariel Sharon, figura política e militar israelense, visitou o complexo da Mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém, que é um templo sagrado tanto para muçulmanos quanto para judeus. A ação de Sharon foi encarada pelos palestinos como uma provocação intencional, violando um espaço sagrado de grande importância. Essa teria sido a gota d'água, protestos massivos eclodiram, rapidamente evoluindo para confrontos violentos que se espalharam pelos territórios ocupados, deflagrando a Segunda Intifada.

A violência escalonou profundamente, com grupos paramilitares palestinos — como o Hamas e a Jihad Islâmica — conduzindo uma série de atentados contra alvos civis e militares israelenses, incluindo ônibus, mercados e restaurantes. Em resposta, Israel reagiu com uma força militar massiva, implementando operações em larga escala nos territórios ocupados, além de ataques a edifícios administrativos da Autoridade Nacional Palestina (ANP).

As consequências foram desastrosas, com cerca de 3 mil palestinos e 1 mil israelenses mortos durante a revolta, e um colapso econômico e humanitário exacerbado devido à política repressiva do Estado de Israel. As negociações de paz minguaram e a radicalização cresceu de ambos os lados, tornando a possibilidade para uma solução diplomática ainda mais improvável.

O fim da Segunda Intifada ocorreu de forma gradual, com uma redução acentuada da violência a partir de 2004. A morte de Yasser Arafat, líder palestino da OLP e da ANP, e a ascensão de Mahmoud Abbas, que adotou uma postura mais moderada e conciliadora, foram fatores-chave nesse processo. Abbas priorizou esforços diplomáticos para reduzir a violência e retomar o diálogo com Israel. Além disso, a construção de uma barreira de separação na Cisjordânia, feita por Israel com a argumentação de que seria para prevenir ataques terroristas, teve o efeito de diminuir significativamente os atentados contra alvos israelenses, embora tenha sido amplamente criticada por organizações internacionais e pela liderança palestina. Perante esse novo cenário, acordos informais entre líderes israelenses e palestinos, incluindo Ariel Sharon — então primeiro-ministro de Israel (2001-2006) — e Mahmoud Abbas, levaram à declaração de um cessar-fogo.

Em suma, a Segunda Intifada perdurou de 2000 a 2005, sendo marcada por intensos confrontos, atentados e repressão, que provocaram grande destruição e um número devastador de mortos e feridos, aprofundando o ressentimento entre israelenses e palestinos. Em meio a revolta, o Hamas emergiu como uma força política e militar poderosa, enquanto o Fatah, enfrentava uma queda de popularidade e legitimidade frente ao povo palestino.



## 4.2 Estruturas de Organização Palestina

### 4.2.1 Criação da OLP

A insatisfação do povo palestino crescia diante da ausência de um Estado próprio, mesmo décadas após o Plano de Partilha da ONU que, em 1947, propôs a criação de dois Estados, sendo um judeu e outro árabe, mas com a concretização apenas de Israel, em 1948. Desde então, os palestinos enfrentaram massacres, perda de suas terras, êxodos sucessivos, perseguições e uma repressão sistemática. A crise humanitária dos refugiados palestinos e as condições socioeconômicas deploráveis nos territórios ocupados evidenciaram a necessidade de uma entidade que representasse os palestinos e seus anseios pela autodeterminação.

Nesse contexto, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi fundada em 28 de maio de 1964, durante um congresso em Jerusalém Oriental organizado pela Liga dos Estados Árabes. Por sua vez, a Liga Árabe, que foi criada em 1945 no Cairo, refletia o crescente desejo de independência do mundo árabe no pós-Segunda Guerra, quando muitas nações árabes ainda eram colônias de países europeus. Inspirada pelo movimento pan-arabista — que defendia a unidade política, cultural e econômica desses países —, a Liga considerava a causa palestina um elemento central do nacionalismo árabe, assim formalizando a criação da OLP.

Nos primeiros anos, a OLP atuou como uma organização política moderada, alinhada aos interesses da Liga Árabe. No entanto, essa posição passou a sofrer alterações à medida que surgiam movimentos palestinos independentes, que começaram a compor as forças dentro da OLP. Entre os grupos envolvidos, o Fatah foi o de maior destaque, fundado por Yasser Arafat, figura que defendia uma abordagem mais ativa e combativa contra Israel. Em 1969, Arafat assumiu a liderança da OLP, comandando profundas transformações na organização, seu fundamento era a defesa dos interesses palestinos através da luta armada, focada na criação de um Estado Palestino independente, resistindo à ocupação israelense.

A década de 1970 foi marcada por diversos atentados terroristas promovidos por grupos extremistas vinculados a OLP, incluindo o ataque durante os Jogos Olímpicos de Munique em 1972, no qual membros do grupo Setembro Negro invadiram a vila olímpica matando atletas israelenses. Embora essas ações tenham de certo modo chamado atenção internacional, também geraram críticas severas quanto aos meios violentos utilizados. Apesar disso, a OLP se consolidou como a principal porta-voz dos palestinos, firmando-se como uma organização política reconhecida internacionalmente, ao ponto de, em 1974, ter a chancela da ONU como representante legítima do povo palestino, adquirindo o status de observador em reuniões da Assembleia Geral.

Nos anos 1980, a OLP enfrentou desafios significativos para manter a causa palestina em pauta nas discussões internacionais, especialmente após os Acordos de Camp David entre Egito e Israel, que enfraqueceram a união da Liga Árabe como grande apoiadora da luta pelo Estado Palestino. Em meio a Primeira Intifada (1987-1993), a OLP passou por mudanças signi-

ficativas em sua atuação, retornando para uma posição mais moderada. Assim, em 1988, Yasser Arafat, em nome da OLP, declarou a independência do Estado da Palestina, além de oficialmente concordar com o direito de Israel de existir, aceitando uma solução de dois Estados e renunciando à luta armada como método de resistência. Esse movimento abriu caminho para novas negociações na busca de soluções para os protestos decorrentes da Primeira Intifada.

Em 1993, Israel e a OLP assinaram os Acordos de Oslo, reconhecendo-se o direito de Israel existir e, em troca, a OLP seria aceita como representante oficial dos palestinos. Na Noruega, o líder da OLP, Yasser Arafat, e o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, simbolicamente selaram a paz ao apertarem as mãos. Embora o que foi acordado em Oslo tenha sido visto como um grande avanço, rendendo até um Nobel da Paz em 1994, o processo foi acompanhado de desconfianças mútuas, com resistência interna tanto de palestinos quanto israelenses. Além disso, como resultado dos Acordos de Oslo, foi criada a Autoridade Nacional Palestina (ANP), que passaria a ter autonomia limitada na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Em 2004, com a morte de Yasser Arafat, os palestinos perderam seu maior expoente político, de forma que Mahmoud Abbas assumiu a liderança da OLP e da ANP, buscando manter os compromissos com a via diplomática. Contudo, os acontecimentos da Segunda Intifada (2000-2005) provocaram desgastes das organizações palestinas, resultando em fragmentação política, com divisão de poder entre Hamas e Fatah.

A partir dos Acordos de Oslo, duas organizações palestinas distintas passaram a co-existir, desempenhando papéis e funções diferentes na representação e na administração dos palestinos. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como uma entidade política que representa o povo palestino em âmbito internacional, enquanto, a Autoridade Nacional Palestina (ANP) como uma instituição administrativa e governamental, que exerce controle sobre certas áreas do território palestino ocupado.

Hoje, a OLP é a representante oficial dos palestinos em fóruns internacionais. Contudo, perdeu parte de seu poder de influência interno, especialmente após o Hamas — que não faz parte da OLP — assumir o controle da Faixa de Gaza em 2007. Por conta dessa conjuntura, mesmo que a OLP continue lutando pela criação de um Estado palestino independente, enfrenta desafios significativos devido a divisão interna entre o Fatah — maior grupo da OLP e com controle de parte da Cisjordânia — e o Hamas — fora da OLP e com controle da Faixa de Gaza.

#### 4.2.2 Criação da ANP

A Autoridade Nacional Palestina (ANP) foi criada como um marco nas negociações de paz entre israelenses e palestinos, no contexto do último ano da Primeira Intifada (1987-1993). Como citado anteriormente, sua origem remonta aos Acordos de Oslo, firmados em 1993 entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), liderada por Yasser Arafat, e o governo

de Israel, sob o comando do primeiro-ministro Yitzhak Rabin. Esses acordos representaram um avanço significativo nas relações diplomáticas entre ambos, tendo como objetivo principal estabelecer um governo autônomo temporário em algumas regiões ocupadas, enquanto questões mais complexas — como o status de Jerusalém, os assentamentos israelenses e o retorno dos refugiados palestinos — seriam posteriormente negociadas.

A ANP foi oficialmente instituída em 1994, com a transferência da administração de parte das áreas ocupadas. Com isso, a ANP passou a ter certa autoridade sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, e por ser uma entidade administrativa com funções governamentais, ficou responsável por fornecer saúde, educação e segurança para os palestinos. Contudo, sua autonomia era restrita, especialmente em questões de segurança e administração civil, devido à presença militar israelense que continuava na região. Dessa forma, por ser governo, a ANP possuía presidente, primeiro-ministro e Parlamento, que teve como primeiro presidente Yasser Arafat, eleito em 1996, consolidando sua posição de líder do povo palestino.

Os Acordos de Oslo e o nascimento da ANP em 1993 geraram um clima inicial de otimismo. Entretanto, o processo de pacificação na região não progrediu e a tensão voltou a crescer devido a continuidade da expansão dos assentamentos israelenses e a lentidão nas negociações. De forma que, a não resolução de antigas questões deixadas em aberto culminou na Segunda Intifada (2000-2005), marcando um período de violência e enfraquecimento da Autoridade Palestina. Nesse contexto, a morte de Arafat em 2004 trouxe Mahmoud Abbas ao poder, que buscou renovar os esforços diplomáticos e restaurar a credibilidade da ANP.

Em 2006, o Hamas venceu as eleições legislativas palestinas, assumindo o controle do parlamento, o que causou conflitos com o Fatah — principal força da ANP —, que não aceitou o resultado. Assim, em 2007, embates violentos resultaram em uma divisão política e regional, com o Hamas estabelecendo a autoridade sob a Faixa de Gaza, enquanto a Cisjordânia permaneceu sob a governança do Fatah. A cisão enfraqueceu a posição da ANP, impossibilitando sua atuação como um governo palestino unificado e prejudicando sua legitimidade internacional. No contexto interno, a ANP enfrentava constantes críticas da população palestina, incluindo acusações relacionadas a corrupção, autoritarismo e inabilidade na melhoria das condições de vida dos palestinos sob ocupação, além de não ter alcançado grandes conquistas nas aspirações de seu povo.

Atualmente, a ANP continua sendo uma entidade administrativa responsável por partes da Cisjordânia, com o grupo Fatah à frente, mas com limitações pela presença militar israelense na região, enquanto Gaza permanece controlada pelo Hamas, também sob grande pressão de Israel. Mesmo com diversas tentativas de reconciliação entre os grupos palestinos, a ANP e o Fatah continuam em desacordo com o Hamas. Perante esse contexto, a legitimidade quanto a representação do povo palestino é dúbia, sem um único poder legítimo, pela falta de processos eleitorais desde 2005. Em síntese, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) é a entidade política que representa o povo palestino em negociações internacionais, enquanto

a Aliança Nacional Palestina (ANP) funciona como governo local, com poderes limitados na Cisjordânia.

### 4.2.3 Criação do Fatah

Como um dos principais grupos políticos palestinos após 1948, o Fatah desempenhou um papel central na construção da identidade e da resistência palestina contemporânea. Fundado em 1959, o movimento surgiu em meio ao sentimento crescente de frustração entre os palestinos, que enfrentavam dificuldades profundas após a criação de Israel. Sendo um acrônimo invertido de Harakat al-Tahrir al-Watani al-Filastini (“Movimento de Libertação Nacional da Palestina”), que significa “conquista” em árabe, o Fatah marcou um novo estágio na luta palestina, representando a formação de um movimento independente e nacionalista voltado à criação de um Estado palestino, sobretudo, por meio da resistência armada.

As circunstâncias, que culminaram na formação do Fatah em 1959, envolvem uma série de eventos em sequência que prejudicaram a luta palestina pela formação de seu Estado. Um pouco antes, em 1948, Israel conquistou sua independência em um processo de Guerra Civil (1947-1948) e Guerra Árabe-Israelense (1948-1949), que foi marcado pelo poderoso expansionismo e pela violência extrema dos judeus, com massacres e expulsão dos palestinos de suas terras. Esse episódio culminou no êxodo de cerca de 900 mil, ficando conhecido como nakba (catástrofe).

Os milhares de refugiados palestinos fugidos da Cisjordânia e de Gaza se abrigaram em países árabes vizinhos, como Jordânia, Líbano e Síria. Essa crise humanitária fez o pan-arabismo tomar força, defendendo a união dos países árabes e o combate contra o domínio israelense na região. Entretanto, apesar do apoio à causa, os governos árabes falharam em libertar a Palestina, gerando uma frustração extrema entre os refugiados que estavam nas nações árabes vizinhas. Essa inabilidade em solucionar os anseios da causa palestina foi a força motriz para que o Fatah nascesse.

Era o surgimento de uma voz própria, que buscava agir de forma autônoma e independente aos governos árabes, estabelecendo um movimento exclusivamente comprometido com a luta palestina, como uma resposta à perda de seus lares e ao sofrimento da nakba. Foi fundado por um grupo de jovens nacionalistas que viviam em exílio no Kuwait e representavam uma nova geração de palestino que buscavam seus direitos pela autodeterminação. Tendo Yasser Arafat como um de seus líderes-fundadores, o Fatah nasceu a partir de expatriados, que desenvolveram laços nos campos de refugiados, e que cresceram com uma conexão direta — e quase que intrínseca — com a luta palestina.

Inicialmente, o Fatah foi concebido como uma organização clandestina e pequena, centrada na preparação da resistência militar contra Israel. Afinal, defendia que a luta armada era o único caminho para a libertação da Palestina, contrastando com os países árabes que seguiam

por linhas um tanto quanto mais diplomáticas, com base na negociação entre Estados, mesmo com episódios armados. Em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, quando Israel ocupou a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e outros territórios, o Fatah ganhou popularidade e adesão entre os palestinos, em grande parte devido à insatisfação com a ineficácia das lideranças árabes na defesa dos interesses palestinos, alçando-o a principal defensor da resistência palestina.

Entre os anos 1970 e 1980, o Fatah desempenhou um papel significativo em diversos conflitos, incluindo os embates do “Setembro Negro”, no qual forças jordanianas expulsaram bases do Fatah e da OLP de seu território; e na invasão do Líbano por Israel (1982), quando o Estado judeu atuou com a justificativa de neutralizar ataques de células terroristas palestinas que vinham do território libanês. Desde 1969, o Fatah era o grupo dominante dentro da OLP, que havia sido criada em 1964, assumindo papel de destaque, com Yasser Arafat sendo eleito presidente da organização. Sob sua liderança, a OLP ganhou o status de representante legítima do povo palestino, concedido pela comunidade internacional ao ser reconhecida pela ONU em 1974. Nessa linha, o Fatah foi gradualmente adotando uma abordagem mais diplomática, escolha que agradou e atraiu a simpatia de diversos países e organizações, embora mantivesse a luta armada como estratégia.

Sob a liderança de Arafat, em 1993, foram assinados os Acordos de Oslo, com a OLP aceitando o direito de Israel existir e renunciando aos ataques com uso da violência, enquanto Israel reconheceu a OLP como representante oficial dos palestinos. Com isso, a partir dos acordos, foi criada a ANP para exercer a função de um governo palestino nas áreas da Cisjordânia e de Gaza, tendo Arafat como seu primeiro presidente. Muitos palestinos criticaram o Fatah e os Acordos de Oslo, acusando o movimento de fazer concessões demais a Israel, sendo o Hamas o mais notável opositor e assim ganhando força política.

Em 2004, após a morte de Yasser Arafat, o Fatah passou a ser liderado por Mahmoud Abbas, que manteve uma postura diplomática, focando mais em negociações pela paz. Contudo, em 2006, após as eleições legislativas palestinas, o Hamas saiu vencedor e o Fatah não aceitou os resultados, mesmo com a validação internacional de segurança e legitimidade do processo. Dessa forma, em 2007, deu-se início a confrontos violentos, resultando em uma divisão política e territorial que persiste até hoje, com o Fatah controlando a Cisjordânia e o Hamas a Faixa de Gaza.

Nos dias atuais o Fatah enfrenta desafios com relação a sua popularidade entre os palestinos, com acusações de corrupção, falta de transparência e ineficácia em promover um acordo definitivo com Israel. Também não consegue se reconciliar com o Hamas por diferenças ideológicas de como lidar com a causa palestina, prejudicando a luta pela autodeterminação. Desse modo, Mahmoud Abbas, líder do Fatah e presidente da ANP, tenta manter sua posição na representação internacional dos palestinos, apesar da influência e domínio do Hamas em Gaza, além de pressões pela convocação de novas eleições.

A representatividade e atuação da OLP, da ANP e do Fatah se misturam, mesmo com cada um tendo funções definidas, afinal são organizações que são comandadas pelos mesmos líderes palestinos, compondo uma estrutura política, administrativa e militar.

#### 4.2.4 Criação do Hamas

Durante o levante popular da Primeira Intifada (1987-1993), contra as ocupações israelenses na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e em Jerusalém Oriental, o cenário de insatisfação entre os palestinos atingiu níveis elevados que novas formas de organização política e militar começaram a se estruturar. Nesse contexto, em 1987, nasceu o Hamas, acrônimo de Harakat al-Muqawama al-'Islamiyyah, que em árabe significa “Movimento de Resistência Islâmica”. O movimento surgiu como uma ramificação da Irmandade Muçulmana no cenário palestino contemporâneo, combinando a ideologia islâmica com o objetivo nacionalista de criar um Estado Palestino independente, regido pelos princípios do Islã.

A história do Hamas remonta a fundação da Irmandade Muçulmana, em 1928, no Egito. Idealizada como um movimento político e social, que surgiu com a missão de promover um renascimento islâmico no Oriente Médio, defendendo a implementação da sharia (lei Islâmica) e o combate à influência ocidental nas sociedades muçulmanas. Rapidamente, seus ideais se espalharam por outros países árabes e muçulmanos, chegando até a Palestina, que nos anos 1940 fundou a sua versão: a Irmandade Muçulmana Palestina. Inicialmente, a unidade da Palestina — assim como a instituição-matriz egípcia —, tinha como preocupação primordial formar uma sociedade em moldes islâmicos, através de ações sociais e religiosas, além de prestar serviços à comunidade. Entretanto, a Irmandade Muçulmana Palestina, gradativamente começou a ser mais ativa politicamente, assumindo um papel de resistência contra ataques e abusos de poder por parte de Israel, principalmente após a ocupação israelense de áreas palestinas, em 1967, no episódio da Guerra dos Seis Dias.

Nos primeiros anos, o Hamas, que foi fundado a partir de um braço da Irmandade Muçulmana Palestina, manteve suas raízes com foco em atividades sociais, administrando escolas, prestando serviços de saúde e assistência às famílias em situação de fome e miséria, além, de em paralelo desenvolver sua ala militar. Durante a década de 1990, especialmente após os Acordos de Oslo, o Hamas mudou seu foco, intensificando seus ataques terroristas e operações violentas nas cidades israelenses, marcando sua indignação contra os acordos, que considerou uma traição à causa palestina.

Desde então, o Hamas emergiu como uma alternativa ao Fatah — grupo dominante na Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Tendo em vista as diferenças de ambos os grupos, sendo o Fatah um movimento nacionalista com menor influência religiosa em suas decisões e que busca a criação de um Estado Palestino secular; enquanto o Hamas tem a religião islâmica como guia na luta pela Palestina, indo além de questões políticas, nacionalistas e de resistência contra Israel, sendo encarada praticamente como uma missão religiosa.

Essa postura um tanto quanto mais radical e fundamentalista do Hamas em relação a Israel deu poder ao grupo. Alimentado pelo sentimento de frustração da população com as ações de lideranças tradicionais da OLP e do Fatah, muitas vezes vistas como ineficazes ou corruptas, o Hamas conquistou maior popularidade, ganhando cada vez mais adeptos e se consolidando como um dos principais atores no cenário político palestino.

Em 2005, mediante negociações e acordos, Israel iniciou uma saída gradual da Faixa de Gaza, desmantelando assentamentos judeus na Cisjordânia e retirando tropas, assim, pondo fim a Segunda Intifada (2000-2005).

Em 2006, foram realizadas eleições parlamentares na Palestina, sob supervisão internacional, com esperança de fortalecer a democracia e promover a paz na região. O Hamas, participando pela primeira vez, surpreendentemente venceu, obtendo maioria das cadeiras no Parlamento Palestino. Entretanto, a vitória causou uma instabilidade internacional, pois muitos países, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia, já consideravam o Hamas um grupo terrorista. De modo que, suspenderam parte do apoio financeiro à ANP, pressionando a nova liderança do Hamas.

Após a vitória eleitoral as tensões entre o Hamas e o Fatah cresciam, com a Autoridade Nacional Palestina (ANP), que era controlada pelo Fatah, tendo Mahmoud Abbas como presidente, relutando em ceder o controle administrativo e militar ao Hamas. Esse impasse levou a um período de conflitos armados entre os militantes de ambos os grupos, tanto na Faixa de Gaza como na Cisjordânia. Em 2007, após meses de confrontos, o Hamas expulsou o Fatah de Gaza e tomou o controle da região, enquanto o Fatah manteve seu domínio sobre a Cisjordânia.

Os anos que se seguiram foram marcados por muita tensão, com enfrentamentos armados frequentes. Nessa circunstância, Israel e Egito impuseram um bloqueio econômico e militar severo à Gaza, visando enfraquecer o Hamas. Em paralelo, o grupo palestino realizava disparos de foguetes e mísseis em direção ao sul de Israel. Até que, em 2008, a Operação Chumbo Fundido foi posta em prática, com Israel lançando ataques aéreos contra alvos do Hamas em Gaza, que, por consequência, causaram grande destruição de cidades e mortes de muitos civis palestinos.

Em 2012, mais uma operação israelense, denominada Pilar de Defesa, que durou cerca de uma semana, até um cessar-fogo mediado pelo Egito. Em 2014, mais um episódio violento, desencadeado após o assassinato de três adolescentes israelenses e a morte de um jovem palestino na Cisjordânia. Nesse momento, Israel lançou a Operação Margem Protetora, buscando destruir túneis utilizados pelo Hamas para infiltração em áreas estratégicas.

Em 2020, Israel e alguns países árabes (Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos) firmaram os Acordos de Abraão, estabelecendo relações diplomáticas e comerciais. Esse movimento foi visto pelos palestinos como uma mudança na dinâmica de apoio da comunidade árabe, gerando um certo sentimento de abandono da causa palestina por seus vizinhos

árabes.

Em 2021, novos confrontos eclodiram após embates violentos entre palestinos e policiais israelenses em Jerusalém Oriental, que desencadeou uma série de bombardeios entre Israel e Hamas. Os conflitos continuaram entre 2022 e 2023, devido à ocupação contínua e a expansão dos assentamentos, com embates entre colonos israelenses e palestinos.

A realidade da região é que, até os dias de hoje, a paz permanece distante. A violência, os bombardeios e os confrontos periódicos são uma constante, com maiores ou menores períodos de cessar-fogo ou de não-agressão, mas sem uma resolução eficaz para o conflito.



## 5 O Conflito entre Israel e Hamas

### 5.1 7 de Outubro de 2023

O conteúdo deste intertítulo apresenta uma análise detalhada sobre os diversos acontecimentos ocorridos durante a incursão de 7 de outubro de 2023, quando grupos paramilitares palestinos atacaram partes de Israel próxima à fronteira com a Faixa de Gaza. Em vista disso, estes escritos foram elaborados com base principalmente no relatório dos “Resultados detalhados sobre os ataques realizados em 7 de outubro de 2023 em Israel” (A/HRC/56/CRP.3), do Conselho de Direitos Humanos da Organizações das Nações Unidas, elaborado pela Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental e Israel ([UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2024](#)).



Figura 10 – Mapa com destaque para as regiões mais afetadas nos ataques de 7 de outubro de 2023. ([UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2024](#))

Nesse documento, a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental e Israel, que foi algumas vezes descrita apenas como “Comissão”, investigou os ataques realizados em 7 de outubro de 2023 contra

vários alvos civis, uma base militar e outros locais em Israel. Ao descrever os acontecimentos, o relatório omitiu o nome de pessoas que não perderam a vida durante a incursão ou em decorrência dela como forma de proteção às vítimas e suas famílias de perseguição, retaliação ou outras possíveis consequências futuras.

Durante a investigação, a Comissão enviou quatro pedidos a Israel e um ao Estado da Palestina solicitando informações que ajudassem no processo. Israel não respondeu a nenhum, enquanto o Estado da Palestina forneceu os esclarecimentos necessários, colaborando devidamente. Ao todo foram seis pedidos de acesso a Israel e aos territórios ocupados, sem qualquer resposta, de forma que a Comissão considerou que o Estado judeu estava obstruindo o inquérito. Além de se recusarem a cooperar, as autoridades israelenses não mediram esforços para dificultar as investigações, impedindo o acesso da Comissão aos profissionais médicos e legistas, além de não permitir a visita aos locais dos crimes e violações.

As investigações sobre violência sexual e de gênero são excepcionalmente complexas em seu caráter natural, contudo, somando-se a isso, a Comissão enfrentou outros desafios burocráticos que dificultaram o trabalho de apuração dos casos, com as autoridades israelenses obstruindo o acesso às informações e instruindo os profissionais envolvidos a não cooperarem com a equipe da ONU. Isso posto, não foi possível que a Comissão realizasse qualquer encontro com alguma sobrevivente vítima de violência sexual.

Esse quadro intransigente, no qual Israel manteve uma posição de resistência, atrapalhou e retardou a investigação de forma plena, resultando na dificuldade em comprovar certos casos específicos e sensíveis, impedindo o acesso e reconhecimento de fatores que corroborassem indícios e suspeitas para certos delitos.

### 5.1.1 O Ataque do Hamas

Seis e vinte e nove da manhã de sábado, 7 de outubro de 2023, mísseis e foguetes são disparados em direção a Israel. Ao mesmo tempo, em uma ação-relâmpago, combatentes de grupos paramilitares palestinos cruzam a fronteira entre a Faixa de Gaza e Israel. Fortemente armados, grupos extremistas invadem pequenas comunidades coletivas no sul do país judeu, conhecidas como kibbutzim. As casas são saqueadas, os moradores brutalmente executados e os sobreviventes sequestrados. Assim, foi dado o estopim da intensa e sangrenta guerra entre Israel e Hamas, através de um ataque coordenado, envolvendo múltiplas estratégias em conjunto, com incursões terrestres, operações marítimas, lançamentos aéreos de foguetes e uso de drones.

Enquanto os foguetes choviam sobre Israel, pelo menos 1,5 mil combatentes do Hamas, da Jihad Islâmica Palestina (PIJ) e outros grupos armados palestinos ultrapassaram os limites entre a Faixa de Gaza e o território israelense, utilizando explosivos e escavadeiras, para derrubar grades e violar a fronteira, adentrando por 29 pontos diferentes. Em paralelo, drones destruíram torres e redes de comunicação israelenses ao longo da fronteira, neutralizando os

sistemas de vigilância, além de disparar projéteis contra bases militares que abrigavam “postos de vigia”, com o objetivo de cegar as forças israelenses, facilitando o ataque e permitindo que os homens do Hamas entrassem nos bairros e vilas sem serem detectados pelas Forças de Defesa de Israel (IDF), assim retardando o contra-ataque.

A violência tomou conta de estradas, vilas e cidades, com os agressores portando armas e atirando indiscriminadamente em quem estivesse nas ruas e em carros. Invadiram casas, atearam fogo, ferindo, matando e sequestrando pessoas para Gaza. Além disso, os grupos armados palestinos atacaram um evento de música ao ar livre, que infelizmente acontecia na região no mesmo dia, de nome Festival Nova.

Ao todo 24 locais foram atacados, listados de sul a norte: Holit, Sufa, Nir Itzhak, Pri Gan, Talmei Yosef, Mivtachim, Yesha, Amioz, Magen, Nir Oz, Nirim, Ein Hashlosa, Kissufim, Re'im, Be'eri, Alumim, Nahal Oz, Kfar Aza, Mefalsim, Yachini, Nir Am, Sderot, Netiv Ha'asara, Karmia, praia de Zikim e Ofakim, bem como espaços públicos e festivais. O Hamas também manteve posições em cruzamentos críticos ao longo da estrada 232, que foi uma rodovia estrategicamente crucial, emboscando civis que tentavam escapar em carros.

De acordo com fontes israelenses, foram disparados 2,2 mil foguetes e morteiros em direção a Israel no 7 de outubro, causando grande destruição e resultando no deslocamento de 150 mil pessoas, que foram obrigadas a deixar suas casas nos locais onde ocorreram os ataques, e que passaram a viver em moradias temporárias.

Estima-se que mais de 1,2 mil pessoas foram mortas diretamente por membros dos grupos paramilitares palestino ou em decorrência de foguetes e morteiros lançados da Faixa de Gaza. Pelo menos 809 eram civis, incluindo 280 mulheres, 68 estrangeiros, além de outros 314 militares israelenses. Entre as vítimas estavam 40 crianças, sendo pelo menos 23 meninos e 15 meninas, além de outros 25 idosos com oitenta anos ou mais. Ao todo, 14.970 pessoas ficaram feridas e tiveram que passar por tratamento médico, sendo transferidas para hospitais. Pelo menos 252 pessoas foram sequestradas para Gaza como reféns, incluindo 90 mulheres e 36 crianças, assim como idosos e membros das Forças de Defesa de Israel (IDF).

### 5.1.2 Ataque ao kibbutz Be'eri

Em imagens de câmeras de segurança é possível ver membros da ala militar do Hamas se aproximando da entrada principal do kibbutz Be'eri por volta de 6h55. Incapazes de abrir o portão de segurança amarelo aguardam por algum morador, até que às 6h57, um Mazda azul se aproxima com três homens dentro, que são friamente executados a tiros. Eram pessoas que haviam fugido dos horrores que aconteciam no Festival Nova com a esperança de encontrarem refúgio. Pelo portão entreaberto os agressores adentraram, atirando em moradores, carros, animais de estimação e casas.

Em um triste episódio, membros de três gerações de uma mesma família, de sobrenome

Cohen, foram assassinados pelo Hamas: Yohan Cohen, de 73 anos; seu filho, Ohad Cohen, de 43 anos; e sua neta, Mila, de apenas 9 meses. Por sorte, a esposa de Ohad e seus outros dois filhos sobreviveram. A família estava escondida no safe room (abrigo) da casa, quando, às 11h47, Ohad enviou uma mensagem ao primo alertando que os moradores estavam sendo massacrados e suas casas incendiadas. A essa altura, sua mãe, Yona, já havia sido morta a tiros em outra residência, na parte oeste do kibbutz. Aproximadamente às 12h50, o abrigo foi invadido pelos militantes palestinos, que atiraram e mataram o bebê de 9 meses, que estava nos braços da mãe, assim como o pai, Ohad. Sua esposa e seus outros dois filhos foram levados até o portão dos fundos do kibbutz, onde entraram em embate com militares israelenses. Após troca de tiros os três moradores ficaram gravemente feridos, mas sobreviveram.

Em outro caso em Be'eri, por volta de meio-dia, os integrantes da milícia palestina atearam fogo em uma casa do bairro de Vineyard em que uma família estava escondida em um safe room. Os pais desesperados pularam pela janela do segundo andar, com seus filhos nos braços, e conseguiram correr para se esconderem atrás de árvores próximas. Poucas horas depois, a família foi localizada, os pais e os dois filhos mais velhos foram mortos, enquanto os dois mais novos sobreviveram ao se esconderem sob os corpos de seus próprios pais. Dessa forma, quatro dos seis membros da família Even perderam a vida: a mãe Rinat Segev-Even, o pai Chen Even, e seus filhos Alon, de 16 anos, e Ido, de 14 anos.

Em uma estratégia desumana, que foi amplamente praticada durante as ocorrências do 7 de outubro, militantes palestinos e também civis carregaram corpos israelenses até Gaza, para serem usados em futuras negociações de libertação de prisioneiros. Em um desses exemplos, às 10h33, dois homens palestinos em trajes civis se aproximaram do corpo de Yonatan Samarno, que mais cedo naquele dia havia sido morto a tiros e estava dentro de seu veículo na entrada do kibbutz, colocaram-no em um SUV branco e o transportaram até Gaza.

Ao longo de toda a manhã, cerca de 70 a 150 militantes do Hamas e civis palestinos armados e desarmados seguiram em direção ao kibbutz de Be'eri em motocicletas e caminhonetes, adentrando por três pontos diferentes, tomando completamente o controle às 14h30. Os oficiais israelenses anunciaram que o comando foi retomado apenas às 22h do dia seguinte, e a eliminação completa de todos os militantes confirmada somente na tarde de 9 de outubro.

Durante mais de um dia o Hamas e a Jihad Islâmica Palestina (PIJ) estiveram dentro do kibbutz cometendo assassinatos e atos de crueldade contra os moradores de Be'eri. Ao todo, 105 pessoas foram mortas, representando quase 10% da população dessa comunidade coletiva, incluindo pelo menos 42 mulheres, 10 crianças e 45 idosos. Além disso, 30 residentes foram sequestrados e levados para a Faixa de Gaza como reféns. A destruição foi tamanha que um terço de todas as residências e demais edifícios sofreram danos profundos ou foram completamente arruinados. Lamentavelmente 16 famílias perderam dois ou mais membros.

### 5.1.3 Ataque ao kibbutz Nir Oz

O ataque a Nir Oz começou às 6h49, quando dois carros passaram pelo portão norte, além de outros homens armados que atravessaram a pé segundos depois. As agressões envolveram membros do Hamas, da Jihad Islâmica Palestina (PIJ), das Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa, do Movimento Mujahideen Palestino e dos Comitês de Resistência Popular, bem como civis armados e desarmados de Gaza.

O uso das redes sociais para espalhar o terror foi um método recorrente, em que os agressores publicavam cenas de tortura, violência e até assassinatos. Perante essa conduta, parentes de uma senhora de 74 anos, de nome Bracha Levinson, assistiram a um vídeo publicado em sua própria página no Facebook, que mostrava a mulher deitada em uma poça de sangue na sala de estar de sua casa enquanto um homem a ameaçava com uma arma. Mais tarde, seus familiares souberam que a casa de Bracha havia sido incendiada com seu corpo dentro, demorando um mês para que seus restos mortais fossem oficialmente identificados.

A brutalidade da operação não perdoou ninguém, como pode ser observado no assassinato de Carmela Dan, 79 anos, e sua neta de 12 anos, Noya Dan, uma menina do espectro autista que estava visitando a avó naquele final de semana. As duas se esconderam no cofre da casa, quando as ameaças iniciaram por volta das 11h. Noya enviou mensagens de voz para sua mãe às 12h02 relatando explosões, mas às 12h28 Carmela e Noya não respondiam mais. Posteriormente, descobriu-se que a casa havia sido incendiada, com as autoridades israelenses acreditando que ambas haviam sido feitas como reféns, até que em 19 de outubro de 2023, seus corpos foram encontrados perto da fronteira com Gaza. Segundo fontes israelenses, Noya e Carmela foram mortas supostamente por estarem atrasando seus sequestradores.

A ação dos sequestradores não teve qualquer distinção ou cuidado com quem era feito refém, como o exemplo de dois irmãos de 13 e 16 anos que foram levados para Gaza. Em entrevista à Associated Press, a mãe dos meninos relatou que durante os ataques seus filhos estavam escondidos no safe room de sua casa, enquanto ela estava em outro kibbutz. Às 8h10, seu filho de 13 anos ligou dizendo que homens armados haviam invadido a casa, enquanto ela ouvia ao fundo vozes gritando em árabe: “Não me leve, eu sou muito jovem”. Os irmãos foram sequestrados e posteriormente libertados durante o cessar-fogo de novembro de 2023.

Em outro caso de sequestro, uma família israelense-argentina teve o pai de 34 anos, a mãe de 32 anos e seus bebês de 4 e 9 meses, todos levados para Gaza. Os avós foram classificados como desaparecidos até 21 de outubro de 2023, quando seus corpos foram encontrados perto da fronteira.

A partir de vídeos e outras evidências a respeito das ações dos grupos paramilitares palestinos, pode-se concluir que civis palestinos participaram ativamente dos incidentes de 7 de outubro de 2023. Um exemplo disso é uma gravação na qual mostra um homem vestindo roupas civis puxando um menino em direção ao portão do kibbutz, enquanto outro homem, também em

trajes civis e portando um rifle automático, caminha ao lado de uma criança menor palestina.

Naquele dia, cerca de 100 militantes e civis atacaram o kibbutz Nir Oz, enfrentando pouca resistência para efetuar seus objetivos. A equipe de resposta rápida do kibbutz, idealizada para essas situações, não estava adequadamente preparada, com muitos não conseguindo chegar ao depósito de armas, enquanto outros não tinham munição suficiente. Além disso, ocorreu uma lentidão das Forças de Defesa de Israel em chegar até Nir Oz, alcançando a vila pelo menos uma hora depois que os perpetradores já haviam se retirado. O despreparo aliado a demora deixou os moradores essencialmente indefesos, resultando no sequestro de 72 pessoas, representando o maior número de reféns capturados em um único local.

Os sequestrados de Nir Oz incluíam israelenses, estrangeiros e pessoas com dupla nacionalidade. Entre os 72 reféns havia um bebê de 9 meses — sendo a pessoa mais jovem levada para Gaza durante o ataque de 7 de outubro. O grupo também era composto por 35 mulheres, 21 idosos e 14 crianças, representando quase metade do total de 31 crianças sequestradas naquele dia.

A destruição em Nir Oz danificou severamente 80% dos edifícios residenciais, segundo avaliação conduzida pela Associação de Engenheiros Israelenses, considerando que a maioria dessas casas foi profundamente afetada pelo fogo.

#### 5.1.4 Massacre no Festival Nova e Controle da Rodovia 232

Na mesma manhã de 7 de outubro às 6h22 sirenes foram ouvidas em um evento de música eletrônica, conhecido como Festival Nova, alertando sobre o ataque de foguetes advindos de Gaza. Pouco depois, o chefe de polícia da estação de Ofakim, que estava presente no local, emitiu uma ordem para dispersar os frequentadores do festival, orientando a todos que deixassem o local.

As pessoas tiveram cerca de 30 minutos para tentar fugir e se esconder antes que os primeiros militantes chegassem às proximidades. Um policial que estava no local afirmou que soube que agressores estavam em áreas adjacentes às 6h50, quando uma jovem correu até o posto de primeiros socorros do festival com o rosto ensanguentado. A mulher afirmava que os militantes palestinos estavam na Rodovia 232 atirando em civis, então o mesmo policial requisitou reforços de agentes que estavam no evento musical para irem até o cruzamento principal da estrada.

O primeiro relato de tiroteio perto do festival foi às 7h01, na Rodovia 232, quando frequentadores do evento musical tentavam escapar em carros e outros veículos e eram recebidos na estrada por tiros. Ao analisar a situação de grande engarrafamento na rodovia, com muitos carros vazios bloqueando as vias, enquanto tiros eram disparados, aquele policial que prestou socorro a mulher com o rosto escorrido de sangue, avaliou que a rodovia não era segura tanto em direção a Be'eri, ao norte, quanto a Re'im, ao sul, por isso, instruiu as pessoas a atravessa-

rem a estrada e se moverem pelos campos na direção de Urim, a leste. Relatos de sobreviventes que fugiram a pé por esses campos descrevem a experiência de estarem sob uma saraivada de tiros, como se fossem alvos: “era como se tivessem atirando em patos”.

Em imagens gravadas por um sobrevivente que estava escondido debaixo de um palco do show, mostram como às 8h19 o local estava vazio, mas logo em seguida, às 8h26, já havia pelo menos 11 pessoas se abrindo junto dele. Ao ouvirem sons de tiro, indicando que os militantes estavam se aproximando, às 9h14, vários dos que estavam sob o palco procuraram refúgio em arbustos ao redor. O sobrevivente autor desses vídeos disse que ficou escondido debaixo do palco por cerca de uma hora, até que quando já havia entre 30 a 40 pessoas ele ouviu alguém gritando: “saíam do palco, eles vão matar vocês”. O sobrevivente correu até alguns arbustos que estavam a uma distância de 200 metros, onde permaneceu por cinco horas até ser resgatado.

Um outro sobrevivente relata que estava escondido em um contêiner branco quando viu homens armados abrindo as geladeiras do bar e atirando em quem estava dentro. “Eu os ouvi executando pessoas. Gritos, tiros e então silêncio. Gritos, tiros e depois silêncio.” Finalizou seu depoimento contando que presenciou uma van ser incendiada com pessoas dentro, todas morreram.

Alguns que estavam no festival conseguiram fugir pela Rodovia 232, buscando refúgio em abrigos públicos ao longo da estrada, próximos aos kibbutzim de Re'im, Be'eri e Alumim. Entre esses casos, há um grupo de 25 a 30 pessoas que chegou ao abrigo de Re'im ocidental às 6h50. No entanto, ao ouvirem os militantes se aproximando do lado de fora, por volta de 7h50, perceberam o perigo iminente. Poucos minutos depois, às 7h56, homens armados de grupos paramilitares palestinos invadiram o abrigo e retiraram à força um cidadão palestino de Israel que estava escondido lá dentro. Ele foi despido até a cintura, depois espancado e abusado. A família disse à mídia que o homem palestino foi morto tempos depois.

Em um desses abrigos, testemunhas relataram a bravura de Aner Shapira, um soldado que estava de licença do ofício e que por ocasião dos ataques procurou refúgio. Quando os militantes lançaram granadas no local, Shapira conseguiu devolver a maioria delas, mas, ao tentar pegar e lançar a oitava para fora, a granada explodiu em sua mão, o matando.

O terror tomou conta, ouviam-se gritos como “por favor, não me leve; por favor, me deixe em paz”. Muitos sobreviveram por se esconderem sob cadáveres e fingirem estarem mortos. Sobrevivente, tanto do abrigo em Alumim quanto em Re'im ocidental, afirmavam que os horrores provocaram pensamentos e reflexões sobre o Holocausto. Um sobrevivente de Alumim disse: “Agora eu sei como foi no Holocausto, como foi com os judeus”. E outro de Re'im ocidental: “Eu tinha certeza de que eles iriam me pegar e atirar em todos nós em uma fileira como no Holocausto. Eu disse a mim mesmo — vai ficar tudo bem, vai ser rápido. Eu estarei morto em breve.”

O controle meticulosamente organizado ao longo da Rodovia 232 pelos membros armados do Hamas, desde as primeiras horas do dia, pareceu ter sido planejado com antecedência, ao considerar que foi obra fundamental para impedir e atrasar a ação de resposta das Forças de Segurança de Israel (IDF). A ocupação estratégica dos principais cruzamentos ao longo da estrada foi um componente vital para o sucesso dos ataques às vilas de Otef Aza, além de retardar a chegada das autoridades e dos paramédicos.

O Hamas chegou até o local principal do festival por volta de 8h, onde ficaram com o controle total por até quatro horas, de 8h30 às 12h30. Durante esse tempo, em que os membros dos grupos paramilitares palestinos estiveram no festival, o objetivo principal era encontrar todos que estavam escondidos para sequestrar ou matar. Infelizmente, a maioria dos que decidiram ficar e se esconder nos ambientes do festival foram assassinados.

Após investigações, as autoridades israelenses concluíram que o Hamas não tinha conhecimento prévio do festival e só descobriu quando seus integrantes sobrevoaram a área usando asas-delta motorizadas. A partir disso, ao constatarem o Festival Nova no meio do Deserto de Negev, entre o kibutz Re'im e o kibutz Be'eri, a poucos quilômetros de distância de Gaza, homens armados invadiram a festa portando fuzis e metralhadoras, abrindo fogo contra os jovens que estavam reunidos.

O ataque ao Festival Nova foi o episódio mais sangrento do 7 de outubro de 2023, sendo o local com maior número de vítimas fatais. Ao todo, 379 pessoas morreram no local, perto do kibbutz Re'im ou em locais adjacentes, sendo pelo menos 364 que estavam no festival, de um total de cerca de 3 mil frequentadores do show musical.

### 5.1.5 Ataque ao Posto Militar de Nahal Oz

A base militar de Nahal Oz foi uma das primeiras a sentirem os efeitos dos ataques, considerando que às 6h29 já se podia ouvir disparos de mísseis contra a base. No mesmo instante, soldados que faziam a vigia da fronteira detectaram homens se aproximando da cerca que dividia Gaza e Israel. Os membros das milícias palestinas explodiram segmentos da cerca e adentraram, movimentando-se pelos campos de vegetação em direção a Nahal Oz.

Ao todo, oito bases militares israelenses foram atacadas nas ocorrências do 7 de outubro. No posto avançado de Nahal Oz, membros do Hamas e da PIJ mataram 66 militares israelenses, incluindo 20 soldados mulheres.

Dois soldados homens foram assassinados e decapitados após morte, caracterizando o ódio e a violência da operação, que buscava humilhar e violar o corpo sem vida dessas pessoas, acarretando uma carga psicológica inestimável para o povo israelense.



### 5.1.6 Reivindicação de Autoria do Ataque

Os ataques contra Israel em 7 de outubro foram liderados pela ala militar do Hamas, as Brigadas Izz ad-Din al-Qassam, juntamente com outros grupos armados palestinos. No total, foram sete braços militares de grupos paramilitares palestinos envolvidos: as Brigadas Izz ad-Din al-Qassam (Hamas), a Jihad Islâmica Palestina (PIJ), as Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa (Fatah), a Frente Popular para a Libertação da Palestina, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina, os Comitês de Resistência Popular e o Movimento Mujahideen Palestino.

Cerca de quatro meses antes do ataque, em entrevista à Al-Jazeera em junho de 2023, Ayman Nofal, Comandante de Relações Militares e membro do Conselho Militar Geral das Brigadas al-Qassam (Hamas), afirmou que a Sala de Operações Conjuntas Palestinas era uma instituição formada por uma aliança entre grupos armados palestinos, estabelecida em 2018 em Gaza para coordenar atividades contra Israel.

Nofal afirmou nessa entrevista que a aliança era composta por dez grupos paramilitares palestinos, incluindo os sete que participaram do ataque de 7 de outubro. E que antes do ataque todos os sete grupos estavam comprometidos com treinamentos militares em colaboração, como um exercício de guerrilha organizado pela Sala de Operações Conjuntas Palestinas.

Em um vídeo, às 7h47 do dia 7 de outubro de 2023, o Comandante das Brigadas Izz ad-Din al-Qassam (Hamas), Mohammed al-Masri — também conhecido como Mohammed “Abu Khaled” Deif — reivindicou a autoria do atentado, revelando o nome do ataque como “Operação Dilúvio de Al-Aqsa”. Às 8h09, o porta-voz da ala militar da Jihad Islâmica Palestina, Brigadas al-Quds, Abu Hamza, declarou participação nos ataques em parceria com o Hamas: “Fazemos parte dessa batalha, e nossos homens estão lutando ombro a ombro ao lado de seus irmãos das Brigadas al-Qassam até a vitória, se Deus quiser.” Às 8h30, as Brigadas dos Mártires de al-Aqsa, ligada ao Fatah, anunciaram que também estavam envolvidas.

Às 8h19, as Brigadas Mujahideen também haviam declarado a participação no ataque: “Nossos Mujahideen no campo, lutando lado a lado com seus irmãos das Brigadas Al Qassam e das facções de resistência, invadiram as terras e causaram muitas mortes entre os soldados e estupradores sionistas”. No mesmo dia, esse grupo publicou um vídeo com os dizeres: “A liderança das Brigadas Mujahideen cuida das nossas forças que invadem os assentamentos sionistas instalados em nossas terras ocupadas a leste da Faixa de Gaza esta manhã, correspondendo ao sábado 10/7/2023 DC”.

No dia seguinte ao ataque, em 8 de outubro de 2023, o líder político da Jihad Islâmica Palestina, Ziad al Nakhala, confirmou que mantinham mais de 30 reféns de Israel. Em 16 de outubro, o porta-voz oficial da ala militar do Hamas, Abu Ubaida, disse que mantinham 200 reféns em Gaza, além de cerca de 50 outros que estavam com os demais grupos.

### 5.1.7 O Envolvimento de Civis Palestinos

A Comissão internacional reuniu e verificou evidências de que civis de Gaza entraram em Israel pelos buracos na cerca que dividia a fronteira e se juntaram aos integrantes da milícia palestina nos ataques em vários locais, incluindo em Nir Oz, Be’eri e no Festival Nova.

Essas pessoas não eram membros de grupos paramilitares palestinos, mas civis que também participaram diretamente das hostilidades. Em fotos e vídeos, esses indivíduos estavam claramente vestidas com roupas civis, em oposição aos uniformes militares dos membros dos grupos armados. No geral, não carregavam armas, mas tiveram ação ativa em sequestros de civis israelenses, invadiram casas e saquearam propriedades e pertences, desde equipamentos agrícolas até itens pessoais.

No ataque a Nir Oz, relatos de testemunhas e imagens indicaram pelo menos três mulheres e várias crianças envolvidas. Uma moradora do kibbutz disse que civis palestinos de Gaza, incluindo adolescentes, saquearam sua casa, pegaram celulares e cartões de crédito e tentaram efetuar compras com ele dentro de Gaza algumas horas depois. Em câmeras de segurança, imagens registram jovens e uma mulher, todos civis, roubando bicicletas.

Uma refém libertada disse à mídia israelense que havia sido sequestrada de Nir Oz por civis palestinos que mais tarde a venderam ao Hamas. Segundo ela, um de seus sequestradores devia ter 17 ou 18 anos, roubou dinheiro e comida de sua geladeira, e a levou para a fronteira, acompanhado de um homem mais velho vestido com um colete de combate e portando uma faca na mão.

O envolvimento de civis nos acontecimentos de 7 de outubro devem ser analisados com cautela. É fundamental compreender que casos pontuais, como os descritos acima, não significam que todos os palestinos estiveram envolvidos, pelo contrário, o povo palestino como representação mais ampla não teve qualquer participação efetiva no planejamento e nem mesmo na execução do ataque. Assim sendo, se esse aspecto não for devidamente considerado, corre-se o risco de estigmatizar toda uma identidade, tal qual caso as ações de grupos extremistas como o Hamas forem associadas a população palestina, incorrendo na falácia de crer que o palestino é um terrorista por natureza.

### 5.1.8 A Prepotência de Israel

O ataque foi previamente planejado e calculado, com estudo sobre as adversidades que a operação enfrentaria e com um treinamento de guerra exemplar das alas militares dos grupos palestinos. Isso pode ser observado em um comunicado divulgado alguns dias depois da operação, em 12 de outubro de 2023, em que o porta-voz da ala militar do Hamas, Abu Ubaida, afirma que os líderes do grupo propuseram a ação pela primeira vez cerca de dois anos antes, em 2021.

A preparação do plano até a execução da operação envolveu uma minuciosa investi-

gação das táticas de combate e estratégias de guerra das Forças de Defesa de Israel (IDF), análise terrestre do local, recolhimento de armamento e treinamento militar. O plano era enviar 3 mil militantes para a operação em campo e manter outros 1,5 mil combatentes como suporte. Corroborando o nível de detalhamento e preparação da liderança militar palestina, a Sala de Operações Conjuntas Palestinas publicou conteúdos diversos mostrando o treinamento de táticas de guerra em exercícios que se assemelhavam com os métodos utilizados pelos grupos armados palestinos nos ataques de 7 de outubro, incluindo simulação de invasão e tomada de reféns.

De acordo com fontes da mídia, como o New York Times ([THE NEW YORK TIMES, 2023](#)), as forças israelenses obtiveram conhecimento da operação com antecedência de mais de um ano até o ataque de 7 de outubro, justificando o reconhecimento que Israel goza em dispor de um serviço invejável de monitoramento de ações terroristas e prevenção contra ataques inesperados. O plano detalhado haveria sido descoberto e apresentado pelo Comandante de Israel da Divisão de Gaza ao comando central em julho de 2022. No entanto, as lideranças das IDF acreditavam que a implementação da operação estava além das capacidades do Hamas. Além disso, em 1º de outubro de 2023, as forças israelenses receberam mais um sinal do desastre que estava por vir, em que uma avaliação revelou um aumento acentuado nos exercícios da ala militar do Hamas, mas que também não foi considerado como ameaçador.

Essa sequência de equívocos, ignorando os sinais de grupos especializados no monitoramento de adversários locais, com análises apuradas do aparelhamento dos diversos braços paramilitares palestinos, demonstra a prepotência das instituições israelenses. A tomada de decisão de desacreditar o potencial bélico e operacional das organizações armadas palestinas culminou em uma inabilidade do Estado de Israel em proteger seus cidadãos ou até mesmo apresentar uma resposta adequadamente ágil às agressões dentro de seu próprio território.

### 5.1.9 Lentidão das Forças de Defesa de Israel (IDF)

As Forças de Defesa de Israel (IDF) tiveram uma ação de resposta aos ataques de maneira lenta e desorganizada, com um contingente terrestre reduzido que começou a chegar ainda durante a manhã, mas somente horas após os primeiros indícios de invasão, que teve início às 6h29, mostrando-se assim insuficiente e ineficaz. A falta de uma coordenação adequada de comando prejudicou a agilidade e a capacidade de efetividade para uma contraofensiva. A demora deixou muitos civis à própria sorte, que tentaram resistir, mas foram veementemente massacrados.

Em diversos kibbutzim, equipes locais de segurança de rápida implementação foram as primeiras a reagir contra os integrantes do Hamas, mesmo mediante a falta de preparo militar adequado e do armamento escasso em mãos. Compostos por moradores, esses grupos, cuja função estava baseada em proteger a comunidade diante de ameaças iniciais, tentaram impor alguma resistência para defender os cidadãos dos bairros e vilarejos da região, sem qualquer apoio

imediatamente das forças israelenses, que apenas chegariam horas depois. Infelizmente, o retardo do socorro custou inúmeras vidas, além de cenas tenebrosas de tortura e crueldade.

No Festival Nova, a polícia e os seguranças do local — que foram a princípio designados exclusivamente para organizar o evento — foram quem conduziram grande parte do embate contra os militantes, além de instruírem os civis que frequentavam o festival em onde procurar abrigo e maneiras de escapar dos homens do Hamas. Apenas posteriormente, no início da tarde, que as forças israelenses chegaram até o local em maior número para dar o devido suporte, atraso que também foi fatal para a maioria das pessoas.

Aparentemente, as Forças de Defesa de Israel não compreenderam a dimensão do que estava ocorrendo, além de por prepotência não estarem preparadas para lidar com um ataque de tal magnitude. De modo que, as forças armadas ficaram sobrecarregadas com o grande número de chamados de socorro em diversos locais, que estavam sobre ataque simultaneamente, em bases militares, kibbutzim, vilas e cidades. Além disso, a comunicação foi falha, não houve uma interação adequada entre as tropas que estavam atuando nos locais atacados e o comando central das forças israelenses, dificultando uma resposta tática organizada e eficaz, principalmente devido ao colapso que a destruição dos equipamentos do sistema de vigilância impuseram no início do ataque.

Outro fator que atrapalhou a ação das IDF e gerou confusão foi a dificuldade em identificar todos os militantes ou adversários durante o combate pelo fato de alguns estarem em roupas civis e andando livremente pelos kibbutzim.

A Comissão teve acesso a um caso que exemplifica perfeitamente como a falta de comando e respeito à hierarquia militar, aliada à insuficiência de suporte tático e bélico para responder a imprevisibilidade da operação do Hamas, causou um caos nas Forças de Defesa de Israel. Através de imagens e arquivos de conversas entre pilotos de helicópteros da polícia e a Força Aérea Israelense, nota-se um desentendimento em que agentes policiais ignoram as instruções de não irem até os locais de batalhas sem o acompanhamento de um helicóptero da Força Aérea como forma de defesa. O piloto do helicóptero da polícia diz: “Roger. Às vezes temos que correr riscos. Sabemos que há um incidente de uma força em perigo em Sderot. A ideia é lhes dar olhos, para entender quem está contra quem. Para construir uma imagem lá.” O policial insiste: “ficaremos felizes em implantar por 15 minutos, para dar uma foto deles, há um massacre lá, amigos”. A Força Aérea reafirmou as restrições, temendo que os militantes atirassem contra os helicópteros desarmados da polícia com mísseis antiaéreos. Mesmo sem autorização e ignorando o comando, o piloto foi até Sderot, pairou sobre a delegacia e forneceu informações às forças policiais que estavam em combate no local, por fim solicitando assistência de helicópteros da Força Aérea Israelense com urgência.

A ajuda militar do governo de Israel chegou apenas quase quatro horas após o início da “Operação Dilúvio de Al-Aqsa”, por volta de 10h30 da manhã. Logo em seguida, cerca de 10h50, Israel realizou ataques em Gaza pela primeira vez. No dia 7 de outubro, o primeiro-

ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse que o país estava em guerra, declaração que foi oficializada no dia seguinte. Assim, pouco mais de um ano após a Rússia invadir a Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, eclodiu a segunda guerra de grandes proporções com eco em várias partes do planeta.

A situação foi relativamente contornada três dias após os ataques, com as Forças de Defesa de Israel (IDF) assegurando que a ameaça — do Hamas e de qualquer outro grupo armado palestino em território israelense — fora totalmente suprimida no dia 10 de outubro. Os números de vítimas fatais e demais feridos variam de acordo com a instituição ou órgão especializado. Contudo, o consenso é que a ofensiva do dia 7 de outubro vitimou em torno de 1,2 mil pessoas, deflagrando um conflito na Faixa de Gaza que gerou desdobramentos no Líbano, Síria, Iêmen, Irã, Iraque e em outras regiões como a Cisjordânia.

#### 5.1.10 Diretiva Hannibal

A Diretiva Hannibal é um procedimento de guerra controverso utilizado pelas Forças de Defesa de Israel (IDF), que tem como estratégia impedir a captura de soldados israelenses por forças inimigas. Para isso, há uma autorização oficial militar que permite o uso de força máxima necessária mesmo com riscos de ferir ou matar os próprios soldados. Inicialmente desenvolvida para ser aplicada apenas em casos extremos, quando os reféns ou sequestros são de agentes militares, há suspeitas de que a Diretiva Hannibal também tenha sido aplicada envolvendo civis israelenses durante as ocorrências da operação comandada pelo Hamas.

Mediante a desorganização e inabilidade da reação israelense aos ataques de 7 de outubro, existem fortes indícios de que a Diretiva Hannibal foi autorizada e aplicada em várias ações durante os embates. De forma que, os israelenses que estavam em situação de reféns teriam sido mortos ou gravemente feridos na tentativa das forças israelenses de impedir que os membros dos grupos extremistas palestinos completassem sua missão de sequestro.

Após o ataque, o renomado jornal israelense Haaretz publicou um relatório que afirmava como o comando sul das Forças de Defesa de Israel (IDF) identificou 77 destroços de carros que foram destruídos em decorrência de disparos por tanques, helicópteros e drones israelenses. Um segundo relatório investigativo apontou que quando as IDF tomaram conhecimento da ação de sequestro em massa, por volta de meio-dia, a Diretriz Hannibal foi emitida orientando para que todos os veículos que estivessem indo em direção a Gaza fossem atacados.

A Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel analisou a declaração de um motorista de tanque das IDF em um vídeo em que ele confirma que pelo menos uma equipe de tanques aplicou conscientemente a Diretiva Hannibal em 7 de outubro de 2023. Esse mesmo motorista disse que sua equipe atingiu dois veículos Toyota tanto com homens do Hamas quanto cidadãos israelenses.

Em um caso ocorrido no kibbutz Be’eri, um sobrevivente afirmou em uma entrevista posterior à mídia que, enquanto era mantido como refém em uma casa, o brigadeiro-general Barak Hiram ordenou que tanques disparassem contra a residência, “mesmo ao custo de vítimas civis”.

Em outro episódio marcante, um morador do kibbutz Nir Oz foi capturado e levado rumo a Gaza, empoleirado na carroceria de um trator. Quando estava a cerca de 150 metros antes de cruzar a fronteira, por volta de 11h30, ele ouviu disparos e o som de um helicóptero cortando o céu, em seguida notou que havia sido atingido e estava sangrando.

### 5.1.11 Os Horrores da Violência e da Tortura

Investigações comandadas pela Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel encontraram evidências significativas de que membros dos grupos armados palestinos torturaram e maltrataram gravemente as vítimas do 7 de Outubro.

A Comissão averiguou imagens, vídeos e informações colhidas em depoimentos de vítimas e testemunhas. Além de avaliações de socorristas sobre o status dos corpos encontrados, os quais foram levados para um centro de triagem e identificação especializado que foi montado próximo aos locais atacados, chamado Camp Shura. Ao fim, concluiu-se que os atos de tortura e maus-tratos foram generalizados, embora em muitos casos não fosse possível identificar se ocorreram antes ou depois da morte das vítimas.

Encontraram-se evidências de que algumas pessoas foram brutalmente submetidas a decapitação ou a tentativa do ato. Dentro desse objeto, a Comissão analisou materiais digitais divulgados pelo Hamas e pela PIJ e encontrou evidências indicando que pelo menos três soldados israelenses foram decapitados em bases militares no 7 de outubro. Em um vídeo publicado nas redes sociais há dois homens mascarados, com emblemas da Jihad Islâmica Palestina (PIJ), segurando a cabeça decepada de um homem.

Um outro vídeo revela um caso de tortura e violência extrema, no qual dois agressores, vestidos com roupas civis e falando em árabe, abusam fisicamente de uma vítima deitada no chão, de olhos fechados, mas ainda visivelmente viva. A vítima é um cidadão tailandês que residia e trabalhava em Niz Oz. Sua camisa e seu braço direito estão cobertos de sangue, possivelmente devido a um ferimento abdominal. A cena se desenrola com brutalidade crescente e agonizante, um dos agressores profere facadas no ombro esquerdo da vítima e o outro chuta a cabeça, enquanto ela tenta se proteger. Em seguida, um dos algozes pega uma enxada de jardim e golpeia o pescoço da vítima. Alguns segundos depois, o segundo agressor toma a enxada e atinge repetidamente o pescoço, o corpo e o braço direito da vítima. Durante o ataque, um dos perpetradores pede repetidamente a faca e grita “Deus é grande”.

A Comissão analisou imagens de uma tomografia computadorizada que mostrou restos

carbonizados de uma medula espinhal de uma criança e outra de um adulto que foram amarradas por um fio de ferro e queimadas. Um patologista forense confirmou restos humanos misturados com elementos metálicos, além de múltiplas fraturas nos ossos.

Em uma segunda imagem de um homem israelense foi constatado sinais de maus-tratos antes da morte com traumas contundentes e marcas de queimaduras na testa, nariz e ombro esquerdo, indicando o uso de um objeto oval quente contra a pele da vítima.

Ainda em outubro de 2023, patologistas forenses do Centro Nacional de Medicina Legal de Israel divulgaram três fotos dos corpos de vítimas, declarando que haviam sido decapitados e queimados, impossibilitando o reconhecimento. A tortura e os assassinatos ocorreram aos montes. Em 6 de novembro, o chefe do Centro, o Dr. Chen Kugel, em entrevista ao The Media Line, compartilhou detalhes das autópsias: “A proporção de corpos carbonizados é alta [...] Muitos apresentam ferimentos de bala nas mãos, indicando que em defesa colocaram as mãos no rosto. Muitos foram queimados vivos em suas casas [...] Sabemos disso porque há fuligem em suas traquéias, suas gargantas — o que significa que ainda estavam respirando quando foram incendiados”.

A brutalidade foi imensurável, segundo um socorrista que trabalhou no centro de identificação das vítimas do 7 de outubro, havia containers com “corpos especiais”, que continham crianças com partes decepadas. A Comissão teve acesso a fotos de uma menina de 12 anos que foi baleada na cabeça e depois decapitada. Pessoas foram queimadas ao ponto de ser impossível o reconhecimento. Corpos de mulheres foram encontrados em vários locais total ou parcialmente queimados. A violência dos perpetradores não teve qualquer misericórdia com ninguém, não houve distinção se eram civis ou militares, homens, mulheres ou crianças, se representavam algum risco ou estavam rendidas.

### 5.1.12 Violência Baseada em Gênero

Os incidentes ocorridos durante o ataque de 7 de outubro de 2023 apresentaram inúmeros casos de violência baseada em gênero, evidenciando abuso de poder por parte dos agressores masculinos. Há indícios de um tipo de violência direcionada especificamente sobre os corpos de vítimas mulheres, usurpando seu direito fundamental sobre o próprio corpo. Esses atos, cometidos exclusivamente pelo fato de serem mulheres, caracterizam uma grave forma de violência de gênero e um desrespeito aos princípios do direito internacional.

Diversas evidências de violência sexual foram coletas em múltiplos locais durante o ataque, com testemunhos detalhando os horrores presenciados. Os relatos descreveram corpos despídos, alguns com genitais expostos e indícios de abuso. Marcas nos pulsos e tornozelos sugerem que as vítimas foram amarradas, enquanto a posição do corpo — com as pernas abertas ou curvadas — indicavam sinais de luta e agressão. Além disso, muitas vítimas apresentavam ferimentos de facadas, queimaduras, lacerações e escoriações. A recorrência desses relatos, ali-

ada à consistência das evidências de fotos e vídeos, reforça um padrão sistemático de violência.

A violência de gênero contra as mulheres resultou em muitos corpos que foram encontrados total ou parcialmente queimados, em alguns casos com indícios de que gasolina teria sido usada para incendiar os órgãos genitais. Essa ação direcionada foi registrada em um vídeo, no qual o corpo de uma mulher é incendiado da cintura para baixo.

Em um relato, uma testemunha afirmou ter recebido o corpo de uma menina de cerca de 13 anos que estava nua, com sinais de violência no estômago, além das pernas quebradas, confirmando que até mesmo adolescentes e crianças sofreram.

Em Kfar Aza, corpos de duas mulheres foram encontrados em um safe room. Uma aparentava ter seus vinte e poucos anos e expunha ferimentos fatais na cabeça decorrente de tiros, estava deitada de bruços em uma cama, nua da cintura para baixo, com os joelhos no chão e a parte superior do corpo curvada sobre o colchão. A imagem era de uma violência extrema, com muito sangue ao redor do seu corpo e sinais claros de luta.

Uma gravação de câmeras de segurança registrou às 11h uma mulher sendo sequestrada por oito homens em Kfar Aza, com dois deles vestindo uniforme militar e os outros seis em trajes civis. Os homens arrastam a mulher contra sua vontade enquanto ela luta para se libertar, mesmo com um agressor tentando amarrar um lençol branco em seu corpo. Ao cair no chão, um dos que estavam de uniforme militar deu um tapa em sua cara. Após dois meses mantida em cativeiro, foi libertada e contou que foi espancada quando tentou resistir ao sequestro e que seus pés e mãos foram amarrados por aquele lençol branco, descrevendo a sensação de que foi tratada como um objeto.

Em outra gravação de câmera de rua, um militante do Hamas, vestindo uma faixa verde característica do grupo e armado com uma AK-47, inicia disparos indiscriminadamente por cima da cabeça de uma mulher que está de joelhos aos seus pés. Ela está em posição de submissão, claramente rendida, mesmo assim o membro do Hamas executa a mulher atirando à queima-roupa.

Em incontáveis imagens da internet, há registros de mulheres que foram mortas nos kibutzim e cujos corpos foram exibidos online enquanto agressores do sexo masculino são vistos tirando selfies junto a esses corpos. Em um dos casos, o perpetrador pisa na cabeça da vítima enquanto grita “Deus é grande”. Em outra publicação, dois homens em vestimentas militares são gravados, um está de pé sobre o rosto da vítima enquanto o outro dispara nove vezes também gritando “Deus é grande”.

Em Gaza, o corpo mutilado de uma mulher civil na casa dos vinte anos foi utilizado como troféu ao ser exposto na traseira de um caminhão, em uma espécie de desfile em carro aberto, enquanto uma multidão animada saudava e cuspiam na mulher sem vida. No vídeo, três homens vestindo uniformes verde-oliva estão junto ao corpo, com um segurando a mulher pelos cabelos em um gesto de triunfo exibicionista cruel, enquanto os outros estão com armas



nas mãos. A mulher está quase sem roupa, com o seio direito exposto. De acordo com um patologista forense, o corpo apresentava sinais de lesões no couro cabeludo na parte de trás da cabeça e fraturas nas pernas e no braço direito, provavelmente infligidas após a morte. De acordo com as investigações, essa mulher foi morta no Festival Nova e seu corpo foi levado para Gaza.

Em um vídeo publicado na internet por membros dos grupos armados uma outra mulher é humilhada enquanto é sequestrada do Festival Nova para Gaza, com os agressores a insultando se referindo a ela como uma cadela judia. Mantida em cativeiro por mais de 50 dias, após ser libertada, descreveu a objetificação com que foi tratada: “Eu era um troféu. Eles trouxeram pessoas de fora para que pudessem olhar para mim”. No posto avançado de Nahal Oz, várias soldados mulheres sofreram violência sexual e de gênero. Em um vídeo, há mulheres alinhadas na parede com as mãos amarradas para trás das costas e com ferimentos no rosto, braços, joelhos, tornozelos, pés e/ou mãos, enquanto homens as ameaçam e insultam, mas também em um ato psicologicamente perturbador de poder um deles diz: “Você é linda”.

Esses atos de agressão expostos em redes sociais ou outros veículos na internet, além de casos nas ruas de Gaza, representam um evidente traço de violência de gênero. A forma em que os corpos de mulheres são usados como troféus de vitória e elementos de propaganda, com homens exibindo as vítimas sem vida em vídeos e fotos violam a dignidade pessoal, com um tratamento humilhante e degradante, sem qualquer respeito pela vida humana. Em investigações realizadas pela Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel foi constatado um padrão de violência sexual nos ataques de 7 de outubro.

A Comissão teve acesso a relatórios que afirmavam como civis israelenses haviam sido submetidas a estupro em vários locais. Contudo, após analisar testemunhos obtidos por jornalistas e pela polícia local, não foi capaz de verificar os casos de forma independente devido à falta de acesso às vítimas, testemunhas e locais de crime por conta da obstrução de suas investigações pelas autoridades israelenses. Foi impedido o acesso aos testemunhos originais e também aos relatos de tortura sexual e mutilação genital. Além disso, a Comissão considerou algumas alegações falsas, imprecisas ou contraditórias. Relatórios obtidos pela Comissão indicavam que foram encontrados documentos junto de militantes presos ou mortos, contendo supostas instruções para despir civis e/ou cometer estupro e outras formas de violência sexual durante o ataque. Entretanto, não foi possível ter acesso às cópias originais destes documentos para verificar a autenticidade da informação.

Entre janeiro e fevereiro de 2024, uma missão especial enviada para Israel analisou a situação, com a Representante Especial da Secretaria-Geral sobre Violência Sexual em Conflito (SRSG-SVC), Pramila Patten, afirmando que encontrou motivos razoáveis para acreditar que a violência sexual relacionada ao conflito ocorreu em vários locais, inclusive na forma de estupro e estupro coletivo. A missão também coletou informações circunstanciais confiáveis indicando

mutilação genital, tortura sexual ou tratamento cruel, desumano e degradante.

Embora haja uma grande complexidade em analisar os diversos fatores e casos específicos de um tipo ou outro de violência cometidas pelos membros dos grupos paramilitares palestinos, o fato é que a barbárie tomou conta do cenário, com episódios inimagináveis de violência que não devem ser negados ou relativizados. A confirmação de um mero detalhe ou outro não deslegitima a constatação efetiva de que ocorreu uma ação sistemática de violência de gênero nos ataques de 7 de outubro de 2023.

A maioria dos casos de violência de gênero envolveram mulheres, mas não foram os únicos, tendo em vista que é classificada como um tipo de agressão física ou psicológica exercida contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas com base no sexo ou gênero, de forma ofensiva a identidade. Tendo isso em vista, há um depoimento em que uma testemunha descreve o corpo de um homem com sinais de estupro, em que a vítima foi encontrada com as calças abaixadas, a cueca rasgada e uma arma inserida no ânus. O relato apresenta um caráter explícito de poder sobre o corpo através de uma agressão sexual, com um simbolismo complexo de dominação e humilhação, caracterizando um exemplo de violência de gênero.

### 5.1.13 O Efeito Devastador da Violência em Crianças

A infância é naturalmente um período no qual existe uma grande vulnerabilidade envolvida, exigindo cuidados e proteção dos adultos. Nesse sentido, durante os ataques de 7 de outubro as crianças e adolescentes sofreram de uma forma completamente singular tanto no dia das agressões quanto posteriormente.

Em um caso, dois membros da família Bachar foram mortos no kibbutz Be'eri, a mãe, Dana Bachar, e seu filho de 15 anos, Carmel Bachar. O pai e a filha de 13 anos sobreviveram. De acordo com o depoimento do pai, a família estava no safe room da casa quando os militantes entraram e começaram a atirar contra o cofre, enquanto pai e filho seguravam a porta trancados por dentro. O pai disse várias vezes: “São todas crianças aqui — vão embora.” Em certo momento tiros perfuraram a porta e com isso as mãos do menino Carmel de 15 anos foram arrancadas, que morreu por perda de sangue não muito depois. Em suas últimas palavras disse ao pai que queria ser enterrado com sua prancha de surf. Após a morte de Carmel, o pai disse à filha de 13 anos: “Deixe-o agora, nós nos concentraremos em quem está vivo.” A mãe também foi atingida por tiros e acabou falecendo. Posteriormente, pai e filha foram resgatados e levados até um hospital, onde uma das pernas do pai foi amputada por conta dos ferimentos de tiros.

Em outro incidente, no kibbutz Holit, dois irmãos, um de 4 anos e outro de 4 meses, testemunharam o assassinato de sua mãe, Adi Kaplon Vital. O marido de Adi sobreviveu e contou que não estava em casa no momento do ataque, mas recebeu uma ligação de sua esposa pedindo que ele a ensinasse a usar o rifle M16 que estava trancado no cofre. Adi teria conseguido matar um invasor, mas foi assassinada logo depois. Após a morte da mãe Adi, um homem

usando uma faixa verde das Brigadas al-Qassam do Hamas, foi filmado segurando as crianças nos braços e dizendo: “olhe para a misericórdia em nossos corações. Aqui estão as crianças, nós não as matamos.” O vídeo foi postado no canal oficial da ala militar do Hamas no Telegram. Posteriormente, as crianças foram carregadas até a fronteira com Gaza e libertadas junto com uma vizinha da família que as trouxe em segurança de volta a Israel.

Os vídeos postados por membros do Hamas afirmando que crianças foram poupadas, como exposto acima, representam uma evidente ação apelativa e cruel de propaganda, utilizando-as para de alguma forma tentar minimizar os diversos crimes cometidos, buscando sensibilizar críticos e apoiadores. Entretanto, é evidente que crianças e adolescentes não foram respeitados e considerados durante as ações, vide exemplo da família Bachar em que um menino de 15 anos foi morto e sua irmã de 13 anos sofreu danos psicológicos incalculáveis ao presenciar cenas brutais contra a própria família.

Após o ataque, às crianças sobreviventes foram movidas de suas casas e vilas, que estavam completamente destruídas em meio a um cenário de terror e medo, sendo realocadas em moradias temporárias, onde passaram a viver por muitos meses longe de suas comunidades, escolas, amigos e familiares, que compõem um sistema de suporte e proteção tão vital nesse momento da vida.

Os conflitos atuais estão presentes na era do advento tecnológico em que o mundo está completamente interligado pelas redes sociais. Sabendo disso, os membros do Hamas e de outras milícias palestinas utilizam a internet como uma ferramenta de propaganda ao terror, publicando material contendo os horrores cometidos durante os ataques. Infelizmente, crianças e adolescentes estão expostos a esses tipos de vídeos e imagens disponíveis online sem uma restrição efetiva por parte das plataformas, que não controlam adequadamente a violência que circula nas mais diversas páginas e perfis.

O choque que as crianças e adolescentes — sejam sobreviventes ou apenas moradores de Israel — sofrem ao serem expostas a esse tipo de conteúdo podem provocar prejuízos psicológicos severos e irreversíveis. Em 9 de novembro de 2023, o Departamento Israelense para a Proteção de Crianças na Internet, um braço do Departamento de Segurança Nacional, emitiu uma declaração pedindo que as famílias restringissem o acesso de crianças à internet e forneceu orientações sobre como dialogar com as que tiveram contato com as imagens de violência.

Em relação aos traumas psicológicos, o Dr. Yuval Sa’ar-Himan, do Departamento de Serviço Social da Universidade Ben Gurion, comentou a gravidade da situação para as crianças sobreviventes: “Há um horror aqui como nenhum outro. Em Otef Aza, todos estavam desamparados. As crianças sentiram que seus pais eram incapazes de protegê-las. É um trauma único em sua intensidade”. Em dezembro de 2023, uma pesquisa da Goshen Association corroborou as falas do Dr. Sa’ar-Himan, apontando que 83% de todas as crianças em Israel e 93% das que foram deslocadas de suas casas estavam passando por sofrimento mental após o 7 de outubro.

O fato é que crianças e adolescentes foram mortos durante os ataques às comunidades, lares e famílias. Os membros dos grupos paramilitares palestinos realizaram a operação com pleno conhecimento de que crianças estariam presentes e seriam mortas e feridas, física e psicologicamente. Embora os militantes do Hamas insistam na tese de que não cometeram atos de violência contra crianças, gravando vídeos afirmando que foram “poupadas”, a realidade é que foram instrumentalizadas na construção de uma narrativa que tenta obter ganhos políticos.

Proporcionalmente menos crianças foram mortas em comparação com outras faixas etárias, representando cerca de 5% dos civis que perderam a vida. Entretanto, esse dado não retira o impacto de que muitas foram assassinadas a sangue frio, além de outras tantas que foram retiradas da proteção e dos cuidados de seus pais, sendo expostas a condições de alta vulnerabilidade, com pouca capacidade de compreender a complexidade da violência que estavam vivendo.

De acordo com fontes locais, 40 crianças israelenses foram mortas, incluindo 23 meninos e 15 meninas, além de centenas que ficaram feridas. A faixa etária variava: três com menos de 3 anos; quatro entre 3 e 6 anos; dez entre 6 e 14 anos e vinte e uma entre 14 e 18 anos. Foram 36 crianças, com 14 meninos e 22 meninas, sequestradas para Gaza, sendo 10 que foram levadas sozinhas sem pais ou membros da família. Ao todo, 20 crianças perderam pai ou mãe e outras 96 ambos os progenitores.

#### 5.1.14 O Impacto do Ataque em Idosos

Em meio a cenários de violência, a velhice apresenta certo grau de comparação com a infância quanto ao contexto de vulnerabilidade, considerando que muitos idosos necessitam de algum suporte de outros adultos, como filhos e filhas, além de cuidados médicos. O ciclo da vida é absoluto, o tempo passa e a saúde e o vigor físico começam a cobrar seu preço. Contudo, a experiência e a vivência da idade avançada trazem uma visão única de entendimento de certas nuances que na infância ainda não foram formadas, de modo que idosos sofrem também por compreenderem os acontecimentos violentos dos ataques dos grupos paramilitares palestinos.

Essa condição especial da velhice impôs um contexto específico para os idosos durante os ataques de 7 de outubro, de forma que as agressões desencadearam um efeito cascata na saúde mental e física dos sobreviventes de mais idade. As perspectivas para os idosos após o ataque eram extremamente agonizantes, carregando um caráter de sofrimento psicológico geral.

Em fevereiro de 2024, famílias dos kibbutzim Nir Oz, Nirim, Nir Yitzhak e Magen compartilharam com um site de notícias israelense histórias de parentes idosos que morreram logo após o ataque, incapazes de lidar com a destruição de suas comunidades e seu deslocamento forçado, lamentando por familiares e amigos que perderam a vida e manifestando sinais de traumas profundos.

Estima-se que pelo menos 130 idosos foram mortos durante os acontecimentos do ata-

que de 7 de outubro de 2023 em Israel. Não é possível estimar quantos morreram posteriormente em decorrência desse quadro de dor e sofrimento psicológico e físico.

#### 5.1.15 Civis Estrangeiros

O Hamas não demonstrou qualquer cuidado com a identidade das vítimas nos ataques de 7 de outubro, que atingiram majoritariamente civis desarmados, muitos deles já rendidos ou mantidos como reféns. Os grupos paramilitares também ignoraram o fato de que havia estrangeiros vivendo nas regiões atacadas. Dessa forma, várias vítimas de outras nacionalidades foram violentadas, torturadas e mortas, mesmo após clamarem por suas próprias vidas e afirmarem que não eram israelenses.

No kibbutz Alumim, por exemplo, 19 cidadãos tailandeses e nepaleses foram assassinados por militantes, entre os 41 trabalhadores estrangeiros e estudantes de intercâmbio agrícola residentes no local. Ao todo, pelo menos 68 estrangeiros foram mortos durante os ataques em diferentes localidades.

#### 5.1.16 A Narrativa do Hamas

Após os acontecimentos de 7 de outubro, iniciou-se uma guerra de narrativas com acusações entre as lideranças do Hamas junto de outros grupos paramilitares palestinos contra o Estado de Israel. Em 9 de outubro, a Associated Press publicou uma entrevista com Ali Barakeh, um dos líderes políticos sênior do Hamas, na qual afirmava que a operação fora planejada exclusivamente pelo núcleo duro de altos comandantes militares do grupo sediado em Gaza. Ademais, Barakeh destacou que tanto o governo quanto os agentes militares do Irã, assim como o Hezbollah — milícia libanesa xiita aliada ao Hamas — não tiveram qualquer participação ou conhecimento prévio sobre o plano. Entretanto, Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, acusa o Irã e outros aliados do Hamas de envolvimento, ao garantir suporte e até investimento na operação.

O Hamas buscou se apropriar de uma narrativa específica quanto aos civis que foram vítimas dos ataques. Em 9 de outubro, o chefe de Relações Políticas Internacionais do Hamas, Dr. Basem Naim, afirmou à Sky News que nenhum civil havia sido morto pela simples leitura de que “os colonos israelenses não podem ser considerados civis”. Perante essa interpretação própria, o porta-voz oficial da Jihad Islâmica Palestina (PIJ), Musab al-Breem, endossou o discurso à Norwegian Broadcasting Corporation ao dizer que “não existem civis na sociedade israelense”.

Evidentemente, há uma distorção completa por parte dos grupos paramilitares palestinos do que deve ser considerado um civil, bem distante das definições usuais contidas no Direito Internacional Humanitário (DIH). De acordo com o Glossário de Direito Internacional Humanitário (DIH) para profissionais da Mídia ([Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2019](#)),

elaborado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), e que tem base na Convenção de Genebra de 1949: “Um civil é, em um conflito armado internacional, qualquer pessoa que não faça parte das forças armadas de um Estado e não participe de um levantamento em massa. No caso de dúvida se a pessoa for ou não um civil, ela deverá ser considerada como tal. Esta categoria abrange, em um conflito armado não internacional, todas as pessoas que não sejam membros das forças armadas estatais nem membros de um grupo armado organizado.”

Em paralelo ao discurso de classificação de civis, líderes dos grupos armados palestinos tentam minimizar sua culpa ao afirmar que, caso haja civis alvejados ou feridos, foi resultado de ações tomadas por civis palestinos que atravessaram a fronteira com Gaza ou por uma infelicidade accidental dos militantes. Nessa linha de pensamento, o vice-presidente do Conselho Político do Hamas, Saleh Al-Arouri, disse em entrevista à Al Jazeera em 12 de outubro, que as Brigadas al-Qassam foram instruídas a atacar somente soldados e que civis de Gaza eram os verdadeiros responsáveis pela morte dos civis israelenses: “O Hamas não pode ferir civis ou prisioneiros, e nós atuamos de acordo com as leis internacionais de guerra. Quando a divisão israelense de Gaza colapsou, civis de Gaza ultrapassaram a fronteira e entraram em confronto com os colonos e os civis caíram.”

Um mês após o ataque, em uma entrevista à BBC em 7 de novembro de 2023, outro membro político sênior do Hamas, Moussa Abu Marzouk, recusou-se a reconhecer que o grupo matou civis israelenses, alegando que “mulheres, crianças e civis estiveram isentos” das agressões. Reafirmando a versão de inocência dos militantes palestinos, Marzouk comentou as ordens do líder das Brigadas al-Qassam, Mohammed Deif, aos seus subordinados: “El-Deif disse claramente a seus combatentes ‘não matem uma mulher, não matem uma criança, não matem um velho’”.

Após a crise política, militar e humanitária que os ataques de 7 de outubro desencadeou, com diversos líderes mundiais opinando sobre a situação em Gaza e as ações dos grupos paramilitares palestinos assim como a do próprio Estado de Israel, o Hamas decidiu expor sua versão dos fatos. Em 21 de janeiro de 2024, o Escritório de Mídia do Hamas divulgou um documento detalhado de 18 páginas intitulado “Nossa Narrativa. . . Operação Al-Aqsa Flood”, descrevendo seu olhar sobre os eventos que se desenrolaram durante e após o 7 de outubro de 2023.

Segundo esse documento, as Brigadas al Qassam tinham como objetivo determinado apenas o embate contra soldados israelenses e civis armados que representassem alguma ameaça, ressaltando que qualquer infortúnio causado a não combatentes foi de caráter accidental. Nesse sentido, a publicação do Hamas apresentou quais foram as diretrizes estabelecidas durante o plano e como o ataque foi executado: “Evitar danos a civis, especialmente crianças, mulheres e idosos é um compromisso religioso e moral de todos os combatentes das Brigadas Al-Qassam. Reiteramos que a resistência palestina foi totalmente disciplinada e comprometida com os valores islâmicos durante a operação e que os combatentes palestinos tinham como alvo apenas os soldados que ocupavam o local e aqueles que portavam armas contra o nosso povo.

Enquanto isso, os combatentes palestinos estavam atentos para evitar ferir civis, apesar do fato de a resistência não possuir armas precisas. Além disso, se houve algum caso de ataque a civis; ocorreu acidentalmente e no decorrer do confronto com as forças de ocupação”.

O conteúdo das 18 páginas do mesmo documento ainda responsabilizou as Forças de Defesa de Israel (IDF) pelas fatalidades, acusando o próprio Estado israelense de ferir e matar seus civis durante os ataques: “Vídeos feitos naquele dia — 7 de outubro — junto com os testemunhos dos próprios israelenses que foram divulgados posteriormente mostraram que os combatentes das Brigadas Al-Qassam não tiveram os civis como alvo, e muitos israelenses foram mortos pelo exército e pela polícia israelense devido à sua confusão”.

Embora haja indícios de que o próprio Estado tenha ocasionalmente ferido ou matado civis israelenses que estavam sendo sequestrados em direção a Gaza, através da autorização da Diretiva Hannibal<sup>1</sup>, é inegável que os homens dos grupos paramilitares palestinos cometeram crimes de guerra contra a humanidade. A Comissão da ONU investigou diversos casos que comprovam a responsabilidade, com gravações de sistemas segurança e vigilância, além de imagens recuperadas das câmeras corporais dos militantes, que mostram membros das Brigadas Al-Qassam do Hamas e de outros grupos cometendo assassinatos deliberados de civis, assim como agressões, tortura e sequestro em muitos kibbutzim, na Rodovia 232 e no Festival Nova.

Em um dos vídeos de câmera corporal de um membro do Hamas, recuperado pela Comissão, há declarações explícitas indicando a intenção de atacar os civis como alvos. No vídeo, um grupo de militantes está dirigindo pela área residencial do kibbutz Sufa na manhã do ataque e ao reconhecerem a área um dos membros grita para os outros: “Assentamentos, irmãos. Carros, há pessoas lá. Eles parecem civis, é um assentamento. Vamos entrar. Colonos, irmãos, vamos, entrem.” No kibbutz Nahal Oz, filmagens mostram membros da Brigadas Al-Qassam coagindo civis israelenses, que já estão sob a condição de reféns, a responderem onde poderiam encontrar mais civis, ao ponto de utilizarem Tomer Arava, um garoto de 17 anos, como atrativo ou isca para tentar atrair outros civis a deixarem seus abrigos.

Após o ataque, as lideranças do Hamas passaram a construir um discurso que procurava legitimar os eventos do 7 de outubro. Em 1º de novembro de 2023, Ghazi Hamad, líder sênior do escritório político do Hamas, concedeu entrevista à LBC TV e expôs a linha de raciocínio do grupo: “Israel é um país que não tem lugar em nossa terra. Nós temos que remover esse país, por representar uma catástrofe de segurança militar e política para a nação árabe e islâmica, por isso deve ser eliminado. Não temos vergonha de dizer isso, com toda a força. Devemos ensinar uma lição a Israel, e faremos isso de novo e de novo. O Dilúvio de Al-Aqsa (operação) é apenas a primeira, haverá uma segunda, uma terceira, uma quarta, porque temos a determinação, a determinação e a capacidade de lutar. Teremos que pagar um preço? Sim, e estamos prontos

<sup>1</sup> Procedimento de guerra controverso utilizado pelas Forças de Defesa de Israel (IDF), desenvolvido para ser aplicado apenas em momentos extremos, permitindo o uso de força máxima para impedir a captura e o sequestro de agentes militares, aceitando os riscos quanto a vida dos próprios soldados. Suspeita-se que foi autorizado e aplicado em casos de sequestros de civis israelenses.

para isso. Somos chamados de nação de mártires e temos orgulho de sacrificar mártires.” Sob esse viés, Hamad destacou que os palestinos eram as únicas e verdadeiras vítimas, que estavam sofrendo há tempos com a ocupação israelense de suas terras — que seriam do povo palestino por direito segundo a autodeterminação dos povos —, de modo que o 7 de outubro estava sustentado por uma legitimidade: “A existência de Israel é ilógica. A existência de Israel é o que causa toda essa dor, sangue e lágrimas. É Israel, não nós. Somos as vítimas da ocupação. Portanto, ninguém deve nos culpar pelas coisas que fazemos. Em 7 de outubro, 10 vezes ou um milhão de vezes — tudo o que fazemos é justificado.”

Ainda que o Hamas tentasse de alguma forma descolar a imagem de ser um grupo extremista que perpetrou assassinatos e sequestros de civis, os fatos concretos e as negociações políticas impediam que essa narrativa se perpetuasse. Afinal, já em 8 de outubro, Mahmoud Mardawi, um dos líderes políticos do grupo, afirmou que os reféns israelenses: “serão usados como uma carta estratégica para conter a agressão da ocupação”. Em seguida, dia 29 de outubro, Yahya Sinwar, outro líder do Hamas, emitiu uma declaração sobre a soltura de reféns, afirmando que estavam abertos para um acordo que envolvesse a libertação de todos os prisioneiros palestinos nas prisões israelense em troca de todos os reféns israelenses mantidos em Gaza.

A respeito das acusações de violência sexual cometida pelos integrantes do Hamas contra mulheres israelenses, o documento “Nossa Narrativa... Operação Al Aqsa Flood” rejeitou qualquer caso e envolvimento. O escrito dizia que: “A sugestão de que os combatentes palestinos cometeram estupro contra mulheres israelenses foi totalmente negada, inclusive pelo Movimento Hamas”. A Comissão da ONU investigou diversos episódios de violência sexual, mas por conta de barreiras burocráticas não teve acesso a todas as informações e detalhes, assim como não foi possível o encontro e entrevista com nenhuma vítima. Assim mesmo, foi factível atestar que houve ataque deliberado e brutal a mulheres civis, incluindo assassinato, sequestro e abuso, bem como a profanação de corpos, violência sexual e outros crimes de gênero.

Por fim, a Comissão da ONU designada para investigar os episódios de violência, ocorridos em 7 de outubro de 2023, durante o ataque do Hamas junto a outros grupos extremistas armados aos kibbutzim, a Rodovia 232 e ao Festival Nova, concluiu que havia um padrão provavelmente pré-estabelecido. Os métodos de assassinato nos abrigos eram extremamente semelhantes: um grupo de militantes chegava até o local, cercava, atacava com granadas e em sequência atirava indiscriminadamente em direção ao abrigo e em qualquer pessoa que tentasse escapar. Portanto, a partir disso, entende-se que os militantes estavam seguindo planos táticos com instruções e procedimentos operacionais, definidos anteriormente por um comando central, que ordenou e destacou claramente que civis israelenses também eram alvos.



### 5.1.17 Identificação das Vítimas

Em um cenário de guerra como o exposto em 7 de outubro, no qual há um grande número de vítimas, com muitas mutiladas e brutalmente assassinadas, o processo de identificação é excepcionalmente complexo e demanda um enorme esforço por parte dos profissionais envolvidos, que devem apresentar a capacitação adequada perante os casos extremos de violência. Entretanto, a Comissão observou uma série de deficiências no momento de acessar as áreas de violência, com inadequado manejo dos corpos, incluindo ausência de coleta sistemática de evidências forenses.

Através de entrevistas, a Comissão verificou que todos os corpos foram levados para identificação em um único local, o Campo de Shura, perto de Ramleh, sendo posteriormente separados em Shura A e Shura B, por conta do grande volume de corpos que chegavam. Em face de tal panorama, com os dias correndo e a grande quantidade de vítimas aguardando pela identificação, críticas cresciam, com a sociedade se queixando ao julgar a velocidade do trabalho de identificação, com muitas famílias aguardando respostas e apenas recebendo informações de que seus entes queridos estavam “desaparecidos”.

O caos imposto pela dificuldade do trabalho minucioso de identificação, agregado à urgência que clamava a sociedade e as famílias das vítimas, resultou num processo cheio de problemáticas. Socorristas que trabalhavam em Shura enfatizaram que o foco esteve concentrado na identificação e nos ritos religiosos, com um sepultamento digno, mas não mencionaram a coleta de evidências forenses. Ademais, segundo um relatório de uma publicação de notícias israelenses, havia apenas um tomógrafo à disposição no Campo de Shura, equipamento essencial para investigação da causa da morte.

Por conta da necessidade de atendimento rápido, parte dos socorristas não eram capacitados para exercer a função a qual foram designados, como o caso de grupos de voluntários religiosos, a Unidade 360<sup>2</sup> unidade 360 é um grupo das IDF que atuava em exercícios militar e operações conforme necessário, mas que mediante a urgência auxiliou no trabalho de identificação e socorro as vítimas do 7 de outubro. e a ZAKA<sup>3</sup>, que atuaram naquele dia, acessando os locais imediatamente após a autorização das Forças de Defesa de Israel (IDF). Por não passarem pelo treinamento adequado ou estarem devidamente paramentadas para gerenciar cenas de crimes tão abrangentes e complexas, podem ter possivelmente contaminado, ou mesmo adulterado, as evidências.

---

<sup>2</sup> U

<sup>3</sup> A ZAKA é uma sigla em hebraico para "Identificação de Vítimas de Desastres", atuando como uma organização voluntária israelense composta majoritariamente por judeus ortodoxos. Especializada na identificação de corpos em desastres, atentados e outras tragédias, atuou em colaboração com as autoridades após o 7 de outubro, desempenhando um papel fundamental na recuperação dos corpos e restos mortais, incluindo fragmentos de corpos carbonizados e vestígios de sangue. Também teve grande importância na preparação dos corpos para o sepultamento, com a limpeza, corte de unhas e cabelos, assim como o envolver dos corpos em lençóis de linho branco, conforme manda as tradições judaicas, garantindo um enterro adequado e respeitoso.

### 5.1.18 Desrespeito ao Direito Internacional

A situação histórica de conflitos entre palestinos e judeus há tempos causa grande destruição por toda a região, com sofrimento para ambos os povos que habitam o local. Mesmo perante essa dinâmica de uma guerra quase constante, com momentos intercalados de paz, os atores envolvidos deveriam ter um compromisso com certas diretrizes reguladas pelo Direito Internacional, incluindo o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Em síntese, o Direito Internacional é um conjunto de normas jurídicas que regulam ações entre Estados e também organizações internacionais, ordenando resoluções de conflitos, o comércio internacional, a diplomacia, as fronteiras e outras soberanias, utilizando-se de convenções e tratados internacionais e demais decisões como a Carta das Nações Unidas de 1945.

Já o Direito Internacional Humanitário faz parte de um ramo do Direito Internacional, que foi elaborado especificamente para regular a condução de conflitos armados, visando proteger pessoas que não estão envolvidas nas hostilidades — como civis, feridos e prisioneiros de guerra —, limitando os meios e métodos de batalha. Em algumas interpretações, o Direito Internacional Humanitário também pode ser encontrado como o Direito da Guerra ou o Direito dos Conflitos Armados, por estabelecer regras que pretendem proteger as vítimas de guerra, minimizando o sofrimento humano. Sua aplicação procura regular a ação tanto de Estados quanto de organizações em um conflito ou momento de crise armada, como em casos que um governo utiliza de força desproporcional contra seu próprio povo em regimes ditatoriais. Seus preceitos são baseados em protocolos e princípios estabelecidos durante a Convenção de Genebra de 1949.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos é um conjunto de normas e procedimentos internacionais destinados a promover e garantir os direitos fundamentais e a liberdade de todo indivíduo, seja em tempos de paz ou de guerra. Sua finalidade é proteger a dignidade humana por meio de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, como o direito à vida, à liberdade de expressão, à educação e à saúde. A base fundamental do Direito Internacional dos Direitos Humanos foi desenhada por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que estabeleceu um padrão mínimo universalista e coletivo que permitisse uma vida digna.

Nesse sentido, o embate entre a ala militar do Hamas aliada a outros grupos armados palestino, por um lado, e o Estado de Israel, por outro, configura um conflito armado ao qual se aplica o Direito Internacional, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Em relação especificamente ao Direito Internacional Humanitário há três princípios fundamentais: distinção, precaução e proporcionalidade. A partir disso, a Comissão da ONU concluiu que durante o 7 de outubro não houve qualquer respeito ao princípio de distinção em

relação aos ataques contra a população civil, que sequer participou das hostilidades, mas foi alvo de violência incalculável. Intencionalmente, foguetes e morteiros foram lançados de Gaza para Israel visando civis, tendo em vista o grande volume e a natureza de imprecisão do armamento, não respeitando a norma do Direito Internacional Humanitário que proíbe o uso de armas que são, por natureza, indiscriminadas.

Além do evidente desrespeito por parte da milícia palestina, a Comissão também pontuou um caso no qual as Forças de Defesa de Israel (IDF) não cumpriram os princípios de distinção, precaução e proporcionalidade. No kibbutz de Be'eri, sob o comando do Brigadeiro General Barak Hiram, militares israelenses dispararam com um tanque contra uma casa com o pleno conhecimento de que havia civis israelenses reféns dentro, após disparos advindos da residência. Embora a intenção fosse responder aos tiros proferidos por membros da milícia palestina, a IDF não considerou ou preferiu ignorar os riscos que o revide acarretaria para os reféns, agindo de maneira desproporcional.

As normas do Direito Internacional Humanitário concedem uma proteção aos civis como um todo, mas há uma excepcionalidade no caso de mulheres, idosos e crianças. As mulheres devem ter tratamento especial devido aos riscos envolvendo violência sexual e de gênero, enquanto as crianças e idosos estão em uma situação de fragilidade, geralmente em maior risco por conta de tal condição. Esses preceitos, relacionados à condição especial de mulheres, idosos e crianças, não foram devidamente respeitados durante o 7 de outubro, com casos em que esses grupos foram alvos, sendo maltratados, sequestrados e mortos deliberadamente.

De acordo com essa dinâmica, é crucial o entendimento de um princípio fundamental do Direito Internacional, que compreende que uma ação ilegal de uma parte em um conflito armado não justifica a ação ilegal da outra parte. Com isso em vista, a ilegalidade da ocupação israelense do território palestino, incluindo Jerusalém Oriental e Gaza, que caracteriza uma obstrução por parte Israel, não abre margem legal para as ações perpetradas em 7 de outubro de 2023. Os palestinos têm o direito de se opor a essa ocupação ilegítima, mas ao fazê-lo, devem agir de acordo com o Direito Internacional, assim como o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Por fim, a ocupação israelense ilegítima não justifica as ações extremadas dos palestinos em resistência, assim como, as ações de violência dos palestinos que se opõem à ocupação não justificam uma resposta desproporcional do Estado de Israel.

### 5.1.19 Crimes de Guerra

Os inúmeros episódios de grave violação do Direito Internacional por parte do braço armado do Hamas, da Jihad Islâmica Palestina (PIJ) e de demais grupos palestinos apresentaram casos de humilhação, ultraje à dignidade pessoal, tratamento cruel, tortura, violência sexual e de gênero, e assassinato.

A Comissão da ONU formada para investigar os incidentes que ocorreram nos kibbutzim, na Rodovia 232 e no Festival Nova em 7 de outubro de 2023 concluiu que membros do Hamas e de outros grupos paramilitares palestinos possuíam completa consciência de que estavam atacando civis que não apresentavam qualquer relação ativa nos embates. Além disso, especificamente no posto militar de Nahal Oz, há episódios de crueldade e violência desproporcional contra soldados israelenses que estavam fora de combate.

Com base em fundamentos razoáveis, ao averiguar entrevistas, gravações de áudio e vídeo, além de aspectos periciais e forenses, a Comissão compreende que os ataques foram intencionalmente direcionados para ferir e matar civis e outras pessoas rendidas. Dessa forma, membros da ala militar do Hamas e de demais grupos armados cometeram efetivamente o crime de guerra que configura o direcionamento intencional de ataques contra civis que não participam diretamente de hostilidades.

Os integrantes da milícia palestina atiraram com o intuito de matar os residentes de kibbutzim, incluindo mulheres, crianças e idosos. Esse padrão foi identificado em diversos locais, como os kibbutzim de Be’eri, Nir Oz, Alumim, Mefalsim, Kfar Aza, além de Nahal Oz, Sderot, a praia de Zikim, o Festival Nova e a estrada 232. Diante dos fatos analisados, torna-se evidente a responsabilidade dos perpetradores pela prática do crime de guerra de homicídio.

Perante a mesma lógica, soldados israelenses mulheres, que estavam desarmadas e em roupas civis no momento do ataque, foram executadas com disparos de armas, no posto avançado de Nahal Oz, classificando o episódio como um crime de guerra de homicídio contra um soldado hors de combat — fora de combate em francês.

Nas mesmas circunstâncias, o Hamas e a Jihad Islâmica Palestina (PIJ) cometeram o crime de assassinato ao direcionarem deliberadamente o lançamento de foguetes e morteiros de Gaza contra Israel, compreendendo o risco das ações que resultaram na morte de inúmeros civis no dia 7 de outubro e nas semanas seguintes.

Casas e outros edifícios foram gravemente danificados ou completamente destruídos nos kibbutzim e vilas israelenses durante a ofensiva paramilitar palestina, com membros da milícia incendiando deliberadamente as construções. Dessa forma, a ala militar do Hamas e outros grupos armados palestinos cometeram o crime de guerra de destruir a propriedade de civis — principalmente residências — sem qualquer sinal de ameaça militar ou a segurança de seus homens.

Durante as hostilidades, membros das milícias palestinas atearam fogo intencionalmente em casas enquanto civis estavam dentro, com a plena consciência de que muitos estavam resguardados em abrigos ou salas seguras, fazendo com que inocentes sufocassem e morressem devido à fumaça tóxica. Há relatos em que os perpetradores cortaram partes de corpos e as incendiaram, assim como de outras pessoas sem vida e também vivas que foram barbaramente queimadas. A partir disso, além do crime de guerra de assassinato, as vítimas também foram

submetidas a tratamento cruel equivalente ao crime de guerra de tortura.

A Comissão da ONU investigou casos específicos que corroboraram o crime de tortura, como o de três crianças que morreram sufocadas pela fumaça, quando integrantes da milícia palestina atacaram a casa da família israelense-americana Siman Tov, no kibbutz Nir Oz. Ao todo, os seis membros de três gerações dessa família foram assassinados em condições de crueldade. Os pais, Yonatan e Tamar estavam escondidos com seus três filhos no abrigo da casa na madrugada de 7 de outubro, quando às 9h47, Tamar teria escrito no grupo de WhatsApp das mães do kibbutz: “Fui baleada. Estou ferida.” Sendo a última mensagem enviada. Mais tarde, Yonatan enviou uma mensagem para sua irmã dizendo: “Eles estão aqui. Eles estão nos queimando. Estamos sufocando.” Segundo apurações, militantes atiraram contra a família e depois incendiaram a casa. Tamar e Yonatan foram atingidos e morreram devido à perda de sangue, enquanto as filhas gêmeas de seis anos, Shahr e Arbel, e o menino de quatro anos, Omer, morreram sufocados pela fumaça. A avó paterna das crianças, Carol Siman Tov, foi assassinada a tiros em outro abrigo, na sua própria casa no mesmo kibbutz. As autoridades israelenses levaram uma semana e meia para identificar os corpos incendiados das crianças.

Outros dois casos marcantes que também caracterizam o crime de tortura tiveram grande destaque pela Comissão. O primeiro, apresenta Tomer Arava, jovem de 17 anos, que foi capturado e retirado de perto de sua família por membros das Brigadas Al-Qassam do Hamas. Na situação, o adolescente sofreu abuso físico e psicológico ao ser coagido a atrair outras famílias a deixar seus esconderijos e abrigos no kibbutz de Nahal Oz, além de presenciar cenas de violência e assassinato. Tomer Arava foi encontrado morto, não sendo possível identificar em quais condições sua vida foi retirada. Já o segundo caso, traz uma violência relacionada a tortura física, na qual um cidadão tailandês de Nir Oz foi inúmeras vezes agredido com uma enxada de jardim enquanto estava caído no chão, sofrendo inclusive com pancadas na cabeça.

O desrespeito ao Direito Internacional durante o ataque de 7 de outubro resultou em uma série de tipos de crimes de guerra. A partir disso, ocorreram diversos casos classificados como ofensas à dignidade pessoal cometidas contra os mortos. Afinal, mesmo perante uma zona de conflito pujante — como a abordada — o ideal é que as partes envolvidas tenham o devido entendimento de quais são as leis internacionais e medidas mínimas de segurança e respeito, sendo a mutilação de corpos sem vida definitivamente proibida. Nesse cenário, de barbárie em que o Direito Internacional foi escanteado, os membros da ala militar do Hamas e de outros grupos armados palestinos de fato cometeram incontáveis atos que constituem o crime de guerra de ultraje à dignidade pessoal. As ações envolveram grande brutalidade com a queima e a decapitação de corpos, mas também aspectos psicológicos profundos com nuances além da violência física, ao profanar corpos, com mutilação das vítimas sem vida, esfaqueamento e tiros, muitas vezes com registros em fotos e vídeos que visavam a humilhação.

Na mesma categorização de ultraje à dignidade pessoal, a Comissão analisou vários casos envolvendo o sequestro de pessoas e também de corpos de Israel para Gaza. Além da

prática violenta de ameaça, agressão e até assassinato, os processos de sequestros apresentaram caráter de ultraje à dignidade pessoal, ainda mais ao carregarem corpos já sem vida para Gaza, não permitindo nem ao menos que a família consiga ter seu ente querido no momento de luto, utilizando-os como moeda de troca em negociações.

Em relação à natureza de gênero do crime de ofensa à dignidade pessoal, a Comissão identificou inúmeros casos humilhantes e degradantes, incluindo formas de agressão com intimidade forçada contra mulheres. Os agressores também profanaram corpos femininos, ao despir e expor em público, de forma evidente a objetificar as mulheres como uma espécie de troféu enquanto eram celebrados pelos perpetradores e por quem assistia. Uma mulher chegou a ter seu corpo sequestrado para Gaza, posto na traseira de um caminhão, exibido semi-nu e sem vida para uma multidão em tom de glorificação.

De acordo com a Comissão da ONU que investigou os episódios de agressões durante o 7 de outubro, há fundamentos razoáveis que confirmam os crimes de estupro e outras formas de violência sexual. As evidências apontaram o estado e também a posição em que muitos corpos das vítimas foram encontrados, entretanto há certos empecilhos que dificultam a assertividade quanto às circunstâncias das mortes, além da impossibilidade de determinar com exatidão a identidade dos perpetradores.

Os membros da ala militar do Hamas e de outros grupos armados palestinos cometeram o crime de guerra de tomar reféns, com muitos casos contendo certos agravantes, como ultraje à dignidade pessoal e tratamento desumano, com violência sexual e de gênero, além da especificidade de agressão, assédio e intimidação contra mulheres, enquanto eram sequestradas em diversos locais no sul de Israel e levadas para Gaza.

A Comissão da ONU destacou dois episódios que, após investigação, foram considerados claros casos de crime de guerra pela prática de tomada de reféns. O primeiro ocorreu no kibbutz de Be'eri, onde as Brigadas Al-Qassam e outras alas paramilitares palestinas capturaram 15 civis com objetivo de garantir uma passagem segura até Gaza. No segundo episódio, um comandante do braço militar do Hamas utilizou um refém israelense para se proteger de tiros enquanto deixava uma residência, durante uma tentativa de rendição, constituindo o crime de guerra de usar um civil como escudo humano.

Ao todo, acredita-se que 252 pessoas foram sequestradas para Gaza em 7 de outubro de 2023, sendo 36 crianças, 71 mulheres civis, 124 homens civis e mais 20 soldados. Em um primeiro momento, a estratégia das milícias palestinas era garantir alguma segurança na travessia de volta para Gaza, além de posteriormente manter certo poder de barganha durante negociações de troca de reféns israelenses por prisioneiros palestinos, como também de futuros acordos de paz ou algum armistício.

### 5.1.20 Responsabilização pelos Atos de Violência

O ataque proferido pelo Hamas e por outros grupos paramilitares palestinos em 7 de outubro de 2023 envolveu graves violações aos direitos humanos. Naquele dia, ocorreram cenas bárbaras em kibbutzim, vilas, no Festival Nova e na Rodovia 232, marcadas por tortura, tratamento cruel, desumano e degradante, incluindo assassinatos, assim violando o direito à vida e à liberdade dos cidadãos israelenses.

Mulheres e meninas sofreram violações referente aos direitos humanos com privação de direitos fundamentais próprios a esse grupo, sendo submetidas a violência de gênero, abuso sexual e psicológico. Nessa conjuntura, os episódios violentos representam uma forma de discriminação proibida pela Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres.

Crianças e adolescentes também foram particularmente afetadas, com o desrespeito aos direitos humanos, tendo em vista que o conflito violou as regras de proteção especial concedidas a esse grupo, infringindo o direito à vida, com atos que resultaram em formas de violência física e mental, incluindo agressão, tortura e assassinato de membros de suas famílias. Esse cenário constitui uma violação do respeito ao ambiente familiar garantido pela Convenção sobre os Direitos das Crianças.

A responsabilização pelos crimes perpetrados durante os acontecimentos de 7 de outubro de 2023 apresenta certas nuances. Comandantes militares e líderes políticos devem ser responsabilizados criminalmente por muitos dos atos cometidos por subordinados que estavam sob seus comandos e controle efetivo. A culpabilização recai sobre o comandante quando subordinados cometem atos criminosos em decorrência de ordens diretas ou quando tomam conhecimento de atos criminosos praticados por seus comandados e não agem de acordo com as medidas necessárias para impedir as infrações.

Considerando a interpretação apropriada quanto à responsabilização dos crimes de guerra, indivíduos e instituições responsáveis pelo planejamento, ordenação e execução do ataque a Israel em 7 de outubro de 2023 são os principais culpados pelas violações de direitos. Afinal, os crimes ocorreram perante o comando, conhecimento ou conivência das lideranças militares e políticas dos grupos paramilitares palestinos. Os comandantes da operação sabiam — ou pelo menos deveriam saber — que seus subordinados cometeriam crimes brutais nas vilas, estradas e outros locais no sul de Israel, mas mesmo assim não tomaram qualquer medida para prevenir ou reprimir, omitindo-se de suas responsabilidades.

Por conta dos fatos expostos, a Comissão da ONU reuniu fundamentos diversos que apontam como a maior responsabilidade pelos crimes internacionais, caracterizados pelo desrespeito ao Direito Internacional, está sobre membros seniores da liderança política e militar do Hamas de outros grupos armados palestinos, reunidos através da representação da Sala de Operações Conjuntas Palestina, que foi a instituição responsável por planejar a Operação Al-Aqsa

Flood.



## 6 O Impacto do Conflito entre Israel e Hamas na Região

### 6.1 Israel e Irã

Atualmente, a rivalidade entre Israel e Irã é incontestável, marcada por intensos embates pelo domínio geopolítico do Oriente Médio e uma escalada de violência com ataques de ambos os lados. Entretanto, a relação entre israelenses e iranianos nem sempre foi de inimizade declarada. Ao longo do tempo, havia espaço para uma certa colaboração entre as nações, porém ocorreram transformações no jogo de poder da região, resultando em um ciclo contínuo de desentendimentos e no cenário de instabilidade que prevalece hoje.

#### 6.1.1 Relação amistosa entre os Xás do Irã e Israel

Apesar de ser um país muçulmano, o Irã mantinha relações baseadas em certa cordialidade com Israel, com acenos para o que manda a boa diplomacia. Na época, o Irã era uma monarquia na qual reinavam os Xás da Dinastia Pahlavi, figurando — ao contrário de hoje — entre os principais aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio. Durante o reinado dos Xás no Irã, a ONU propôs o famoso Plano de Partilha para a Palestina, com uma solução de dois Estados, um judeu e outro árabe, visando encerrar a violenta disputa territorial entre ambos. A proposta foi aceita por Israel, mas rejeitada pelas lideranças palestinas. Dessa forma, o Irã também se opôs à solução da ONU, como um gesto diplomático às vontades dos palestinos, que não concordavam com o plano de divisão. Entretanto, essa posição iraniana mudou rapidamente.

A criação de Israel em 1948, e sua expansão territorial nos anos seguintes, com a consolidação do novo Estado judeu como uma potência militar local, transformaram tanto as fronteiras da região quanto todo o contexto geopolítico do Oriente Médio. Com o decorrer do tempo, essa nova dinâmica fez com que Israel conquistasse aliados mesmo entre os Estados árabes e/ou muçulmanos. Nesse sentido, o Irã — embora seja um país persa e não árabe, mas também muçulmano — passou a ter uma posição menos enfática quanto à causa palestina, se aproximando de Israel, ao ponto de reconhecer a legitimidade do Estado judeu em 1950.

Esse movimento de aprovação do Irã estreitou a relação entre os países, com o chefe de governo de Israel, o primeiro-ministro David Ben-Gurion, estabelecendo conversas e trocas com lideranças iranianas. O objetivo dos israelenses era conquistar apoio na região, considerando a rejeição massiva que sofria de uma frente árabe composta por países vizinhos. Perante esse propósito, o Irã era um aliado em potencial perfeito, tendo em vista que o governo dos Xás — de etnia persa — não se alinhava à política pan-arabista liderada pelo Egito, assim como Israel.

Razão pela qual o Irã se manteve afastado dos conflitos entre os países árabes e Israel, que se intensificaram após a independência do Estado Judeu.

Ao longo do regime dos Xás, Israel e Irã desenvolveram uma cooperação significativa, impulsionada por interesses estratégicos em comum. Em relação à defesa, alinharam-se na contenção de movimentos nacionalistas árabes, que eram liderados por Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito entre os anos 1950 e 1970. Ambos também se opunham à crescente influência soviética no Oriente Médio, posto que, surpreendentemente, na época o Irã também era um aliado dos Estados Unidos na região, assim como Israel. Além disso, colaboraram militarmente em programas de treinamento e troca de conhecimento tecnológico, assim como em termos econômicos e energéticos, visto que o petróleo iraniano desempenhava um papel crucial no abastecimento de Israel.

### 6.1.2 A Revolução Iraniana de 1979 e a Ruptura com Israel

Em 1979, a Revolução Islâmica, liderada pelo Aiatolá Ruhollah Khomeini, derrubou o Xá Mohammad Pahlavi e marcou a ruptura definitiva das relações amistosas entre Israel e Irã. Com a ascensão do novo governo teocrático em Teerã uma posição extremamente rígida em relação a Israel passou a ser adotada. O novo regime dos aiatolás deixou evidente três objetivos principais: eliminar a influência imperialista dos Estados Unidos no Oriente Médio; enfraquecer o poder de Israel e auxiliar o povo palestino a ter seu próprio Estado soberano; e, por fim, reformular a ordem mundial dominada pelos EUA.

A nova República Iraniana Islâmica comandada pelos aiatolás se posicionou como defensora dos interesses árabes e ferrenha opositora do imperialismo norte-americano. Como consequência, o Irã rompeu automaticamente as relações diplomáticas com Israel, por considerar o Estado judeu um símbolo de extensão da influência ocidental no Oriente Médio, devido a aliança entre americanos e israelenses. A alteração política e ideológica foi tão drástica que o governo iraniano dos aiatolás intitularam Israel como o “Pequeno Satã”, enquanto os Estados Unidos foram rotulados como o “Grande Satã”.

A partir do rompimento político com Israel, o Irã deixou de reconhecer a validade dos passaportes israelenses e ainda transferiu o controle da embaixada em Teerã em favor da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), na época o principal representante internacional dos interesses pela criação do Estado Palestino. Desde então, o apoio iraniano à causa palestina se tornou um pilar fundamental de sua política externa, acreditando ser um tema crucial na luta pela soberania ideológica e geopolítica da região.

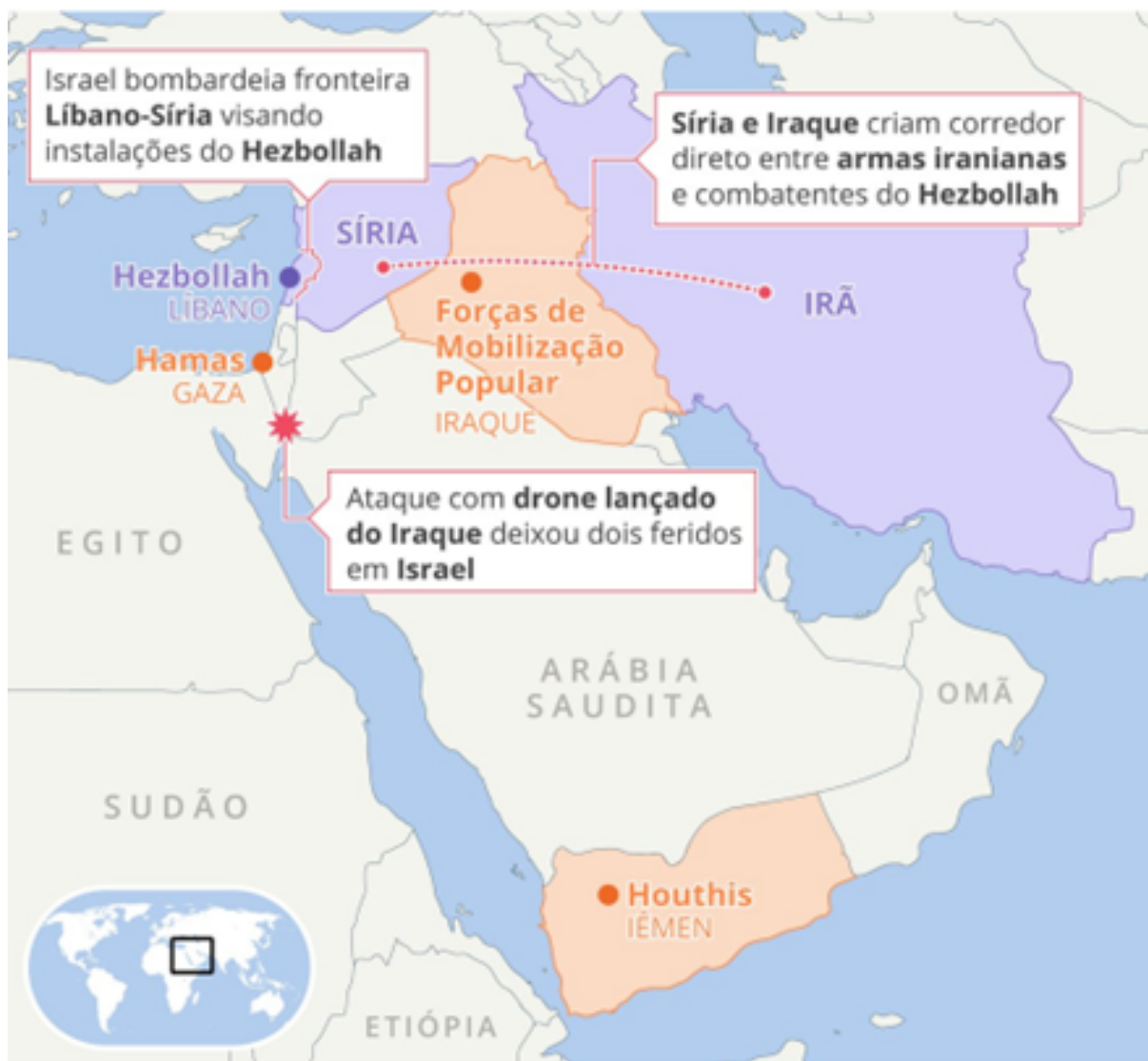
### 6.1.3 O Eixo de Resistência

Diante dos riscos significativos de um enfrentamento armado direto com Israel — e por consequência, indiretamente, com os EUA —, o Irã compreendeu os riscos que uma guerra

## A guerra entre Israel e o Eixo da Resistência

Envolvimento de países e grupos além da fronteira de Israel ampliam conflitos em Gaza e no Líbano pela região

■ Principais membros    ■ Expansão do eixo



Fonte: Financial Times

Figura 11 – Grupos paramilitares membros do Eixo de Resistência e suas áreas de atuação. (GLOBO, 2024)

convencional poderia trazer, por isso aprimorou uma estratégia para mitigar os ataques ao seu próprio território. Essa abordagem envolve o financiamento e apoio a uma rede de organizações aliadas, alinhadas ao regime dos aiatolás, que atuam militarmente em outros países realizando ataques contra inimigos em comum. O Hamas é um dos exemplos mais emblemáticos desse sistema, recebendo apoio de Teerã na luta contra Israel.

Essa estratégia de organizar uma rede composta por diversos grupos paramilitares, cada um operando do seu país de origem na região, originou o Eixo de Resistência. Essa aliança militar informal busca expandir seu poder e influência no Oriente Médio, postando-se como forte oposição a Israel e outros inimigos em comum. A força do Eixo de Resistência tem o Irã como líder, que inclui também o Hezbollah no Líbano, milícias na Síria e no Iraque, o Hamas na Faixa de Gaza, a Jihad Islâmica Palestina na Cisjordânia, e os Houthis no Iêmen.

Para o Irã, a atuação junto do Eixo de Resistência é parte fundamental de sua estratégia militar, pois seus generais entendem os grupos paramilitares como linhas de defesa avançadas fora de seu território, ou seja, utilizadas para atuar em diversas frentes sem causar destruição ao próprio país. Nesse sentido, o Hamas e o Hezbollah se enquadram perfeitamente nessa estrutura, ao atuarem com suporte do Irã e do Eixo na Faixa de Gaza e no Líbano, respectivamente.

Em vista da importância dessas zonas de influência para o Irã, qualquer mudança significativa nas estruturas de poder dos territórios controlados por esses grupos paramilitares — ou nos quais estão inseridos — pode impactar profundamente a dinâmica política da região, ocasionando um revés para o Irã na disputa geopolítica do Oriente Médio. Esse risco se intensifica caso Israel amplie sua presença militar em Gaza e no Líbano, controlando áreas que têm parte do domínio do Hamas e do Hezbollah, aliados do governo dos aiatolás.

Em contraponto, Israel acusa o Irã de financiar e apoiar grupos terroristas — em especial o Hamas, o Hezbollah, a Jihad Islâmica Palestina e os Houthis —, alegando que os ataques contra seu país caracterizam perseguições aos judeus movidas pelo antissemitismo dos aiatolás. Além disso, Israel monitora de perto o programa nuclear iraniano, procurando, junto aos EUA, minar a evolução da sua tecnologia por meio de ataques cibernéticos e operações de sabotagem — muitas vezes sem assumir a autoria —, para evitar que o Irã tenha armas nucleares.

Essa rivalidade tem resultado em farpas diplomáticas entre seus líderes, com bombardeios e lançamento de foguetes entre Israel e Irã. Entretanto, os episódios mais frequentes e sangrentos são travados em conflitos indiretos ou operações secretas, conhecidas como “guerra nas sombras”, nas quais nenhum lado assume publicamente a responsabilidade pelas ações militares com violações de direitos humanos e vítimas civis.

Nesse contexto, um dos episódios mais marcantes ocorreu na Guerra Civil da Síria (2011-2024), que culminou com a deposição do ditador Bashar al-Assad. Durante o conflito, o Irã forneceu financiamento, armas e treinamento às forças militares sírias leais ao regime de Assad, enquanto Israel buscou enfraquecer a influência iraniana na região, devido ao papel estratégico da Síria como corredor logístico para o envio de armas ao Hezbollah no Líbano.

#### 6.1.4 O Envolvimento do Irã no Conflito entre Hamas e Israel

Após o ataque surpresa do Hamas em 7 de outubro de 2023, surgiram suspeitas sobre um possível envolvimento direto do Irã junto à organização paramilitar palestina, quanto ao fi-

nanciamento e planejamento estratégico. No entanto, as autoridades iranianas negam qualquer participação ativa, e Israel não conseguiu apresentar provas concretas que vinculasse Teerã aos ataques. Porém, o posicionamento das autoridades iranianas foram elogiosos a ação do Hamas, classificando-a como um duro golpe contra a estrutura militar e de defesa de Israel, considerando uma grande vitória para a resistência palestina.

Nesse sentido, o aiatolá Ali Khamenei foi ainda mais enfático, criticando Israel severamente ao sugerir que seus líderes deveriam ser julgados por crimes de guerra em Gaza. Como resultado, a crise entre Irã e Israel se acentuou profundamente, despertando preocupações internacionais quanto ao risco de expansão para um conflito mais amplo, envolvendo grupos aliados do Irã, como o Hezbollah no Líbano, potencialmente desencadeando uma guerra regional no Oriente Médio.

O conflito entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza é também de certa forma o cenário de um campo de batalha indireto para disputas e tensões geopolíticas entre Irã e Israel, ao considerar o envolvimento iraniano através do suporte fornecido pelo Eixo de Resistência aos palestinos. Contudo, a rivalidade entre as duas nações escalou para um confronto mais direto em 1º de abril de 2024, quando aviões de guerra israelenses atacaram a embaixada do Irã em Damasco, capital da Síria. A ofensiva resultou na morte de altos oficiais do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC), especialmente da Força Quds<sup>1</sup>, que atuavam oferecendo suporte e treinamento para grupos aliados do Eixo de Resistência. O ataque marcou um primeiro aumento de risco de um embate direto entre Israel e Irã, além de um conflito de maiores proporções no Oriente Médio.

Menos de duas semanas depois, em 13 de abril, o Irã lançou centenas de mísseis e drones contra Israel em retaliação. No entanto, grande parte desses projéteis foram relativamente bem interceptados pelos sistemas antimísseis israelenses, Iron Dome e Arrow 3, que ainda contaram com o suporte dos EUA, Reino Unido, França e Jordânia na defesa contra a ofensiva iraniana. As suspeitas sugerem que o ataque pode ter sido deliberadamente planejado de forma a não atingir plenamente seus alvos, a fim de evitar uma escalada ainda maior no conflito entre as duas nações rivais.

Dias depois, Israel respondeu com um ataque a um complexo militar na cidade iraniana de Isfahan, onde estão localizadas instalações associadas ao famoso e polêmico programa nuclear do Irã. Apesar disso, o governo dos aiatolás minimizou o incidente, afirmando ter interceptado a maioria dos foguetes disparados. É provável que o governo israelense tenha utilizado essa ação como uma mensagem estratégica, demonstrando que tem capacidade de atingir instalações vitais para o Irã, caso considere necessário.

<sup>1</sup> A Força Quds é uma unidade especial da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) que responde ao Líder do Irã, o Aiatolá. Sua atuação é responsável principalmente por operações estrangeiras, com objetivo de treinar, equipar e financiar movimentos revolucionários islâmicos através de organizações militares clandestinas ou não, como o Hamas, o Hezbollah, a Jihad Islâmica Palestina (PIJ), os Houthis e outras milícias.

## Irã dispara drones contra Israel

Tensão entre os países começou após ataque israelense a consulado iraniano na Síria



Figura 12 – A distância entre os inimigos Israel e Irã e sua disposição geográfica no Oriente Médio. (G1, 2024)

Em 30 de julho de 2024, Israel realizou um ataque aéreo nos arredores de Beirute, capital do Líbano, resultando na morte de Fuad Shukr, também conhecido como Muhsin Shukr, principal comandante das forças militares do Hezbollah. Israel assumiu a autoria da ofensiva justificando que teria sido uma retaliação a um ataque do Hezbollah às Colinas de Golã feito dias antes, no qual 12 crianças foram mortas e que, segundo autoridades israelenses, Shukr foi o responsável pelos disparos.

No dia seguinte, 31 de julho, Ismail Haniyeh, chefe político do Hamas no exterior e quem liderava a delegação do grupo palestino nas negociações de cessar-fogo, foi morto. O assassinato ocorreu em Teerã, capital do Irã, onde Haniyeh estava para acompanhar à posse do novo presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, juntamente com chefes de Estado e outros líderes de grupos paramilitares aliados ao Irã e que integram o Eixo de Resistência.

Diante do histórico de Israel em eliminar adversários durante visitas oficiais a outros países, suspeita-se que uma operação secreta israelense tenha sido responsável pela morte do

líder palestino. No entanto, Israel não reivindicou formalmente a autoria do atentado, apesar do atual conflito contra o Hamas na Faixa de Gaza e da promessa, feita após o 7 de outubro, de que eliminaria os líderes do grupo palestino. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, no entanto, fez uma declaração sugestiva ao afirmar que Israel havia deferido “golpes esmagadores” ([CNN BRASIL, 2024c](#)) contra aliados do Irã.

Em resposta ao atentado, o líder supremo do Irã, o Aiatolá Ali Khamenei, declarou que Israel havia cruzado uma “linha vermelha” ao assassinar Haniyeh em solo iraniano, e em ameaça completou: “É nosso dever vingar o sangue de Haniyeh” ([THE NEW YORK TIMES, s.d.b](#)). O tom adotado por Khamenei reflete a gravidade da ação israelense, que violou o forte sistema de segurança da Guarda Revolucionária Iraniana, durante um evento oficial que reuniu líderes mundiais e chefes de Estado em pleno território da República Islâmica. Diante disso, o Irã prometeu retaliações, declarando ser legítimo o “direito de defender a própria soberania” ([THE NEW YORK TIMES, s.d.b](#)).

Aos olhos do mundo, o episódio sugere que qualquer um no Irã pode ser um alvo fácil para Israel. Por isso, o governo dos aiatolás passou a estudar diferentes formas de retaliação, buscando não apenas dissuadir novos ataques israelenses, mas também defender sua soberania e reconquistar sua credibilidade como potência militar na região e liderança política anti-Israel. Isso poderia ocorrer tanto por meio de ataques coordenados com drones e mísseis contra alvos militares nas proximidades de Tel Aviv, quanto por operações estratégicas em outras frentes, utilizando o Eixo de Resistência e suas milícias para atacar Israel em diferentes regiões, caso do próprio Hamas em Gaza e do Hezbollah no Líbano.

Esse aumento das tensões entre Israel e Irã comprometeu qualquer perspectiva de um acordo de cessar-fogo imediato, aprofundando a instabilidade da região e alarmando a comunidade internacional diante do risco de uma escalada da violência, podendo desencadear uma guerra total entre as duas nações. A situação se tornou ainda mais delicada com a morte de Ismail Haniyeh, que era considerado de certa forma um moderado em comparação com outros membros mais radicais do Hamas. Afinal, quem ficou à frente das negociações diplomáticas a partir de então foi Yahya Sinwar, um dos líderes mais linha-dura do Hamas, dificultando qualquer avanço rumo a uma trégua.

Em 27 de setembro de 2024, Hassan Nasrallah, líder do Hezbollah, foi morto em um ataque de mísseis a Beirute. Figura central na coordenação das atividades do Eixo de Resistência, sua morte, somada ao assassinato de outros líderes de grupos paramilitares aliados do Irã levou Teerã a retaliar com uma ofensiva massiva contra Israel. Entre os outros líderes das milícias do Eixo de Resistência mortos por ações de Israel, destaca-se: Ismail Haniyeh, líder político do Hamas assassinado em julho, e Abbas Nilforoushan, comandante da Guarda Revolucionária Iraniana que foi morto em Beirute.

Em 1º de outubro a retaliação, com o Irã lançando uma profusa série de 180 a 200 mísseis balísticos em direção ao centro e ao sul de Israel. A Guarda Revolucionária Iraniana

afirmou que 90% dos projéteis atingiram seus alvos, enquanto as forças militares israelenses alegaram ter interceptado a maior parte dos mísseis com seu sistema de defesa antimísseis.

Israel contou com suporte de potências mundiais, como os Estados Unidos, cujas forças militares realizaram múltiplas interceptações de mísseis iranianos, segundo o secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, que classificou o ataque do Irã como um “ato forte de agressão”. O Reino Unido também auxiliou Israel, com jatos britânicos participando da defesa, assim como havia ocorrido em abril. Em termos políticos de discurso, o secretário de Defesa britânico, John Healey, declarou que as forças do Reino Unido ajudaram a conter uma escalada maior de tensão, enquanto o primeiro-ministro Keir Starmer reafirmou o apoio a Israel ao dizer que reconhece o “direito de autodefesa” dos judeus.

Em contraponto, o discurso utilizado pelo ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araqchi, buscava justificar a ofensiva como um ato de “legítima defesa”. Além disso, evidentemente Teerã não poderia permanecer inerte diante da morte de seus aliados no campo de batalha sem qualquer reação ou ajuda, isso seria arriscar sua posição de liderança do eixo anti-Israel e anti-Occidente na região. Diante desse cenário, o ataque massivo de mísseis contra Israel em 1º de outubro foi uma resposta calculada visando reafirmar sua influência e deter novas investidas contra seus aliados.

Quase um mês depois, em 26 de outubro, Israel lançou uma ofensiva aérea em três ondas, atingindo Teerã e outras cidades iranianas, como Ilam e Khuzestan. Os ataques tiveram como alvo bases militares estratégicas, incluindo instalações de produção de mísseis, embora as autoridades iranianas tenham minimizado os danos causados. O Ministério das Relações Exteriores do Irã condenou a ofensiva, classificando-a como uma clara violação do direito internacional e reafirmando o direito e a obrigação do Irã de se defender.

A retaliação israelense foi cuidadosamente calculada para demonstrar solidez, mas sem provocar uma escalada irreversível no conflito, evitando atingir bases energéticas de petróleo e instalações nucleares. A ação, embora precisa e cirúrgica, é discutível considerar o que seria esse limite tênue que ocasionaria ou não enfrentamentos mais sangrentos para civis e destruidores para a infraestrutura da região. Aparentemente os EUA tinham pleno conhecimento prévio da operação, ao ponto do presidente americano Joe Biden orientar que o ataque fosse conduzido de forma ponderada, evitando alvos como instalações de petróleo e bases nucleares. O temor era que a destruição dessas áreas poderiam acarretar em alterações significativas na dinâmica energética e geopolítica global, além da possível escalada no conflito. Em Washington, a ofensiva era descrita como “um exercício de autodefesa”, ressaltando que os ataques foram direcionados exclusivamente a alvos militares, sem atingir áreas densamente povoadas.

Irã e Israel são potências regionais com um poder bélico gigantesco, travando uma rivalidade em uma escalada de tensões e agressões sem precedentes, ao considerar o desenvolvimento armamentista atual do mundo. O ciclo contínuo de retaliações mútuas preocupa cada vez mais a comunidade internacional, à medida que o conflito se expande para uma guerra re-



gional, envolvendo atores como o Hamas na Faixa de Gaza, o Hezbollah no Líbano, os Houthis no Iêmen, e outras milícias na Síria e no Iraque. Essa troca de agressões diretas, com ataques aéreos aos territórios de Israel e Irã, faz o conflito flertar com a escalada para uma guerra total. Contudo, o Irã mantém sua estratégia de guerra indireta, apoiando grupos paramilitares aliados por meio do Eixo de Resistência e conduzindo os combates em frentes externas. Essa postura pode levar Israel a intensificar a pressão sobre Teerã e seus aliados, ao interpretar a relutância iraniana em confrontos diretos como um sinal de fragilidade dos governos dos aiatolás.

## 6.2 Israel e o Hezbollah do Líbano

Após o ataque de 7 de outubro de 2023, o Irã reforçou sua retórica de apoio à "resistência palestina", com o Aiatolá Ali Khamenei fazendo declarações elogiosas sobre as ações do Hamas e criticando Israel severamente, acusando Benjamin Netanyahu de cometer crimes de guerra na Faixa de Gaza. No mesmo tom, o Estado judeu acusou o Irã de estar diretamente envolvido nos eventos que deflagraram o conflito entre Israel e Hamas em Gaza, também responsabilizando o governo dos aiatolás por apoiar o que chamou de "organizações terroristas". Desde então, em paralelo, o grupo paramilitar libanês Hezbollah, intensificou os ataques contra Israel, que retaliou estrategicamente, resultando na morte de figuras importantes da organização libanesa.

Esse recrudescimento do embate na fronteira, do norte de Israel com o sul do Líbano, faz parte de uma estratégia iraniana, destinada a desviar a atenção das forças israelenses de operar com exclusividade em Gaza, forçando com que os judeus tenham que lidar com conflitos intensos em diversas frentes. Afinal, Hamas e Hezbollah são aliados, apoiados pelo Irã, e têm Israel como inimigo em comum. Dessa forma, as ações do Hezbollah representam uma iniciativa que busca agredir Israel e, por consequência, apoiar o Hamas e a Jihad Islâmica Palestina (PIJ) contra o Estado judeu, ao coordenarem esforços militares organizados ao mesmo tempo tanto em Gaza como na fronteira com o Líbano.

O objetivo é esgotar Israel militarmente, que a partir dessa dinâmica se vê obrigado a dividir sua atenção e poder bélico em múltiplas frentes, enfrentando diferentes inimigos simultaneamente. Afinal, o Hezbollah e o Irã são importantes parceiros políticos na região, que também são aliados dos grupos paramilitares palestinos, Hamas e PIJ, assim compondo uma unificação de interesses que colaboram em conjunto e resultam no Eixo de Resistência liderado pelo Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC).

Esse cenário vem aumentando as tensões regionais e levantando preocupações internacionais sobre uma escalada nos embates, com risco para uma guerra regional. O temor de um conflito mais amplo, envolvendo outros países e grupos armados, faz parte do contexto de disputa entre numerosas esferas de poder, com alianças geopolíticas que se contrapõem. No caso, um dos embates mais latentes, em relação a possível guerra regional, apresenta Israel, e sua aliança com os Estados Unidos, de um lado, contra o Irã, junto ao Eixo de Resistência, do outro.

Principalmente, ao considerar como esse eixo reúne inúmeros inimigos de Israel, sendo uma organização que além da liderança do Irã, e da participação do Hezbollah, no Líbano, como do Hamas e da PIJ, nos territórios palestinos, abriga também milícias, no Iraque e na Síria, e os Houthis, no Iêmen.

### 6.2.1 Criação do Hezbollah

A situação atual de tensão na fronteira entre Líbano e Israel remonta à criação do Hezbollah, organização política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita<sup>2</sup>, que significa “Partido de Alá” ou “Partido de Deus” em árabe. O grupo nasceu durante a Guerra Civil Libanesa (1975-1990), inicialmente para fazer frente às milícias cristãs libanesas de direita no conflito interno, ao mesmo tempo em que se opunha fortemente a crescente interferência de Israel na região.

O contexto da época na guerra civil era de uma disputa étnico-religiosa entre grupos islâmicos xiitas e cristãos libaneses pelo controle do governo, em meio ao envolvimento de diversos atores externos que ampliaram a complexidade do conflito. O Irã, a Síria e grupos armados palestinos apoiaram os xiitas do Hezbollah, enquanto Israel fornecia apoio ao Exército do Sul do Líbano (SLA), composto por cristãos libaneses.

Essa interferência externa contribuiu para o agravamento da guerra civil, alterando significativamente a dinâmica das disputas de poder internas no Líbano. Nesse sentido, o sul do país abrigava uma grande população de refugiados palestinos, cerca de 350 mil, que haviam fugido dos combates contra Israel nos territórios palestinos ocupados. Esses refugiados chegaram ao Líbano ao longo dos anos a partir da Nakba (catástrofe palestina), decorrente da Guerra Árabe-Israelense de 1948, deflagrada após a proclamação do Estado de Israel.

Em mais um episódio marcante entre judeus e palestino, em 1982, durante uma operação conhecida como Paz para a Galileia, Israel invadiu o sul do Líbano. O objetivo era destruir a Organização para Libertação da Palestina (OLP)<sup>3</sup>, que à época era liderada por Yasser Arafat, e que havia estabelecido bases em território libanês após fugir dos confrontos anteriores. A OLP estava realizando ataques contra Israel e cometendo atentados contra os judeus. Dessa forma, a invasão significou mais uma retaliação do Estado judeu, em resposta direta a ação de extremistas palestinos de um grupo discente da OLP, responsável por deixar em estado vegetativo o então embaixador de Israel no Reino Unido, Shlomo Argov, após um atentado em Londres no qual foi baleado na cabeça enquanto saía de um restaurante.

A partir dessa invasão, as forças israelenses tomaram quase metade do território libanês, chegando até a capital Beirute, onde sitiaram a parte ocidental da cidade para expulsar os militantes palestinos. A violência foi tamanha que resultou em massacres nos campos de refugi-

<sup>2</sup> Dentro da religião islâmica há duas vertentes que se contrapõem, com as denominações entre xiitas e sunitas. Basicamente existem discordâncias em como interpretam o Alcorão, em suas representações de liderança religiosa e na visão do sucessor do profeta Maomé. Os sunitas representam cerca de 90% dos muçulmanos, enquanto os xiitas os outros 10%.

<sup>3</sup> principal organização palestina presente na cisjordânia

ados de Sabra e Shatila, em Beirute, comandados pelas milícias de cristãos libaneses, mas com também responsabilização de Israel, por omissão de socorro e conivência no derramamento de sangue. A ONU classificou o terrível episódio dos massacres como genocídio, caso detalhado na Resolução 37/123(UNITED NATIONS, 1982).

Durante a Guerra Civil Libanesa (1975-1990), estima-se que cerca de 20 mil pessoas perderam a vida, a maior parte delas civis libaneses. Entre as vítimas se destacam 800 mortos em Sabra e 3,5 mil em Shatila, ambos campos de refugiados palestinos, além de cerca de 600 soldados israelenses(BBC NEWS BRASIL, 2024). Ao término do conflito, milhares de combatentes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) evacuaram suas bases no Líbano.

O fim do conflito marcou o início de uma forte presença militar israelense no sul do Líbano, ocupando um espaço estratégico entre a fronteira de ambos os países, caracterizando uma zona denominada tampão ou de segurança. Área na qual Israel ocupou até o ano de 2000, com o objetivo de proteger seu próprio território de investidas da OLP e de outros grupos paramilitares palestinos, como também de ações do Hezbollah e do Eixo de Resistência.



Figura 13 – Zona tampão ou de segurança na fronteira entre Israel e Líbano. (Um mapa simples sobre o Conflito entre Israel e o Líbano., 2006)

Devido à ocupação israelense no sul do Líbano e ao crescente sentimento de marginalização enfrentado pelos xiitas durante a guerra civil, o Hezbollah nasceu. Ainda sem oficialização, o grupo iniciou sua atuação em 1982 com atentados a inimigos e pequenas operações militares contra as forças israelenses e as forças militares libanesas aliadas a Israel. No ano seguinte, dois homens-bomba atacaram um quartel da marinha dos Estados Unidos em Bei-

rute, matando cerca de 300 militares americanos e franceses, além de alguns civis. Em 1984, combatentes libaneses ligados ao Irã bombardearam a embaixada norte-americana em Beirute, vitimando 23 pessoas. Entretanto, foi apenas em 1985 que o Hezbollah oficializou sua posição para o mundo ao publicar um manifesto determinando três propósitos principais: expulsar Israel do Líbano, estabelecer uma república islâmica libanesa e resistir à influência ocidental, principalmente dos Estados Unidos e da então União Soviética (URSS).

O emergir do Hezbollah, se fortalecendo como uma nova força significativa na região, está diretamente ligado ao apoio recebido do Irã e da Síria, tanto durante a Guerra Civil Libanesa quanto no enfrentamento à ocupação israelense posterior. Afinal, a ideologia do Hezbollah se assemelha ao xiismo revolucionário dos aiatolás do Irã, estreitando os laços entre ambos. De forma que o Irã passou a financiar e treinar os combatentes do grupo xiita libanês, através da liderança do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC), em meio ao Eixo de Resistência. Com isso, consolidando a posição do Hezbollah como um braço estratégico fundamental para os interesses iranianos na região.

Durante os anos 1990, o Hezbollah consolidou-se como principal força de resistência à ocupação israelense. Em 2000, após crescentes embates, perdas militares e pressões tanto internas como internacionais, Israel retirou suas forças do sul do Líbano, especificamente da área conhecida como zona de segurança. Fato que foi visto como uma vitória do Hezbollah, que alcançou um dos seus objetivos determinados em sua fundação, fortalecendo sua reputação no mundo árabe. Posteriormente, a ONU desenharia a chamada “Blue Line”, demarcando uma fronteira entre Líbano e Israel, na tentativa de regular as disputas e tensões na região, mesmo com o Hezbollah não reconhecendo o traçado.

Israel e Hezbollah continuaram com conflitos esporádicos, principalmente por conta da ocupação israelense nas fazendas de Shebaa, que é uma área de forte disputa na tríplice fronteira de Israel, Líbano e Síria. A diminuição da temperatura dos conflitos durou apenas até 2006, quando o grupo libanês realizou uma operação que capturou dois soldados israelenses e matou outros oito, desencadeando uma breve, mas violenta, guerra com Israel. O conflito durou ao todo 34 dias e vitimou cerca de 1,2 mil libaneses, sendo a maioria civis, e mais de 160 israelenses(BBC NEWS BRASIL, 2024). E teve fim pelo cessar-fogo mediado pela ONU, através da Resolução 1701(ONU NEWS, 2024; G1, 2024b), que enviou para região uma missão de manutenção da paz, com a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), criada após as primeiras invasões de Israel em 1978.



Figura 14 – Blue Line da ONU que busca demarcar a fronteira entre Israel e Líbano após anos de conflito na região, desde 1982. ([THE NATIONAL](#), 2019)

Após os conflitos de 2006 ocorreu uma acentuada diminuição nos combates diretos, mesmo que ataques aéreos ocorressem ocasionalmente. Nesse período, o Hezbollah expandiu seu arsenal militar intensamente com o apoio do Irã e da Síria. E ainda passou de um grupo exclusivamente armado para um partido político dominante no Líbano, ocupando mandatos e cargos políticos relevantes para decisões nacionais, com ministros no governo e deputados no Parlamento. Além disso, também colaborou ativamente como um movimento social essencial no Líbano, com escolas, hospitais, serviços de assistência social e distribuição de alimentos. Dessa forma, aumentaram significativamente sua popularidade internamente, inclusive entre parte dos cristãos e muçulmanos sunitas. Uma pesquisa publicada pelo Washington Institute em janeiro de 2024, realizada entre 14 de novembro e 6 de dezembro de 2023, mostra que o Hezbollah tem aprovação de 93% dos xiitas, 34% dos sunitas e 29% ([Catherine Cleveland](#), 2024) dos cristãos.

Os anos seguintes continuaram com confrontos localizados, apresentando certa instabilidade na fronteira entre Líbano e Israel, entretanto ambas as partes evitaram uma escalada para um conflito em larga escala.

## 6.2.2 Escalada de tensões entre Hezbollah e Israel

O recente enfrentamento do Hezbollah com Israel, na fronteira do Líbano, faz parte de uma espécie de “frente de apoio” aos palestinos, pelo fato de Hezbollah e Hamas serem aliados, com Israel como inimigo em comum. De modo, que essa dinâmica crescente de ataques representam uma resposta às intensas ofensivas conduzidas pelo Estado judeu contra o Hamas na Faixa de Gaza, após o 7 de outubro, e que resultaram em um aumento significativo da violência na região.

Essa disputa entre Israel e Hezbollah é motivo de grande preocupação da comunidade internacional, devido ao risco de escalada de tensões. Afinal, um aprofundamento do conflito significaria ter dois atores fortemente armados em guerra total, o que representaria um agravamento da questão humanitária, além do risco de uma guerra total no Oriente Médio.

A força militar do Hezbollah é considerada como uma das maiores guerrilhas do mundo, ou seja, a organização com grande arsenal bélico e número de combatentes — estima-se 150 mil mísseis e foguete, além de 50 a 100 mil combatentes([THE NEW YORK TIMES, s.d.a](#)) —, mas que não é um Estado estabelecido ou oficialmente reconhecido como tal. E também de seu adversário, o próprio Estado de Israel, amplamente reconhecido por seu sofisticado serviço de inteligência, apresentando uma das forças armadas mais bem estruturadas do mundo, que goza do apoio financeiro e militar dos Estados Unidos.

A autoridade do Hezbollah é notória, perante o tamanho que alcançou, ao ponto de ser considerada mais expressiva até mesmo que o próprio exército nacional libanês, tendo em vista a impotência do governo local que enfrenta uma profunda crise financeira e que é incapaz de intervir com excelência dentro de suas próprias fronteiras. Por isso, é fundamental a distinção entre o Hezbollah e o Estado do Líbano de fato, com o entendimento que apenas o grupo paramilitar está em guerra com Israel.

Nesse cenário, tanto civis libaneses — seja muçulmano ou cristão — quanto civis israelenses acabam sofrendo as duras penas do conflito armado, ainda mais considerando a estratégia do Hezbollah — semelhante a do Hamas — de se alojar em meio aos civis libaneses, utilizando o povo como uma espécie de pretexto para conter os ataques israelenses. Nesse contexto, segundo relatório do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA)([OCHA LEBANON, 2024](#)), até novembro de 2024 cerca de 1,3 milhões de pessoas foram deslocadas tanto dentro do Líbano quanto para países vizinhos, decorrência do conflito atual desde 8 de outubro de 2023, além da morte de mais de 3 mil e aproximadamente 14 mil feridos.

## 6.2.3 Assassinatos de Líderes do Hezbollah

Após inúmeras agressões, em 27 de julho de 2024, foguetes lançados do Líbano atingiram as Colinas de Golã, local que, desde 2022, tem sido palco de grande parte dos confrontos

entre integrantes do Hezbollah e as Forças Armadas Israelenses (IDF), resultando na morte de 12 crianças(G1, 2024b) da comunidade drusa, agravando ainda mais o cenário de tensão na região. Entretanto, apesar do grupo xiita libanês ter negado qualquer envolvimento nos disparos, a declaração teve pouco impacto, e a retaliação não demorou.

Em 30 de julho, Israel respondeu com um ataque aéreo à Beirute, matando Fuad Shukr, também conhecido como Muhsin Shukr, um dos principais comandantes do Hezbollah e líder histórico que esteve envolvido nos atentados ao quartel de Beirute em 1983. Segundo Israel, o alvo era focado em Muhsin Shukr. Em comunicado, o exército israelense disse ter executado “um ataque direcionado em Beirute ao comandante responsável pelo assassinato das crianças em Majdal Shams e pela morte de vários civis israelenses”(G1, 2024a).

A partir da morte de Shukr as ameaças de escalada de tensão cresceram por ambas as partes, com o chefe do Hezbollah, Sayyed Hassan Nasrallah, prometendo retaliação ao afirmar ser um movimento inevitável. Em 25 de agosto, toda essa pressão resultou em novas troca de agressões, com Israel atacando preventivamente dezenas de locais no Líbano, por temer possíveis retaliações do Hezbollah pela morte de seu comandante. Por fim, o grupo libanês enviou centenas de foguetes e drones em direção ao norte de Israel, próximo à fronteira.

Em setembro de 2024, novos episódios de violência, com a explosão de milhares de pagers e walkie-talkies dos membros do Hezbollah, matando pelo menos 62 pessoas e deixando mais de 3 mil feridos no Líbano(DW, 2024b). Os aparelhos eram utilizados no lugar de telefones celulares, com a intenção de ser um meio mais seguro de comunicação entre os membros, em teoria dificultando o rastreamento por ser uma tecnologia ultrapassada, assim burlando a vigilância avançada de Israel. Entretanto, o Mossad, como é conhecido o serviço de inteligência israelense, foi apontado como responsável pelas explosões, mesmo com o governo de Israel não assumindo a autoria.

Essa ação abalou a confiança e a estrutura de comunicação do Hezbollah, com a suspeita de que Israel acompanhava as trocas de informações feitas pelos aparelhos antes de explodi-los. Ainda, há preocupações crescentes dentro do grupo xiita quanto à possibilidade de outros dispositivos, como câmeras, telefones ou computadores, também estarem sob vigilância ou em risco de sofrer ataques semelhantes.

O episódio envolvendo pagers e walkie-talkies desencadeou uma série de bombardeios e agressões de ambos os lados, com uma intensa campanha de ataques aéreos em Beirute e no sul do Líbano, resultando em diversos assassinatos de líderes do Hezbollah que estavam nessas regiões, eliminando grande parte da cadeia de comando.



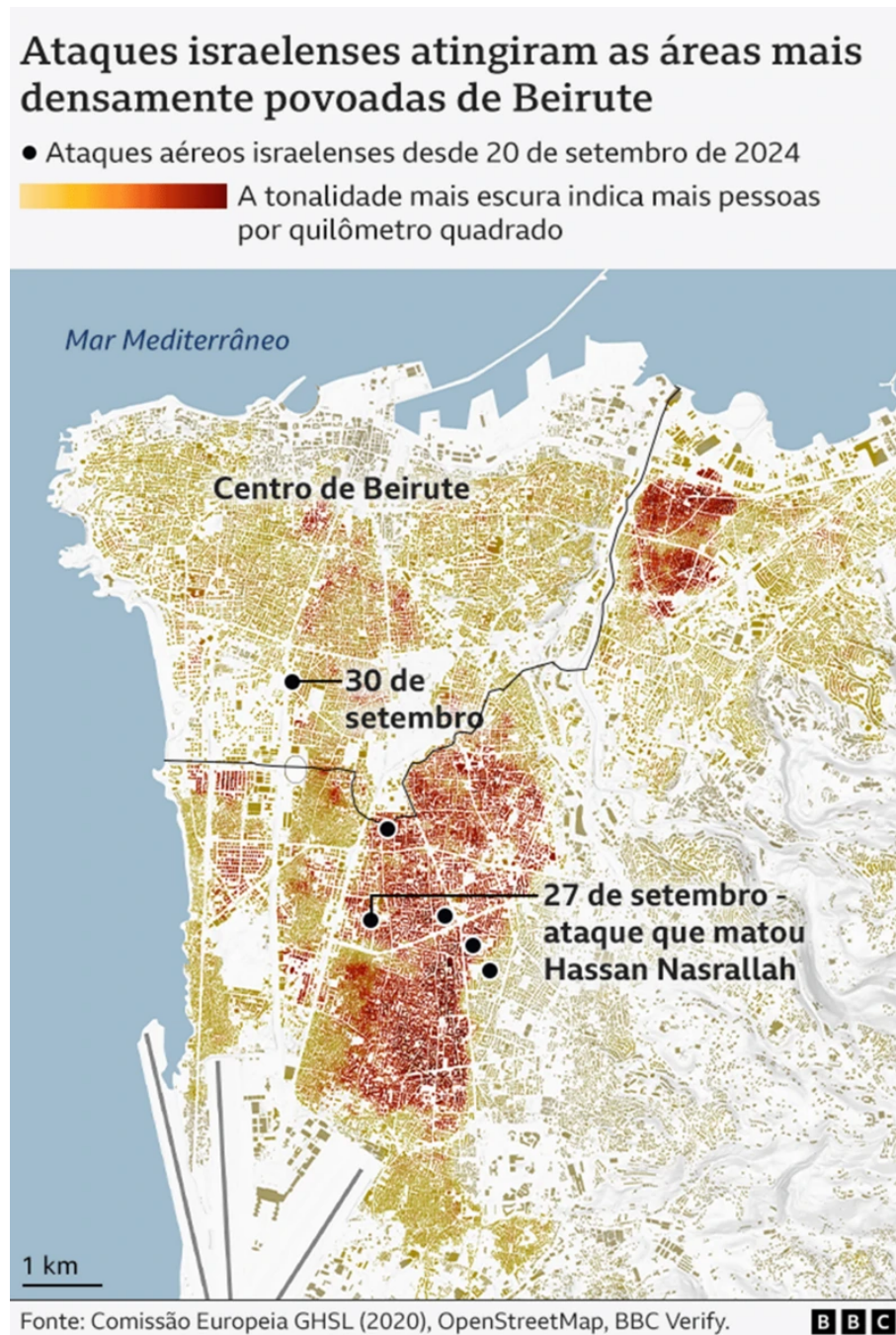


Figura 15 – Ataques aéreo de Israel ao Hezbollah no Líbano de 20 de setembro até começo de outubro de 2024. (BBC NEWS, 2024a)

A eliminação dos líderes do Hezbollah teve início em 20 de setembro. Naquele dia, Ibrahim Aqil e Ahmad Wehbe, comandantes seniores da ala militar, foram mortos. A perda de Aqil teve um impacto significativo, pois ele foi um dos fundadores da força de elite do Hezbollah, conhecido como Radwan, e esteve envolvido no ataque à embaixada americana de Beirute, em 1983.

Em 25 de setembro, foi a vez de Ibrahim Kobeissi, responsável pela unidade de mísseis. No dia seguinte, Mohammad Surour também foi eliminado, era chefe da Unidade de Drones e



responsável pelo disparo de mísseis de cruzeiro contra Israel. Em 29 de setembro, Nabil Qaouk foi morto, era comandante da Unidade de Segurança Preventiva. E por fim, Hashem Safieddine, chefe do conselho executivo do Hezbollah e apontado como um dos herdeiros para a chefia do grupo, também foi declarado morto. Não há uma data exata confirmada para a morte de Safieddine, com as IDF, em 22 de outubro, afirmando ter ocorrido cerca de três semanas antes.

A intensificação do conflito trouxe prejuízo tanto para israelenses como para libaneses — de todas as vertentes políticas e religiosas —, que por consequência foram vítimas dos ataques entre Israel e Hezbollah, agravando a crise humanitária na fronteira. De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)([Agência da ONU para Refugiados \(ACNUR\), 2024b](#)), pelo menos 1,3 milhões de pessoas foram afetadas, forçadas a abandonar suas próprias casas próximas ao sul do Líbano, com cerca de 425 mil que fugiram especificamente em direção à vizinha Síria. Além da forte diáspora, a violência marcou o 23 de setembro de 2023 como o dia mais mortal para os libaneses desde a guerra de 2006, com mais de 500 vítimas fatais.

Após o caso da explosão de dispositivos e os episódios sangrentos, em 25 de setembro, o Hezbollah atravessou a fronteira ao norte de Israel, disparando mísseis em direção ao centro do país pela primeira vez, com Tel Aviv como alvo principal, embora tenham sido interceptados pelo hábil Sistema Iron Dome de Israel.

Em 27 de setembro, mais um duro golpe para o Hezbollah, quando a IDF lançou um forte bombardeio ao sul de Beirute, em um ataque que teve como alvo Sayyed Hassan Nasrallah, principal líder do grupo, que acabou sendo morto. Com isso, o Hezbollah perdia uma importante figura na construção de seu poder bélico, mas também na formação da influência interna. Como o rosto do Hezbollah para o mundo, Hassan Nasrallah comandava os extremistas xiitas desde 1992, conduzindo durante décadas o conflito contra Israel, sendo o responsável por levar o grupo à vida política no Líbano e transformando-se em uma das figuras árabes mais proeminentes das últimas gerações.

Os atentados de Israel contra líderes do Hamas e do Hezbollah foram decisivos para o envolvimento mais ativo do Irã no conflito com ataques diretos, lançando uma barragem de mísseis em Israel, como represália aos assassinatos. Em contrapartida, dias depois, as forças terrestres israelenses invadiram o sul do Líbano, em 1º de outubro.

Essa escalada de agressões, marcada pelos esforços de Israel para enfraquecer a atuação do Hezbollah na fronteira, intensificou as preocupações em relação à situação em Gaza, dado o impacto que uma frente de conflito exerce sobre a outra. Ainda mais ao analisar a grave crise humanitária na Faixa de Gaza, perante a forma na qual Israel mostrava não ter a intenção de aceitar qualquer acordo de cessar-fogo, mantendo sua posição de bombardeio ininterrupto ao território, além de impor restrições à entrada de ajuda humanitária.

### 6.2.4 Invasão ao Líbano

Israel mobilizou suas tropas na fronteira com o Líbano e emitiu um alerta para que os milhares de libaneses que viviam na região abandonassem suas casas em busca de refúgio no norte do país. Perante tal aviso, em 1º de outubro de 2024, Israel iniciou uma operação que seria de “incursões terrestres limitadas, localizadas e direcionadas” contra o Hezbollah. Entretanto, paralelamente, os bombardeios continuaram intensamente, tanto na fronteira quanto em outras regiões mais ao norte do território, além de Beirute, localizada mais ao centro do país, onde o Hezbollah exerce grande influência e atuação, incluindo nos bairros do subúrbio, região na qual estava Hassan Nasrallah quando foi morto por bombardeios israelenses.

Após o assassinato de adversários importantes, em meio aos confrontos com Hamas, Hezbollah e Irã, Israel buscou reafirmar ainda mais sua força, através de uma operação terrestre no sul do Líbano. Assim, a frente de conflito na fronteira com o Líbano deixou de ser apenas um anexo da Guerra em Gaza e passou a ter grande protagonismo, sendo tema central de discussões da Assembleia Geral da ONU.

As Forças de Defesa de Israel (IDF) declararam que a intenção era unicamente conter as ameaças do Hezbollah às comunidades israelenses no norte do país, devido às bases avançadas do grupo xiita no sul do Líbano, que representavam um sério significativo de ataques, semelhantes aos perpetrados pelo Hamas em 7 de outubro. De acordo com Israel, não se tratava de uma grande invasão terrestre com a intenção de ocupar o território libanês, mas apenas uma ação focada em dismantelar as infraestruturas utilizadas pelo Hezbollah para matar israelenses, assim destruindo armas, bases militares e túneis subterrâneos. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, garantiu aos 60 mil israelenses(DW, 2024a) que haviam sido deslocados da região norte na fronteira com o Líbano devido aos ataques do Hezbollah poderiam retornar para suas casas em breve.

### 6.2.5 Cessar-Fogo entre Israel e Hezbollah

O recente movimento de negociações entre Israel e Hezbollah, sinalizando para um cessar-fogo, pode ser entendido como uma estratégia de autopreservação do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. Considerando que essa decisão do governo de Tel Aviv daria fôlego às forças militares israelenses, que passariam a ter toda sua dedicação voltada para o enfrentamento do Hamas na Faixa de Gaza — mesmo tendo que lidar com outras frentes em menor grau, como os embates com o Irã e os Houthis no Iêmen. Afinal, a partir do compromisso de cessar-fogo, o Hezbollah teria que limitar sua atuação contra o Estado hebraico, afetando a dinâmica de suporte entre a tríade: Irã, Hamas e Hezbollah.

Enquanto isso, analisando o que o acordo representaria para o grupo xiita libanês, o aceite surge como uma alternativa perante o profundo desgaste que o conflito impôs para o Hezbollah. Os poderosos bombardeios israelenses, somados à perda de tantos líderes históricos

que ocupavam posições-chave dentro do grupo, abalou suas estruturas de maneira significativa. Internamente, o Hezbollah sofreu com a diminuição de sua influência como ator político com cadeiras no governo do Estado do Líbano, e externamente, a organização viu sua capacidade militar ser gravemente comprometida.

Nesse contexto, após o recrudescimento do conflito, com a invasão israelense no Líbano e o crescente número de ataques entre Israel e Hezbollah, o acordo de cessar-fogo foi aceito por ambas as partes. Assim, pouco mais de um ano após o 7 de outubro, e o início dos embates em Gaza e no Líbano, o acordo foi posto em prática no dia 27 de novembro de 2024 — mesmo tendo em vista os intensos bombardeios israelenses às instalações do Hezbollah, no sul do Líbano, horas antes à anuência.

Em meio a esses ataques aéreos, o premiê Benjamin Netanyahu comentou(DW, 2024a) sobre a trégua temporária, aceita pelo Gabinete de Segurança de Israel, alertando que responderia caso o Hezbollah descumprisse alguma das regras: “a duração do cessar-fogo depende do que acontecer no Líbano, se o Hezbollah violar o acordo ou tentar rearmar-se, atacaremos”. O governo de Israel ainda fez questão de demonstrar seu apreço pelo apoio dos norte-americanos, que são fundamentais aliados e financiadores dos judeus em seus conflitos: “em plena cooperação com os Estados Unidos, mantemos total liberdade de ação militar”.

O acordo é resultado de meses de negociações lideradas pelos Estados Unidos e pela França, com interlocutores de Israel, do Líbano e do Hezbollah. Conduta que foi comemorada pela comunidade internacional como um momento de grande importância, especialmente para os civis que estavam pagando um preço enorme. Com António Guterres, secretário-geral da ONU, declarando (??) ser “o primeiro raio de esperança pela paz em meio à escuridão dos últimos meses”, mas ponderando ser “essencial que aqueles que assinaram o compromisso de cessar-fogo o respeitem integralmente”.

O documento não foi divulgado, mas tem como base a Resolução 1701 da Nações Unidas, elaborada em 2006, após os últimos conflitos entre Hezbollah e Israel, anteriormente ao atual. Além disso, Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, que costurou o acordo, declarou que o cessar-fogo foi planejado para 60 dias, acreditando em uma extensão para uma trégua permanente e que quem sabe impacte para que a situação em Gaza tenha desfecho semelhante. Além disso, Biden destacou seu apoio aos judeus, dando um recado para inimigos no Oriente Médio: “ao Hezbollah e a outras organizações terroristas não será permitido, ênfase, não será permitido que ameacem novamente a segurança de Israel.” (VEJA, 2024).

Pelo acordo Israel deveria retirar gradualmente as tropas que estão no Líbano e em troca o governo libanês enviaria militares para os territórios que ficam na fronteira, fazendo valer a Resolução 1701 da ONU, de 2006, que prevê uma zona tampão, sem a presença do Hezbollah, entre Israel e Líbano. A intenção é que os mais de 60 mil israelenses e 1,3 milhões libaneses que foram obrigados a deixarem suas casas, próximas à fronteira, retornem o quanto antes.

Por fim, o acordo foi comemorado pela comunidade internacional como um grande avanço nas relações e discussões diplomáticas. Sendo um alívio para a questão humanitária na fronteira, ao considerar a morte de pelo menos 4 mil libaneses assim como cerca de outros 15 mil feridos, desde o início do conflito em outubro de 2023, segundo o Ministério da Saúde do Líbano. Contudo, há cautela, por saber que para que um cessar-fogo evolua para algo mais robusto, como um acordo de paz, é fundamental que ocorra uma construção de confiança entre os atores envolvidos. Situação esta que é frágil entre Israel e Hezbollah, por figurarem como grandes inimigos com interesses muito incompatíveis no contexto do Oriente Médio.

Essa construção de confiança, que demanda tempo e esforço, visando manter as relações diplomáticas ativas, tem sido colocada à prova constantemente. No mesmo dia que o acordo firmado, em 27 de novembro de 2024, ocorreram seguidas acusações de violações das regras estabelecidas, feitas por ambas as partes, demonstrando certa fragilidade do cessar-fogo. Com grande insatisfação de Israel, que exige que o governo do Líbano faça sua parte, desarmando o Hezbollah e retirando o grupo da fronteira, para além do rio Litani. Ainda, no começo de dezembro, o ministro da Defesa israelense, Israel Katz, foi categórico ao dizer que se o acordo fracassar as Forças Armadas Israelenses não farão distinção entre o governo do Líbano e o Hezbollah: “o exército do líbano precisa cumprir sua parte, que é manter o Hezbollah longe do Litani e desmantelar toda a infraestrutura do grupo”(CNN BRASIL, 2024b).

No fim do ano de 2024, em 11 de dezembro, forças israelenses deixaram a cidade libanesa de Khiam, no sul do país, marcando a primeira retirada oficial desde a assinatura do acordo de cessar-fogo. A movimentação foi confirmada pelos Estados Unidos, por Israel e pelo Líbano, com a substituição pelo exército libanês em coordenação com a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), que passaram a administrar Khian, localizada a 5 km da fronteira com Israel. Contudo, Benjamin Netanyahu disse que Israel continuaria a usar drones para monitorar movimentos no Líbano, garantindo sua segurança contra possíveis ações do Hezbollah, declaração que foi criticada por autoridades libanesas, por não fazer parte do acordo, além de violar sua soberania nacional.

## 6.3 Israel e os Houthis do Iêmen

Com o início do conflito entre Hamas e Israel em outubro de 2023, os Houthis, grupo paramilitar xiita islâmico baseado no Iêmen, declarou apoio público aos palestinos, assumindo uma postura hostil contra o Estado hebraico. O envolvimento do grupo ieminita no conflito em Gaza — que acontece bem distante de sua sede de poder em Sanaa, capital do Iêmen —, está diretamente ligado à sua aliança informal com o Eixo de Resistência. Liderado pelo Irã, o eixo atua em diversas frentes contra Israel, visando dar suporte ao Hamas, principalmente com o Hezbollah, no Líbano, que também é forte aliado dos Houthis. Além de outros atores militares e políticos já conhecidos, presentes no eixo, como grupos xiitas no Iraque, militantes

na Cisjordânia e o antigo governo de Bashar al-Assad, na Síria.

A demonstração de seu alinhamento com o Eixo de Resistência, reflete em como o grupo se organiza nas disputas geopolíticas do Oriente Médio, recebendo armas e treinamento militar das forças iranianas. Desse modo, o vínculo com o Irã e o suporte dos aiatolás fortalecem a capacidade de atuação dos Houthis em projetar seu poder na região, atacando até mesmo alvos poderosos como Israel.

A posição de solidariedade dos Houthis com o Hamas, que vem sofrendo em decorrência dos poderosos ataques de Israel em Gaza, aconteceu ainda em outubro de 2023, através de investidas estratégicas contra o Estado judeu, com lançamento de mísseis e ações com drones. Embora o sistema de defesa israelense tenha sido eficaz em interceptar a maioria dos ataques, não causando grandes prejuízos para Tel Aviv, a ação foi o que determinou a entrada do grupo iemenita no conflito.



Figura 16 – As alianças de poder do Eixo de Resistência que os Houthis do Iêmen participam contra Israel. (G1, 2024a)

Assim, uma nova frente de batalha foi inaugurada, agora envolvendo o sul da península arábica, com mais um grupo paramilitar alinhado ao Irã deflagrando agressões contra Israel, de maneira a preocupar novamente a comunidade internacional em relação ao risco de uma escalada para uma guerra regional.

Ainda que os Houthis não possuam a mesma capacidade militar de enfrentamento do Hezbollah, suas ações têm o seu valor, aumentando a popularidade internamente com o povo iemenita, em meio a guerra civil, e ampliando a visibilidade de sua causa externamente para o mundo. Além disso, há uma diferença geográfica crucial entre os dois casos, com o Líbano compartilhando a fronteira com Israel enquanto o Iêmen está separado do Estado judeu por toda a extensão da Arábia Saudita, situação que dificulta tanto ataques fronteiriços quanto expedições terrestres.

### 6.3.1 Criação dos Houthis

O grupo nasceu no Iêmen no início dos anos 1990 como um movimento religioso, cultural e político dentro da comunidade zaidita, que é uma corrente islâmica xiita predominante nas regiões montanhosas do norte do país. Sua fundação tem origem a partir do clérigo, político e militar zaidita, Hussein Badreddin al-Houthi, cujo sobrenome deu nome à organização.

O movimento foi criado manifestando o propósito de combater a marginalização cultural e religiosa que os xiitas vinham sofrendo do governo central, de orientação sunita, majoritária no país. Para isso, buscava preservar e revitalizar os ideais do zaidismo, resgatando o protagonismo vivido durante a Monarquia Zaidita, que governou o Iêmen até a República Presidencialista Árabe, estabelecida em 1962, com apoio da Arábia Saudita e dos Estados Unidos.

É essencial o entendimento que a república no Iêmen apesar de ter traços que flertavam com a democracia, como eleições e constituição, sempre foi marcada pelo autoritarismo de seus presidentes, com base na corrupção escancarada, forte repressão de dissidentes e manipulação das instituições. Quadro que despertou a fúria de inúmeros grupos insatisfeitos com as perseguições e situação de miséria da população, recorrendo à guerrilha armada, como é o caso do maior deles, os Houthis.

Nos anos 2000, especialmente após a Guerra do Iraque (2003-2011), o movimento começou a adotar uma postura mais combativa contra o governo iemenita local, assim como em oposição ao imperialismo norte-americano. Os Houthis se alinharam ao Irã devido a orientação xiita compartilhada, adotando uma retórica fortemente antiocidental e anti-Israel — ou até antissemita. Seus lemas incluem frases como “Deus é grande, morte aos EUA, morte a Israel, maldição sobre os judeus e vitória para o Islã”. Além disso, mantém uma postura ferrenhamente anti-saudita, considerando a Arábia Saudita um adversário regional e líder da corrente sunita no Oriente Médio.

A partir desse momento, o grupo iemenita passou por um intenso processo de radicali-

zação e transformação militar, culminando em uma revolta armada contra o governo do ditador Ali Abdullah Saleh em 2004. O conflito resultou na morte do líder zaidita, Hussein al-Houthi. Posteriormente, o movimento passou a ser liderado por Abdul-Malik al-Houthi, irmão de Hussein, que ficou responsável por reorganizar as diretrizes do grupo e intensificar a luta armada. Como consequência, entre 2004 e 2010, o país mergulhou em uma guerra civil entre os militantes houthis e o governo central, consolidando a força militar e política zaidita, especialmente no controle de partes do norte do Iêmen.

Em meio aos protestos da Primavera Árabe, em 2011, os Houthis se aliaram temporariamente a outros grupos do Iêmen e comandaram a luta pela deposição do ditador Ali Abdullah Saleh, que ocupava o poder desde 1978. Os esforços tiveram efeito e derrubaram Saleh, em 2012, que cedeu a forte pressão e deixou o cargo após 33 anos, entregando o governo para seu vice, Abd Rabbuh Mansur Hadi. Assim, os Houthis puderam expandir sua zona de influência, devido ao certo vácuo de poder deixado, tomando a capital Sanaa, em 2014, e derrubando Hadi, em 2015. Os houthis no poder provocaram uma resposta de inimigos regionais, através de uma intervenção da coalizão liderada pela Arábia Saudita.

Desde então, os Houthis se consolidaram como a principal força no norte do Iêmen, gozando do apoio financeiro e militar do Irã, assim expandindo a influência e força do arco xiita no Oriente Médio. Em contrapartida, enfrentam uma Guerra Civil contra a coalizão, formada pela força local — reconhecida como governo oficial pela ONU — junto do apoio saudita, que ocupa o centro do território. Além de outros diversos grupos menores que disputam a parte sul do país. De forma que, o conflito atual apresenta um cenário no qual os houthis acusam a força oficial de ser altamente repressiva com caráter ditatorial, enquanto o governo classifica o movimento zaidita como extremista e terrorista.

### 6.3.2 Apoio ao Hamas

O posicionamento solidário ao Hamas, manifestado pelos Houthis, evidenciou a complexa dinâmica geopolítica de poder no Oriente Médio, expondo as diversas alianças entre muitos atores — seja Estados estabelecidos ou grupos paramilitares — responsáveis pela intensa polarização atual. Nesse sentido, a partir do conflito entre Israel e Hamas, alianças de poder disputam a hegemonia no Oriente Médio, alimentando conflitos em múltiplas frentes, como as tensões no sul do Líbano, os combates em Gaza e a guerra civil no Iêmen.

Perante essa complexa disputa, há dois blocos principais em embate, tanto com agressões diretas como em circunstâncias indiretas. Primeiro, de um lado, Israel, Arábia Saudita, Estados Unidos e o governo do Iêmen reconhecido internacionalmente, que compartilham interesses estratégicos em conter a expansão da influência iraniana e combater grupos que consideram ameaças terroristas, como Hamas, Hezbollah e os Houthis. Em contraposição, de outro, o Irã e seus aliados paramilitares, que inclui o Hamas na Faixa de Gaza, o Hezbollah no Líbano e os Houthis no Iêmen, formando o Eixo de Resistência, que compartilham uma ideologia



anti-ocidental e anti-israel, apoiando-se em uma rede de milícias e grupos armados que visam expandir sua influência na região, além de frequentemente desafiar as alianças pró-ocidente.

Essas estruturas de aliança de poder apresentam certas nuances e devem ser analisadas de acordo com cada situação. Como o caso entre Israel e Arábia Saudita, que apresentam uma cooperação estratégica porque ambos entendem o programa nuclear iraniano e a influência dos aiatolás, em meio a grupos paramilitares, como uma ameaça regional. Contudo, devemos ponderar a profundidade das relações diplomáticas entre israelenses e sauditas, ao considerar as diferenças religiosas e a rivalidade histórica entre judeus e muçulmanos, além de Riad, capital saudita, não reconhecer Israel como um Estado, por certo comprometimento com a questão palestina.

### 6.3.3 Ataques no Mar Vermelho



Figura 17 – Destaque do Estreito de Babelmândebe próximo ao Iêmen e do Canal de Suez. (G1, 2023)

Na tentativa de demonstrar um apoio efetivo ao Hamas, mísseis balísticos e drones foram lançados do território iemenita em direção ao espaço aéreo israelense, com objetivo de



desestabilizar Israel e ampliar a pressão sobre o país, mediante o enfrentamento em múltiplas frentes. Em retaliação, as Forças de Defesa de Israel (IDF) responderam com um poderoso ataque aéreo em uma central elétrica e em depósitos de combustível em Hodeidah, que é uma cidade localizada no oeste do Iêmen, e por estar próxima ao Mar Vermelho abriga um dos principais portos do país, com instalações modernas controladas por militares zaiditas.

Essas ações dos Houthis contra Israel, incluindo ataques com mísseis e drones em direção a Tel Aviv, foram amplamente neutralizadas pelo sofisticado sistema de defesa antiaérea israelense. Por isso, diante da limitada eficácia dessas investidas, o grupo zaidita passou a se concentrar em uma nova tática para atingir seus inimigos, voltando-se para o Mar Vermelho.

O grupo xiita iemenita iniciou ataques às embarcações que passavam por dentro do Mar Vermelho, com o objetivo de atingir os judeus, à primeira vista focando apenas em navios que partiam em direção a Israel ou aqueles que hastearam bandeiras israelenses ou estadunidenses. No entanto, essa distinção não perdurou, com ataques indiscriminados a qualquer embarcação que cruzasse a área.

#### Rota alternativa de transporte evitando o Mar Vermelho

— Usando o Mar Velho/Canal de Suez	— Contornando o Cabo da Boa Esperança
10.000 milhas náuticas (18.520 km)	13.500 milhas náuticas (25.000 km)
25,5 dias*	34 dias*

\*Baseado na velocidade média de navegação de 16,43 nós



Figura 18 – Caminho da rota marítima comercial entre Ásia e Europa pelo Mar Vermelho e pelo Cabo da Boa Esperança. (BBC NEWS, 2024b)

A rota marítima do Mar Vermelho é uma das mais importantes do mundo, conectando o Oceano Índico ao Mediterrâneo e sendo uma via fundamental para o comércio global. Afinal, é a rota de navegação mais curta entre a Europa e a Ásia, movimentando cerca de 15% a 20% do transporte marítimo global. O percurso tem apenas um caminho possível, com uma passagem

ao sul, no Estreito de Bab el Mandeb (Babelmândebe), que fica entre Iêmen e o país africano da Eritreia, até uma única saída ao norte, através do Canal de Suez, no Egito. Dessa forma, os navios são obrigados a navegarem muito próximos à costa do Iêmen, tornando-os alvos fáceis de piratas e sequestradores.

Essas ações dos Houthis representam um impacto expressivo para a economia global, prejudicando todo um ecossistema de transportes marítimos. Ao trazer insegurança à rota, forçam as embarcações a fazer o contorno pelo extremo sul da África, através do Cabo da Boa Esperança, para ligar Oriente Médio e Ásia a Europa, deixando as empresas de transporte internacional em alerta máximo, por conta do aumento dos custos de deslocamento impostos pelo novo trajeto.

Os ataques em alto mar são vistos com preocupação pela União Europeia (UE), sobre a possibilidade de desencadear uma crise energética, já que interrupções na rota do Mar Vermelho podem elevar os preços do petróleo vindo do Oriente Médio. Em resposta, visando minimizar os danos econômicos e demonstrar apoio a Tel Aviv, potências como Estados Unidos e Reino Unido intensificaram suas atividades na região e passaram a retaliar os ataques dos Houthis, com operações de proteção às embarcações e bombardeios a alvos do grupo rebelde no Iêmen, utilizando caças americanos nas províncias de Amran e Saada, ao norte da capital Sanaa.

Os Houthis, anteriormente removidos da lista de organizações terroristas da Casa Branca, voltaram a figurar entre os alvos prioritários dos Estados Unidos após os eventos de outubro de 2023. Como consequência, mediante os ataques ao Mar Vermelho e ao Golfo de Aden, em meados de outubro de 2024, o secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, anunciou o uso de bombardeiros furtivos B-2 contra o grupo iemenita, para: “deixar claro que haverá consequências para os ataques ilegais e imprudentes” (CNN, 2024). Marcando a primeira vez de uma das armas mais sofisticadas do arsenal de longo alcance americano em ataques contra os xiitas zaiditas.

## 6.4 Israel e Síria

O histórico de hostilidades entre sírios e israelenses é vasto, com pelo menos três grandes conflitos marcando as relações entre os dois países, desde a criação do Estado de Israel, em 1948: a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973). Todavia, apesar do ressentimento acumulado por conta desses confrontos históricos, além do governo sírio ter condenado veementemente os ataques israelenses em Gaza, o envolvimento atual da Síria no conflito entre Israel e Hamas está mais relacionado a uma posição junto a aliados regionais e na demonstração de apoio à causa palestina.

### 6.4.1 A Relação entre Síria e Palestinos

Os laços entre sírios e palestinos são complexos, durante um período, anteriormente a esse apoio atual ao Hamas após o 7 de outubro, ocorreram episódios que abalaram a relação entre o regime sírio e integrantes do grupo baseado em Gaza.

Em 2011, com a guerra civil deflagrada na Síria, o Hamas se aproximou e apoiou os rebeldes anti-Assad por compartilharem a vertente sunita do islâmismo, enquanto palestinos que viviam dentro da Síria foram executados por tropas pro Bashar al-Assad, presidente na época de origem xiita. O governante sírio considerou a ação uma grande traição, ao ponto que a pressão foi tanta que em 2012 o Hamas se viu obrigado a retirar sua base de apoio em Damasco e movê-la para o Catar, causando rugas na relação.

Recentemente, os laços voltaram a se estreitar mediante a ponte que o Irã representava como um aliado em comum, de forma a organizar uma força de interesses mútua. Embora ainda pairasse uma desconfiança, com Assad apoiando retoricamente, mas não se dispondo a correr riscos políticos e de segurança em nome do Hamas, focando exclusivamente nos próprios problemas internos.

### 6.4.2 O Envolvimento da Síria no conflito entre Hamas e Israel

Sob o governo de Bashar al-Assad, a Síria inicialmente detinha uma postura discreta no conflito iniciado em 7 de outubro de 2023, apenas se envolvendo indiretamente, por meio de seu alinhamento estratégico com o Irã e outros grupos armados presentes no Eixo de Resistência. Entretanto, com o avanço do conflito, o papel da Síria se tornou mais relevante, representando uma participação territorial significativa nos embates entre Israel e grupos armados aliados ao Hamas. Essa atuação se deu, sobretudo, em colaboração com o Hezbollah, que, além de enfrentar fortemente as forças israelenses no sul do Líbano, manteve uma presença ativa ao lado do exército sírio.

Essa cooperação entre as forças militares de Bashar al-Assad e o Hezbollah remonta ao início da Guerra Civil Síria (2011-2024), quando o grupo paramilitar libanês enviou combatentes ao território vizinho, para ajudar o regime sírio na contenção de rebeldes que se insurgiram contra a ditadura de Assad. Nesse sentido, a atuação da guerrilha libanesa foi crucial na manutenção do governo sírio nos primeiros anos de conflito, contribuindo para a reconquista de cidades estratégicas perdidas durante os combates com os rebeldes. Esse apoio consolidou os laços entre Síria, Hezbollah e Irã, fortalecendo o Eixo de Resistência para que voltassem a atuar juntos no conflito contra Israel.

Com o aval de Assad, o território sírio assumiu um papel estratégico fundamental como campo de operações para o Hamas e o Hezbollah. Sua localização geograficamente privilegiada, com fronteiras compartilhadas com Israel e Líbano, tornou a Síria um ponto-chave para o estabelecimento de bases dos grupos paramilitares adversários de Israel. Essa configuração permitiu

que as milícias apoiadas pelo Irã, em solidariedade ao Hamas, realizassem ataques com foguetes e drones, contra o norte de Israel, diretamente da Síria. Além disso, o país desempenhou um papel crucial como corredor logístico no transporte de armas iranianas, que atravessavam o Iraque e a Síria antes de chegar às mãos dos membros do Hezbollah no Líbano.

Em resposta, Israel lançou diversos bombardeios a alvos dentro da Síria, visando destruir infraestrutura militar e depósitos de armas, utilizadas por essas milícias inimigas no suporte logístico e operacional do Hamas. O alvo principal das operações das Forças de Defesa de Israel (IDF) na Síria foram células do Hezbollah, que teve grande atuação na região, desde o suporte fornecido a Bashar al-Assad durante a guerra civil.

Israel e Hezbollah já travavam duros embates — antes do cessar-fogo de novembro de 2024 — na região do sul do Líbano com o Norte de Israel, e que consequentemente se expandiu para o sul da Síria. Esse cenário foi visto com tom de preocupação, quanto ao risco de escalada do conflito para outras regiões, de forma que a ONU acusou Israel de violar a soberania do território sírio.

Dentre os tantos ataques, em 1º de abril de 2024, aviões de guerra israelenses realizaram bombardeios à embaixada do Irã em Damasco. A ofensiva vitimou altos oficiais do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) que realizavam treinamentos de membros do Hezbollah e Hamas, na capital síria. Esse episódio aqueceu os ânimos entre Israel e o Eixo de Resistência, provocando uma série de embates diplomáticos e alguns ataques efetivos entre os aiatolás e os judeus. Situação que piorou em sequência, principalmente por conta de operações israelenses que resultaram em assassinatos de líderes tanto do Hezbollah quanto do Hamas.

Mesmo perante a aliança do governo de Bashar al-Assad com os aiatolás, o Hezbollah e o Hamas, o exército sírio preferiu não se envolver tão profundamente no conflito com Israel. Na verdade, por não ter fôlego, a Síria não representava uma nova e poderosa frente de combate para os judeus, mas uma espécie de zona de influência iraniana no conflito, sendo um braço do Hezbollah nos embates e bombardeios contra Netanyahu. Afinal, Assad tinha que lidar com suas próprias questões internas, com dedicação estratégica e militar na tentativa de conter os rebeldes que tentavam derrubá-lo desde o início da guerra civil, que começou em 2011 como desdobramento da Primavera Árabe.

### 6.4.3 Queda de Bashar al-Assad

O regime de Bashar al-Assad chegou ao fim em 8 de dezembro de 2024, encerrando mais de 50 anos de poder da família Assad. A dinastia Assad tem início em 1970, quando Hafez al-Assad, pai de Bashar, tomou o poder e só deixou o cargo ao morrer, em 2000, momento no qual Bashar herdou o posição de presidente da Síria, até ser derrubado recentemente por alianças rebeldes sunitas. Assim, a Síria saiu de uma ditadura brutal e longeva, bem como de uma devastadora guerra civil que se estendeu ao longo de 13 anos.

Inspirada por revoltas em países como Tunísia e Egito, a guerra civil na Síria teve início em 2011 como parte da onda de protestos do movimento conhecido como Primavera Árabe, que aqueceu o cenário político do Oriente Médio, sacudindo governos autoritários por toda a região.

Inicialmente, a situação na Síria era caracterizada por manifestações pacíficas contra o governo autoritário de Bashar al-Assad, com clamor popular por democracia, transparência, fim da corrupção e melhores condições de vida para o povo sírio. A insatisfação escalou para uma guerra civil complexa e multifacetada quando o ditador respondeu como manda uma boa ditadura, com violenta repressão, usando o exército contra o próprio povo, ao prender, torturar e matar manifestantes.

Em sequência, ocorreram inúmeras reviravoltas, com trocas variadas de posição de poder entre muitos grupos políticos e paramilitares, além da influência de forças externas. Aspectos tantos que após 13 anos de conflito finalmente culminaram na queda da ditadura de Bashar al-Assad.

#### 6.4.4 Guerra Civil Síria (2011-2024)

O cenário da guerra civil era de alta complexidade e envolvia múltiplos players (atores), tanto internos como externos, incluindo forças governamentais, grupos paramilitares, organizações extremistas, além de intervenções de potências regionais e globais. O grande número de agentes e alianças de poder com interesses conflitantes, transformaram a Síria em um campo de batalha para disputas nacionais e internacionais, utilizando o mecanismo de proxy war (guerra por procuração), tão comum no contexto de conflitos multifacetados no Oriente Médio.

Dessa forma, no cerne do conflito pelo controle de Damasco, havia dois principais grupos de interesse. De um lado, Bashar al-Assad, com a direção do governo sírio e das forças armadas regulares — exército, aeronáutica e marinha —, além do apoio estratégico de aliados como o Irã, por meio da Força Quds assim como da milícia libanesa Hezbollah; e da Rússia, que contribuiu com ataques aéreos, logística e treinamento militar. Do outro lado, a nova força que assumiu o governo na Síria, e foi oposição política responsável por derrubar Assad, composta por uma coalizão de diversas forças militares lideradas por rebeldes. Essa aliança inclui tanto facções moderadas quanto extremistas com suporte de potências regionais como Turquia, Arábia Saudita e Qatar.

### 6.4.5 Disputa no Norte da Síria

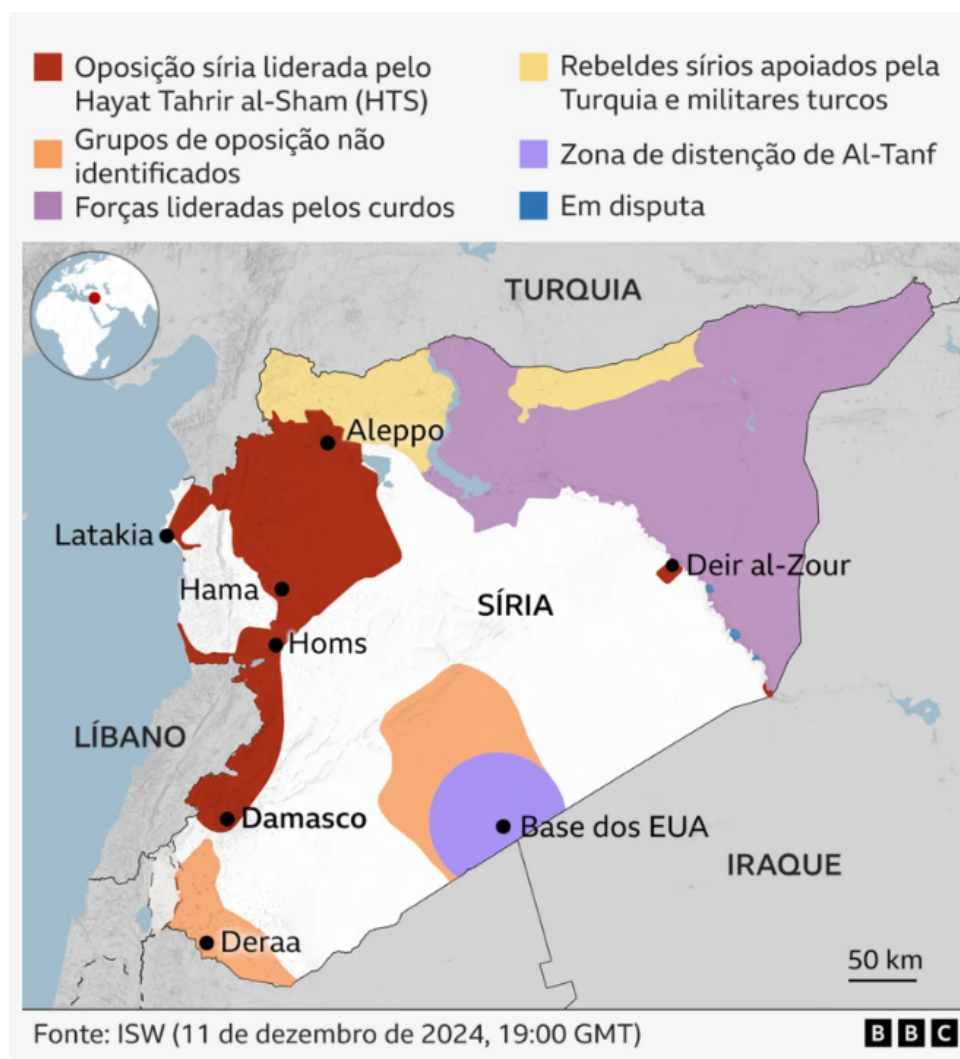


Figura 19 – Disputa pelo poder de regiões no norte da Síria e sul da Turquia. (BBC News Brasil, 2024)

Paralelamente ao conflito central entre as milícias e o regime de Assad, há outras zonas em embate, como a acirrada disputa no norte do país. Na qual, uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos, em parceria com as Forças Democráticas Sírias (FDS), atuou com o objetivo de combater o Estado Islâmico (EI) e outros grupos jihadistas. Em 2014, o EI passou a controlar várias regiões do Iraque e da Síria, chegando a ter domínio por 70% do território sírio. Em 2019, o EI teve seu declínio, perdendo praticamente todas as áreas de controle ao não suportar a pressão militar americana junto das FDS.

Formadas em 2015, justamente para combater o EI no norte da Síria, as FDS fazem parte de uma estrutura militar liderada por forças curdas em aliança com vários outros grupos árabes. Controlando uma grande região localizada entre Síria, Turquia e Iraque, as FDS declararam unilateralmente a Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (AANES), caracterizando um Estado dentro de outro Estado, que controla um quarto do território sírio.

Perante esse contexto, as forças curdas também mantêm inúmeros embates com os turcos, que são considerados inimigos históricos na região.

Ainda no norte do território, temos a Turquia, que faz fronteira com a Síria, como mais um dos atores na disputa da região, engajada no combate tanto aos curdos quanto ao EI. Afinal, mesmo com o fim da guerra civil, os turcos veem com cautela a retirada completa de suas operações militares, alegando que tanto as forças curdas como as poucas células remanescentes do EI representam ameaças extremistas para o sudeste da Turquia, que faz fronteira com o norte da Síria.

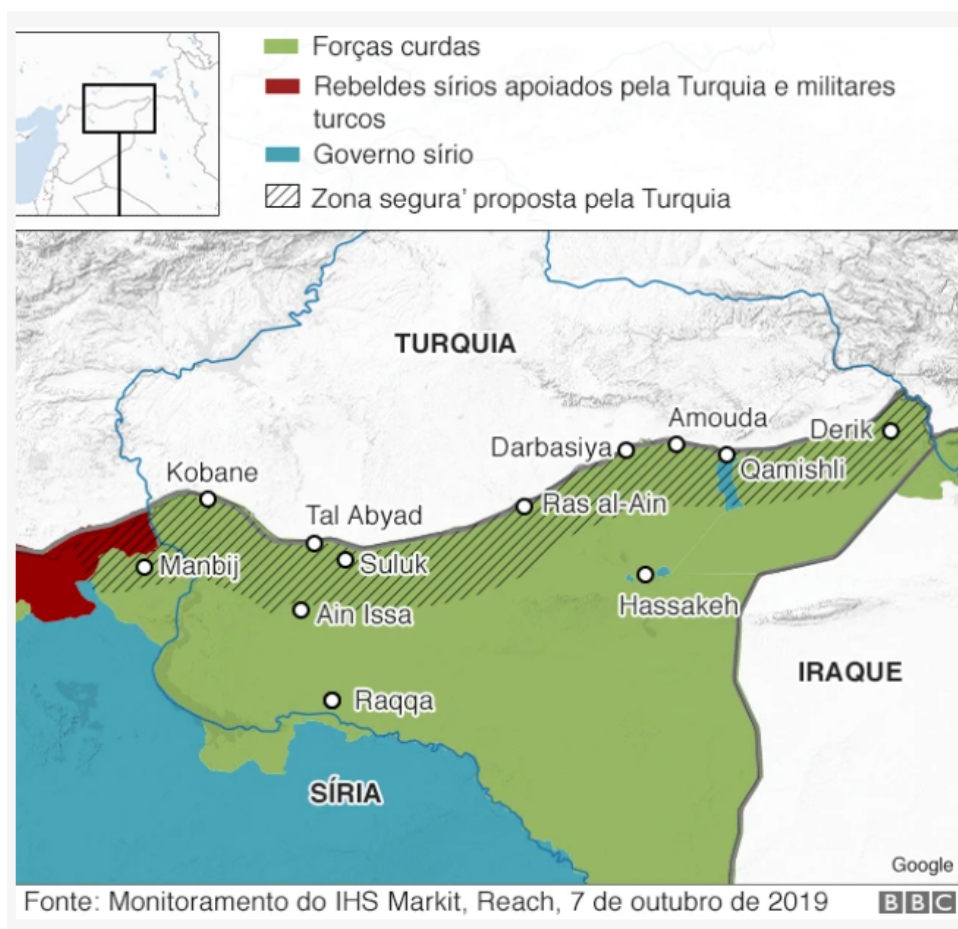


Figura 20 – Destaque para a zona de segurança que a Turquia deseja estabelecer entre a fronteira da Síria com a Turquia. (BBC News Brasil, 2019)

Pensando no domínio curdo de regiões da Síria, Turquia, Iraque e Irã, o governo de Ancara, capital da Turquia, deseja estabelecer uma zona de segurança ao longo da fronteira norte da Síria, para manter as forças curdas longe do seu território. Já em relação ao EI, o temor é em como a organização extremista irá se posicionar nesse novo xadrez geopolítico, considerando que mesmo enfraquecido aguarda uma oportunidade para libertar seus integrantes de prisões da região, que são em sua maioria administradas pelas forças curdas, e retomar um papel de destaque.





Figura 21 – Área onde as populações curdas estão historicamente localizadas e onde sonham em constituir um Estado independente, o Curdistão. (BBC News Brasil, 2019)

É relevante o entendimento da rivalidade enraizada entre turcos e curdos, com inúmeros conflitos e derramamento de sangue. Ao considerar o contexto, os curdos representam o quarto maior grupo étnico no Oriente Médio e o primeiro em números populacionais sem Estado próprio em todo o mundo, com um total de 30 milhões de pessoas. Dessa forma, perante o fato de não terem um país constituído, a maioria dos curdos vive na Turquia, cerca de 15 milhões, o que corresponde a aproximadamente 20% da população turca, circunstância que gerou instabilidade ao longo dos anos, com perseguições e repressão de qualquer movimento pela independência. Com isso, os curdos estão localizados principalmente entre o sudoeste da Turquia, o nordeste da Síria, o norte do Iraque, o noroeste do Irã e o sudoeste da Armênia, na região onde sonham um dia formar o Curdistão.

A aliança entre os Estados Unidos e as forças curdas no combate ao Estado Islâmico gerou um impasse com a Turquia. O apoio americano às Forças Democráticas Sírias (FDS) — por meio do envio de tropas, financiamento, fornecimento de armas e treinamento — fortaleceu a capacidade militar curda, mas, ao mesmo tempo, provocou um mal-estar com os turcos. A grande questão é até que ponto os EUA desejam manter esse apoio, mesmo correndo o risco de se indispor com a Turquia, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assim como os americanos. Essa situação se torna ainda mais complexa diante da postura ambígua do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, que oscila entre os interesses da OTAN, com o apoio à Ucrânia na guerra, e uma posição amistosa com a Rússia de Vladimir Putin.



### 6.4.6 A Queda Inesperada de Assad

Após tantos anos de guerra civil, em um conflito que aparentava estar congelado, a queda da ditadura na Síria foi encarada com certa surpresa, ao considerar outros momentos nos quais os rebeldes já estiveram melhor armados e com mais regiões sob controle.

O ponto de virada é que naquele momento os principais aliados de Assad enfrentavam desafios que limitavam a capacidade de fornecer o mesmo nível de apoio militar e financeiro ao regime sírio que em tempos anteriores. A Rússia, engajada na guerra contra a Ucrânia desde 24 de fevereiro de 2022, lidava com o desgaste imposto por quase três anos de conflito. O Irã, por sua vez, concentrava seus esforços na defesa de outros integrantes do Eixo de Resistência, como o Hamas, envolvido em combates intensos na Faixa de Gaza. Já o Hezbollah, esfacelado pelo acirramento dos confrontos com Israel, também enfrentava dificuldades, a ponto de ser obrigado a aceitar um cessar-fogo temporário com Benjamin Netanyahu.

A queda do ditador Bashar al-Assad, que pediu asilo à Rússia e foi para Moscou com sua família, mexe totalmente com as estruturas geopolíticas de poder do Oriente Médio. Afinal, a Rússia perdeu sua zona de influência mais importante e relevante dos últimos anos na região, além do local no qual suspeita-se que Vladimir Putin mantinha armas nucleares. O Irã também foi uma das potências regionais que mais acabou sendo prejudicado, posto que era aliado de Assad e utilizava a Síria como corredor para transportar armas e suprimentos para os rebeldes do Hezbollah no Líbano.

### 6.4.7 Síria pós Guerra Civil e Queda de Assad

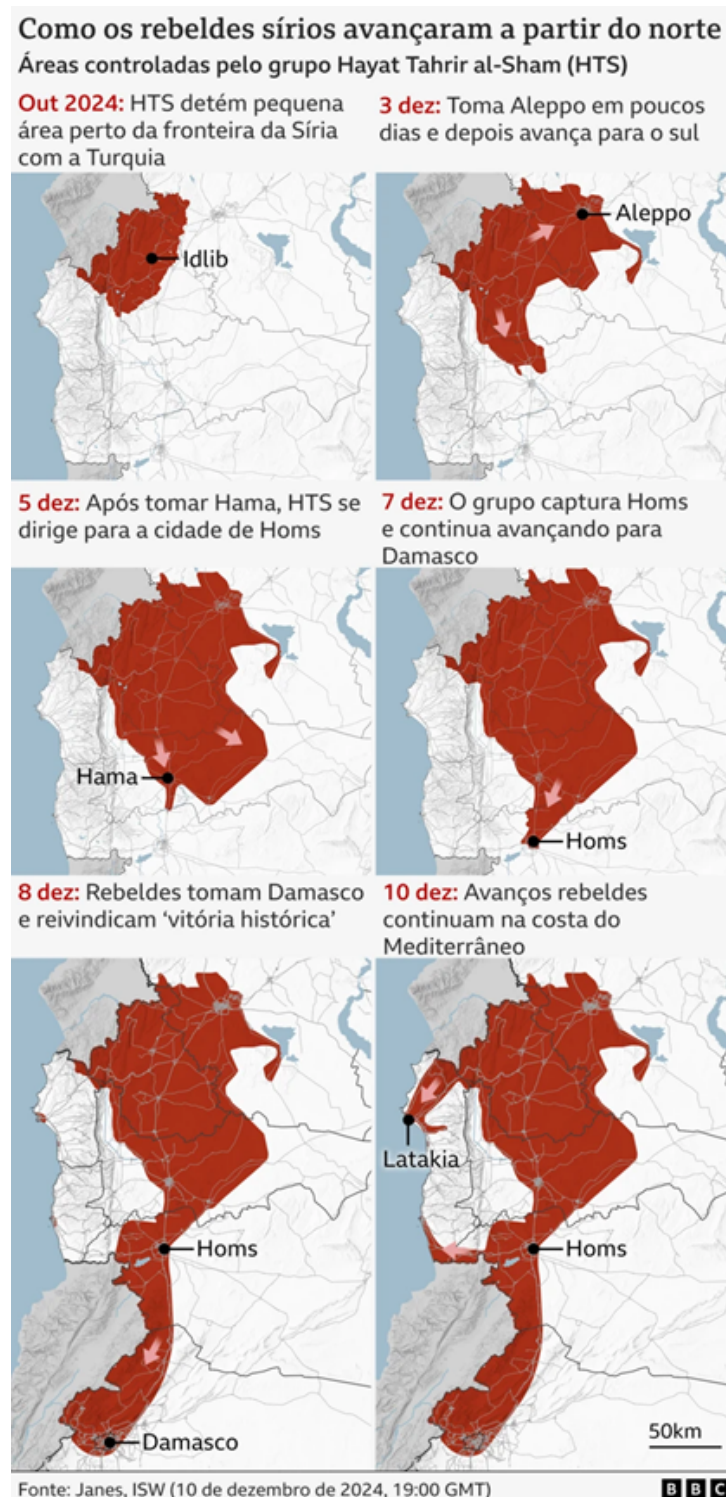


Figura 22 – Avanço dos rebeldes sírios do norte do território até a capital Damasco. (BBC News Brasil, 2024b)

O avanço dos rebeldes foi rápido e efetivo, iniciaram a campanha partindo do norte do país, tomando primeiro Aleppo, segunda maior cidade da Síria, descendo até Hamã e em seguida tomando Homs, até finalmente chegar à capital Damasco. Ao todo, a expedição militar

durou cerca de apenas 12 dias, culminando na queda de Bashar al-Assad em 8 de Dezembro.

O grupo sunita Hayat Tahrir al-Sham (HTS) ou Organização para a Libertação do Levante, foi quem liderou os rebeldes contra Assad e passou a ser responsável por costurar as alianças políticas para organizar e estabelecer as novas estruturas de poder na Síria. Após a tomada de poder, segundo declarações de lideranças, o HTS se autointitula como moderado, demonstrando-se aberto para dialogar com a comunidade internacional. O principal interesse, sobretudo, é construir uma imagem para ser governo tanto internamente quanto em negociações e diálogos com outros atores políticos, relacionando-se com países do Oriente Médio e potências globais.

A preocupação dos membros do HTS em reforçar que são moderados, insistindo que não há qualquer ambição jihadista, especialmente que o mundo realmente acredite nessa visão sobre o novo governo sírio, faz parte de uma tentativa de se dissociar de suas origens extremistas.

O HTS nasceu do grupo jihadista Estado Islâmico (EI), também conhecido como Ísis ou Daesh em árabe, que tem como objetivo estabelecer um califado, ou seja, um Estado governado pela interpretação radical da sharia, lei islâmica. Além disso, buscando mais o fundo sobre as bases da formação do EI — e por consequência do HTS — sua origem advém de uma ramificação da Al-Qaeda, que ganhou notoriedade no Iraque por suas táticas brutais em defesa de seus interesses antiamericanos. A Al-Qaeda foi responsável pelo atentado terrorista mais famoso da história, com os ataques de 11 de setembro de 2001, liderados por Osama bin Laden, as Torres Gêmeas do World Trade Center (WTC), na cidade de Nova York, nos Estados Unidos.

O Estado Islâmico (EI) surgiu como um braço da Al-Qaeda no Iraque (AQI) em 2004, passando por transformações até renomear-se como Estado Islâmico no Iraque (EII). Dessa forma, em 2013, aproveitando um momento de instabilidade da Síria, por conta da guerra civil, e no Iraque, após a retirada das tropas americanas, expandiu sua zona de atuação, sendo rebatizado como Estado Islâmico no Iraque e na Síria (ISIS), até ser simplesmente Estado Islâmico (EI). Sua atuação na Síria e no Iraque, declarando a criação do Califado Islâmico em 2014, perdeu força em 2019, após ações militares de uma colização internacional liderada pelos EUA.

Mediante todo esse histórico há uma desconfiança internacional quanto a como o HTS, que se desassociou do EI em 2016, irá se portar durante esse governo de transição. Há muitos desafios internos, considerando que o próprio HTS é composto por uma coalizão de diversas milícias e organizações dentro da sigla, além de outros aliados políticos que também têm interesse na nova Síria, de forma que o poder será partilhado por muitos grupos diferentes.

Todos estavam unidos pelo objetivo em comum de derrubar a ditadura Assad, contudo, são grupos com ideologias e ambições políticas diferentes, assim como seus patronos internacionais que também são distintos, não compartilhando a mesma visão de futuro para Síria. Dessa forma, a Síria corre risco de sofrer um processo de balcanização semelhante ao que aconteceu na Líbia e no Iraque, ou seja, a fragmentação do país em unidades de governo hostis entre si.

Essa dinâmica de divisão de poder terá que lidar com muitas diferenças, olhando para os curdos ao norte, na fronteira com a Turquia; os drusos, como uma minoria religiosa ao sul, na fronteira com Israel e Líbano; os sunitas com a liderança do HTS; antigas populações cristãs; os alauitas, que são uma minoria que justamente estava no poder representados pela família Assad, além de tantos outros grupos.

## 6.4.8 Preocupação Internacional com o Futuro da Síria

Durante a guerra civil, o governo do sanguinário Bashar al-Assad matou, torturou e prendeu milhares, com uso de armas químicas e violência extrema contra a própria população, além da destruição completa de cidades, suas casas e hospitais.

Segundo o Observatório Sírio para Direitos Humanos (SOHR) ([Observatório Sírio para Direitos Humanos \(SOHR\), 2024](#)) os 13 anos da Guerra Civil Síria (2011-2024) resultaram na morte de cerca de 617 mil pessoas, sendo 164 mil civis, com 122 mil homens, 16 mil mulheres e 26 mil crianças. Cerca de 13 milhões de pessoas foram deslocadas, obrigadas a abandonar suas casas, procurando refúgio em outras regiões dentro da Síria ou em outros países. A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) ([Agência da ONU para Refugiados \(ACNUR\), 2024a](#)) analisou que a situação ao final do conflito, em dezembro de 2024, apresentava 16 milhões de pessoas necessitando de assistência humanitária e de proteção na Síria.

O vácuo de poder deixado com a queda do ditador preocupa as autoridades internacionais, pelo temor que a Síria se torne um novo Iraque, com grupos terroristas extremistas assumindo a liderança do governo. De modo que, a ONU tem tratado o assunto com cautela em reuniões, discutindo como proceder para uma transição segura de poder, de forma que haja garantias com respeito às diversas minorias presentes no país.

Ao mesmo tempo, os sírios rebatem a interferência internacional nas tomadas de decisões internas para a composição do novo governo. O líder do HTS, Ahmed al-Sharaa, também conhecido como Abu Mohammed al-Jolani, diz que a Síria terá um governo para todos, respeitando minorias religiosas e étnicas, ao modo que proclamou uma anistia geral para todos os soldados do exército que eram leais a Assad. Além disso, é categórico quanto aos direitos e liberdades para as mulheres, afirmando que não serão obrigadas a usar o véu hijab e nem obedecer com submissão ao pai ou ao marido, podendo guiar as próprias escolhas.

As declarações proferidas pelo líder do HTS refletem a intenção de se mostrar para o mundo não mais como um grupo armado extremista, mas uma organização política que irá fazer uma transição segura. Contudo, não há qualquer garantia se essa posição moderada será seguida de fato, haja vista o exemplo do Talibã no Afeganistão, que fez promessas semelhantes e não as cumpriu.

As reações foram mistas entre a comunidade internacional, com a maioria dos países sendo extremamente cautelosos em suas declarações — mesmo entre os que eram rivais de

Bashar al-Assad — devido ao cenário de incertezas de como o novo governo sírio irá se re-estruturar mediante inúmeros grupos envolvidos na construção de poder. Ainda, há um temor entre alguns outros ditadores que governam Estados da região em como a queda de Assad pode impactar no domínio de seus países, como ocorreu durante os anos da Primavera Árabe, deflagrada em 2011.

#### 6.4.9 Ações de Israel na Síria após a Queda de Assad

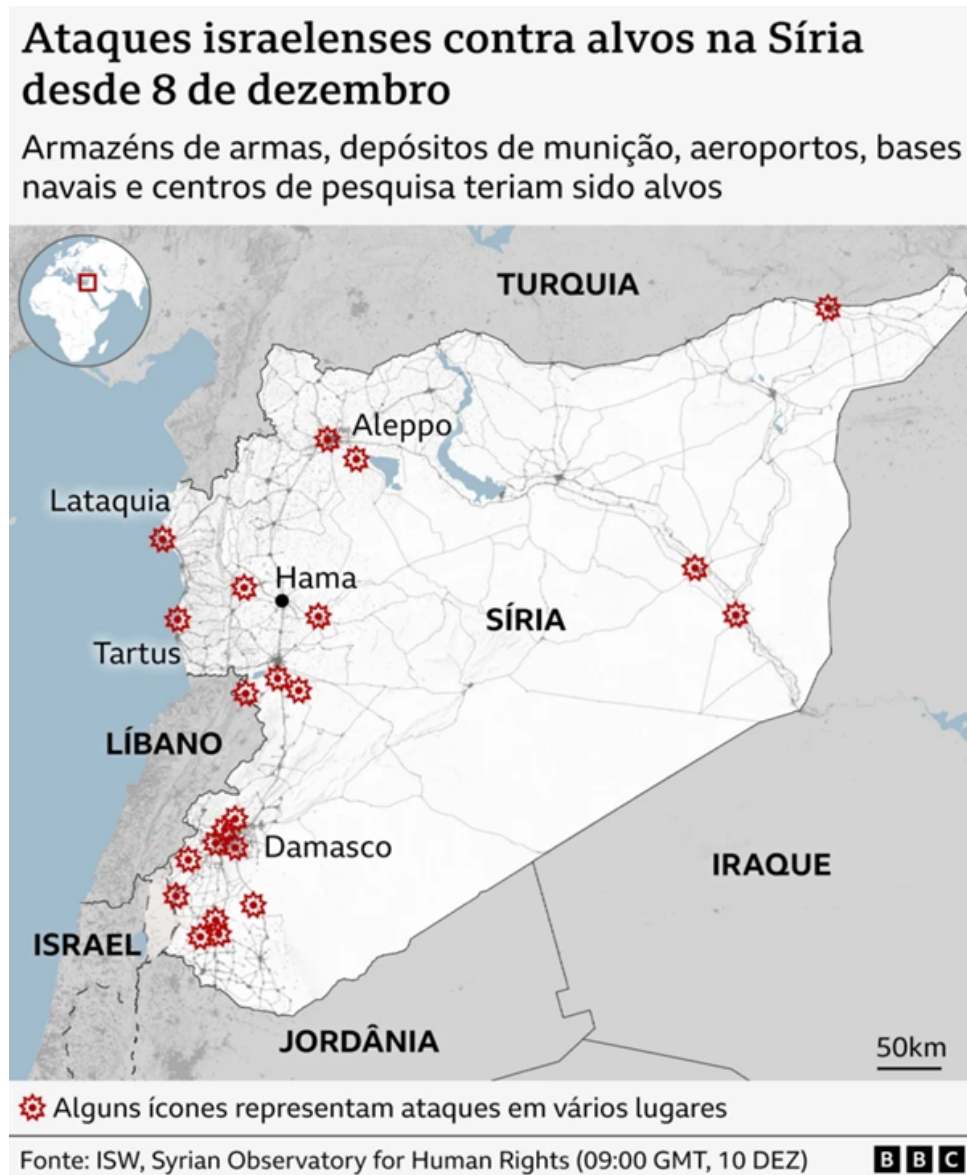


Figura 23 – Bombardeios de Israel a regiões estratégicas na Síria. (BBC News Brasil, 2024a)

Logo que o regime de Bashar al-Assad veio à baixo, Israel demonstrou preocupação em como o novo governo seria constituído na Síria e como se comportaria na dinâmica geopolítica do Oriente Médio. Dessa forma, invadindo novamente a soberania nacional, Israel agiu rapidamente e realizou uma série de bombardeios a todos os ativos e bases militares localizadas

em território sírio, com a justificativa de manter tal poderio bélico fora do alcance de grupos extremistas.

A principal preocupação estava em quem poderia colocar as mãos no arsenal de armas químicas, como o gás sarin e o gás cloro<sup>4</sup>, que Bashar al-Assad retinha. Ao todo, em questão de dois dias após a queda de Assad, foram quase 500 alvos, atingindo armazéns de armas, depósitos de munição, aeroportos, bases navais e centros de pesquisa, destruindo a força náutica e 90% dos famosos mísseis terra-ar sírios, segundo o ministro da Defesa israelense, Israel Katz.

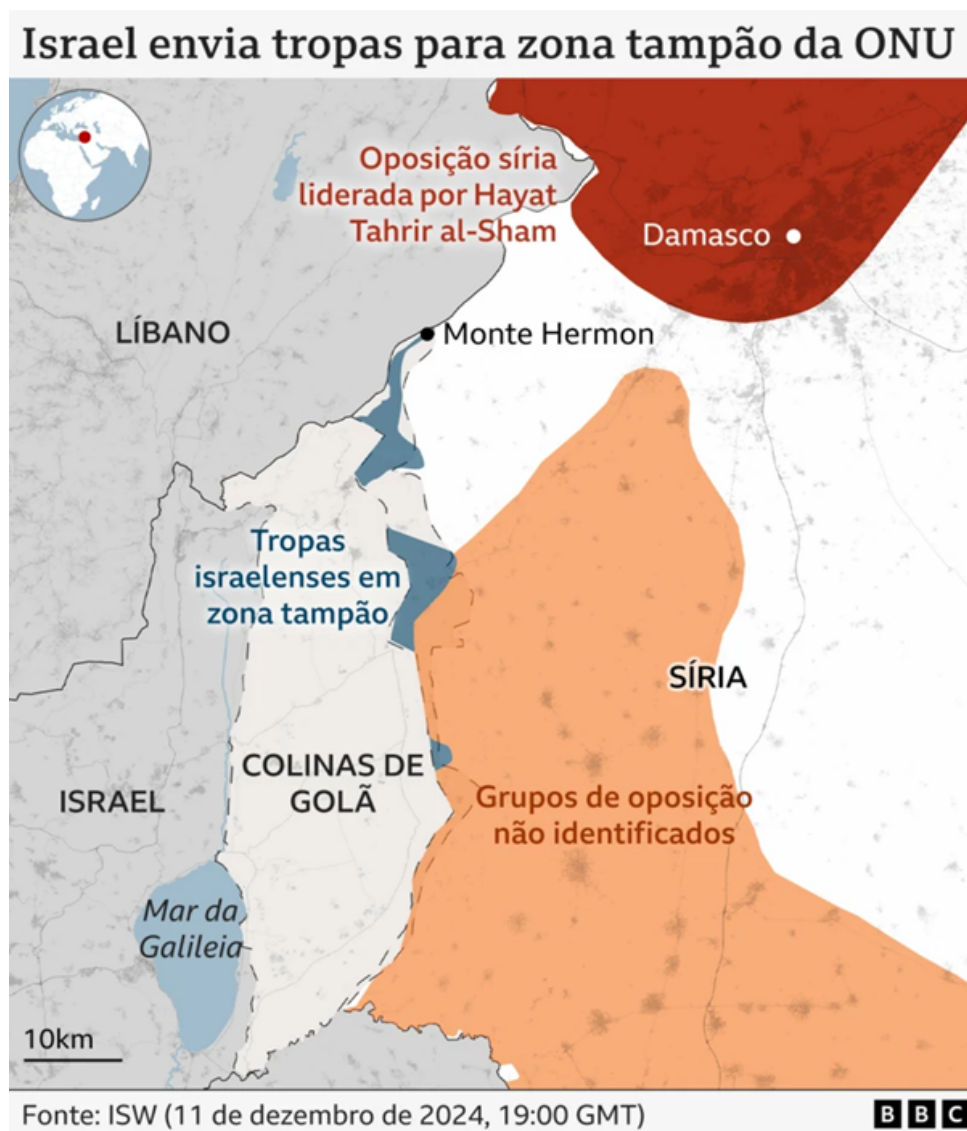


Figura 24 – Região das Colinas de Golã controladas por Israel desde que tomou da Síria durante a Guerra dos Seis Dias (1967). (BBC News Brasil, 2024b)

Seguindo o mesmo tom de cautela, com a lógica de se precaver às ameaças futuras,

<sup>4</sup> O gás sarin é uma arma química desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial, por não apresentar cor e nem cheiro é difícil identificá-lo, suas vítimas podem sofrer asfixia, desmaios, vômitos, espuma na boca, dores de cabeça, diarreia e até morte. Já o gás cloro passou a ser usado como arma química na Primeira Guerra Mundial, apresentando um forte odor, suas vítimas sofrem de irritação na mucosa e na pele, sendo letal em grandes quantidades.



Israel violou o acordo com a Síria ao enviar tropas para a zona tampão ou de amortecimento nas Colinas de Golã. Essa estrutura de proteção foi estabelecida após a Guerra do Yom Kippur (1973), como uma área desmilitarizada e controlada pela Força das Nações Unidas de Observação da Separação (UNDOF), com a função de evitar confrontos entre israelenses, que estão em Golã, e sírios, ao sudoeste do próprio país.

O movimento de Benjamin Netanyahu em militarizar a zona tampão, ao enviar as Forças de Defesa de Israel (IDF), não acontecia desde o fim da Guerra do Yom Kippur, quando a zona foi estabelecida no acordo de 1974, com a ocupação da missão de forças de paz da ONU. De forma, que Israel sinaliza um desejo de expandir sua ocupação nas Colinas de Golã como forma de reforçar seu domínio na região, que hoje abriga por volta de 20 mil israelenses. As Colinas de Golã são um planalto rochoso no sudoeste da Síria, que durante a Guerra dos Seis Dias (1967) foi uma importante região estratégica utilizada para realizar ataques a Israel pelo alto, e que foi invadida por forças israelenses, que passaram a controlar parte do Golã. Em sequência, durante a Guerra do Yom Kippur (1973), a Síria tentou retomar o domínio das colinas, mas fracassou. No final, em 1981, Israel anexou toda a região em uma ação que não foi reconhecida pela comunidade internacional, com exceção dos Estados Unidos, forte aliado dos judeus.

Atualmente, as Colinas de Golã representam um impasse diplomático, com a Síria afirmando não aceitar qualquer acordo de paz, a menos que Israel se retire do local. Além disso, há uma questão quanto aos moradores da região, posto que a maioria dos habitantes árabes sírios deixaram a área em 1967, fugidos durante a Guerra dos Seis Dias, e em paralelo Israel estabeleceu inúmeros assentamentos — considerados ilegais pela ONU — na região de Golã. Para Tel Aviv, as Colinas de Golã são um ponto estratégico para a manutenção da segurança nacional, perante ameaças de grupos apoiados pelo Irã que marcam presença na Síria e no Líbano, como o caso do Hezbollah.

Por fim, Israel afirma que todas essas ações, com ataques profundos ao território sírio e a militarização da zona tampão, fazem parte de uma série de medidas que visam garantir a segurança de seus cidadãos. Não haveria qualquer intenção de intervir nos assuntos internos sírios, sendo apenas uma posição defensiva temporária para evitar qualquer ataque surpresa, semelhante ao que aconteceu no 7 de outubro de 2023.

Há questionamentos quanto ao oportunismo de Israel, em estar se aproveitando de uma situação delicada de instabilidade de um adversário regional, que passa por uma reestruturação interna, para avançar no território sírio e estabelecer bases a cerca de 30km da capital Damasco, nas Colinas de Golã. Além disso, a comunidade internacional em conjunto com a ONU demonstra preocupação quanto à questão humanitária com a possibilidade de novos focos de conflito na região.

#### 6.4.10 A volta dos sírios para casa

Ao saberem da queda de Bashar al-Assad milhares de refugiados sírios iniciaram um movimento de retorno para terra natal, se acumulando ao longo de fronteiras com malas e demais pertences, principalmente na Turquia, onde cerca de 3,2 milhões de sírios procuraram asilo e refúgio, segundo Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)([Agência da ONU para Refugiados \(ACNUR\)](#), s.d.).

Essa volta para casa, com os sírios querendo retomar suas vidas no país de origem, carrega uma força e um simbolismo gigantesco para toda a região. Os 13 anos de Guerra Civil na Síria (2011-2024) resultaram na maior movimentação de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, totalizando 13 milhões de pessoas deslocadas. O retorno dos sírios deve ser exemplo de estudo de caso quanto à complexidade da questão dos refugiados.

A xenofobia contra estrangeiros cresceu nos países europeus nos últimos anos, com partidos de extrema direita ganhando popularidade e também eleições ao acusarem muitos refugiados de parasitarem a economia europeia. No entanto, a realidade na verdade é que mediante qualquer possibilidade de retorno para a própria terra, em segurança, as pessoas assim o fazem. De modo que, evidentemente, o primeiro passo para a solução da questão humanitária dos refugiados é simplesmente a estabilização dos países de origem dessas pessoas. Demonstrando como essa ideia de que todos querem estar e morar na Europa passa por certo fetichismo do pensamento eurocentrista.



## 7 A escalada de violência na Faixa de Gaza após o 7 de Outubro de 2023

### 7.1 Resposta de Israel ao 7 de Outubro de 2023

No mesmo dia, logo em seguida ao ataque do Hamas — que começou às 6h29 da manhã —, por volta de 8h30 do fatídico 7 de outubro, as forças militares israelenses anunciaram estado de alerta, iniciando a mobilização de suas tropas. Duas horas depois, caças efetuaram os primeiros ataques aéreos à Faixa de Gaza, anunciando o quanto a região ainda sofreria com a escalada de violência.

No dia seguinte, Israel declarou que estava em estado de guerra, fato que não acontecia desde 1973, com o início da Guerra do Yom Kippur. Assim, o contra-ataque começou, com as Forças de Defesa de Israel (IDF) conduzindo investidas aéreas à Faixa de Gaza, em conjunto com incursões de tropas terrestres e veículos blindados. Os registros indicam a convocação de 350 mil reservistas, além dos 170 mil militares que já compunham as forças armadas em atividade, para aumentar seu poderio de soldados no combate contra o Hamas<sup>1</sup>.

Além dos bombardeios, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ordenou o cerco completo da Faixa de Gaza, cortando o abastecimento de água, eletricidade, alimentos e combustível. Por fim, alertou, em tom de ultimato, para que todos deixassem a Faixa de Gaza, principalmente a região norte, afirmando explicitamente o objetivo de destruir completamente o Hamas, motivação que deflagrou a violência dos ataques de Israel. Assim, apenas três semanas após o ataque do Hamas, em 7 de outubro, mais de 1,4 milhões de palestinos deixaram a Faixa de Gaza, mediante o contra-ataque israelense.

A destruição das cidades da Faixa de Gaza foi assustadora, cerca de um ano após o ataque do Hamas, com praticamente dois terços dos edifícios e construções completamente esfacelados ou gravemente comprometidos. Essa ação vilenta refletia a ambição de Benjamin Netanyahu, reafirmando a posição oficial do governo israelense, com o objetivo primordial de eliminar completamente o Hamas e resgatar os reféns, que foram levados de Israel para a Faixa de Gaza em poder do grupo palestino.

Enquanto Israel conduzia os ataques aéreos, esforços internacionais aconteciam, na tentativa de garantir a libertação dos 252 reféns que foram levados sob poder do Hamas. As negociações tiveram o Catar como mediador principal, por já ter coordenado outras ações de ajuda internacional na Faixa de Gaza em anos anteriores. Entretanto, no decorrer das primeiras semanas, as conversas não tiveram grandes avanços, com a libertação de apenas quatro dos reféns

---

<sup>1</sup> Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, na sigla em inglês), baseado em Londres

que eram mantidos em Gaza.

As ações da IDF, tanto para o resgate de reféns como em operações de ataque, esbarram em certas dificuldades, que estão relacionadas propriamente as especificidades da Faixa de Gaza e do enfrentamento ao Hamas. Como a forma na qual os integrantes do grupo palestino se misturam em meio aos civis, dificultando bombardeios pontuais e direcionados exclusivamente ao Hamas. Dessa forma, ocasionalmente, muitos inocentes acabam sendo mortos durante os bombardeios, mesmo ponderando quanto à postura de Israel — que é conhecida por muitas vezes não ter o devido cuidado para não atingir também civis palestinos em seus ataques.

Na mesma linha, Israel enfrenta outra grande dificuldade, durante as operações terrestres em Gaza, devido à extensa rede de túneis subterrâneos utilizada pelo Hamas. Essa infraestrutura, que se estende por vários quilômetros — ultrapassando os 500 km segundo o próprio Hamas —, é crucial para as estratégias de defesa e movimentação do grupo palestino, permitindo o transporte de combatentes e suprimentos de forma discreta, dificultando a detecção pelas tropas israelenses. Afinal, muitos desses túneis têm entradas escondidas dentro de casas, mesquitas, escolas, hospitais e outros edifícios públicos, sendo locais perfeitos para abrigar depósitos de armas e cativos de reféns. Assim, por serem muito bem vigiadas ou carregadas de explosivos na entrada, essa complexa estrutura subterrânea representa um desafio significativo para as operações da IDF. Expondo os soldados israelenses a riscos elevados, ao tentarem acessar esses esconderijos, além de colocar em perigo os reféns, durante tentativas de resgate.

## 7.2 Por que o Hamas atacou?

O ataque do Hamas contra Israel em 7 de outubro de 2023 foi um dos episódios mais mortais da história do país judeu, que resultou em uma guerra devastadora para os palestinos, com uma violência extrema, alcançando um número de mortes em uma escala absurdamente surpreendente.

A quantidade de mortos em Gaza tende a aumentar à medida que Israel mantém sua força no conflito, com o objetivo de eliminar completamente o Hamas. Perante essa perspectiva, surge a pergunta: por que o Hamas atacou Israel sabendo que as consequências para si e para o povo palestino seriam destruidoras e mortais?

Um dos objetivos do Hamas de fato era simplesmente matar o maior número de israelenses possíveis, motivado pelo sentimento de vingança, considerando todo o histórico do conflito, assim como a ocupação israelense na Cisjordânia e os bombardeios à Gaza. Entretanto, em uma outra hipótese, as lideranças do Hamas acreditavam que a moderação de suas ações, com um perfil menos extremista do grupo, não trouxe qualquer ganho significativo para a causa palestina. Ocorreram tentativas, por parte do Hamas, de negociar com Israel possíveis soluções para dois Estados como uma medida provisória, além de diminuir drasticamente sua atividade bélica contra Israel.

Essa tentativa de mudança, abandonando o extremismo profundo e caminhando para uma ala mais moderada, não alcançou grandes conquistas. Além disso, as operações violentas contra os palestinos em Gaza se mantiveram inalteradas, com assassinatos de civis, assim como uma expansão dos assentamentos em áreas na Cisjordânia. Essa situação impactava diretamente a popularidade do Hamas em Gaza, perdendo o suporte político pela inabilidade de resposta.

Desde a implementação de um cerco a Gaza em 2007, Israel controla grande parte da eletricidade da região, alimentos, água e medicamentos que entram na área. Esse bloqueio terrestre, aéreo e marítimo impõe uma punição coletiva que provoca um grande sofrimento à população civil. De forma que, antes mesmo do ataque, em agosto de 2023, 63% da população da Faixa de Gaza já enfrentava uma situação de insegurança alimentar e dependia de assistência internacional, com 81,5% vivendo na pobreza, uma taxa de desemprego de 46,6%, sendo 62,3% entre jovens de 15 a 29 anos([United Nations Relief and Works Agency for Palestine in the Near East, 2023](#)).

Essa restrição decretou uma realidade com pouquíssimas opções, visto que a economia e a capacidade de gerar empregos foram completamente devastadas, resultando no empobrecimento e no subdesenvolvimento de toda a sociedade palestina em Gaza. A água limpa e tratada não estava disponível para 95% da população e a eletricidade estava disponível em média apenas 11 horas por dia em julho de 2023([United Nations Relief and Works Agency for Palestine in the Near East, 2023](#)). Essa escassez de energia ainda impactou severamente outros serviços essenciais, como a saúde, a indústria e a agricultura, fragilizando ainda mais os sistemas em Gaza.

Perante esse contexto, o Hamas acreditava que não estava avançando de acordo com seus anseios em relação a formar um Estado independente, mesmo ao recuar em seu extremismo. Além disso, estava cada vez mais perdendo credibilidade entre os palestinos, em detrimento de outras instituições que ganhavam força, como a PIJ e a Autoridade Palestina (AP). Dessa forma, os membros da milícia palestina compreendiam que não havia opção que não fosse o meio violento.

O Hamas retomou suas diretrizes extremistas, realizando um ataque em larga escala contra Israel, mesmo compreendendo os custos de tal provocação. Escolheram colocar em risco a vida dos moradores em Gaza, que já enfrentavam dificuldades humanitárias inestimáveis, para promover os próprios interesses. Para isso, utilizou-se a estratégia de se misturar em meios aos civis, com bases militares próximas a hospitais, escolas e mesquitas, de forma que quando Israel realizasse algum bombardeio consequentemente moradores inocentes fossem mortos, provocando a mensagem desejada, de como Estado judeu era movido pela violência e pela barbárie, assim reconquistando a popularidade em meio aos civis palestinos de Gaza.

### 7.3 O Uso de Força Desproporcional por parte do Estado de Israel

As semanas que seguiram, após o ataque do Hamas, foram de recrudesimento do conflito, por conta da resposta de Israel, com uma grande operação de ataques aéreos na Faixa de Gaza e avanços por terra em todo o enclave. Assim, progressivamente, a situação humanitária se agravava, superlotando a passagem de Rafah, com muitas pessoas que buscavam deixar Gaza por meio do Egito. Por isso, em 1º de novembro de 2023, mediante negociações entre Egito, Hamas e Israel, a passagem de Rafah — que faz fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito — foi aberta, permitindo que apenas poucos estrangeiros deixassem o território, sendo a primeira vez desde o 7 de outubro.

Era o início de uma série de negociações entre Israel e o Hamas, que seriam mediadas por inúmeros países e instituições, visando trocas de reféns e prisioneiros, alívio da pressão e violência, em respeito a crise humanitária, e um cessar-fogo o mais rápido possível. Nesse sentido, em 22 de novembro de 2023, Catar e Egito mediararam negociações por uma pausa temporária de sete dias nos combates, que resultou em uma troca de 110 reféns israelense por 240 prisioneiros palestinos. Contudo, após a pausa apalavrada, as forças israelenses retomaram as ofensivas em Khan Younis, considerado o maior centro urbano no sul da Faixa de Gaza e que também abrigava lideranças do Hamas. Com medo, um grande número de civis palestinos começaram a fugir em direção a Rafah, e em poucas semanas mais da metade da população total da Faixa de Gaza havia se amontoado ao longo da fronteira com o Egito, com um grande contingente de pessoas que buscavam deixar Gaza pela nação egípcia.



Figura 25 – Mostra o caminho até a Passagem de Rafah, principal ponto de travessia entre a Faixa de Gaza e o Egito, localizada na cidade de Rafah, assim como a Passagem Kerem Shalom, um dos principais pontos da tríplice fronteira entre Israel, Gaza e Egito. (BBC News Brasil, 2023)

No final do ano de 2023, em meio ao alto número de vítimas civis e profunda destruição da Faixa de Gaza, a opinião pública, junto às autoridades internacionais, começaram a pressionar Israel para uma diminuição de bombardeios em detrimento de uma retomada por soluções mais diplomáticas. A situação humanitária em Gaza era tão grave a ponto de, até mesmo, o presidente dos Estados Unidos à época, Joe Biden, ter feito duras críticas à política de guerra de Netanyahu, durante um evento de campanha para reeleição. Mesmo com os Estados Unidos sendo um apoiador financeiro, político e militar histórico de Israel.

No início de janeiro de 2024, após a constatação da morte de 23 mil palestinos — sendo a maioria de civis, mas também incluindo membros do Hamas —, Israel anunciou uma mudança nas estratégias de combate. Cederam a pressão internacional, priorizando uma abordagem mais direcionada, que ao final do mês de janeiro chegou a diminuir em até três vezes o número médio de mortes diárias.

Posteriormente, em fevereiro de 2024, Israel anunciou sua intenção de estender a guerra para Rafah, ligando um sinal de alerta nas autoridades internacionais, quanto às consequências relacionadas ao alto custo humanitário. Novamente Joe Biden e Benjamin Netanyahu entraram em desacordo, com o presidente americano sugerindo — quem sabe em tom de ameaça — uma ponderação no apoio dos Estados Unidos à Israel. Esse mal estar, entre as duas nações aliadas, resultou em um não veto dos Estados Unidos, em uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, que pedia um cessar-fogo imediato. Decisão que não correspondia às expectativas de Netanyahu e se colocava contrária às aspirações do Estado judeu, que tinha a intenção em continuar bem estabelecido belicamente no conflito, visando alcançar seu objetivo principal: a destuição completa do Hamas.

Em abril de 2024, em um episódio amplamente criticado pela mídia internacional, sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchen (WCK), do Chef espanhol José Andrés, foram mortos pelas IDF, ao realizarem ataques aéreos aos carros da instituição humanitária, durante o transporte de alimentos na Faixa de Gaza.

Em 5 de maio de 2024, mais um incidente aprofundou a tensão, no qual o Hamas disparou foguetes contra soldados israelenses que estavam próximos à passagem de Kerem Shalom, principal via de ajuda humanitária. O ataque matou quatro soldados e levou Israel a fechar a passagem, utilizada no fornecimento da ajuda humanitária. Naquela mesma noite, o Hamas repensou sua posição, aceitando uma proposta de cessar-fogo apresentada por mediadores, diferente de Israel, que rejeitou, e reiterou sua posição contrária a qualquer proposta que insistisse no fim da guerra, atrelada a um cessar-fogo permanente.

Em seguida, como resposta, no dia seguinte ao ataque em Kerem Shalom, Israel ordenou a evacuação de 100 mil palestinos de Rafah. Enquanto isso, as forças israelenses iniciaram uma movimentação em direção à cidade do sul da Faixa de Gaza, assumindo o controle da passagem de fronteira e do Corredor da Filadélfia. Em poucos dias mais de 800 mil pessoas deixaram o local de divisa com o Egito, estabelecendo um grande novo contingente de refugiados, que

passaram a ocupar diversas áreas perigosas, sujeitas a bombardeios da IDF.



Figura 26 – Corredor da Filadélfia, faixa estreita de terra localizada na fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito, ao longo da cidade de Rafah, sendo uma área estratégica no cerco a Gaza. (BBC News Mundo, 2024)

Em 8 de junho de 2024, forças especiais israelenses resgataram quatro dos reféns, que haviam sido sequestrados do festival de música eletrônica Nova, durante os ataques de 7 de outubro de 2023. A operação foi conduzida no centro de Gaza, com ataques, por volta de meio-dia, a dois prédios do campo de refugiados de Nuseirat. A estratégia do Hamas — amplamente conhecida — era manter seus cativos em meio a bairros cheios de civis, de modo que, ao se misturar com eles, pudesse usufruir de uma forma silenciosa de proteção contra bombardeios. Naturalmente, por ser uma região extremamente povoada, a operação acabou matando 270 palestinos, por conta de ataques aéreos, que — segundo o gabinete de guerra de Israel — visavam proteger os reféns e soldados israelenses.

Em 10 de junho de 2024, o Conselho de Segurança da ONU lançou a Resolução 2735, que pedia o cessar-fogo imediato, com a libertação de reféns, seguida por um fim permanente das hostilidades e a retirada das forças israelenses da Faixa de Gaza. A resolução, que foi redigida e encabeçada pelos Estados Unidos, foi aprovada com 14 votos a favor, e abstenção da Rússia.

No início de julho de 2024 ocorreram novas rodadas de negociações, a respeito da paz

no conflito, com o Hamas sinalizando para um abandono de sua exigência principal, que, anteriormente, reivindicava de Israel um comprometimento em aceitar o fim permanente das hostilidades em Gaza. Porém, Netanyahu tinha uma nova exigência, e passou a querer que Israel mantivesse o controle do Corredor da Filadélfia, para aceitar o acordo. Sendo uma exigência que não tinha sido feita inicialmente, na proposta de 27 de maio de 2024.

Em 13 de julho de 2024, um ataque israelense em Khan Younis, cidade localizado no sul da Faixa de Gaza, teve como alvo Mohammed Deif, principal comandante militar do Hamas, matando o líder e mais outros 90 palestinos. Em 31 de julho, Ismail Haniyeh, chefe político do Hamas no exterior que liderava as negociações de cessar-fogo, foi morto em Teerã. Com isso, as negociações ficaram à cargo de Yahya Sinwar, mais linha-dura e de difícil negociação, afastando ainda mais qualquer possível tratado entre o Hamas e Israel.

Em 27 de agosto de 2024, as forças israelenses resgataram Farhan al-Qadi, um árabe beduíno de Israel, que estava trabalhando como segurança quando foi feito refém em 7 de outubro. Sendo o primeiro a ser resgatado de dentro de um dos túneis subterrâneos utilizados pelo Hamas em Gaza.

Em 31 de agosto de 2024, forças israelenses encontraram os corpos de seis reféns, que foram executados um ou dois dias antes de serem localizados, segundo a autópsia. Entretanto, eram reféns que foram assassinados somente dois meses depois que o Hamas concordou em libertar três deles, em uma proposta de cessar-fogo de julho, que não teve acordo com Israel. A revolta foi tamanha que protestos foram deflagrados em fúria por todo o país, com centenas de milhares de israelenses nas ruas, exigindo que Netanyahu chegasse enfim a um acordo com o Hamas, para que os reféns fossem libertados. Os protestos aumentaram, com o Histadrut, o maior sindicato de Israel, convocando uma greve geral em 2 de setembro de 2024, mesmo com o tribunal considerando a greve ilegal e ordenando que terminasse no mesmo dia. Em paralelo, Netanyahu não cedeu, em entrevista coletiva reafirmou a posição de Israel no conflito, mantendo a exigência de ter o controle total do Corredor da Filadélfia, afirmando ser “o oxigênio do Hamas”.

Completado um ano do ataque de 7 de outubro de 2023 forças do Hamas, Hezbollah e do Houthi lançaram ataques contra Israel, mas sem causar muitos danos. Em 17 de outubro de 2024, Israel noticiou que as IDF haviam matado Yahya Sinwar, líder do Hamas, em uma operação conduzida no dia anterior, em Rafah. Com isso, cerca de uma semana depois, a comunidade internacional aproveitou o momento para reabrir as discussões do cessar-fogo. Com o presidente egípcio, Abdel Fattah al-Sisi, à frente das negociações, propondo uma curta interrupção nos combates, seguida pela libertação de reféns israelenses que também possuísem cidadania americana ou russa. Os mediadores egípcios tinham como objetivo final uma resolução mais elaborada, com um fim mais duradouro para os combates e horrores da guerra, mas que não se concretizou.

Em 28 de outubro de 2024, o Knesset (parlamento de Israel) votou pela proibição da

Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). Classificando como uma organização terrorista, a agência da ONU, responsável pela distribuição da maior quantidade de recursos relacionados a ajuda internacional na Faixa de Gaza. Essa designação ocorreu meses após Israel alegar que alguns integrantes da UNRWA eram membros do Hamas e que ajudaram nos ataques de 7 de outubro de 2023. Uma revisão independente([UNRWA Independent Review on Neutrality, 2024](#)), feita em abril de 2024, indicou que a agência poderia fazer algo para “assumir mais responsabilidade pela neutralidade da equipe”, mas também concluiu que respeitava o princípio humanitário de neutralidade, além de Israel não ter expressado qualquer preocupação sobre as equipes antes da Guerra Israel-Hamas.

### 7.3.1 Horizonte para Paz

Em 19 de janeiro de 2025, Israel e Hamas firmaram um acordo de cessar-fogo, através da mediação do Catar, Egito e Estados Unidos. As partes envolvidas concordaram em uma trégua inicial de 42 dias, que seria reavaliada para ajustes e quem sabe um acordo de paz definitivo. Para isso, o Hamas aceitou liberar os reféns gradualmente, com prioridade às mulheres, crianças e idosos, e em contrapartida Israel libertaria crianças e mulheres palestinas que foram detidas. Israel também interromperia o cerco a Gaza, permitindo a entrada diária de 600 caminhões com alimentos, água potável e medicamentos, como sinal de ajuda humanitária. E por último, visando uma paz pro futuro, as forças militares israelenses iriam se retirar gradativamente de Gaza, vislumbrando um fim permanente das hostilidades de ambos os lados.

No princípio, o acordo de cessar-fogo teve êxito, com milhares de pessoas iniciando uma volta para suas cidades de origem, além do acesso dos caminhões de ajuda humanitária à região. Entretanto, em 18 de março de 2025, o cessar-fogo ruiu, com um intenso bombardeio israelense em Gaza. A retomada das hostilidade ocorreu após acusações de ambos os lados pelo não cumprimento do que foi apalavrado: todos os reféns não foram soltos, o cerco ainda bloqueava a entrada da ajuda humanitária e Israel manteve suas bases em Gaza.

Após o colapso desse cessar-fogo novas negociações entre Israel e Hamas foram abertas, entretanto, infelizmente não há qualquer otimismo de uma resolução no horizonte. Enquanto discordâncias centrais não forem superadas, principalmente em relação aos reféns em Gaza e a retirada completa das tropas israelenses, é improvável que novos acordos saiam do papel.

Esse cenário de tensão e imprevisibilidade mantém o conflito, agravando cada vez mais a crise humanitária em Gaza. Ao todo, desde os embates deflagrados após o 7 de outubro de 2023, cerca de 55 mil palestinos foram mortos e 125 mil ficaram feridos na Faixa de Gaza, segundo dados do Ministério da Saúde de Gaza publicados em 5 de junho de 2025([United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2025](#)).



## 8 Conclusão

A trajetória do conflito entre israelenses e palestinos suscita debates profundos sobre legitimidade, autodeterminação, violência e responsabilidade. Desse modo, as análises desses embates demandam uma abordagem rigorosa e desprovida de reducionismos maniqueístas, de forma que atos promovidos pelos árabes palestinos, frequentemente rotulados como terrorismo, por vezes devem ser interpretados sob uma ótica de resistência, assim como decisões de guerra efetuadas pelo Estado de Israel também necessitam do devido rigor na interpretação, por muitas vezes utilizar de força desproporcional e criminosa.

Diante da complexidade histórica envolvida, cabe o questionamento, se os atos cometidos pelos árabes palestinos durante o Mandato Britânico (1922-1948) e em meio as Revoltas Árabes (1936-1939) são expressões de terrorismo, ao organizar ações armadas, ou apenas tentativas legítimas de resistir à violação de seu direito à autodeterminação dos povos. Nesse contexto, a resistência palestina emergiu junto ao despertar do sentimento nacionalista árabe, que era puljante em todo o Oriente Médio no começo do século XX, em que vários povos da região buscavam independência. Assim, a atuação das lideranças palestinas representaram uma reação ao colonialismo europeu e à política britânica de apoio incondicional ao movimento sionista. Esse período, marcado pelo Mandato Britânico na Palestina, foi caracterizado pelo incentivo a imigração judaica em massa, com a evidente intenção de povoar uma terra já habitada por uma população árabe com identidade cultural e nacional consolidadas.

Na época, a Declaração Balfour (1917), emitida pelo Império Britânico, firmou um compromisso com a causa sionista ao assegurar a criação de um “lar nacional judeu” na região da Palestina histórica. Entretanto, essa decisão colonialista levanta discussões relevantes quanto à legalidade e legitimidade do documento, com o questionamento se os britânicos de fato possuíam a autoridade jurídica para dispor e oferecer essas terras ao povo judeu como bem entendessem. O fato é que a política implementada através da Declaração Balfour (1917) defendeu e incentivou a numerosa imigração judaica para a considerada “Terra Prometida” por Deus ao povo judeu — segundo as próprias interpretações judaicas — em detrimento da população árabe nativa. Essa entrada massiva de judeus contribuiu significativamente para a intensificação da tensão étnica-territorial, demonstrando que a gênese do conflito está profundamente enraizada em decisões político-coloniais unilaterais.

Nesse sentido, existe uma complexidade em classificar as ações de represália dos palestinos nativos, contra o número abundante de imigrantes judeus que chegavam durante o Mandato Britânico — principalmente nos anos 1930, fugidos dos horrores do holocausto hitlerista na Europa. Primeiramente, há uma interpretação simples quanto à insensibilidade humanitária dos palestinos nativos em relação aos refugiados judeus, não acolhendo pessoas que chega-

vam fugidas da perseguição do holocausto. Em contraponto, há outra perspectiva aprofundada, compreendendo que a resposta da liderança palestina deve ser interpretada como uma evidente lógica de defesa do próprio território, protegendo a identidade palestina como povo originário, com a intenção de manter sua cultura e direitos para a constituição de uma nação independente.

Nesse contexto, abre-se a discussão, se os judeus estavam apenas exercendo seu direito de imigrar e estabelecer um Estado livre na região — garantido pela lei internacional executada pela Liga das Nações e posteriormente pela Organização das Nações Unidas, além dos escritos da Declaração Balfour — ou se, ao contrário, cometeram atos de violência que caracterizaram crimes bárbaros de guerra. Posto que, ao se fixarem na Palestina histórica, os judeus invadiram, saquearam, assassinaram e tomaram terras que deveriam pertencer aos palestinos — de acordo com as diretrizes que regem a autodeterminação dos povos. Em episódios intitulados de massacres, os judeus expropriaram terras com a conivência e auxílio do poder colonial britânico, forçando o êxodo de 900 mil palestinos.

Durante as disputas entre palestinos e judeus antes da criação do Estado de Israel em 1948, as associações paramilitares e políticas — tanto árabes palestinas quanto judaicas — foram instituições organizadas que atuaram hora como células terroristas e hora como estruturas legítimas de defesa de cada povo. No contexto, essas organizações foram extremamente necessárias em lutas por liberdade e independência, contra sistemas autoritários de poder e ações violentas de perseguição. Compreendendo essa dualidade, é fundamental o entendimento e estudo de cada episódio histórico do conflito, buscando olhar com clareza as nuances envolvidas, para assim, se for o caso, culpabilizar cada grupo em determinado momento.

A Guerra Civil na Palestina, entre 1947 e 1948, que culminou na formação do Estado de Israel, gerou consequências humanitárias devastadoras, sobretudo para o povo palestino. Ao final, o conflito impôs um êxodo forçado de 900 mil palestinos, em uma passagem conhecida na história como Nakba ou Catástrofe, representando um marco na violação de direitos humanos ao ser classificada como uma limpeza étnica. Entretanto, oficialmente, para Israel, os eventos ocorridos durante a Guerra Civil fazem parte de uma Guerra de Independência do país judeu, de forma que os embates apresentam um caráter de legitimidade segundo essa visão personalista. Porém, nesse contexto, é evidente que as milícias sionistas atuaram de maneira desproporcional durante o conflito contra as milícias palestinas, atingindo e matando principalmente civis, provocando um terror psicológico em todo o imaginário do povo palestino, através de episódios caracterizados como massacres. O êxodo em massa da população palestina, deixando suas casas e terras para trás, ocorreu pela perseguição sistemática e violenta contra civis executada pelas milícias e autoridades judaicas. A narrativa de Israel, de que os eventos sangrentos foram apenas um reflexo não intencional em consequências das batalhas travadas no contexto de Guerra Civil, não condiz com a realidade dos acontecimentos e registros históricos.

A discordância das autoridades palestinas em relação ao Plano de Partilha, elaborado em 1947, muitas vezes é interpretada como uma renúncia aos direitos de seu povo, referente

à autodeterminação para constituição de um Estado independente. Contudo, tal recusa da proposta da ONU apenas demonstra a insatisfação com o que foi oferecido no acordo, acreditando que seus direitos não foram devidamente respeitados e contemplados. Desse modo, os conflitos relacionados as muitas Guerras Árabe-Israelenses, após o nascimento do Estado de Israel e da concretização do projeto sionista, apresentam duas visões díspares e ao mesmo tempo complementares. A primeira, compreende que essas guerras sintetizam uma defesa do mundo árabe à expansão territorial e ideológica do sionismo, que inclusive ocupou áreas além das determinadas pela ONU, assim mantendo o suporte para a criação de um Estado Palestino por direito. A segunda, observa que os conflitos significam uma defesa de Israel às ameaças de nações árabes vizinhas e de milícias palestinas à sua soberania nacional, garantida pela Resolução 181 (II) da ONU.

O ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 é constantemente retratado como uma ação orquestrada e maquiavélica do terrorismo palestino em seu maior grau. Contudo, essas abordagens desconsideram a fome, mísera, violência, tortura, assassinatos, autoritarismo e terror psicológico constante que o Estado de Israel impôs aos palestinos durante décadas. Dessa forma, as ações do Hamas não significam necessariamente uma resposta legítima a toda essa pressão, mas há elementos que endossam o discurso perante uma falta de alternativas. É praticamente inevitável o combate, tendo em vista o profundo sofrimento vivido por essas pessoas, por conta de operações militares, bombardeios diários, destruição de cidades e principalmente com o cerco à Gaza, que impossibilita a ajuda humanitária, barrando até mesmo a entrada de água potável, alimentos e medicamentos para civis.

As ações de Israel na Faixa de Gaza — desencadeadas após o 7 de outubro de 2023 — foram expressivas, buscando responder aos atos violentos promovidos pelo Hamas e por outros grupos extremistas, que resultaram em cenas sangrentas de mais de 1,2 mil assassinatos e 252 sequestros. O episódio representou uma grave violação à soberania nacional israelense e foi compreendido como uma ameaça direta à existência do Estado judeu. No entanto, tais reações militares suscitaram um intenso debate sobre a legitimidade do revide, sobretudo tendo em vista como Israel utilizou de sua poderosa força bélica de maneira desproporcional e desmedida, intensificando assim o amplo genocídio contra o povo palestino e evidenciando a limpeza étnica em curso na Faixa de Gaza.

Como exposto na abertura, este trabalho não se propôs a definir vilões ou heróis, tão ferozmente exigidos pela opinião pública — e muitas vezes pelo próprio jornalismo —, ao recorrer a narrativas simplistas que reduzem a complexidade do conflito de maneira equivocada. Ao longo da análise sobre a disputa entre palestinos e israelenses, buscou-se compreender as múltiplas camadas históricas, políticas, econômicas, étnicas, sociais, religiosas, culturais e nacionalistas que envolvem o tema, desde o período anterior a qualquer antagonismo entre palestinos e judeus até os desdobramentos mais recentes, deflagrados logo após o 7 de outubro de 2023. Reitera-se, portanto, que não houve qualquer intenção de emitir julgamentos inquisitórios,

pois fazê-lo significa incorrer na imprudência de adotar uma visão simplista e sensacionalista, típica de discursos oportunistas que ignoram a profundidade da realidade em questão.

Sobretudo, é fundamental ressaltar que os episódios de terrorismo e de guerra abordados ao longo deste manuscrito não devem, em hipótese alguma, ser interpretados como uma tentativa de imputar culpa coletiva para a sociedade de árabes palestinos ou para os judeus de Israel. A violência desumana registrada nesses embates não deve ser atribuída aos cidadãos de forma generalizada, pois são justamente eles — palestinos e israelenses — os principais penalizados por políticas de dominação, conflitos armados e situações de constante insegurança. Esses indivíduos, muitas vezes alheios às decisões dos líderes políticos e militares, enfrentam diariamente a miséria, o medo e a perda de entes queridos, sendo vítimas diretas de uma realidade marcada pelo terror e pela instabilidade.

Embora seja um equívoco grave culpabilizar civis ou povos inteiros, é igualmente essencial não se eximir da responsabilidade e da dimensão inerente a cada situação referente ao histórico conflito entre judeus e palestinos. Compreender que os cidadãos não são os verdadeiros culpados pelos atos de violência não significa convivência com os crimes de guerra ou as violações de direitos humanos, mas apenas ter a capacidade de avaliar cada caso, possuindo consciência para distinguir autores e vítimas. A responsabilização deve recair, de forma nominal, sobre lideranças políticas, autoridades estatais, milícias armadas e organizações terroristas, sendo julgadas nos foros competentes, em tribunais nacionais e internacionais, inclusive perante o Tribunal Penal Internacional, que é um órgão com jurisdição para investigar e julgar crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade.

Nesse sentido, são os cidadãos judeus e palestinos que padecem diante do constante derramamento de sangue, sendo os principais afetados pelo conflito, ficando à mercê das decisões de poderosos líderes políticos e autoridades que governam o Estado de Israel, bem como das lideranças de grupos extremistas palestinos. Como consequência, a crise humanitária se agrava, e os refugiados — tanto palestinos como israelenses — acabam sendo duramente penalizados por conta de decisões políticas arbitrárias que não respeitam princípios fundamentais dos direitos humanos.

Em 19 de janeiro de 2025, Israel e Hamas firmaram um acordo de cessar-fogo. Após cerca de 15 meses de intensos confrontos, desde o ataque brutal liderado pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, seguido por uma devastadora ofensiva israelense na Faixa de Gaza, Israel e Hamas chegaram a um acordo que foi amplamente celebrado pela comunidade internacional, diante da urgente crise humanitária instaurada na região.

Com mediação do Catar, Egito e Estados Unidos, as partes envolvidas concordaram em negociar e aceitaram uma trégua inicial de 42 dias, que seria revisada e, se fosse o caso, posteriormente estendida visando um acordo de paz mais robusto. Assim, ficou acordado que o Hamas iria gradualmente libertar reféns, priorizando mulheres, crianças e idosos, enquanto Israel libertaria crianças e mulheres palestinas que estavam retidas. Em relação à ajuda humanitária, Israel

afrouxaria o cerco a Gaza, permitindo a entrada diária de 600 caminhões carregando alimentos, água potável e medicamentos. Por fim, as forças militares israelenses iniciaram uma retirada gradual de Gaza, com projeção para discussões a respeito de um abandono completo de bases militares na região e o encerramento permanente das hostilidades de ambos os lados, em uma segunda fase do acordo.

Inicialmente, o acordo de cessar-fogo apresentou avanços significativos, proporcionando um alívio para o conflito, diminuindo a pressão sobre a população civil, que chegou até a ensaiar um retorno para suas cidades e vilas afetadas. Contudo, em 18 de março de 2025, o cessar-fogo foi oficialmente interrompido, quando Israel lançou uma ofensiva surpresa com extensos ataques aéreos sobre Gaza.

A retomada das hostilidades foi precedida por sucessivas tensões entre as lideranças do Hamas e o Estado de Israel. O governo de Tel Aviv acusou o grupo palestino de não ter cumprido os termos do acordo, especialmente quanto à libertação dos reféns remanescentes. Por sua vez, o Hamas alegou que Israel violou o acordo ao manter bloqueios que restringiam a ajuda humanitária e ao não cumprir integralmente a retirada militar da região. Após o colapso do cessar-fogo, novas negociações foram tentadas, sob liderança dos Estados Unidos, já sob a presidência de Donald Trump, mas sem sucesso, pelo menos até junho de 2025.

Diante desse impasse, a perspectiva de uma paz duradoura permanece distante. Apesar de recentes propostas e esforços de mediação, enquanto as divergências centrais não forem superadas — principalmente em relação aos reféns em Gaza e a retirada completa das tropas israelenses — é improvável que novos acordos para uma paz duradoura sejam costurados. Esse cenário de instabilidade reflete a imprevisibilidade das ações de ambos os lados, enquanto a situação humanitária em Gaza continua se deteriorando. A escassez extrema de alimentos, água potável e medicamentos segue impondo sofrimento profundo à população civil, que permanece sem qualquer perspectiva concreta de uma mudança significativa.

O conflito segue em curso, com bombardeios massivos à Gaza e com o cerco que continua bloqueando a entrada da ajuda humanitária, refletindo em uma piora acentuada das condições de vida da população civil na região. Perante essa situação calamitosa de miséria e violência, as discussões também permanecem, com a participação de nações, líderes políticos e instituições internacionais. O mundo segue acompanhando em tempo real cada novo capítulo do embate, que reverbera nas redes sociais com uma polarização extrema, resultando em postagens inflamadas.

As diversas manifestações de apoio aos que sofrem com o genocídio na Faixa de Gaza, inclusive com protestos ao redor do mundo, demonstram a importância do assunto para o debate público. Nesse sentido, como foi explicado desde a abertura deste trabalho, o jornalismo carrega uma responsabilidade social fundamental em transmitir informações devidamente apuradas e checadas, se opondo às fake news que circulam nas redes sociais de maneira viral e descompromissada com a veracidade dos fatos.

O fazer jornalístico é elemento fundamental no entendimento de assuntos como o conflito entre israelenses e palestinos. Porém, os correspondentes de guerra e os veículos de imprensa enfrentam desafios que comprometem a cobertura, por conta dos custos elevados e dos riscos à integridade dos profissionais de imprensa. Dessa forma, infelizmente, a apuração das notícias acaba sendo prejudicada, afetando a profundidade e o detalhamento tão necessário nas abordagens do tema.

Em vista dos obstáculos enfrentados, este trabalho buscou oferecer uma construção historiográfica minuciosa e contextualizada do longo conflito. Para isso, foi necessário um exercício robusto de estudo através de uma bibliografia densa e repleta de documentos oficiais. Desse modo, o objetivo final esteve focado em contribuir com a discussão e entendimento amplo dos embates entre palestinos e judeus ao longo da história, revelando a importância deste trabalho singular.

# Referências

- Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). *Emergência na Síria*. 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/siria>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 175.
- Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). *Emergência no Líbano*. 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/libano>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 156.
- Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). *Refugees and Asylum Seekers in Türkiye*. s.d. Disponível em: <https://www.unhcr.org/tr/en/kime-yardim-ediyoruz/refugees-and-asylum-seekers-tuerkiye>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 179.
- AMINEH, M. P. *The Greater Middle East in Global Politics: Social Science Perspectives on the Changing Geography of the World Politics*. 1ª ed. 2007. Pp. 13-33. Leiden: Brill. Citado 6 vezes nas páginas 28, 31, 32, 33, 35 e 44.
- BALFOUR, ARTHUR JAMES. *Declaração Balfour*. 1917. London: 2 de novembro de 1917. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/uk-tells-palestina-ins-there-will-be-no-no-apology-for-balfour-declaration/> ou [https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/balfour.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/balfour.asp) ou <https://www.jewishvirtuallibrary.org/text-of-the-balfour-declaration>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 25.
- BBC. *8 Mapas que Ajudam a Entender conflito entre Israel e Palestinos*. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv24n2d7dv3o>. Acesso em: novembro de 2024. Citado 7 vezes nas páginas 9, 32, 37, 58, 84, 90 e 95.
- BBC NEWS. *5 mapas que explicam conflito entre Israel Hezbollah, Hamas e Irã*. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4grppmoggzvo>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 155.
- BBC NEWS. *O longo desvio de rota de navios cargueiros para escapar de ataques no Mar Vermelho*. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgrj44dr22xo>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 164.
- BBC News Brasil. *Quem são os curdos e por que são atacados pela Turquia*. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50012988>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 3 vezes nas páginas 10, 170 e 171.
- BBC News Brasil. *O que é a passagem de Rafah, onde brasileiros aguardam permissão para deixar Gaza*. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0dlzxj78qo>. Acesso em: dezembro de 2024. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 183.
- BBC NEWS BRASIL. *A invasão de Israel ao Líbano em 1982 que deu origem ao Hezbollah*. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy805je6pzlo>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 151.

- BBC News Brasil. *Como território da Síria se divide entre diferentes grupos rebeldes*. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c78570vnk0mo>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 169.
- BBC NEWS BRASIL. *O que aconteceu no Líbano durante as duas grandes invasões de Israel — e quais foram as consequências delas*. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy89j201rz5o>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 150.
- BBC News Brasil. *Por que Israel lançou centenas de ataques contra a Síria após queda de Assad*. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g20jezy0go>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 176.
- BBC News Brasil. *Síria em mapas: quem controla o país após queda de Assad?* 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwydq8dd0ngo>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 3 vezes nas páginas 10, 173 e 177.
- BBC News Mundo. *Qué es el corredor Filadelfia, la zona desmilitarizada en Gaza junto a la frontera con Egipto atacada por Israel*. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/articles/cv2jd775mlro>. Acesso em: dezembro de 2024. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 185.
- Catherine Cleveland. *In the Shadow of Hezbollah-Israel Escalation, Poll Shows Slim Majority of Lebanese Still Want Focus on Domestic Reforms over “Foreign Wars”*. 2024. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/shadow-hezbollah-israel-escalation-poll-shows-slim-majority-lebanese-s-till-want>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 152.
- CNN. *EUA realizam novos ataques contra Houthis no Iêmen, diz oficial de defesa*. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-realizam-novos-ataques-contr-houthis-no-iemen-diz-oficial-de-defesa/?hidemenu=true>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 165.
- CNN BRASIL. *Israel diz que não fará diferença entre Líbano e Hezbollah se o cessar-fogo cair*. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/israel-diz-que-nao-fara-diferenca-entre-libano-e-hezbollah-se-o-cessar-fogo-cair/>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 159.
- CNN BRASIL. *Netanyahu diz que Israel desferiu “golpes esmagadores” a inimigos*. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/netanyahu-diz-que-israel-desferiu-golpes-esmagadores-a-inimigos/>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 146.
- Comitê Internacional da Cruz Vermelha. *Glossário de Direito Internacional Humanitário (DIH) para profissionais da Mídia*. 2019. Disponível em: [https://www.icrc.org/sites/default/files/document/file\\_list/glossario\\_de\\_dih\\_para\\_profissionais\\_da\\_midia.pdf](https://www.icrc.org/sites/default/files/document/file_list/glossario_de_dih_para_profissionais_da_midia.pdf). Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 128.
- COMMITTEE ON THE EXERCISE OF THE INALIENABLE RIGHTS OF THE PALESTINIAN PEOPLE. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem*. 1990. New York: UN. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/110825?v=pdf&ln=es>. Acesso em: novembro de 2024. Citado 22 vezes nas páginas 30, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 54, 55, 56, 63, 67, 71, 72, 86, 87, 91, 97 e 98.



DW. *Cessar-fogo entre Israel e Hezbollah entra em vigor*. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cessar-fogo-entre-israel-e-hezbollah-entra-em-vigor/a-70895471>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 157 e 158.

DW. *O que se sabe sobre os paggers explosivos do Hezbollah*. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-se-sabe-sobre-os-pagers-e-walkie-talkies-explosivos-do-hezbollah/a-70250705>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 154.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Middle East*. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Middle-East>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 21.

G1. *Ataque de rebeldes que apoiam o Hamas obriga navios a desviarem rota no Mar Vermelho e põe em risco economia mundial; entenda*. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/20/ataque-de-rebelde-s-que-apoiam-o-hamas-obriga-navios-a-desviar-rota-no-mar-vermelho-e-poe-em-risco-economia-mundial-entenda.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 163.

G1. *'Eixo da resistência': a rede de influência (e os adversários) do Irã no Oriente Médio*. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/21/eixo-da-resistencia-a-rede-de-influencia-e-os-adversarios-do-ira-no-orient-medio.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 160.

G1. *Foguete mata 12, a maioria crianças e adolescentes, nas Colinas de Golã; Israel afirma que ataque partiu do Hezbollah*. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/27/foguete-do-libano-atinge-campo-de-futebol-de-gola-e-deixa-nove-feridos-dizem-servicos-de-emergencia-israelenses.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 154.

G1. *Irã ataca Israel: conflito tem potencial de ser o maior no Oriente Médio desde a 2ª Guerra Mundial, dizem colunistas*. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/13/ira-ataca-israel-conflito-tem-potencial-de-ser-o-maior-desde-a-2a-guerra-mundial-dizem-colunistas-video.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 145.

G1. *Israel bombardeia Beirute, capital do Líbano, e diz que matou comandante do Hezbollah*. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/30/explosao-atinge-beirute-no-libano-ato-seria-ataque-israelense-contralider-do-hezbollah.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 154.

G1. *Netanyahu diz que Hezbollah precisa ser empurrado para além de linha estabelecida em resolução da ONU no Líbano*. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/11/03/em-visita-a-fronteira-com-o-libano-netanyahu-diz-que-hezbollah-precisa-ser-empurrado-para-alem-de-linha-e-estabelecida-em-resolucao-da-onu.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 151.

GLOBO o. *Em conflito com o Hezbollah, Israel bombardeia alvos na Síria; entenda o porquê*. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/09/26/em-conflito-com-o-hezbollah-israel-bombardeia-alvos-na-siria-entenda-o-porque.ghtml>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 142.

GOVERNMENT OF PALESTINE - VOLUME 1. *Census of Palestine 1931: Population of Villages, Towns and Administrative Areas*. 1933. Jerusalem: Government of Palestine, Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/jsourc/History/PalestineCensus1931.pdf>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 40.

GOVERNMENT OF PALESTINE - VOLUME 2. *Census of Palestine 1931: Population of Villages, Towns and Administrative Areas*. 1933. Jerusalem: Government of Palestine, Disponível em: [https://content.ecf.org.il/files/M00789\\_1931PalestineCensusVolIIPartialEnglish.pdf](https://content.ecf.org.il/files/M00789_1931PalestineCensusVolIIPartialEnglish.pdf). Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 40.

GREAT BRITAIN GENERAL REGISTER OFFICE. *Report and General Abstracts of the Census of 1922. London: Great Britain, 1922*. 1922. London: Great Britain, Disponível em: <https://users.cecs.anu.edu.au/~bdm/yabber/census/PalestineCensus1922.pdf>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 39.

Guterman, Marcelo. *Israel e a ONU – Cap. 6: De amante da paz a pária internacional*. 2024. Disponível em: <https://papodeboteco.net/politica-princ/israel-e-a-onu-cap-6-de-amante-da-paz-a-paria-internacional>. Acesso em: dezembro de 2024. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 89.

HERZL, T. *The Complete Diaries of Theodor Herzl. 1ª ed. New York: Herzl Press and Thomas Yoseloff*. 1960. Pp. 88, 581. Citado 2 vezes nas páginas 25 e 64.

HIRST, D. *The Gun and the Olive Branch: The Roots of Violence in the Middle East. 1ª ed. London. 1977. Faber and Faber*. Citado 13 vezes nas páginas 24, 25, 57, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 81, 82, 85 e 86.

JOSEPH, D. *The Faithful City: the siege of Jerusalem, 1948. 1ª ed. 1960. New York: Simon and Schuster*. Citado 3 vezes nas páginas 67, 68 e 69.

KOHN, H. *Ahad Ha'Am: Nationalist with a Difference. In: SMITH, Gary V. (Ed). Zionism: the Dream and the Reality, A Jewish Critique. 1ª ed. 1974. London: David Charles, Newton Abbot, 1974; New York: Barnes Noble Books, 1974. pp. 21-37*. Citado 2 vezes nas páginas 26 e 27.

L.A. Times Archives. *CASUALTIES OF MIDEAST WARS*. 1991. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1991-03-08-mn-2592-story.html>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 3 vezes nas páginas 88, 91 e 93.

LATHAM, M. *Behind the Silken Curtain: A Personal Account of Anglo-American Diplomacy in Palestine and the Middle East. 1ª ed. 1947. New York: Simon and Schuster*. Citado na página 82.

LEAGUE OF NATIONS. *The Covenant of the League of Nations. Palace of Versailles Hall of Mirrors (Paris): League of Nations*. 1919. Disponível em: <https://www.ungeneva>

[.org/en/about/league-of-nations/covenant](https://www.un.org/en/about/league-of-nations/covenant). Acesso em: novembro de 2024. Citado 2 vezes nas páginas 36 e 37.

LEAGUE OF NATIONS. *Mandate for Palestine*. 1922. Communiqué to the Council and Members of the Society (C. 529. M. 314. 1922. VI). Geneve: League of Nations. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-201057/>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 38.

Observatório Sírio para Direitos Humanos (SOHR). *Syrian Revolution 13 years on | Nearly 618,000 persons killed since the onset of the revolution in March 2011*. 2024. Disponível em: <https://www.syriahr.com/en/328044/>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 175.

OCHA LEBANON. *Lebanon: Flash Update 41 - Escalation of hostilities in Lebanon, as of 4 November 2024*. 2024. Disponível em: <https://www.unocha.org/publications/report/lebanon/lebanon-flash-update-41-escalation-hostilities-lebanon-4-november-2024>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 153.

ONU NEWS. *Conflito Israel-Líbano: O que é a resolução 1701 do Conselho de Segurança?* 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/10/1838636>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 151.

PODER360. *Entenda a Evolução de Territórios Palestinos e Israelenses*. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/entenda-a-evolucao-d-e-territorios-palestinos-e-israelenses/>. Acesso em: novembro de 2024. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 28.

TERRITORIES, T. I. I. C. F. H. R. I. T. O. *Fatalities in the first Intifada*. s.d. Disponível em: [https://www.btselem.org/statistics/first\\_intifada\\_tables](https://www.btselem.org/statistics/first_intifada_tables). Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 98.

THE NATIONAL. *Shebaa farms: why Hezbollah uses Israel's occupation of a tiny strip of land to justify its arsenal*. 2019. Disponível em: <https://www.thenationalnews.com/world/mena/shebaa-farms-why-hezbollah-uses-israel-s-occupation-of-a-tiny-strip-of-land-to-justify-its-arsenal-1.857998>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 152.

THE NEW YORK TIMES. *Israel Knew Hamas's Attack Plan More Than a Year Ago*. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/11/30/world/middleeast/israel-hamas-attack-intelligence.html>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 118.

THE NEW YORK TIMES. *Hezbollah tem 150 mil foguetes e mísseis*. s.d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/09/hezbollah-tem-150-mil-foguetes-e-misseis-veja-capacidade-militar.shtml>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 153.

THE NEW YORK TIMES. *Iran's Leader Orders Attack on Israel for Haniyeh Killing, Officials Say*. s.d. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/07/31/world/middleeast/iran-orders-attack-israel.html>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 146.

TRUMAN, HARRY S. *Nota oficial da Casa Branca anunciando o reconhecimento do Estado de Israel*. 1948. Washington, D.C., 14 de maio de 1948. Disponível em: [https://www.archives.gov/milestone-documents/press-release-announcing-us-recognition-of-israel?\\_ga=2.4490995.1166958869.1736878400-1596182913.1734623086#transcript](https://www.archives.gov/milestone-documents/press-release-announcing-us-recognition-of-israel?_ga=2.4490995.1166958869.1736878400-1596182913.1734623086#transcript). Acesso em: dezembro de 2024. Citado na página 77.

Um mapa simples sobre o Conflito entre Israel e o Líbano. *Um mapa simples sobre o Conflito entre Israel e o Líbano*. 2006. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Israel\\_Libano\\_pt.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Israel_Libano_pt.jpg). Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 150.

UNITED NATION SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE. *Palestine Plan of Partition with Economic Union. Resolution 181 (II): Future Government of Palestine*. 1947. Lake Success (New York): UN, 1947. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-185393/>. Acesso em: dezembro de 2024. Citado 6 vezes nas páginas 56, 58, 59, 60, 61 e 62.

UNITED NATIONS. *Official Records of the First Special Session of the General Assembly. Volume III*. 1947. 13 May 1947. Lake Success (New York): UN, 1947. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-184088/>. Acesso em: novembro de 2024. Citado 6 vezes nas páginas 48, 49, 50, 51, 52 e 56.

UNITED NATIONS. *Official Records of the Second Session of the General Assembly. Supplement No. 11, Volume 1*. 1947. Lake Success (New York): UN, 1947. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-179435/>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 55.

UNITED NATIONS. *Palestinian Question: Report of the Ad Hoc Committee on the Palestinian Question. (Document A/516). 124th meeting. President: Mr O. Aranha (Brazil)*. 1947. New York: UN, 1947. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-187751/>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 56.

UNITED NATIONS. *Cablegram Dated 15 May 1948 Addressed to the Secretary-General by the Secretary-General of the League of Arab States. United Nations Security Council*. 1948. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/649818?v=pdf&ln=en>. Acesso em: dezembro de 2024. Citado 3 vezes nas páginas 72, 78 e 81.

UNITED NATIONS. *Resolution 194 (III): Palestine - Progress Report of the United Nations Mediator*. 1948. Disponível em: <https://www.refworld.org/legal/resolution/un/unga/1948/en/86836>. Acesso em: dezembro de 2024. Citado na página 84.

UNITED NATIONS. *Resolution 237 (1967) of 14 June 1967*. 1967. New York, Disponível em: <https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/240/89/pdf/nr024089.pdf>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 89.

UNITED NATIONS. *Resolution 242 (1967) of 22 November 1967*. 1967. New York, Disponível em: <https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/240/94/pdf/nr024094.pdf>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 90.

UNITED NATIONS. *Resolution 338 (1973) of 22 October 1973*. 1973. New York, Disponível em: [https://unsco.unmissions.org/sites/default/files/s\\_res\\_3381973.pdf](https://unsco.unmissions.org/sites/default/files/s_res_3381973.pdf). Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 93.

UNITED NATIONS. *The situation in the Middle East*. 1982. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-186308/>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 150.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Detailed findings on attacks carried out on and after 7 October 2023 in Israel*. 2024. Report (A/HRC/56/CRP.3). Fifty-sixth session, 10 June 2024. Geneva: UN, 2024. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session56/a-hrc-56-crp-3.pdf>. Acesso em: novembro de 2024. Citado 3 vezes nas páginas 9, 21 e 108.

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. *Humanitarian Situation Update 294 | Gaza Strip*. 2025. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-294-gaza-strip>. Acesso em: junho de 2025. Citado na página 187.

United Nations Relief and Works Agency for Palestine in the Near East. *Gaza Strip*. 2023. Disponível em: <https://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip>. Acesso em: dezembro de 2024. Citado na página 182.

UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE. *Report of the United Nations Special Committee on Palestine. Question of Palestine/Partition recommendation - UN Special Committee on Palestine (UNSCOP) - Report Addendum 1 (Annexes, Appendix and Maps)*. 1947. Document A/AC. 13/30. New York: UN, 1947. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-186346/>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 53.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Pogroms*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/pogroms>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 24.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Alfred Dreyfus and the “Dreyfus Affair”*. 2017. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/alfred-dreyfus-and-the-dreyfus-affair>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 25.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Documenting numbers of victims of the Holocaust and Nazi persecution*. 2023. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 45.

UNRWA Independent Review on Neutrality. *Independent Review of Mechanisms and Procedures to Ensure Adherence by UNRWA to the Humanitarian Principle of Neutrality*. 2024. Disponível em: [https://www.unrwa.org/sites/default/files/content/resources/unrwa\\_independent\\_review\\_on\\_neutrality.pdf](https://www.unrwa.org/sites/default/files/content/resources/unrwa_independent_review_on_neutrality.pdf). Acesso em: dezembro de 2024. Citado na página 187.

U.S. Department of State Archive. *The Camp David Accords: The Framework for Peace in the Middle East. 22 September 1978*. 1978. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/p/nea/rls/22578.htm>. Acesso em: novembro de 2024. Citado na página 94.

VEJA. *Como será o cessar-fogo entre Israel e Hezbollah no Líbano* . 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/como-sera-o-cessar-fogo-entre-israel-e-hezbollah-no-libano>. Acesso em: janeiro de 2025. Citado na página 158.

WEIZMANN, C. *Trial and Error: the autobiography of Chaim Weizmann*. 1ª ed. 1949. New York: Harper Brothers. Citado 4 vezes nas páginas 73, 74, 75 e 77.

WEIZMANN, CHAIM. *Carta enviada ao Presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman. Washington, D.C., 13 de maio de 1948*. 1948. Lake Success (New York): UN, 1947. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v05p2/d259>. Acesso em: dezembro de 2024. Citado na página 76.